

COLETÂNEAS DA REPAM

VOLUME I



COLETÂNEAS DA REPAM - VOLUME 1

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil

Presidente

Dom Evaristo Pascoal Spengler

Vice-presidente

Dom Pedro Brito Guimarães

Secretário

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira

Secretária Executiva

Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Coordenação e elaboração

Ir. Maria Irene Lopes dos Santos

Projeto Gráfico e Diagramação

Raul Benevides

Imagens

Arquivos da REPAM-Brasil

Contato

www.repam.org.br

repambrasil@repam.org.br

ISBN 978-65-988024-1-7

2ª Edição

SUMÁRIO

Prefácio da Edição Ampliada 2024	4
Apresentação da 1ª Edição	6
Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia: IV Encontro Pastoral da Amazônia – Santarém (1972)	8
Documento de Urgência dos Bispos e Missionários: O índio: aquele que deve morrer (1973).....	27
Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia: II Encontro Inter-regional de Pastoral – Manaus (1974).....	58
Em defesa da vida da Amazônia (1980)	87
A Igreja se faz Carne e arma sua tenda na Amazônia (1997)	99
Missionariedade e Solidariedade entre as Igrejas do Brasil (1998)	115
A Igreja e a questão da Amazônia (1999)	135
A missão da Igreja na Amazônia Os desafios de ontem, de hoje e de sempre	149
Conclusões do Encontro com os bispos da região da Amazônia Continental (2004) .	179
Documento do IX Encontro de Bispos da Amazônia (2007)	184
A CNBB e a Amazônia (2012)	240
A Igreja na Amazônia – Memória e compromisso: Conclusões do Encontro de Santarém 2012	242
I Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal (2013).....	277

PREFÁCIO DA EDIÇÃO AMPLIADA 2024

Quatro desafios para o tempo crítico e decisivo em que estamos vivendo: o sonho social, cultural, ecológico e eclesial. Papa Francisco indica a Amazônia como um território paradigmático, rico de inspirações para novas práticas e perspectivas, à luz da Ecologia Integral.

A Igreja na Amazônia, mesmo com sua história relativamente recente, já acumulou uma bagagem de experiências e reflexões muito significativas, que podem iluminar também o caminho de outras Igrejas irmãs, no Brasil, no continente e no mundo.

Por isso, em 2014, por ocasião dos dez anos da Comissão Episcopal para a Amazônia, foi publicada uma primeira coletânea de *Desafio Missionário: Documentos da Igreja na Amazônia*.

Naquele mesmo ano, nasceu a Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM), somando-se a esta rica tradição, aportando novas forças e contribuições. Ao celebrar, agora, os dez anos da REPAM, apresentamos com alegria e muita expectativa um desenvolvimento desta obra inicial: uma série completa, retomando o título da edição de 2014, *Desafio Missionário: documentos da Igreja na Amazônia – Volumes 1, 2 e 3*, agora incluindo novos textos, novas experiências, novos horizontes.

O primeiro volume resgata as linhas prioritárias da pastoral da Amazônia, começando com a pedra miliar do Encontro de Santarém, em 1972, até as novas iluminações do Encontro de Santarém meio século depois, em 2012, e o consequente Encontro da Igreja Católica na Amazônia legal, em 2013.

O segundo volume apresenta o processo de formação da Igreja no Brasil sobre a encíclica *Laudato Si'*, para que chegasse ao maior número possível de comunidades. É entusiasmante perceber como esta encíclica se encarna e contextualiza nos territórios e culturas mais diversas! A coletânea dá destaque aos povos indígenas, às fronteiras e ao desafio da pastoral junto aos migrantes, aos encontros de bacia e à formação dos ministros ordenados.

No terceiro volume, somos convidados/as a fazer memória dos passos da Igreja no caminho de escuta e discernimento rumo ao Sínodo da Amazônia, com toda a riqueza recolhida e sistematizada por quase 200 rodas de conversa, mais de 50 assembleias, fóruns nacionais e temáticos. A coletânea escolheu os principais relatos dos encontros e os documentos de síntese que embasaram o *Instrumentum Laboris*. Entramos, assim, nos “bastidores do Sínodo”, sentindo o cheiro da Amazônia e escutando seus clamores e cantos de esperança. E eles, a obra acrescenta também interessantes reflexões teológicas e documentos elaborados pelos bispos da região.

“É entre memória e esperança que podemos encontrar a Jesus”, ensina Papa Francisco. A sabedoria e o compromisso da Igreja na Amazônia, em mais de cinquenta anos de história, são uma bússola para orientar novos caminhos nos enormes desafios sociais, culturais, ambientais e eclesiais de hoje.



Esta coletânea, chegando com gratidão e profecia às portas do Jubileu da Esperança, confirma e reanima a missão da Igreja, sinal de vida no coração da Amazônia!



APRESENTAÇÃO

“A Igreja está na Amazônia não como aqueles que têm as malas na mão para partir depois de terem explorado tudo o que puderam”. – Papa Francisco

A Comissão Episcopal Especial para a Amazônia, criada pela Conferência Nacional dos Bispos para apoiar a ação evangelizadora na Amazônia, está completando 10 anos de vida e atividade. Ao ensejo dessa comemoração, temos a alegria de lançar a presente coletânea de documentos, com o objetivo de registrar, para a posteridade, os importantes momentos aí vividos pela Igreja, a partir de 1952, quando se deu o 1º encontro do episcopado da Amazônia, até o ano de 2013, quando aconteceu o 1º Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal.

Marca forte da unidade e da comunhão da Igreja na Amazônia, os encontros de seus bispos se constituíram num verdadeiro Cenáculo de onde o Espírito Santo tem inspirado e animado os pastores e todos os que com eles cumprem o mandato de Jesus: “Ide, pois fazer discípulos entre todas as nações” (Mt 28,19).

O grito dos Bispos da Amazônia ecoou pelo Brasil (e pelo mundo) e, desde então, cresce a consciência de que a evangelização, nesta vasta região brasileira, é responsabilidade de toda a Igreja no Brasil.

A CNBB, presente já no segundo encontro realizado em janeiro de 1954, por meio de seu primeiro secretário, Dom Helder

Câmara, dava uma inequívoca demonstração de sua corresponsabilidade no enfrentamento da sacrificada realidade amazônica que, àquela época, como hoje, desafia a Igreja.

A evangelização e o pastoreio desta região amazônica passam, necessariamente, pela solidariedade com as comunidades originárias, com os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, migrantes e com os habitantes que sofrem nas periferias dos centros urbanos, bem como pelo respeito ao meio ambiente. A Amazônia exige que sejamos o rosto de Deus a brilhar sobre tantos rostos sofridos de excluídos que erguem mãos de súplica e gritos de socorro.

É gratificante perceber o quanto nossos pastores, sacerdotes, religiosos(as) e leigos(as) têm doado suas vidas nestas terras amazônicas. Por isso, dedicamos essa coletânea a todas as comunidades missionárias, lideranças cristãs leigas, presbíteros, diáconos, religiosos(as) que continuam doando suas vidas pela causa dos mais necessitados.

A carinhosa devoção a Nossa Senhora de Nazaré, Rainha da Amazônia, nos leve a cumprir o que ela nos pede: “Fazei tudo o que Ele vos disser!” (Jo 2,5).

Brasília, 1º de janeiro de 2014.

Cláudio Cardeal Hummes
Presidente da Comissão Episcopal para a Amazônia

IV ENCONTRO PASTORAL DA AMAZÔNIA

“Cristo Aponta para a Amazônia”

Paulo VI

**Linhas Prioritárias
da Pastoral da Amazônia**

Santarém, 24 a 30 de maio de 1972



APRESENTAÇÃO

Este documento é consequência do trabalho de uma comissão que reuniu a grande maioria dos prelados da Amazônia Brasileira. Não é um documento perfeito, muito menos definitivo – palavra fadada a desaparecer do nosso vocabulário. Tem as deficiências de qualquer trabalho de grupo e reflete os pontos fracos do estado atual das ideias do grupo específico que o confeccionou. Contudo, no meu entender, é menos “Camelo” do que poderia ter pensado.

Essas “Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia” é um documento humano, reflexão fiel do pensamento do momento dos homens que dirigem os destinos da Igreja da Amazônia, homens sensíveis aos problemas e aspirações dos homens e dos grupos humanos que ocupam o espaço amazônico.

Para que pudéssemos assumir consciente e livremente essa responsabilidade comum, os Regionais Norte I e Norte II da CNBB planejaram uma série de atividades no decorrer dos anos de 1972 e 1973 culminando em mais um encontro de prelados em outubro de 1973.

A finalidade deste programa, cujo primeiro esboço está anexado, é de abrir um diálogo regional pela qual se definirá melhores conceitos, métodos e linhas de ação.

Desde já temos de agradecer a colaboração do Pe. Werenfried Van Straaten que se comprometeu a estudar a possibilidade de financiar as atividades de continuidade em 1972 e 1973.

Fé e Coragem

Pe . Mateus W. George, C. SS. R.
Secretário Executivo CERNI da CNBB

LINHAS PRIORITÁRIAS DA PASTORAL DA AMAZÔNIA

REALIDADE AMAZÔNICA

1. A Igreja da Amazônia, representada pelos seus pastores, reunidos em Santarém, sede da mais antiga prelazia do Brasil, manifesta sua crença e sua esperança, no futuro desta região, hoje em processo de trepidante transformação.

É, mais uma vez, nós, Bispos, afirmamos os valores humanos e sociais do amazônida, que deu sempre provas de simplicidade, de espontaneidade, de fortaleza e de religiosidade no quadro de sua própria cultura vinculada à amplitude da natureza.

Nas presentes transformações econômicas e sociais da Amazônia, na abertura de novas estradas, na criação de novos núcleos humanos, na propagação dos meios de comunicação social, reconhecemos fatores que podem conduzir a um futuro enriquecimento e conseqüente libertação do homem Amazônico.

2. Não se pode, entretanto, deixar de perceber as limitações e perigos que essa realidade apresenta para o homem da Amazônia:

- Antigas e novas marginalizações;
- Estruturas inadequadas, importadas ou opressivas;
- Desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem;
- Violação de direitos básicos, como a posse da terra;

- Injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos;
- Divulgação publicitária que, às vezes, altera o enfoque da situação real.

LINHAS PRIORITÁRIAS

3. Atendo a essa realidade Amazônica, com a nova consciência e a atitude da igreja universal, a partir do Vaticano II, e em particular da Igreja latino-americana, a partir de Medellín, e recolhendo a experiência e os anseios das bases, formuladas principalmente através dos três encontros anteriores:

A Igreja da Amazônia opta por quatro prioridades e por quatro séries de serviços pastorais, à luz destas duas diretrizes básicas: Encarnação na realidade e Evangelização libertadora.

ENCARNAÇÃO NA REALIDADE

4. Essa encarnação vital – sequência no atual momento da Amazônia, da encarnação do próprio Cristo – é anterior e subjacente a toda Pastoral como programa ou ação, e supõe uma vontade permanente de conversão ao verbo Encarnado.

- a) Exige um total entrosamento com a realidade concreta do homem e do lugar (centros urbanos ou rurais, novos núcleos humanos, comunidades indígenas, setores marginalizados, áreas de emergência):
 - Pelo conhecimento (reflexão, pesquisa, estudo); e
 - Pela convivência com o povo, na simplicidade e na amizade do dia a dia.
- b) Estimula o renovado propósito de superar todo paternalismo, todo etnocentrismo, (que nos enquadre numa cultura



ou num grupo), todo modelo importado, pré-fabricado ou artificial de vida; fomentando uma decidida criatividade cultural.

- c) Reclama um presente TESTEMUNHO: livre, por um lado, de todo compromisso que não seja o Evangelho e, por outro lado, realista, corajoso e repleto de esperança; tanto na vida do indivíduo e da comunidade eclesial, quanto na palavra e na ação Apostólica.

EVANGELIZAÇÃO LIBERTADORA

5. Assim entendemos a consciente explicitação daquela plena libertação que a Páscoa de Cristo traz ao homem e à história humana, em todas as conjunturas e latitudes, segundo o espírito e as diretrizes de Medellín e do último Sínodo, atualizados e aplicados à Amazônia:

- a) Evangelização sem dicotomias, isto é, abrangendo harmonicamente o homem todo e todos os homens, o indivíduo e a sociedade.
- b) Uma evangelização – que envolverá progressivamente a catequese e a liturgia – sempre fiel tanto ao Espírito de Cristo e a sua mensagem total quanto aos sinais de lugar e do tempo, das culturas e dos grupos, da natureza e do homem.
- c) Uma evangelização que possibilite, desde o início, a conscientização como pressuposto indispensável para a libertação do homem, porque lhe faz descobrir os valores de sua condição de pessoa humana e de filho de Deus.
- d) Em virtude dessa evangelização libertadora, a Igreja tem direito de se pronunciar perante tudo aquilo que de algum modo atinja à dignidade e à liberdade da pessoa humana e da família.

FORMAÇÃO DE AGENTES DE PASTORAL

Objetivo

6. Visa-se formar agentes de pastoral, isto é, pessoas que se comprometem total ou parcial a trabalhar na pastoral da Igreja, com diversidade de ministérios.

Justificativa

7. O cristão, pelo batismo, tem uma missão a cumprir dentro da comunidade, que consiste em testemunhar a verdade, pregar a boa-nova, viver conforme os dons e a capacidade que recebeu (cf. Hb 5,1-3). Povo de Deus significa Comunidade de Batizados que tem como elemento integrante: a liderança – urge incentivar e formar pessoas a exercer essa liderança, com idealismo e perseverança.

Agente de Pastoral

8. É todo aquele que se engaja total ou parcialmente no trabalho apostólico da Igreja, em funções diversificadas. Por diversificação de ministérios entendemos: diáconos, ministros da Eucaristia, e de outros Sacramentos, dirigentes de cultos e de comunidades.

Normas Indicativas para Formação de Agentes de Pastorais

9. As normas seguintes destinam-se: 1) aos sacerdotes ministeriais; 2) aos religiosos e religiosas; 3) às lideranças leigas.

10. A formação dos Agentes deve considerar, em primeiro plano, os elementos locais, os autóctones. Ninguém melhor do que o homem do próprio meio de condições para exercer a liderança dentro da comunidade. Mais ainda, é do mesmo ambiente que essa liderança deve surgir e, na medida do possível, ser indicada pela comunidade a que pertence.

11. Reconhecemos que leigos voluntários, qualificados, de outras regiões podem dar uma contribuição valiosa para o crescimento da Igreja na Amazônia, na medida em que se inserem na



realidade e são solicitados pelas respectivas comunidades para determinadas tarefas.

12. Os critérios para o conteúdo e a duração do período de formação devem ser as necessidades locais e os objetivos de pastoral. Não se trata apenas de uma preparação teórica do agente de pastoral e sim também de uma formação integral pela ação.

13. Como trabalho comunitário é considerado fundamental para a atuação do A. P., deve-se testá-lo e treiná-lo para o trabalho em equipe.

14. Durante o período de sua formação, especialmente quando essa for de nível superior, deverá promover-se um constante intercâmbio entre os candidatos e os agente que estão trabalhando, para trocar ideias, conhecer e analisar novas experiências etc.

15. Esses candidatos devem estar atentos às necessidades de sua comunidade, voltar de vez em quando a ela, a fim de não perder o contato, e aproveitar esses períodos para completar sua formação com pesquisas e testar a sua capacidade como futuros agentes.

16. Dever-se-á promover uma espiritualidade evangélica, comprometida e em sintonia com a realidade, tanto nos cursos menores de nível simples, como nos cursos superiores.

17. Sem querer descer os pormenores a respeito do conteúdo da formação, deve-se conceder especial atenção para as seguintes áreas:

- a) Teologia, Catequese, Bíblia, Liturgia etc.
- b) Antropologia, Sociologia, Desenvolvimento de comunidade, Comunidade de base, psicologia, Pedagogia e liderança.

18. Para a formação integral dos candidatos ao sacerdócio ministerial, observe-se o programa formulado pelos Institutos Regionais de Pastoral, dentro das indicações do Episcopado Regional e da Santa Sé.



19. Promover-se-á em cada prelazia, ou em nível regional ou inter-regional, a reciclagem dos atuais Agentes de Pastoral, através de encontros de Espiritualidade, reflexões frequentes, que deverá estar voltada para a evolução teológica, como também para os temas mais atuais e mais interessantes para a pastoral.

COMUNIDADE CRISTÃ DE BASE

Objetivos

20. A criação de Comunidade Cristã de Base tem que ser um dos objetivos primários da Pastoral Amazônica. Sabemos que os princípios teológicos para orientar o estabelecimento dessas comunidades são variados e devem ser interpretados de acordo com as circunstâncias de tempo e de lugar. Medellín nos dá um modelo:

- a) A “Comunidade Cristã de Base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento” (Medellín 15, 10).
- b) Nosso objetivo será, por conseguinte, “fazer da paróquia um conjunto pastoral vivificador e unificador das comunidades de Base. Assim, a paróquia há de descentralizar sua pastoral quanto a lugares, funções e pessoas” (Medellín 15, 13).
- c) “Nenhuma Comunidade Cristã edifica-se sem ter sua raiz e centro na celebração da Santíssima Eucaristia, por onde deve ser iniciada toda educação do espírito de Comunidade” (Medellín 9, 3).

Metas

21. À luz dessas diretrizes, os Bispos e Sacerdotes da Amazônia procurem transformar o tipo tradicional de Paróquia:

- a) Nos centros urbanos, de molde a não mais consistir num aglomerado de fiéis sem possibilidade de engajamento na vida eclesial, mas, sobretudo na participação de comunidades ambientais de base, como fermento no meio da massa. E onde for possível, tentando também organizar Comunidades Territoriais.
- b) Nas áreas rurais e interioranas, transformando as capelas de simples ponto de passagem na “desobrigadas sacramentalistas”, em centros comunitários que sejam um fermento de organização da própria comunidade para o seu desenvolvimento integral.
- c) Nas duas áreas urbanas e rurais através da descoberta do outro, da integração de mútuos esforços, chegar a uma vivência cristã que seja o fator propulsor do desenvolvimento integral do homem como sujeito de sua promoção.
- d) O processo varia de lugar para lugar de acordo com a circunstância situacional da comunidade, respeitando, antes de tudo, as lideranças existentes e despertando-as para sua realidade.
- e) Caso existam grupos organizados, esses devem ser fomentados e fortalecidos dentro do próprio contexto, evitando assim o divisionismo.

PROGRAMAS DE AÇÃO

22. Encontros em nível prelatício sobre Comunidades Cristãs de Base, que irão sedimentar encontros regionais para uma conceitualização mais amazônica de Comunidades de Base urbanas e rurais.

23. Cursos:

- a) Em nível de base: de criatividade comunitária ou de animadores de Comunidades Cristãs de Base.



- b) Em nível de coordenação: de desenvolvimento de comunidade no nível regional e, se possível, também inter-regional.
- c) Participação de A. P. de nível superior e médio nos cursos de desenvolvimento de comunidade e dinâmica de grupo que estão sendo promovidos por diversas entidades.

24. Montagem de projetos ou programas de uma ação comunitária em nível diocesano ou prelatício e que eles sejam remetidos à coordenação regional para o acompanhamento e assessoramento.

PASTORAL INDÍGENA

25. A Igreja na Amazônia, sem favor algum, tornou-se historicamente a maior responsável pelo índio. Essa posição é simples consequência de sua presença multissecular entre os silvícolas. É fruto, sobretudo, de sua clara consciência de estar cumprindo missão que lhe vem de Cristo e que a impele em busca, preferentemente, dos agrupamentos mais frágeis, mais reduzidos e mais suscetíveis de esmagamento nos seus valores e no seu destino.

26. Ao procurar neste IV Encontro de Pastoral da Amazônia identificar os rumos de nossa atividade indigenista que responde – sem de um lado às necessidades básicas dos índios e, do outro, levassem em conta a complexidade da atual conjuntura, face à atuação da FUNAI, à presença das missões protestantes e ao avanço das frentes pioneiras, sentimos realmente confortados por uma nova perspectiva que se nos apresentou há pouco.

27. Trata-se do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), recém criado em Brasília no 4º Encontro de Estudos sobre Pastoral indígena. Apraz-nos apoiar decididamente esse órgão providencial que já está trabalhando eficazmente a serviço do índio e das missões indígenas.

28. Gostaríamos de assinalar os seguintes pontos que julgamos de capital importância e que já vão, em adiantada concretização, sob a responsabilidade do CIMI:

- a) O Diretório indigenista que deseja ser um ponto de referência de um roteiro bem amplo de nossa pastoral nesse campo especializado fundamentado na Declaração Universal dos Direitos do homem, nos princípios pastorais, antropológicos e teológicos.
- b) A Programação de cursos de Capacitação e reciclagem dos missionários, de conformidade com as opções e possibilidades de cada área de missão.
- c) A contribuição ao Projeto de Lei do Estatuto do índio, visando corrigir falhas, cobrir lacunas e também estimular pistas positivas em relação ao silvícola.
- d) Essa nova perspectiva surgida com a criação do CIMI, por mais alvissareira que seja, não poderia dispensar a nossa corresponsabilidade; pelo contrário, além de nosso trabalho rotineiro, teremos agora de colaborar com o mesmo Conselho, assumindo, em estreita comunhão com seus membros, a parcela de atuação que nos toca não só em prol das atividades acima, mas também em prol do que ele precisar solicitar de nós no futuro.

ESTRADAS E OUTRAS FRENTES PIONEIRAS

Objetivo

29. Nesta hora histórica em que a transamazônica e outras estradas estão empreendendo a integração e desenvolvimento da vastíssima região em conexão com as hidrovias, novos problemas de pastoral solicitam nossa atenção e nossas providências.

Justificativa

30. Como a Pastoral deve ser de acordo com o ambiente, consideraremos: a realidade, a problemática e os primeiros contatos.

A realidade

31. A medida que se abrem as estradas surgem novos núcleos de colonização; alguns bem organizados nas Agrovilas, conforme planejamento pré-estabelecido; outros vão ocupando os acampamentos abandonados pelas companhias, enquanto famílias ocupam terras devolutas sem a devida regularização jurídica.

32. Começam a surgir desentendimentos entre agricultores e pecuaristas, e, em alguns lugares, há falta de observância das leis trabalhistas.

Problemática

33. Com a vinda de colonos de procedências diversas entrecrocavam-se hábitos e costumes, que dificultam a integração da comunidade. Surgem também incompreensões e desconfianças por parte de outros organismos que atuam na área.

34. Alarga publicidade sobre a transamazônica; atrai também padres, religiosos e leigos que desejam trabalhar pastoralmente neste novo campo de apostolado. Para garantir a eficiência dessa presença, necessário se faz que tais agentes sejam bem preparados, dentro das exigências das necessidades locais.

35. Cumpre não esquecer que além desse trabalho ao longo das estradas existem muitas outras áreas importantes a solicitar a preocupação missionária da Igreja as frentes pioneiras como, por exemplo, as minerações, garimpo, serrarias, fazendas agropecuárias, olarias, usinas de açúcar e de pau-rosa etc.

Primeiros contatos

36. Dada a religiosidade natural de nosso povo, quando se formam os primeiros agrupamentos, surgem logo os convites

para a visita dos sacerdotes e construção de capelas e escolas. Descobrem-se entre os colonos, alguns de boa formação religiosa e capacidade de liderança, que estão sendo incentivados a cooperarem na formação de comunidades de bases, alguns sacerdotes visitam periodicamente os operários das companhias e os emigrantes para que a nucleação se processe de acordo com a sociedade cristã.

PROGRAMAS

37. Recomendamos, de modo especial:

- a) Entrosamento entre os agentes de pastoral e as várias entidades locais.
- b) Formação melhor dos nossos agentes de pastoral com linguagem apropriada.
- c) Equipes volantes de formação e acompanhamento de elementos que conhecem as necessidades locais.
- d) Reuniões frequentes de dirigentes de equipes das várias prelazias.
- e) Criação de polos de irradiação evangélica que devem ser montados em pontos estratégicos.
- f) Dê-se importância nos meios de comunicação social, que servem de ligação, formação e informação.
- g) Providenciem-se os meios necessários para o funcionamento, manutenção e movimentação das equipes volantes.
- h) Providenciem-se recursos para montagem de centros de irradiação, abastecimento e de reciclagem das equipes.
- i) Sejam montados projetos e programas em nível prelático e encaminhados ao regional para o necessário apoio.

SERVIÇOS

38. Organização Pastoral: Durante muitos anos os missionários da Amazônia estiveram completamente isolados em suas prelações, com poucas possibilidades de se encontrarem para permuta de experiências e reflexões em comum. Quase todos, porém, iam aos poucos sentindo e vivendo as mesmas angústias e necessidades, que os levou, em comunhão com o resto do Episcopado Brasileiro, a promover diversos encontros e a constituírem um Regional da CNBB, que mais tarde, em face das enormes distâncias, se desdobrou em Norte I com sede em Manaus e Norte II, sediado em Belém. Participando, todavia, da mesma problemática e da mesma carência de recursos humanos e materiais, sentimos bem ao vivo a necessidade de coordenação e assessoria nos seguintes níveis:

a) Nacional

39. Pela atuação de uma equipe que opere como UNIDADE NACIONAL DE SERVIÇO, motivando a Atividade e Animação Missionária no Brasil inteiro, servindo de vínculo de união entre a Amazônia e as organizações internacionais, que se interessam em ajudar o trabalho da Igreja em nossa região e cooperando em projetos concretos.

b) Inter-regional

40. Através de contatos assíduos entre os dois regionais nos planos:

- de secretariados executivos;
- de meios de Comunicação Social;
- de instituto de Pastoral;
- de Pastoral Indigenista;
- de serviços em geral, através também da “Unidade Nacional de Serviços”.

c) Regional

41. Pela assessoria às Arquidioceses e Prelazias, de acordo com o que já está definido no regimento interno dos dois Regionais.

INSTITUTOS DE PASTORAL

42. A ninguém é dado desconhecer a importância fundamental e a urgência de institutos culturais, em âmbito regional ou prelatício, destinados à formação dos agentes pastorais – leigos, religiosos ou clérigos, para a Amazônia de hoje. A eles compete desenvolver um esforço sério e sistemático de reflexão, pesquisa e documentação sobre a realidade sociológica e a situação do homem amazônida, indicando aos pastores e a todos que participam de evangelização um roteiro seguro de atuação objetiva, oportuna e eficiente.

43. Nossos institutos – tanto o que funciona em Manaus (CENESC), como o que foi fundado em Belém (IPAR) – embora autônomo na procura de seus caminhos, devem projetar-se numa perspectiva de ação conjunta e paralela. Insistimos para que, desde agora, se estabeleça entre eles um intercâmbio na linha da complementariedade e da troca de experiências e conclusões. Ressaltamos também a necessidade de contatos com outros institutos ou equipes de reflexão que atuam em regiões de características semelhantes. Por sua própria natureza e por suas finalidades, os institutos de Pastoral devem ter um relacionamento íntimo e frequente com as Comissões Episcopais Regionais, num clima de sinceridade e cooperação.

44. Assessoria Técnica e Jurídica – A extensão territorial e diversificada da planície imensa, as dificuldades ainda grandes dos meios de comunicação com as duas metrópoles – Belém e Manaus – a carência de pessoal especializado e de informação exatas, - colocam problemas para as prelazias, no plano da observância da legislação, como, por exemplo: registros, contabilidades, obrigações tributárias, elaboração

de projetos, planejamento de obras, contatos com organizações governamentais ou autarquias etc.

45. Julgamos de sua utilidade a construção de um órgão de assessoria técnica e jurídica, que esteja habilitado a prestar assistência e orientação bem eficiente e prática a qualquer circunscrição eclesialística.

46. Essa entidade poderia também articular melhor as atividades dos procuradores das prelazias que ordinariamente residem nas grandes capitais, facilitando-lhes o trabalho e entrosando-se com outros organismos já existentes, como, por exemplo: CERIS, SCAI, CARITAS, MEB etc.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

47. É nossa preocupação fundamental a integração dos meios de comunicação social na pastoral orgânica da Amazônia, para a realização de suas linhas de ação.

Com esse objetivo, cumpre-nos:

- a) Estruturar melhor os métodos de preparação e aproveitamento de elementos profissionais para atuação nos meios de comunicação em geral e nos que são mantidos pela Igreja em particular.
- b) Apoiar a montagem de um centro de produção e distribuição e aproveitamento de programas e de materiais adequados à cultura amazônica, estudando ofertas de laboratórios e organizações nacionais ou estrangeiras.

48. Enfatizamos, por fim, a necessidade de a Igreja estar presente nos meios de comunicação social, particularmente na televisão e na imprensa dos centros urbanos, e na rádio da zona rural, criando agências noticiosas que possam fornecer informações seguras e distribuir colaborações que traduzam o verdadeiro pensamento da Igreja.



49. Pedimos a todos os missionários que elaborem estudos etnográficos ou antropológicos, linguísticos ou folclóricos, ou que os publicaram em idioma estrangeiro, que os encaminhem para o “anthopos do Brasil”, em Brasília, a fim de que possam ser convenientemente traduzidos ou divulgados.

CONCLUSÕES

50. Neste ano em que o nosso amado Brasil atinge um século e meio de autonomia nacional, sentimos, mais do que nunca, a obrigação cristã e patriota de continuar a consolidar a independência do país, sob todos os aspectos.

Alguns de nós estaremos presentes à celebração que transformará a esplanada do Ipiranga em altar da Pátria, no dia 3 de setembro. Em qualquer recanto a Amazônia, unidos a nosso povo, celebrando fervorosa e entusiasticamente o Dia Nacional de Oração pelo Brasil, por um Brasil cada vez mais independente, cada vez mais livre, cada vez mais cristão.

Para a programação que elaboramos em cada prelazia ou em cada Paróquia, conclamamos e convidamos desde já o povo da Amazônia que é também o povo de Deus.

51. Encerramos nossos dias de fraternal convívio, em Santa-rém, à sombra do magnífico Seminário São Pio Décimo, no término do mês de Maria e na véspera da Festa da Eucaristia. Mais uma vez, nossa Mãe Santíssima nos leva a Jesus. “*Ad Jesus per Mariam*”.

Em mensagem que se dignou enviar ao povo brasileiro, em outubro do ano passado, nosso Pontífice e Amigo, Paulo VI, colheu nos lábios de Maria o feliz preceito das bodas de Caná: “Faizei tudo o que ele vos disser” e perguntou: “Que é que eles nos diz agora? Ele aponta para a Amazônia”.

52. Já os nossos irmãos das Igrejas do Sul e do Centro, do Nordeste e do Leste começam a seguir esse gesto de Cristo



com os seus olhares, as suas preces, os seus auxílios, os seus apóstolos.

Mas, se “Cristo aponta para Amazônia”, aponta também para nós que somos seus vigários humildes e seus instrumentos modestos.

Confiando na proteção de Maria que já, uma vez, proclamamos Padroeira e Rainha dos Missionários da Amazônia, esperamos que a mão de Cristo que aponta para nós, não nos censure as imperfeições ou infidelidades, mas, ao contrário, nos anime e nos ampare, nos fortaleça e nos auxilie, apontando-nos as melhores soluções para sermos dignos pastores no momento histórico que vivemos.

Santarém, 30 de maio de 1972.

+ **Alberto Gaudêncio Ramos** - Arcebispo de Belém

+ **João de Souza Lima** - Arcebispo de Manaus

+ **Afonso Ungarelli** - Pinheiros no Maranhão e representante do Regional Nordeste I

+ **Floriano Loewenau** - Óbidos

+ **Tiago Ryan** - Santarém

+ **Joaquim de Lange** - Tefé

+ **Arcângelo Cerqua** - Parintins

+ **Adalberto Marzi** - Alto Solimões

+ **Miguel D'Aversa** - Humaitá

+ **Mário Anglin** - Coari

+ **Adriano Veigle** - Borba

+ **José Maritano** - Macapá

+ **Angelo Rivato** - Ponta de Pedras

+ **Henrique Ruth** - do Juruá
+ **Alquílio Alvarez** - Marajó (Soure)
+ **Miguel Alagna** - Rio Negro
+ **Paulo Mchugh** - Itacoatiara
+ **Angelo Frosi**, - Abaetetuba
+ **Antônio Sarto**, Coadjutor de Porto Velho
+ **Eurico Krautler** - Xingu
+ **Estêvão Cardoso de Avelar** - Marabá
+ **Florentino Zabalza** - Lábrea
+ **Pedro Casaldáliga** - São Felix do Xingu
Pe. Henrique Riemslag - Administrador apostólico de Cametá
Pe. Miguel Giambelli - pela Prelazia do Guamá
Pe. José Zintu - pela Prelazia de Roraima



Y - JUCA - PIRAMA

O ÍNDIO: AQUELE QUE DEVE MORRER

Documento de Urgência de
Bispos e Missionários



No vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos
Direitos Humanos

desafiados pela nossa consciência e pela nossa missão e pelo
choque da realidade que nos envolve

entregamos à consciência nacional e em particular a quantos
comungam conosco a mesma esperança

este manifesto de urgência

sobre a dramática condição dos povos indígenas do Brasil.

25 de Dezembro de 1973

NATAL DE JESUS

NATAL DO HOMEM

**DOCUMENTO DE URGÊNCIA ASSINADO PELOS
BISPOS E MISSIONÁRIOS:**

- Dom Máximo Biennès*
Bispo de Cáceres — MT
- Dom Hélio Campos*
Bispo de Viana — MA
- Dom Estevão Cardoso de Avellar*
Bispo de Marabá — PA
- Dom Pedro Casaldáliga*
Bispo de São Félix — MT
- Dom Tomás Balduino*
Bispo de Goiás — GO
- Dom Agostinho José Sartori*
Bispo de Palmas — PR
- Frei Gil Gomes Leitão,*
Missionário de Marabá — PA
- Pe. Antonio Iasi*
Missionário de Diamantino — MT
- Frei Domingos Maia Leite*
Missionário de Conceição do Araguaia — PA
- Pe. Antonio Canuto*
Missionário de São Félix — MT
- Pe. Leonildo Brustolin*
Missionário de Palmas — PR
- Pe. Tomás Lisboa*
Missionário de Diamantino — MT

1 — SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Os Bispos da região Extremo Oeste declararam a 12-11-1971: “Assistimos em todo o país à invasão e gradativo esbulho das terras dos índios. Praticamente não são reconhecidos os seus direitos humanos, o que os leva paulatinamente à morte cultural e também biológica, como já sucedeu a muitas tribos brasileiras” (1).

O documento firmado por 80 homens de ciência em Curitiba dizia: “Os que assinam o presente, ligados ao problema do índio por razões de atividade profissional ou por vinculação de sentido puramente humanístico, sentem-se no dever de dirigir-se, de público, às autoridades do país e à própria consciência nacional, com o propósito de despertar o interesse e a atenção para as ameaças que se renovam contra os direitos mais elementares das populações indígenas brasileiras” (2).

Para avaliar o alcance da afirmação dos Bispos e dos cientistas acima citados e para verificar que não há apenas ameaças mas reais violações dos direitos das populações indígenas, apresentamos algumas notícias publicadas em jornais e revistas somente nos últimos dois anos, a partir do início da construção das estradas na Amazônia.

“Respondendo às críticas dos irmãos Villas Boas à construção da BR-80, disse o presidente da FUNAI, General Bandeira de Mello que a estrada não vai criar problema para os índios” (3).

Não criar problemas para os índios significa não violar o seu direito à terra, não levar a eles a morte pelas enfermidades e pelos conflitos violentos, não os dispersar, não destruir enfim sua cultura.

Entretanto um antropólogo, assessor do próprio presidente da FUNAI, afirmou: “Todos sabem que uma estrada, cortando reservas indígenas, é um veículo que traz enormes *problemas* para os índios e conseqüentemente para a FUNAI (4). Referindo-se à BR-80 assim falou o sertanista Orlando Villas Boas: “Não tem levado para a região senão cachaça, prostituição, aventureiros e depredadores da natureza” (5).

No princípio deste ano, os jornais noticiavam: “Os três funcionários da FUNAI do subposto de Alalau (Roraima) foram assassinados por vingança pelos índios Waimiris-Atroaris que, em junho de 1972, haviam sido desrespeitados por mateiros contratados para apoiar os trabalhadores da estrada Manaus-Caracarái” (6).

A mesma coisa poderá acontecer em outras áreas, como afirmou o Professor Eduardo Galvão do Museu Goeldi de Belém, ao prever “choques entre as populações indígenas e o elemento colonizador na rodovia perimetral Norte” (7).

Nessa perimetral, além das mortes violentas, ha ainda, como em todos os casos de contato dos índios com as frentes de penetração, a morte causada pelas enfermidades: “14 índios Waimiri-Atroari, vítimas da gripe fog” (8).

A respeito da situação dos índios de Roraima, dizia um jornal de Manaus: “O índio foi e continua sendo sempre a vítima indefesa. Suas terras são invadidas, suas reservas roubadas, suas mulheres ultrajadas. A polícia de Boa Vista sabe disso... a FUNAI também o sabe...; só nós não sabemos porque o índio deve continuar a ser exterminado sob o olhar tutelar da FUNAI...” (9).

A BR-80 que dividiu a tribo Tukarramãe provocou toda uma reação em cadeia. “Como consequência daquela reação em cadeia, outros problemas virão e, quando forem constatados, muitos índios já terão morrido” (10). Isto, infelizmente, já está acontecendo: “4 mortos, 20 doentes em perigo de vida e 70 internados são o resultado do surto de sarampo que atingiu os índios Tukarramãe, numa das mais graves crises de doenças do Parque Nacional do Xingu, agora cortado pela BR-80” (11).

Essa calamidade, porém, se justifica dentro da visão do sistema “pois o Parque Nacional do Xingu não pode impedir o progresso do país”, como afirmou o presidente da FUNAI, General Bandeira de Mello (12). A resposta a isto já foi dada antecipadamente pelo poeta: “... chame-lhe progresso quem do extermínio secular se ufana; eu, modesto cantor do povo extinto, chorarei nos vastíssimos sepulcros que vão do mar aos Andes e do Prata ao largo e doce mar das Amazonas” (13).

Tal violação dos direitos dos índios não constitui problema para a FUNAI que, na opinião do Deputado Jeronimo Santana, “perdeu o sentido da mensagem do Marechal Rondon — morrer se preciso for, matar nunca — e hoje em dia, para defender seus interesses, o que o órgão leva menos em conta é o próprio índio” (14).

A linguagem do General Bandeira de Mello parece menos a do presidente do órgãos criado para defender os direitos dos índios, que o eco das palavras dos latifundiários da Amazônia: “Referindo-se às diretrizes da FUNAI para 1972, voltou a ressaltar que o índio não pode deter o desenvolvimento” (15).

A simples construção de uma estrada em área indígena constitui uma violação do direito que os índios têm sobre suas terras. No dizer de quem é autoridade no assunto, Gonzalo Rúbio, Diretor do Instituto Indigenista Interamericano: “A ação dos aventureiros e exploradores de ontem, contra os indígenas, se somam hoje os elementos novos, as *estradas* e as forças *progresso* — os quais, mesmo sem intenção de produzir danos, atrapalham inegavelmente a vida dos grupos que ainda restam” (16). Tal assertiva encontra eloquente comprovação no que disse o engenheiro Claudio Pontes, da Empresa Industrial e Técnica, uma das que vão construir a Perimetral Norte: “Em momento algum o trabalho será interrompido, mesmo que surjam problemas com índios” (17).

Os conflitos surgem inevitavelmente: “Trabalhadores e engenheiros da COTERRA — companhia de terraplenagem que constroa a BR-80 — foram recebidos à bala, quando tentaram se aproximar da aldeia dos índios Tukarramãe...” (18).

“Um ultimato, um furto e um tiroteio, com a agravante da tensão na área, provaram, há duas semanas, que os índios do Xingu não aceitam ainda a estrada” (19).

Resumindo: “A Transamazônica e outras estradas em construção no Norte do país estão formando o cerco em volta de 80 mil índios brasileiros, condenando-os à extinção” (20).

Aliás a Amazônia é tida como terra de ninguém e o triste exemplo de desrespeito aos direitos de seus legítimos ocupantes lamentavelmente vem de cima: “Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se”, afirma o Coronel Carlos Aloísio Weber (21).

Que outros órgãos do governo, responsáveis pelos bens materiais da Amazônia, sejam omissos, já é intolerável pois constitui, na expressão do General Olímpio Mourão Filho: “um absurdo o que se faz atualmente na Amazônia. Acabaremos transformando a selva num deserto” (22) Ultrapassa, portanto, o absurdo que o órgão nato para a defesa dos direitos dos índios seja “o grande ausente nos sertões amazônicos”, como teve oportunidade de confirmar, em sua segunda viagem ao Norte, o General Frederico Rondon (23).

A imagem que temos da Amazônia, essa vastidão plena de mistérios e de desafios, que oferece tanto espaço para o mito da “conquista” pode facilmente atenuar ou encobrir a responsabilidade da FUNAI. Se, porém, passarmos para o extremo sul do país, encontramos melancólicos depoimentos como este de Carlos de Araujo Moreira Neto: “Em relação ao



problema que vem sendo especificamente discutido, isto é, a situação atual dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere às sucessivas invasões de Nonoai por intrusos, a posição da FUNAI e de outros setores oficiais interessados, é caracteristicamente cautelosa e dilatória o que leva ao fortalecimento do “status-quo”. Neste sentido não há diferença entre a ação da FUNAI e a do SPI, ambos incapazes de uma modificação significativa no sistema geral de exploração e aviltamento a que esteve (e está) submetido” (24).

Ainda a propósito dos índios do Sul, podemos citar a opinião de outro antropólogo, o Professor Sílvio Coelho dos Santos, diretor do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina: “... conheço a situação dos índios nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois desenvolvi extenso projeto de pesquisa nessa área. A situação não é boa em nenhum dos postos que conhecemos, mas é sempre pior quando os indígenas estão em contato com os brancos” (25).

“Bêbados, maltrapilhos e famintos, escondidos no mato ou vagando pelas estradas a esmolar, os poucos milhares de índios das reservas do Rio Grande do Sul, passam quase ignorados durante os últimos meses de farto noticiário acerca de seus irmãos de raça”. (26).

“O engenheiro Moisés Westphalen, professor universitário e grande estudioso do problema indígena, afirmou: “O governo gaúcho sempre participou da exploração da terra dos índios e a FUNAI é uma morta-viva. O que estão fazendo com os índios no Rio Grande do Sul é um genocídio, porque eles não podem viver sem terra” (27).

Seguindo o roteiro da miséria e da fome do índio brasileiro, encontramos-os também em S. Paulo onde “passam o dia mendigando, dormindo sob as pontes e bebendo a cachaça que podem comprar ou que os moradores de outros barracos lhes oferecem. Vestem-se de farrapos e perambulam pelos bairros próximos de Santo Amaro (28).

No Mato Grosso os Xavantes estão “em pé de guerra e dispostos a reagir a qualquer invasão de suas reservas” (29). Os Tapirapés foram recentemente “ameaçados de ser retirados de suas terras pela FUNAI” que desejava “transferi-los para a Ilha do Bananal, cedendo às pressões da Companhia Colonizadora Tapiraguaia (30).

“Os índios Galera e Sararé do grupo Nhambiquara, que a FUNAI está transferindo para uma reserva indígena, encontram-se em estado de saúde tão precário que, há poucos meses,

um surto de gripe, decorrente do contato com os brancos, diminuiu toda a população tribal na faixa dos 15 anos" (31). A transferência dos índios Nambikuara se prende à necessidade de ceder suas terras a poderosos grupos econômicos.

Notícias provenientes de Cuiabá dão conta de que os Kaiaibi foram solicitar armas à FUNAI "para enfrentar alguns fazendeiros da localidades de Porto dos Gaúchos que continuam invadindo suas terras (32).

Em Goiás informa-se que "250 índios Xerentes tentam assumir o controle do município de Tocatinias, tendo já saqueado algumas fazendas. Os índios reclamam a propriedade das terras em que vivem" (33).

A respeito dos índios Karajá da Ilha do Bananal, Estado de Goiás, lemos depoimentos como este: "Vejam: os civilizados construíram aqui os seus hotéis para assistir a decadência de outra civilização. É uma barbárie". A barbárie a que se refere o oficial da FAB é o espetáculo visto da varanda do hotel Kennedy naquela ilha: "Os índios carajás voltando bêbados da cidade matogrossense de S. Félix. Os índios atravessam o rio saltando longos "uivos" dentro da noite" (34). Ainda sobre os Karajás: chegou-nos ao conhecimento uma carta de Luciara, no dia do índio, (19-4-73), assinada por 125 moradores daquele lugarejo e endereçada ao Diretor do Parque Indígena do Araguaia, Ilha do Bananal. Entre outras coisas, dizia: "Pedimos em favor deles (índios Karajás em Luciara) uma urgente intervenção da FUNAI. Alguns gravemente doentes (tuberculose) e todos absolutamente abandonados, precisam de uma assistência excepcional e permanente".

Na Bahia, não obstante o reduzido número de índios lá existentes, encontramos a mesma violação dos seus direitos, com todas as conseqüências que daí derivam: "Homens entregues à bebida, mulheres transformadas em empregadas domésticas, crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade, assim vivem os índios Quiriris, tribo em decadência atualmente, localizada na Vila de Mirandelo a 293 Ks. de Salvador" (35).

Os índios Pataxós, como aliás todos os outros, nos planos oficiais, valem até menos que a flora e a fauna: "A proteção deles deveria unir-se ou mesmo sobrepor-se à defesa da flora e da fauna do lugar" (36). E se sua transferência for concretizada, "decretará" o fim do último direito que a tribo ainda tem de viver na terra onde nasceu" (37). O protesto dos índios Pataxós é patético: "Nós, índios, somos como a plantação que, quando mudada de lugar, se não morre pelo menos se ressenhe muito. Não aceitamos sair daqui por-



que muitos anos antes de existir o parque, a gente já estava nesta terra que, boa ou ruim, é nossa e é onde nasceram, se criaram, morreram e estão enterrados nossos pais e avós” (38).

No Pará, “os índios (Gaviões) acabaram sendo removidos para outra área pela FUNAI. Mas estavam tão transtornados que as mulheres chegaram ao ponto de praticar abortos para que não nascessem crianças, pois os bebês, segundo elas, dificultavam a locomoção da tribo. E a tribo estava sempre mudando de lugar, fugindo dos brancos” (39). Um grupo deles “maltrapilho e faminto, chegou a Fortaleza para pedir ajuda” e na sua linguagem simples fizeram a denúncia contra a FUNAI porque ela é dirigida por um homem civilizado e homem civilizado engana o índio” (40).

O mesmo drama do índio pode ser presenciado no Nordeste onde “Xucurus”, Fulniô, Pankararú e Hamués ... sobrevivem apesar de confinados em parcelas de seus antigos territórios e “perambulam” de um lado para outro, sempre escoraçados” (41).

“Em Rondônia, a ocupação afeta índio e ecologia” (42). Surgem mortes de parte a parte e os responsáveis são “os grileiros, garimpeiros e seringueiros, que invadem as terras dos índios” é o que se vê obrigado a reconhecer o próprio presidente da FUNAI (43). Mas a verdadeira responsabilidade recai sobre a FUNAI porque “tem dado permissão a empresas de mineração para explorarem minério na área indígena”, como foi afirmado na Câmara dos Deputados em Brasília (44).

Nesta rápida amostragem da situação dos índios, ficou bem claro que “o índio brasileiro está sendo exterminado. Com o avanço da civilização branca tem havido choques e sempre o índio brasileiro leva a pior. Esse extermínio não se faz apenas através de armas mais poderosas, mas também por causas biológicas introduzidas pelo branco”, como afirmou o Professor Newton Freire Maia, Diretor do Departamento de Genética da Universidade do Paraná (45).

Não obstante a criação do novo órgão para atender às populações indígenas, a situação destas continua a mesma senão pior que a descrita pelo Grupo de Trabalho constituído por decreto presidencial, maio de 1968: “Em que pese à forte legislação que, desde o período colonial procura amparar o nosso índio, continua o desrespeito pelo silvícola. As dificuldades para o cumprimento dessas leis e a morosidade do rito processual nos casos de invasão ou posse, são incentivos para a continuação da expoliação de suas terras. Sem-

pre de maneira ilegítima, por fraude ou violência, foram as terras tiradas a seu dono. E, não raro, para “legitimar” o esbulho, há a acobertá-lo um decreto, uma lei ou um ato administrativo qualquer (46). “FUNAI, SPI mesma coisa!” exclamava com amargura um chefe Karajá...

“Os Villas Boas protestam” faz a manchete da notícia da verdadeira trama contra o Parque Indígena do Xingu, patrocinada pela FUNAI e defendida pelo General Ismarth de Araújo, superintendente do órgão, sob pretexto de integração: “índio integrado, segundo os boletins do órgãos, é aquele que se converte em mão de obra”. Para os sertanistas, é um mal. Essa política caracterizou-se pela opressão” (47). O problema de fundo continua o mesmo, em que pese à explicação posterior do Superintendente que persiste em defender a “integração”, mesmo que a qualifique de “lenta e harmoniosa” (48).

Para encerrar esse levantamento de dados, passemos a palavra a um dos nossos mais sensíveis poetas atuais: “Homens esquecidos do arco-e-fleixa — deixam-se consumir em nome — da integração que desintegra — a raiz do ser e do viver. — “Vocês têm obrigação de usar calça — camisa paletó sapato e lenço — enquanto no Leblon nos despedimos — de toda a convenção e viva a natureza...” — Noel, tu o disseste: — a civilização que sacrifica povos e culturas anti-quíssimas — é uma farsa amoral” (49).

2. — AS CAUSAS DA EXTINÇÃO DOS ÍNDIOS

Este sucinto e incompleto levantamento da situação das nossas populações indígenas já teria sentido para nós, se, com ele, conseguíssemos alertar a consciência de todos os brasileiros, correspondendo ao apelo do General Antonio Coutinho, Delegado da FUNAI: “Se a Igreja não botar a boca no mundo, os índios... vão ser sempre massacrados” (50).

Sinais de um despertar da consciência se vislumbram aos índios mas, diante da sombria realidade, não conseguem vencer uma “enorme sensação de remorso”, porque “no fundo, no fundo, o que a gente faz é um crime”, como melancolicamente confessava o sertanista Antonio Cotrim Neto (51).

Cumprе reconhecer que tem sido farto o noticiário dos jornais sobre os índios, mas esbarra na indiferença do nosso povo que tem uma visão errônea, superficial e tendenciosa a respeito das populações indígenas. Para a maioria, o índio não passa de um “selvagem” ou de uma figura de museu.

Para alertar e melhor interpretar essa problemática que, queiramos ou não, é também nossa, apresentamos algumas pistas para a análise das causas que produzem essa morte lenta das populações indígenas.

2.1. — A POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO

As populações indígenas são vítimas de todas as injustiças. A própria política indigenista, por ser mais política do que indigenista, está merecendo as mais severas críticas, a ponto de ser considerada “carente de qualquer mérito e um amontoado de contradições” (52).

“A reformulação urgente dos métodos adotados pela FUNAI é a única maneira de evitar que os índios brasileiros sejam destruídos pela civilização”, afirmou o sertanista Cotrim (52).

Antes dos próprios métodos, há algo bem mais profundo a ser reformulado: “A única solução para o problema dos índios brasileiros será a total reformulação da atual política adotada pela FUNAI, disse o General Frederico Rondon” (54).

“Aparentemente a FUNAI é uma instituição muito dinâmica, à qual o país deveria inestimáveis serviços. Rara é a semana em que a imprensa não registra declaração de seu presidente sobre os projetos da entidade e as complexas tarefas realizadas por seus funcionários. Infelizmente essa imagem idílica da Fundação Nacional do Índio não passa de um mito” (55).

Dos altos escalões às simples equipes de atração, ressaltando uns poucos e heroicos sertanistas, o que caracteriza a FUNAI é o despreparo para a missão que foi chamada a desempenhar. Ela se transformou numa enorme máquina burocrática centralizada em Brasília e “cujas opções são alheias ao bem-estar da comunidade indígena” segundo ressaltou o Dr. Amaury Sadock (56).

O Dr. Sadock era o único dos altos funcionários da FUNAI que entendia de índio, mas teve que se demitir, dadas as irregularidades existentes no órgão que, na opinião do Gal. Badeira de Mello “atingem a quase todos os setores da FUNAI, envolvendo inclusive a nossa prestação de contas” (57).

É impossível reformular uma autêntica política indigenista sem a redefinição de princípios e conceitos e sem situá-la no conjunto da política nacional. Nem mesmo o conteúdo antropológico de certas palavras como “aculturação” e “integração” tem sido respeitado no jogo de prestidigitá-



ção de certos conferencistas que a FUNAI tem enviado ao estrangeiro, na sua preocupação com a “boa imagem”. A própria Convenção N.º 107 da Organização Internacional do Trabalho é utilizada dentro de outro esquema mental, dentro de uma realidade diferente e com outros objetivos.

“Declarações atribuídas a altos dirigentes da Fundação Nacional do Índio... vieram aumentar a distancia que separa os que têm interesse no índio sob o ponto de vista teórico mas que não podem nem devem deixar de olhá-lo também como ser humano” (58). A reformulação da política indigenista urge mais até porque se tornou “uma política contrária aos princípios que ela defendia quando foi criada” (59).

A doença que se manifesta em um órgão só poderá ser convenientemente diagnosticada se o exame se estender ao corpo inteiro. Será que não teremos mais elementos e mais esclarecedores se estendermos nosso exame à política global?

2. 2. — A POLÍTICA DO “MODELO BRASILEIRO”

Os dirigentes políticos brasileiros, no afã do “desenvolvimento”, promovem os interesses econômicos de grupos internacionais e de uma minoria de brasileiros a eles integrada. Só podem fazer e de fato só fazem uma política economicista, sobrepondo o produto aos produtores, a renda nacional à capacidade aquisitiva da população, o lucro ao trabalho, a afirmação da grandeza nacional à vida dos brasileiros, a pretensão de hegemonia sobre a América Latina ao crescimento harmônico do Continente. Já está mais do que provado e disto nossas autoridades não fazem segredo, que foi aceito o caminho do “capitalismo integrado e dependente” para o nosso “progresso”. Mais provado ainda está que o “modelo brasileiro” visa um “desenvolvimento” que é só um enriquecimento econômico de uma pequena minoria. Este enriquecimento da minoria será fruto da concentração planejada da riqueza nacional que, em termos mais simples, é o roubo do resultado do trabalho e do sofrimento da quase totalidade da população que progressivamente se irá empobrecendo (60).

Essa opção equivocadamente desenvolvimentista tem como consequência a crescente marginalização do povo brasileiro, seja operário, sub-operário, seja pequeno proprietário da cidade ou do campo, seja arrendatário, posseiro, meieiro, peão, sub-empregado ou desempregado. Mais grave ainda é que se aprofunda a dependência do país em relação a outros países mais ricos e fortes, impedindo uma experiência de desen-



volvimento nacional, definido e assumido pelos próprios brasileiros.

Em função dessa opção “desenvolvimentista” assim caracterizada é que se constituem os organismos administrativos, como a FUNAI. Muito a propósito vêm as recentes palavras do etnólogo Carlos Moreira Neto, do Conselho Nacional de Pesquisas: “O Brasil passa por uma febre desenvolvimentista que pode estar influenciando maleficamente a FUNAI” (61).

Todos os setores da administração devem colaborar para alcançar os mesmos objetivos. Portanto, todos estão dependendo das diretivas econômicas e a elas devem servir. Tendo estas uma linha antinacional e antipopular, é necessário que estes órgãos administrativos amortecem e controlem as tensões sociais que apareçam. No nosso caso, “quando o território onde vivem apenas índios começa a receber colonos, madeireiros e grupos exploradores de minérios, as autoridades resolvem o inevitável conflito entre índios e brancos — quando ainda restam índios — transferindo o grupo indígena para outro local mais afastado da civilização e às vezes já povoados por tribos inimigas das que chegam” (62). Nisto se reflete o fenômeno geral: o que importa não será promover algo mas “integrar” a população que puder ser integrada ao sistema adotado, servindo ao “modelo brasileiro”.

Todos percebem que, com uma mentalidade e programa assim desenvolvimentistas que tem presente “somente o rendimento econômico, caminharemos fatalmente para a extinção total das populações indígenas, por mais belas sejam as nossas intenções, estatutos e leis” (63). O ex-diretor do SPI e experiente indigenista, Gama Malcher afirmou que “a política definida como de “proteção ao índio”, na realidade transforma o silvícola em justificativa para a existência de um aparato burocrático que relega os interesses dos indígenas a um segundo plano afim de atender prioritariamente as pressões e interesses de latifundiários” (64). Com energia, o deputado Jerônimo Santana denuncia: “A FUNAI... se transformou num órgão de que os grupos se valem para explorar os recursos naturais das reservas onde os índios vivem. Hoje o índio é o que menos importa. O índio é uma coisa e a política posta em prática pela FUNAI o prova” (65). “As palavras “progresso” e “desenvolvimento” servem de escudo para destruição do ambiente natural brasileiro e para o extermínio dos indígenas” é a conclusão a que chega a equipe do “O Estado de São Paulo” que fez uma alentada pesquisa sobre “o indígena no Brasil” (66).

Para o povo pobre do Brasil o futuro que o sistema oferece é uma marginalização cada dia maior. Para os índios, o futuro oferecido é a morte. O insuspeito “Osservatore della Dementia” do Vaticano comenta: “esse progresso (do Brasil) no entanto tem um preço ecológico: a extinção dos índios” (67).

Da política global de desenvolvimento econômico do governo faz parte a “ocupação da Amazônia” (e do território nacional) mesmo que seja feita por companhias estrangeiras ou multinacionais que ali encontram grandes oportunidades de investimentos altamente lucrativos, na exploração de minérios e de madeiras ou na organização de “empresas agro-pecuárias”.

Se para isso é necessário continuar os métodos importados e tradicionais de depredação da natureza, não importa. “Diz-se que é preciso abrir estradas para povoar, fixar o homem na Amazônia. Agora que as estradas estão abertas verifica-se que o deserto de homens permanece. Derubam-se as matas não só para abrir estradas mas também para introduzir o boi. Garante-se que só com a pata do boi a Amazônia será conquistada... Em nome disso, expulsam-se os índios de suas reservas, mutila-se fortemente nosso equilíbrio ecológico”, diz severamente Claudio Villas Boas (68).

Se para isso é necessário abrir grandes rodovias, sejam abertas mesmo que os “males sejam grandes”, segundo Orlando Villas Boas que a propósito da BR-80 frisa: “Estrada política e não de interiorização” (69). Se é necessário expulsar os posseiros ali radicados há anos que, depois dos índios, foram os únicos defensores daquelas riquezas, sejam expulsos a qualquer custo, conforme a vigorosa denúncia até hoje irrespondida do Prelado de São Felix do Araguaia (70). Se necessário matar, mata-se.

E se ali se encontrarem os índios? Eles não podem impedir a marcha do “desenvolvimento” e devem ser “integrados”, “aculturados” para colaborar no crescimento nacional. “O desenvolvimento da Amazônia não pára por causa dos índios” é o título de declarações do Ministro Costa Cavalcanti que exclama pateticamente: “E por que eles hão de ficar sempre índios?” (71).

Se os índios ali estão mas não produzem segundo os critérios do capitalismo integrado e dependente, se não possuem propriedade legal da terra, se não são proprietários de empresas agrícolas, então devem dar lugar aos novos “bandeirantes”, devem retirar-se destas terras que nunca lhes pertenceram e que só agora a “civilização” dá ou vende

aqueles que vão desenvolver o país! Podem estes últimos explorar (ou roubar) nossas riquezas naturais que vão aumentar as riquezas dos países ricos... deles é o direito a apropriação daquelas terras. Se os índios assim provocados e expoliados do seu direito reconhecido teoricamente e do seu modo natural de viver, morrerem, pois que morram! Se reagirem, sejam enfrentados como se fossem eles os invasores dessas terras! O Marechal Rondon, em trágica profecia, já em 1916 dizia: “Mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários — coram Deum soboles (ante a face de Deus) — expelirão dali os índios que, por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão considerados e tratados como se fossem eles os intrusos, salteadores e ladrões” (72).

Fazendo eco à profecia do Marechal Rondon, diz o Xavante Juruna: “... a terra é a única riqueza que o índio tem na vida. Sem ela, ele vira um bicho, um cachorro que está sempre triste... Eles (os Kranhacacores) precisam saber que o branco quer sempre enganar para ficar com as terras” (73). Não falta razão aos irmãos Villas Boas quando clamam: “Nossos índios estão morrendo, desaparecendo numa paisagem em que o boi e o capim vão expulsando definitivamente o homem. Agora, diante do processo de ocupação da Amazônia, vemos o índio ao largo do desenvolvimento como mera paisagem” (74).

Se apresentamos aqui a atual política indigenista como a causa mais próxima da situação em que vivem (ou morrem) nossos índios, temos clara consciência de que a CAUSA real e verdadeira está na própria formulação global da política do “modelo brasileiro”. E se dizemos que é necessário modificar profundamente a política da FUNAI, afirmamos que isto somente será possível com uma modificação radical de toda a política brasileira. Sem esta modificação global, não poderá a FUNAI ou outro organismo passar dos limites de um assistencialismo barato e farisaico aos condenados à morte, para camuflar o inconfessado apoio aos grandes proprietários e exploradores das riquezas nacionais. Neste contexto, o decantado Estatuto do Índio não passará de uma publicidade oportunista ou uma homenagem póstuma.

De nada adiantaria reformular a FUNAI se a psicose desenvolvimentista, motivada por exclusivos critérios econômicos e por um falso prestígio nacional, continuasse a dominar a política global do país. Seria o mesmo que reformar um dos vagões, não modificando o trilho-sistema que está estragado: o desastre é inevitável!

3 — O FUTURO DO ÍNDIO

Depois desta sumária análise das causas da situação das populações indígenas: a política indigenista oficial, fruto da política global do sistema brasileiro, a conclusão imediatista seria que não existe nenhuma solução para o problema. Sertanistas, funcionários e missionários, que atraem novos grupos de índios, sentem-se angustiados pela consciência de que o resultado de seu trabalho foi apenas atrasar (ou acelerar?) de alguns anos a extinção de tais grupos.

“É com tristeza, diz Apoena de Meireles, que tentamos atraí-los, sabendo-se que um futuro sem perspectivas os aguarda” (75).

Esta mesma nostalgia se encontra em declarações de outros conhecidos sertanistas. Orlando Villas Boas, em setembro deste ano, voltando de uma frente de atração “parecia preocupado com o destino dos índios, que chama de tragédia” (76). Mas já em fevereiro, assim desabafava: “E quantos de nós, por força de miseráveis e desgraçadas circunstâncias os estamos traindo naquele exato momento do aperto de mão, do abraço, do sorrir, do gesto enfim de afeição. Desgraçados que somos, é a verdade. (77) Seu irmão Cláudio comenta com melancolia: “Levamo-lhes (aos índios) nossas doenças, intolerância e muitas vezes o extermínio criminoso, assumido, proclamado” (78).

No mesmo tom, falava Antonio Cotrim Neto: “Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção das culturas primitivas. (...) A política indigenista desenvolvida aceita a tese de que as culturas primitivas são quistos ao desenvolvimento nacional. Já estou cansado de ser coveiro de índio: transformei-me em administrador de cemitérios indígenas” (79).

Muitos Missionários fariam suas as enérgicas palavras do missionário jesuita, P. Tomás de Aquino Lisboa no Simpósio sobre o futuro dos índios Cinta-Larga em março deste ano:

“O Parque Aripuanã será cortado como o foi o Parque do Xingu. O trabalho já está iniciado. Eu, como responsável pela atração desse grupo Cinta-Larga, não estou mais animado a fazê-la, a não ser que as regras do jogo sejam obedecidas: respeitar os índios, interromper os trabalhos da estrada até que se consiga falar com os índios para orientá-los nos seus futuros contatos com os brancos. Pois é melhor que o índio morra lutando pelo que é seu do que viver marginalizado e mendigando o que sempre foi dele” (80).

Será que os índios constituiriam “um povo com os dias contados”? (81), como afirma Claudio Villas Boas “os índios não terão propriamente um destino”? (82) Ou ainda, na melhor das hipóteses, segundo o falecido Francisco Meireles “o índio só tem um destino: a marginalização”? (83).

Não obstante esta trágica perspectiva ou exatamente por isso, é preciso salvar os povos indígenas, ameaçados de desaparecer. Eles mais do que patrimônio-arquivo da humanidade, são humanidade viva.

Eis por que se justifica que somente pessoas ou entidades conscientes, competentes e desinteressadas sejam mobilizadas para equacionar este problema.

Não é possível que se continue a dizer, em alto e bom tom: “Os índios estão cansados de serem índios. Eles querem beneficiar-se com os programas do Governo” (84). Se já é estranho que assim fale o Ministro Mario Andreazza, mais estranho é que o General Frederico Rondon afirme que se deve “promover a integração total (!) mediante a absorção da mão de obra indígena” (85) e o General Bandeira de Mello, diretor da FUNAI, proclame que “a assistência ao índio deve ser a mais completa possível mas não pode obstruir o desenvolvimento da Amazônia” (86). Nesse contexto, não é de estranhar a fanfarronice do Deputado Gastão Müller: “Se os fazendeiros quisessem, poderiam ter partido para uma luta armada e seria muito fácil vencer os índios” (87).

Afirmações como estas, orquestradas por tantos fatos lamentáveis, confirmam as denúncias de genocídio...

Em que pese às reiteradas afirmações do Ministro do Interior de que “o problema dos índios é um problema do Brasil” (88) e “os outros países não tem o menor conhecimento do problema do índio brasileiro” (89), trata-se de um problema da humanidade, talvez melhor conhecido, em suas causas e motivações, nos países onde existe liberdade de informações e de debate. Afinal são milhões de seres humanos nas Américas e alguns milhares no Brasil, que há quatro séculos vêm sofrendo as maiores injustiças por parte de uma “raça” que se pretende superior.

Se o grau de consciência da humanidade correspondesse ao volume das informações, já não se toleraria mais tal situação iníqua. É com os olhos fitos no veredito da História, tradução do julgamento de Deus, que o Brasil deve solucionar o problema do indígena, não como questão de seguran-

ção nacional e economia, mas como imperativo da dignidade humana e da honra do povo brasileiro.

Somente assim seria legítimo que uma política indigenista brasileira se apoiasse num documento internacional (90).

Evidentemente o problema indígena brasileiro não se equaciona e menos ainda se resolve se não for situado em sua dimensão internacional. Mas também é evidente que não encontrará solução adequada, separado de seu contexto nacional, levando em conta que os índios constituem apenas alguns milhares dentro da esmagadora maioria de milhões de brasileiros marginalizados. Todos hão de concordar que “em nome de uma política da integração, que não integrou nem mesmo os civilizados, não se pode violentar uma cultura que, embora primitiva, tem garantido a subsistência secular desses povos. A sociedade civilizada só terá o direito de falar em integração do índio no dia em que, em seu meio, não houver ninguém morrendo de fome” (91).

“Há séculos — afirmam os irmãos Villas Boas sobre os índios — sobrevivem graças à caça, à pesca e a uma rudimentar agricultura. São felizes com suas crenças e seus rituais belíssimos. Por que então destruir essa cultura secular? Apenas para impor nosso sistema de vida aos índios? Civilizar para que? Destruir a organização tribal existente e depois deixar os índios marginalizados na nossa sociedade?” (92)

Sempre na perspectiva de uma mudança profunda da política global do atual modelo brasileiro, impor-se-ia ainda a organização de um grupo diversificado do qual participassem índios, antropólogos e outros cientistas, sertanistas e missionários, para promover o autêntico diálogo intercultural e a harmônica convivência e colaboração dos nossos diferentes povos.

Devemos reconhecer que frequentemente faltou esta visão e consciência sócio-política às entidades cristãs, preocupadas mais em “prestar assistência” aos índios. Em consequência, sob equívocos pretextos de uma caridade alienada, não raro traíram sua missão evangélica de defendê-los tenazmente da morte física e cultural ou de respeitar sua liberdade e dignidade de pessoa humana.

“Os próprios padres católicos — é afirmado em recente artigo da imprensa — após mais de 400 anos de catequese, viram-se obrigados a mudar de tática, pois se continuassem no mesmo propósito de Anchieta e Nóbrega (sic) o que iriam conseguir não seria mais do que a desagregação, margina-



lização, destruição e morte do que resta dos grupos indígenas brasileiros. E essa mudança de tática foi justamente no sentido de respeitar o indígena com suas crenças e seu modo de vida, valorizar a sua cultura ao invés de procurar impor a cultura dos civilizados” (93).

A visão de uma nova política indigenista deveria ser possibilitada e favorecida pela transformação das missões religiosas.

Exigindo que só pessoas devidamente qualificadas e com uma prática conseqüente, interfiram na solução do problema indígena, pensamos na formação adequada que devem ter os missionários, pois seu trabalho de evangelizadores sempre vai atingir o coração, o núcleo central das culturas indígenas. Tocar no coração sem a ciência e a perícia de uma equipe de cardiologistas seria causar fatalmente a morte àquele a quem desejamos fazer o bem.

Gravíssima responsabilidade é a do charlatão em medicina e maior ainda no campo da aculturação, onde se pode causar a morte não apenas a um que outro indivíduo, mas a um povo todo e à sua cultura.

Além disto, para que este trabalho seja eficiente, torna-se necessária uma espécie de assepsia, não no sentido de total isolamento, mas no sentido de preparar as populações envolvidas. Com efeito, para os índios, todos os “brancos” ou “civilizados” representam de certo modo o “cristianismo” de que os missionários se reclamam e portanto também a mensagem que estes querem transmitir. Faz-se pois necessário que medidas análogas sejam tomadas em relação aos evangelizadores dessas populações envolvidas.

Ensina o missionário-antropólogo Adalberto Holanda Pereira: O índio “é apenas diferente de nós e com o direito de continuar a *sua* vida ao lado da nossa. (...) Dentro da maior simetria entre os sistemas de interação, transmitamos ao índio os traços culturais que ele deseja receber e recebemos dele os que nos possa transmitir” (94).

4 — CAMINHOS DE ESPERANÇA

Mesmo percebendo sinais positivos, como sejam uma nova mentalidade missionária, a criação do CIMI, encontros ecumênicos, não estamos satisfeitos com o nosso trabalho e não podemos esquecer a dramaticidade da situação, descrita na lançante “Carta dos Caciques de Votouro” (R.G.S.), da qual vamos reproduzir um pequeno trecho, segundo cópia do original:

“Queria ver os senhores de outra origem, não sendo o índio. Queria ver o português passar a nossa passada sem ninguém por ele e outro lado de origem italiana sem ter aquilo que traz o ensino: suas mãos presa seus olhos cego para o ensino seus ouvido surdo para ouvir as enducação, sem direito sociedade nenhuma, sem direito um palmo de terra, sem direito educar os filhos... O nosso plano de todos nossos irmãos de terra mundial nós acreditamos que somos iguais que nossos irmãos, corre sangue dos pés à cabeça, carne humana, iguais como qualquer um de nós” (95).

Aí está uma interpelação que suscita uma indispensável pergunta, em sentido contrário: O que seria o Brasil, se contasse *positivamente* com o índio? É bem possível que muitas autoridades e brasileiros de mentalidade capitalista e imperialista tremam diante desta pergunta, o que mostra que, consciente ou inconscientemente, apoiam a extinção dessas populações que constituem, por seus valores positivos, uma contestação viva do sistema capitalista assim como dos tais “valores” de pretensa “civilização cristã”.

Diante de outra pergunta: o que seria a nossa Igreja, se contasse *positivamente* com o índio?, talvez a atitude de muitos irmãos de fé seria igualmente de embaraço. Se olhássemos positivamente para os valores vividos pelos índios criticarem nossos valores, ficaria evidente um incômodo julgamento.

Tanto para a sociedade brasileira quanto para a Igreja, o mesmo aconteceria se perguntássemos o que seria o Brasil ou nossa Igreja, se contássemos *positivamente* com os valores do povo marginalizado das cidades ou dos campos...

Por isso, convidando a todos para assumirem conosco este compromisso, nós nos propomos, em primeiro lugar, a continuar uma esperançosa luta pelos direitos dos povos indígenas. Mesmo que todos os fatos nos incitem ao desânimo ou ao desespero, fazemos nossa a vontade dos nossos irmãos índios de viver e de lutar pela preservação de sua cultura. Não trabalhamos por uma causa perdida, porque se trata de uma causa profundamente humana, pela qual vale a pena até morrer, se preciso for. Seria trair a nossa missão, se nos resignássemos a ser ministros de um Batismo “*in articulo mortis*”.

Em segundo lugar, não aceitaremos ser instrumentos do sistema capitalista brasileiro. Nada faremos em colaboração com aqueles que visam “atrair”, “pacificar” e “acalmar” os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios ou outras riquezas. Ao contrário, tal procedimento será objeto de nossa denúncia corajosa ao lado



dos próprios índios. Com eles, não aceitaremos um tipo de “integração” que venha apenas transformá-los em mão de obra barata, avolumando ainda mais as classes marginalizadas que, no funcionamento do sistema de produção, enriquecem somente aos que já são ricos. Menos ainda, por ser mais humilhante e criminoso, colaboraremos com um trabalho que vise transformar o índio em um ser humano necessitado de tutela, pois ele não é um menor nem um inválido, e sua maioria de indivíduo ou de povo, garantida pela própria lei na Natureza e por Deus, Senhor das consciências e fiador dos direitos humanos, não pode ficar condicionada a critérios de uma suposta “integração”.

Em terceiro lugar, o objetivo do nosso trabalho não será “civilizar” os índios. Estamos convencidos, como o grande precursor Bartolomeu de Las Casas que “muitas lições eles nos podem dar não só para a vida monástica mas também para a vida econômica ou política e poderiam até ensinar-nos os bons costumes” (96). Seria trair o Evangelho, reduzi-lo a instrumento de uma sociedade que “se desumaniza — como diz da cidade Cláudio Villas Boas — tornando o relacionamento entre as pessoas cada vez mais difícil, cada vez mais distante. Tenho pressa em voltar ao Xingu, uma pressa agônica, existencial. Lá, creio que poderei entendê-los melhor. Em síntese: não estando no processo de afogamento, compreenderei melhor o que se está afogando” (97).

Por outro lado, comprometidos com os povos indígenas, afirmamos:

Há entre eles valores vitais que os constituem como *povos* e, consequentemente, os fazem sujeitos de direitos que não podem ser espezinhados. “Como ser humano — proclama Apoena — não pode (o índio) ficar sempre sendo a vítima das decisões muitas vezes arbitrarias dos que pretendem dirigir-lhes o destino” (98). A única atitude válida será respeitá-los como povos e, num diálogo real e positivo, progredirmos juntos como humanidade. Qualquer tipo de intervenção que vise ensinar-lhes costumes e padrões de nossa cultura será ou dominação direta ou caridade farisaica. Só um diálogo assentado no reconhecimento de seus valores e direitos será autêntico e positivo para os dois lados.

Sem assumir a visão idílica de Rousseau, sentimos a urgente necessidade de reconhecer e publicar certos valores que são mais humanos, e assim, mais evangélicos do que os nossos “civilizados” e constituem uma verdadeira contestação à nossa sociedade:

1.º Os povos indígenas, em geral, têm um sistema de uso da terra, baseado no social, não no particular, em profunda consonância com todo o ensinamento bíblico, não só no Antigo mas no Novo Testamento, sobre a posse e o uso da terra (99). Corta-se assim pela raiz a possibilidade de dominação de uns sobre os outros à base da exploração particular de meios de produção. Nota Antônio Cotrim Neto que “com a chegada do branco, estabelece-se o conceito de propriedade particular, surgindo os conflitos na aldeia” (100).

2.º Toda a produção, fruto do trabalho ou do aproveitamento das riquezas da natureza e portanto toda a economia é baseada nas necessidades do povo, não no lucro. Produz-se para viver e não se explora o trabalho para lucrar. “O índio não se preocupa com acumular bens de qualquer natureza — ensina o jesuíta Adalberto Pereira — nem possui o estímulo econômico no sentido de adquirir prestígio ou elevação do “status” social. Não conhece competição econômica e nem atitudes de ambição. Vive o sistema comunitário de produção e consumo, com divisão de trabalho segundo o sexo”. (101).

3.º A organização social tem como única finalidade garantir a sobrevivência e os direitos de todos, não os privilégios de alguns. O comunitário prevalece sobre o individual. Toda expressão cultural visa celebrar e aprofundar este senso de comunidade. Eis a fonte da paz e da harmonia de que tem saudades os sertanistas: “nossos irmãos da selva — diz Cláudio Villas Boas — sem possuírem toda esta sofisticação tecnológica, são plenos e felizes, vivendo uma vida equilibrada e harmoniosa (102). Francisco Meireles sonha: “Intimamente gostaria que eles pudessem ser mantidos em suas aldeias e que nós, civilizados, ao invés de incutir-lhes nossos padrões culturais, aprendêssemos com os índios que sempre vivem em harmonia não só no grupo tribal mas com a própria natureza (103).

4.º O processo de educação caracteriza-se pelo exercício da liberdade. “Aprendem a ser livres desde a infância — diz Luiz Salgado Ribeiro — pois um pai nunca obriga o filho a fazer o que ele não quer. Um pai nunca bate no filho, por maior que tenha sido a sua travessura.” (...) “O índio é acima de tudo um homem livre. Não depende de ninguém para o sustento de sua família — ele mesmo caça e pesca enquanto sua mulher cuida da pequena lavoura de subsistência — e isso lhe dá condições de não dever favor ou obrigação a ninguém. Nem a seu pai, nem ao chefe da tribo” — (104).



A organização do poder não é despótica mas compartilhada. “Assim o chefe não é aquele que manda, mas sim o sábio que aconselha o que deve ser feito ... Se os índios seguem ou não seus conselhos, o problema não é do chefe. Ele apenas é um líder que aconselha; não um patrão que determina o que tem de ser feito. Mesmo no caso de uma guerra, o chefe nunca poderá determinar que todos os homens participem da luta” (105). (105). Isto significa que, entre eles, a autoridade é realmente um serviço à comunidade, não dominação. Claro que nestas condições não há lugar para instituições de policiamento e coerção.

6.º As populações indígenas vivem em harmonia com a natureza e seus fenômenos, em contraposição à nossa “integração com as diferentes poluições, destroços de uma natureza arrasada e substituída pelo habitat em que vivemos: “Os índios, ao contrário dos brancos, sempre conviveram em perfeita harmonia com a natureza, não havendo casos de tribos que tenham destruído a fauna ou a flora de qualquer região por elas habitada. Esta é a posição de antropólogos e especialistas em indigenismo” (106).

7.º A descoberta, evolução e vivência do sexo entram no ritmo normal da vida do índio, num clima de respeito, sem as características de tabu ou de ídolo que se manifestam em nossa sociedade e tanto a condicionam.

Essa enumeração de valores não pretende ser exaustiva nem eles se realizam uniformemente, mesmo porque cada grupo indígena constitui um povo, com suas características peculiares, cuja expressão maior é a língua. Não ignoramos que também no homem indígena há sinais da sombra do pecado que, sob formas diferentes do egoísmo comum, embaraçam a plena realização e autêntica integração desses valores humanos.

Mas esses valores existem e devem ser respeitados, e promovidos. O trabalho a ser feito será decidido com os *índios* e nunca *para* os índios. Eles mesmos desenvolverão seus valores e suas técnicas e decidirão o que aceitam de nossa cultura e com isso realizarão seu caminho original, colaborando com o verdadeiro desenvolvimento integral do Brasil e da Humanidade.

Neste ano em que celebramos o 25.º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, se cotejássemos esses direitos com a nossa realidade civilizada e com a realidade indígena, talvez tivéssemos a surpresa de descobrir que os índios mais os vivem e respeitam do que as nações que afiançaram sua formulação.

Se tivéssemos a corajosa humildade de aprender com os índios, talvez fôssemos levados a transformar nossa mentalidade individualista e as correspondentes estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas para que, em lugar da dominação de uns sobre os outros, pudéssemos construir o mundo solidário da colaboração.

Se como Igreja ou como pessoas que se pretendem cristãs continuarmos nos apresentando aos índios com belas palavras contraditadas por nossas iniciativas capitalistas, permanente e mais profundo será o escândalo para esses povos. Bem o mostra a pergunta de um índio Tupirapé ao missionário: “Quanto é que as Companhias (agro-pecuárias) pagaram ao Pai do Céu de vocês para ele *dar* as terras dos índios”?

O cristão só será sinal universal da salvação e revelador do amor do Pai do Céu, em toda parte e, em particular, para os povos indígenas, se for uma presença respeitosa e paciente e esperançosa que possa perceber, assumir, viver e revelar os legítimos valores desses povos em que se exprime a milenar ação de Deus em sua vida. Eis o que seria uma prática correta da continuidade da Encarnação de Cristo.

Ele mesmo o fez, antes de iniciar sua atividade pública de profecia, “despojando-se de sua divindade” (Fil. 2,7), para situar-se nos limites de um chão humano onde, homem, aprendeu com os homens, a linguagem do diálogo e o gesto da comunhão, faz abrir os caminhos de uma real libertação.

É preciso o despojamento da cultura para entender o índio, nosso irmão. Se a comunhão com o próximo, o amor, é o núcleo da mensagem evangélica, antes de qualquer proclamação verbal, deve ser atitude de vida. Só através de um processo de encarnação no seio dos povos indígenas, assumindo sua cultura, seu estilo de viver e de pensar, poderá ser demonstrada, de modo convincente, a transcendência do Evangelho tão afirmada teoricamente e tão negada na prática, pelas imposições de um rígido legalismo.

Transmitir o Evangelho é instaurar um processo de libertação libertadora e, antes de tudo, vivê-lo no seu dinamismo. Muitos apelos da presença e da ação” do Senhor, sementes do Evangelho, há de receber o evangelizador que real e lealmente se encarne no mundo dos índios. Sentir e decifrar tais apelos será condição preliminar da missão. Juntamente com os índios, é preciso identificar, na vida deles, os rastros de um Deus solícito que percorre e orienta os caminhos de todos os homens, ontem como hoje, para a plenitude dos tempos que é Jesus Cristo, o Homem Novo, cuja ressurreição

radicaliza na história o pioneiro da transformação da Humanidade.

A Ressurreição do Senhor quebra os limites do tempo e do espaço, abrindo os horizontes de uma Nova Humanidade, enquanto autentica os valores pelos quais o Cristo morreu, os valores da Verdade, da Justiça, da Liberdade e do Amor, essenciais para se construir uma sociedade humana fraterna, sacramento, anúncio e revelação de que Deus é o Pai Nosso.

A Ressurreição do Senhor não permite que sua mensagem fique sepultada nos quadros de uma cultura, mesmo que essa cultura se intitule “cristã”.

A Ressurreição do Senhor não permite que seus arautos fiquem reduzidos a pioneiros de um sistema desumano, apaziguadores de conflitos a serviço dos poderosos, a anestesistas de povos chamados primitivos ou selvagens para mortíferos transplantes culturais.

A Ressurreição do Senhor, prova de seu poder soberano, não é compatível com qualquer atitude de desânimo ou desalento, porque é a demonstração da lógica divina que, na execução do Reino, se arma da força dos fracos e da sabedoria dos incultos.

A esta altura, hão de acusar-nos de ter levantado problemas e não trazer soluções. As soluções só serão encontradas na realidade onde nos precede a ação do Espírito. Não haverá solução, enquanto não mudarmos nossos critérios e continuarmos desenvolvendo uma ação inconsciente e irresponsável, por falta de uma visão lúcida. A luz da fé não anula nem atenua nem substitui, mas antes acentua, aclara e exige uma análise objetiva e portanto global da nossa realidade.

Neste esforço de assumir nossa existência em todas as suas dimensões, sentimo-nos solidários com tudo o que existe no mundo, especialmente na América Latina, em favor da libertação do homem e dos povos, em particular dos povos indígenas.

Enfim, sentimo-nos ligados a toda luta pela configuração de uma solidária experiência nacional, o que não significa um nacionalismo estatalista nem tolera qualquer internacionalismo imperialista.

Vivemos sob o signo da morte-ressurreição do Senhor. Nossas populações indígenas, ao longo do tempo, já pagaram à morte o seu doloroso tributo.

Chegou o momento de anunciar, na esperança, que aquele que deveria morrer, é aquele que deve viver.

ADENDO

No dia 21 de dezembro p.p., podiam-se ler nos jornais manchetes como esta do Estado de S. Paulo: “Médici veta participação religiosa junto aos índios” ou, no Jornal do Brasil, “Estatuto dos índios é sancionado com vetos”, esclarecendo logo na segunda alínea: “Os vetos se referem à participação de missões religiosas ou científicas na assistência às comunidades indígenas e à realização de contatos com índios”.

Foi vetado o Parágrafo Único do Art. 2.º assim formulado: “É reconhecido às missões religiosas e científicas o direito de prestar ao índio e às comunidades indígenas serviços de natureza assistencial, respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão federal competente”.

Na justificação do veto, é alegado que “pela própria natureza da assistência ou tutela a ser prestada ao indígena, cumpre se preservar a unidade de ação e controle sobre as áreas ocupadas pelos silvícolas. A outorga a entidades privadas do direito de participar dessa tarefa criará, não obstante os seus altos propósitos, grave embaraço ao exercício da competência assistencial que é incumbida à Nação”.

Logicamente foi também vetado o Artigo 64 e seu parágrafo, nos quais se autoriza e disciplina a prestação de serviços aos índios, sem fins lucrativos, por entidades religiosas, científicas ou filantrópicas.

Foi igualmente vetado o Parágrafo Segundo do Art. 18: “É vedado a terceiros contratar com índios a prática por estes de qualquer das atividades previstas no parágrafo anterior” isto é, “a prática de caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividades agropecuária ou extrativa”.

Da justificação, destacamos a seguinte frase: ...“cria esse preceito obstáculos ainda ao cumprimento dos objetivos cardeais do Estatuto, que consistem precisamente na rápida e salutar integração do índio na civilização” (Jornal do Brasil, 21/12/73).

Quando da aprovação da emenda do Senado sobre as missões religiosas e científicas, eis o que dizia o P. Vicente Cesar, presidente do Conselho Indigenista Missionário, no dia 23 de novembro p.p.: “Os missionários defendem os índios há séculos e um direito secularmente respeitado não pode ser transformado subitamente num simples consentimento de ação, sem desprimor para nossa História (O Estado de S. Paulo).



Seria supérfluo qualquer comentário, a esta altura, sobre esses vetos que apenas vêm ilustrar tudo o que já foi exposto: a redução dos índios à condição de pobres tutelados, o comportamento do governo que trata não somente as suas terras, mas suas próprias pessoas como objeto de apropriação e toda a iniquidade da tal integração de que tanto se fala.

Se os missionários podem invocar um direito que lhes é conferido pelo Evangelho, portanto pelo próprio Deus, em termos de um imprescritível mandato, podem os cientistas invocar a outorga de seu direito da própria humanidade a cujo serviço se colocam.

Este adendo, imposto pelo caráter recente dos fatos, pretende simplesmente servir como confirmação de todo este documento.

I — YUCA PIRAMA

ADENDO N.º II

Motivos alheios à vontade dos autores fizeram com que este documento só venha à luz da publicidade três meses após a data para o qual foi preparado. Nas atuais circunstâncias em que vivemos, não será difícil ao leitor identificar o tipo de obstáculos que sua publicação encontrou. Poupa-mo-lhe, por isso, o relato de toda essa penosa história que já vale por um tributo pago à defesa dos nossos índios.

As notícias divulgadas pelos mais sérios jornais do país, após a data em que deveria ter vindo a público este documento, confirmam a análise da situação em que se encontram os índios e as críticas à FUNAI. “Ainda há pouco, os jornais estampavam o triste documento fotográfico de índios Kreen-Akarores mendigando na rota Cuiabá-Santarém. Os atritos entre tribos e colonos que lhes cobiçam as terras são fatos comuns. Igualmente rotineiras são as notícias de alcoolismo, prostituição, tuberculose e outras doenças contraídas por tribos que o homem civilizado pretende resgatar à vida primitiva” (JORNAL DO BRASIL, 12/3/74).

Os Kreen-Akarores, menos de um ano depois de atraídos, foram iniciados em aberrações, por um funcionário da FUNAI. “O presidente da FUNAI, general Bandeira de Melo, mandou instaurar inquérito para apurar as responsabilidades do sertanista (...) acusado de prática homossexualista, envolvendo índios Kreen-Akarores” (O POPULAR de Goiânia, 9/1/74).



A propósito desse lamentável fato, o missionário jesuíta Antônio Iasi Junior, comentava: “os índios estão sempre levando a pior, nossa luta em defesa de seus interesses chega a assumir características, de quando em quando, de tarefa insuportável. Sinceramente, não sei por que é que existe tanta insensibilidade, tanto egoísmo e tanta podridão entre os que se dizem, alto e bom som, como defensores dos índios” (VOZ DO PARANÁ, 14-20/1/74).

Novos pronunciamentos foram ouvidos nas Câmaras, como o do deputado Juarez Bernardes, criticando as atividades da FUNAI e classificando-as como “um desastre social” (JORNAL DO BRASIL, 13/3/74).

As declarações de Rangel Reis, atual ministro do Interior, antes da posse, não deixaram de chocar a todos que se interessam pelo problema dos índios. “Novo Ministro quer fim das reservas indígenas” deu manchete de Jornal (JORNAL DO BRASIL, 9/3/74) e mereceram destaque na 1.^a página suas opiniões sobre a “absorção dos índios brasileiros na sociedade civil e o abandono — tão rápido quanto possível — da idéia de reservas indígenas”, pois “o problema do índio será tratado dentro da nova ótica, sem romantismos”... (JB, id). Igualmente, deve-se partir “para uma política realista e honesta” (O GLOBO, 9/3/74). O novo presidente da FUNAI tentou um “arranjo” para encobrir a nota dissonante de tal declaração, dizendo que “as declarações recentes do Ministro do Interior do novo governo, Sr. Rangel Reis, foram mal interpretadas” (JORNAL DO BRASIL, 12/3/74).

Mas a confusão continua pois enquanto o Ministro diz que se deve partir “para uma política realista e honesta”, o presidente da FUNAI, general Ismarth de Araújo, diz: “Haverá continuidade na política indigenista oficial...” (JORNAL DO BRASIL, 12/3/74).

O mais acertado seria dizer com o Presidente do CIMI: “A política da FUNAI é vacilante” (O ESTADO DE S. PAULO, 13/3/74). Ela deve ir ao sabor da política desenvolvimentista do país, para a qual o índio é visto como um estorvo ao progresso nacional. Entretanto “a questão do índio — como afirma o antropólogo Roberto da Mata, Diretor de Antropologia do Museu Nacional — deve ser colocada de outra maneira, ou seja: como o desenvolvimento brasileiro poderá beneficiar os grupos tribais que vivem em território nacional?” (O GLOBO, 17/3/74).

NOTAS

- 1 — Comunicado mensal da CNBB, n.º 231 — Dezembro, 1971 e L'OSSERVATORE ROMANO — Ed. em Português, 30/1/72.
- 2 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/6/1971.
- 3 — O ESTADO DE S. PAULO —
- 4 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/3/1973.
- 5 — JORNAL DO BRASIL — 16/11/1973.
- 6 — O ESTADO DE S. PAULO — 2/2/1973.
- 7 — O ESTADO DE S. PAULO — 18/8/1973.
- 8 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/7/1973.
- 9 — A NOTÍCIA (MANAUS) — 10/1/1971.
- 10 — O GLOBO — 19/7/1971.
- 11 — JORNAL DO BRASIL — 15/11/1973.
- 12 — VISÃO — 25/4/1971.
- 13 — GONÇALVES DIAS, Antônio — OS TYMBIRAS, canto III.
- 14 — JORNAL DA TARDE — 8/12/1971.
- 15 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/10/1971.
- 16 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/8/1972.
- 17 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/8/1973.
- 18 — O ESTADO DE S. PAULO — 16/11/1971.
- 19 — JORNAL DO BRASIL — 28-29/11/1971.
- 20 — O ESTADO DE S. PAULO — 12/3/1971.
- 21 — REALIDADE — Outubro de 1971.
- 22 — REALIDADE — Outubro de 1971.
- 23 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1973.
- 24 — CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA NETO in "La Situacion del indígena en América del Sur" — Montevideo — Uruguay — 1972, p. 404.
- 25 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/5/1971.
- 26 — VEJA — 28/2/1973.
- 27 — O ESTADO DE S. PAULO — 28/3/1972.
- 28 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/4/1971.
- 29 — JORNAL DO BRASIL — 8/7/1972.
- 30 — O ESTADO DE S. PAULO — 4/4/1972.
- 31 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/5/1972.
- 32 — JORNAL DO BRASIL — 25/10/1973.
- 33 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/9/1971.
- 34 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/3/1972.
- 35 — O ESTADO DE S. PAULO — .../1/1971.
- 36 — JORNAL DO BRASIL — 24/12/1972.
- 37 — O ESTADO DE S. PAULO — 27/2/1972.
- 38 — JORNAL DO BRASIL — 20-21/2/1972.
- 39 — O ESTADO DE S. PAULO — 25/5/1972.
- 40 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/12/1971.
- 41 — O JORNAL — Rio — 29/4/1973.
- 42 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/5/1973.
- 43 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/12/1971.
- 44 — CORREIO BRASILIENSE — 8/12/1971.
- 45 — VEJA — 5/4/1972.
- 46 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/10/1971.
- 47 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/11/1973.
- 48 — O ESTADO DE S. PAULO — 21/11/1973.
- 49 — JORNAL DO BRASIL — 15/2/1973 — Carlos Drumond de Andrade.



- 50 — CORREIO BRASILIENSE — 1/9/1973.
- 51 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1972.
- 52 — O ESTADO DE S. PAULO — 13/5/1971.
- 53 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/4/1973.
- 54 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/4/1972.
- 55 — O ESTADO DE S. PAULO — 30/3/1972.
- 56 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/8/1973.
- 57 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/8/1973.
- 58 — SILVIO COELHO DOS SANTOS — Índios e Brancos no Sul do Brasil” — Florianópolis, 1973 — pág. 21-22.
- 59 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/5/1971.
- 60 — EU OUVI O CLAMOR DO MEU POVO — Documentos de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste — MARGINALIZAÇÃO DE UM POVO, GRITO DAS IGREJAS — Documento de Bispos do Centro-Oeste.
- 61 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
- 62 — O ESTADO DE S. PAULO — 7/11/1972.
- 63 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/4/1971.
- 64 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1972.
- 65 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/1/1972.
- 66 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/11/1972.
- 67 — O ESTADO DE S. PAULO — 10/8/1972.
- 68 — JORNAL DO BRASIL — 21/4/1973.
- 69 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/11/1973.
- 70 — CASALDALIGA, Pedro — “Uma Igreja contra o latifúndio na Amazônia” — 1971.
- 71 — JORNAL DO BRASIL — 18/9/1973.
- 72 — O ESTADO DE S. PAULO — 10/8/1972.
- 73 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/7/1973.
- 74 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
- 75 — CORREIO DA MANHA — 19/9/1972.
- 76 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/9/1973.
- 77 — JORNAL DO BRASIL — 14/2/1973.
- 78 — JORNAL DO BRASIL — 21/4/1973.
- 79 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/2/1973.
- 80 — Atas do Simpósio sobre o futuro dos Cinta-Largas — Universidade Federal de Mato Grosso — Cuiabá — Março de 1973.
- 81 — ANUÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS — Roma, 1971/72.
- 82 — O ESTADO DE S. PAULO — 14/11/1972.
- 83 — REALIDADE — Outubro, 1971.
- 84 — DIÁRIO DE PERNAMBUCO — 22/7/1973.
- 85 — JORNAL DO BRASIL — 24/5/1972.
- 86 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/5/1971.
- 87 — O ESTADO DE S. PAULO — 2/9/1973.
- 88 — O ESTADO DE S. PAULO — 25/3/1972.
- 89 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/11/1973.
- 90 — CONVENÇÃO N.º 107 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Genebra.
- 91 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
- 92 — O ESTADO DE S. PAULO — 7/11/1972.
- 93 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
- 94 — ADALBERTO HOLANDA PEREIRA — “Questões de Aculturação” in ESSA ONÇA — Universidade Federal de Mato Grosso — § 12 (1973).
- 95 — CARTA DOS CACIQUES DE VOTOURO — 28/5/68 — Cópia datilografada, pág. 13.



- 96 — MARIANNE MAHN-LOT — “Barthélémy de Las Casas” — L’Evangile et La Force — Ed. du Cerf, Paris, 1964 — p. 102.
- 97 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
- 98 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/6/1973.
- 99 — DOM FRANZONI — “La Terra è di Dio”.
- 100 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/8/1972.
- 101 — ADALBERTO HOLANDA PEREIRA — “Questões de Aculturação” in ESSA ONÇA — Univ. Fed. de Mato Grosso — 1973, § 18.
- 102 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
- 103 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/6/1973.
- 104 — A VOZ DO PARANÁ — 39/9-6/10/1973.
- 106 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/3/1972.

II ENCONTRO INTER-REGIONAL DE PASTORAL – MANAUS
1974

**Linhas Prioritárias
de Pastoral da Amazônia**

*“Queremos ser um povo unido que trabalha
para corresponder às exigências do nosso tempo”.
(GS, n. 91)*

Manaus, 1974

APRESENTAÇÃO

Este não é um documento novo e sim uma explicitação e um aprofundamento de trabalhos anteriores, visando unificar e fortalecer, em função do próximo período de atividades, o sentido da ação e da reflexão havidas até agora.

A história e a mensagem deste documento têm como ponto de partida a reunião realizada no Rio de Janeiro de 14 a 16 de julho de 1971 e na qual, pela primeira vez, os representantes do Regional Norte 1 e Norte 2 trabalharam juntos e trataram de uma ação pastoral que atingisse unitariamente toda a região amazônica.

A ideia surgida no Rio de Janeiro foi estudada e ampliada nas sucessivas reuniões preparatórias de Manaus e de Belém, realizadas durante o mesmo ano, de 9 a 13 de agosto e de 6 a 8 de novembro, respectivamente. Nesses dois encontros, fez-se um levantamento dos problemas da evangelização na região amazônica e chegou-se a falar num plano inter-regional de pastoral a ser traçado em breve.

Essa decisão levou a um passo definitivo: o Primeiro Encontro Inter-regional de Pastoral da Amazônia. Após ter enviado às Igrejas locais os resultados das próprias reflexões e ter recebido das mesmas sugestões e pareceres, os representantes de toda a região, reunidos em Santarém entre 24 e 30 de maio de 1972, redigiram o primeiro documento de pastoral inter-regional conhecido sob o nome de “Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia”.

Esse primeiro documento oficial serviu de base para a ação que, durante o período 1972-74, desenvolveu-se nas arquidioceses e prelazias de toda a região, e, com o mesmo título, reaparece aqui



enriquecido pela experiência e pelas reflexões que os representantes dos dois regionais, reunidos novamente em Manaus em maio do corrente ano, puderam examinar e avaliar em conjunto.

Os esclarecimentos e os acréscimos incluídos na atual redação – veja-se, por exemplo, o aparecimento de uma quinta linha prioritária relativa à pastoral da juventude – não pretendem ser uma novidade, mas somente uma evolução lógica e realista das conclusões alcançadas anteriormente.



LINHAS PRIORITÁRIAS DE PASTORAL DA AMAZÔNIA

A – REFORMULAÇÃO DAS DIRETRIZES BÁSICAS

A.1 – PRÓLOGO

A.1.1 – A Igreja na Amazônia, reunida em Manaus, partindo da avaliação das atividades pastorais dos últimos dois anos, sente a necessidade de aprofundar e atualizar, à luz das experiências positivas e negativas de sua atuação, alguns aspectos das LINHAS PRIORITÁRIAS DA PASTORAL DA AMAZÔNIA, com vistas ao prosseguimento do esforço generosamente iniciado.

A.1.2 – A explicitação dessas LINHAS PRIORITÁRIAS, baseadas nas diretrizes básicas, é apresentada em normas indicativas que requerem de cada uma das Igrejas locais um aprofundamento comunitário, para que as concretizem na sua atuação pastoral, em busca de uma evangelização organizada da nossa região.

A.1.3 – Reconhecendo ainda uma vez o dever de inspirar a própria atividade nas exigências do homem, a Igreja local confia aos Institutos de Pastoral de Manaus e de Belém a tarefa de preparar estudos analíticos que, aprofundando a situação regional sob vários pontos de vista (antropológico, religioso, social, econômico, histórico), possam cada vez mais orientar o empenho das dioceses e prelazias.

A.1.4 – É nesta consciência da complexidade e das contradições da situação humana regional que ela quer, antes de tudo, reafirmar a validade das Diretrizes Básicas de Santarém, fazendo com que, no futuro, sejam mais iluminantes e empenhativas.

A.1.5 – Trata-se, em concreto, de dois princípios que, vistos como contemporâneos e complementares, devem caracterizar e tornar autêntica a única e global ação da Igreja: A EVANGELIZAÇÃO.

A.2 – A ENCARNAÇÃO NA REALIDADE

A.2.1 – Exigida pelas sementes do Verbo presente na realidade desde a criação do mundo e pela conduta do próprio Cristo, que quis identificar-se com tudo o que era humano, exceto o pecado, a nossa encarnação deve consistir num total entrosamento com a realidade concreta do homem e do lugar (linguagem, valores, problemas), impondo-nos para isso, orientações programáticas fundamentais.

- a) Uma tentativa constante de nos identificarmos com os irmãos, em sentido, antes de tudo, qualitativo.
- b) Um conhecimento que nos torne capazes de entender a mentalidade do povo, o seu modo mítico-místico de entender e conduzir a vida.
- c) Experiência concreta, de alguma maneira, da situação de simplicidade, de pobreza, injustiça e abandono em que vive o homem da nossa região.
- d) A vontade de assumir, como nossos, os seus problemas e aspirações.
- e) O esforço criativo de integrar numa pastoral adaptada (catequese, liturgia, estruturas instrumentais) os valores tradicionais e atuais que constituem o patrimônio de nossa gente.

A.2.2 – Na busca dessas metas, deverá ser contínua a preocupação de remover do nosso caminho os obstáculos à encarnação que são devidos a uns aspectos da formação que tivemos e nos levam a julgar, antes de amar, a condenar, antes de salvar.

A.2.3 – Só assim a nossa vida se tornará testemunho do Verbo Encarnado e, transformando-nos em criaturas livres, nos poderá colocar a serviço exclusivo da Evangelização.

A.3 – A LIBERTAÇÃO

A.3.1 – De nada serviria a Encarnação na realidade, se não soubéssemos enxergar a finalidade que lhe é própria e que nos deve nortear desde o começo: quebrar as cadeias da escravidão espiritual, psicológica e socioeconômica em que o nosso homem se encontra; superar a condição de estabilidade e inferioridade em que ele vive, ao ponto de nem suspeitar a sua vocação a uma vida ressuscitada.

A.3.2 – Ao nosso povo que sofre na fé e que, apesar de muitos defeitos, procura viver a caridade evangélica, temos o dever de mostrar o caminho da Esperança, convidando-o a construir desde agora, com as próprias forças e por meio de novas situações, o Reino do Pai. Para que isso possa acontecer, nossa atividade pastoral deverá respeitar as seguintes condições:

- a) Além de ser fiel à mensagem de Cristo, deverá sempre procurar responder a situações concretas anteriormente analisadas fazendo com que a palavra de Deus, que é o próprio Cristo, se torne ela mesma esclarecedora e capaz de libertar consciências, ideias e forças operativas.
- b) A realidade humana deve ser olhada de maneira global, sem separação entre alma e corpo, entre natural e sobrenatural.
- c) Todas as nossas atividades deverão ser estudadas e executadas dentro das possibilidades atuais do povo, evitando tomar seu lugar e dispensá-lo das suas responsabilidades; ficando, contudo, ao seu lado e colaborando fraternalmente, ele poderá crescer segundo a sua vocação e alcançar uma independência criadora.

- d) Com consciência crítica do mundo, teremos o dever de nos pronunciar perante tudo aquilo que de algum modo atinja a dignidade e a liberdade da pessoa humana e da família.

B – AVALIAÇÃO DO TRABALHO FEITO

B.1 – À LUZ DA DIRETRIZ “ENCARNAÇÃO NA REALIDADE”

B.1.1 – Apesar dos esforços dos agentes de pastoral, a encarnação na realidade, apontada como primeira diretriz da pastoral na Amazônia, não é fácil, por diversos motivos:

- a) A origem heterogênea de bispos e padres dificulta o conhecimento adequado da realidade local, impedindo a interpretação objetiva de fatos e situações, pressuposto indispensável para a encarnação.
- b) A formação e mentalidade deles torna difícil a identificação com os irmãos da região.
- c) A instabilidade dos agentes de pastoral e as rápidas e profundas transformações ambientais e sociais são outro obstáculo.

B.1.2 – Em muitas igrejas locais procura-se eliminar esse impasse com diversas iniciativas: pesquisas sociais, encontros, cursos, estudos sistemáticos. Congressos do Povo de Deus, visitas familiares, assunção de formas particulares de vida do povo etc.

B.1.3 – Alguns observam que esse esforço é entendido pelo povo, que aceita as atuais limitações a respeito, embora mostre desejo de que sejam cada dia mais eliminadas.

B.2 – À LUZ DA DIRETRIZ “LIBERTAÇÃO”

B.2.1- Nossa evangelização, apesar da boa vontade, nem sempre revela-se LIBERTADORA.

B.2.2 – As atuais condições conjunturais dificultam imensamente todo trabalho de conscientização. Apesar dos obstáculos, lutas e incompreensões, persegue-se o objetivo da defesa dos direitos humanos, especialmente em algumas áreas de maior tensão, como para os trabalhadores professores e camponeses.

B.2.3 – Para que o povo possa ser autor de sua própria libertação, muitas são as iniciativas, no campo da saúde, educação, trabalho, condições de vida e habitação. Essas iniciativas, abandonando aos poucos o critério de pura e simples assistência, orientam-se para a conscientização e preparação do povo, na busca ativa das metas de sua promoção humana e cristã.

B.2.4 – Embora com limitações e muitas vezes provando a amargura de fracassos e desânimos, nota-se a abertura para horizontes novos: o Povo de Deus, de receptor passivo, está passando a autor consciente de sua própria evangelização.

B.3 – SEGUNDO AS LINHAS PRIORITÁRIAS TRAÇADAS EM SANTARÉM

B.3.1 – Agentes de Pastoral

B.3.1.1 – Através do programa IGREJAS-IRMÃS e outras iniciativas com o despertar do interesse no País pela Igreja na Amazônia, a escassez de agentes de pastoral começa a ser aliviada, graças a outras fontes de missionários, sacerdotes, religiosas e leigos.

B.3.1.2 – Para os que já estão engajados em atividades pastorais na região, foi incrementado o esforço de atualização contínua.

B.3.1.3 – Encontramos diversos tipos de agentes de pastoral, além de padres e religiosas: catequistas, monitores, líderes de comunidades, ministros da Eucaristia.

B.3.1.4 – Os critérios de escolha são geralmente dois: livre eleição das comunidades interessadas ou indicação por parte dos bispos ou padres, aceita pelo povo de Deus.



B.3.1.5 – Quanto à proveniência, alguns vêm dos movimentos que já existiam, outros são descobertos nas visitas familiares ou emergem da própria comunidade. Muitas vezes os professores assumem essas tarefas, especialmente em comunidades rurais.

B.3.1.6 – A preparação é feita em centros de treinamento ou com cursos sistemáticos, semanas bíblicas, encontros, transmissões radiofônicas, com subsídios didáticos etc.

B.3.1.7 – Encarregados dessa formação são geralmente padres, religiosos e leigos do lugar. Muitas vezes convidam-se também especialistas que vêm de fora.

B.3.1.8 – O IPAR de Belém e o CENESC de Manaus, além de organizar cursos para todo tipo de agentes de pastoral e de estar capacitados para assessorar a Região nesse setor, possuem curso para a preparação de sacerdotes e agentes de nível superior.

B.3.1.9 – As principais dificuldades provêm da escassez de formadores especializados, das distâncias para realizar cursos e encontros, e da falta de meios financeiros.

B.3.2 – Comunidades Cristãs de Base

B.3.2.1 – A maioria das dioceses e prelazias da região considera as Comunidades cristãs de base como linha prioritária absoluta da pastoral.

B.3.2.2 – Alguns observam que elas já existiam antes do Encontro de Santarém, embora tenham recebido dele novo impulso. Em muitos lugares, só depois de maio de 1972 é que começaram a surgir.

B.3.2.3 – Embora haja uma convergência básica quanto à concepção das Comunidades cristãs de base, a maneira de entender sua natureza é bastante variada. Em algumas igreja locais elas se diferenciam, quanto ao tipo: umas são ambientais, outras seguem mais o critério geográfico.

B.3.2.4 – Os pontos de partida para a sua formação são os mais variados: visita às famílias, nucleação, testemunho de cristãos engajados, desmembramento da paróquia em setores, descentralização da paróquia, movimento de Educação de Base, evolução gradual da pastoral comunitária, conscientização de alguns elementos que irradiam o interesse aos outros, aproveitamento de movimentos já existentes, atividades de promoção humana, inserção de elementos atuantes nas lideranças administrativas de conjuntos residenciais, reuniões explicativas ao povo etc.

B.3.2.5 – Quanto às etapas, os caminhos fundamentais para seu crescimento parecem ser dois:

- a) Em certos casos, do aprofundamento de fé, chega-se à vivência da caridade.
- b) Em outros, do esforço para a promoção humana, chega-se à vivência e ao amadurecimento da fé.

Alguns observam que o primeiro caminho parece ser o mais seguro quanto aos resultados.

B.3.2.6 – Diversas são as atividades que dão vida a uma comunidade de base: o culto dominical, a catequese (especialmente em preparação aos sacramentos), o trabalho de promoção humana, atividades comunitárias, clubes de mães, visitas familiares etc.

B.3.2.7 – Principais dificuldades apontadas: instabilidade habitacional, desconfiança ou oposição dos patrões, dispersão de habitações, falta de instrução, falta de meios materiais etc.

B.3.2.8 – Os resultados parecem satisfatórios e fazem esperar no crescimento da vida cristã. Nota-se o amadurecimento cristão do povo, a atuação comunitária no campo da promoção humana, a corresponsabilidade, a maior conscientização. Gradativamente, as comunidades adquirem autossuficiência e capacidade de se dirigir com elementos próprios.

B.3.3 – Pastoral Indígena

B.3.3.1 – Muitas prelações têm uma atuação pastoral no meio dos índios. Outras, porém, ou não sabem de sua existência em seu território, ou não conseguiram entrar em contato com eles, ou declaram não ter pessoal apto para esse trabalho pastoral.

B.3.3.2 – Diversas apontam alguns tipos particulares de atuações: educação, promoção humana, tradução e publicação de catecismo e evangelho no idioma indígenas, orientação gradativa ao trabalho e ao abandono da vida nômade etc.

B.3.3.3 – Com exceção da FAB que presta ajuda à atuação dos missionários, os outros órgãos interessados entram frequentemente em conflitos de competência com as missões entre os índios.

B.3.3.4 – Sente-se a exigência de dar maior impulso à preparação específica de agentes de pastoral para os indígenas.

B.3.4 – Estradas e Outras Frentes Pioneiras

B.3.4.1 – São poucas as prelações que se defrontam com o problema pastoral das estradas. Duas delas reconhecem que a Igreja não se tornou presente nos núcleos de trabalhadores que as constroem. Outras esforçam-se para atuar pastoralmente nesse campo.

B.3.4.2 – Muito depende das disposições das companhias construtoras: algumas favorecem a atuação pastoral, em seus acampamentos; outras são indiferentes; outras a proíbem.

B.3.4.3 – Uma vez formados os núcleos habitacionais, segue-se o mesmo método pastoral dos outros lugares, favorecendo a formação de comunidades cristãs de base, embora com grandes dificuldades, pela extensão das terras e a oposição dos novos donos delas.

B.3.4.4 – Nos centros extrativos de minério ou de madeira as dificuldades e os obstáculos são os mesmos. Também ali tudo depende da disposição benévola ou hostil dos patrões.



C – REFORMULAÇÃO DAS LINHAS PRIORITÁRIAS

C.1 – FORMAÇÃO DE AGENTES DE PASTORAL

C.1.1 – Objetivo

C.1.1.1 – Visa-se formar agentes de pastoral, isto é, pessoas que se comprometem total ou parcialmente a trabalhar na Pastoral da Igreja, com diversidade de ministérios.

C.1.1.2 – Por diversificação de Ministérios entendemos: presbíteros, diáconos, acólitos, leitores, ministros da Eucaristia e de outros sacramentos, dirigentes de culto e de comunidade, catequistas e outros.

C.1.2 – Justificativa

C.1.2.1 – O cristão, pelo batismo e pela confirmação, tem uma missão a cumprir dentro da comunidade, que consiste em testemunhar a verdade, pregar a Boa-Nova, viver conforme os dons e a capacidade que recebeu (cf. Hb. 5,1-3), e, como fermento, transformar a realidade em que vive.

C.1.2.2 – Povo de Deus significa Comunidade de batizados que tem como elemento integrante a liderança. Urge incentivar e formar pessoas a exercerem essa liderança, com idealismo e perseverança.

C.1.3 – Normas Indicativas

C.1.3.1 – A formação dos agentes de pastoral deve considerar, em primeiro plano, os elementos locais, os autóctones. Ninguém melhor do que o homem do próprio meio tem condições para exercer a liderança dentro da comunidade. Mais ainda, é do mesmo ambiente que essa liderança deve surgir e, na medida do possível, ser indicada pela comunidade a que pertence.

C.1.3.2 – Sendo o trabalho comunitário considerado fundamental para a atuação do agente de pastoral, ele deve ser testado e treinado para o trabalho em equipe.

C.1.3.3. – Durante o período de sua formação como agente de pastoral, especialmente quando essa for de nível superior, deverá promover-se um constante intercâmbio entre os candidatos e agentes de pastoral que estão trabalhando, para trocar ideias, conhecer e analisar experiências etc.

C.1.3.4 – Esses candidatos devem estar atentos às necessidades de sua comunidade, voltar de vez em quando a ela a fim de não perder o contato; aproveitarão esses períodos para completar sua formação com pesquisas e testar sua capacidade como futuros agentes de pastoral.

C.1.3.5 – Dever-se-á promover uma espiritualidade evangélica, comprometida e em sintonia com a realidade.

C.1.3.6 – Os critérios para o conteúdo e a duração do período de formação devem ser as necessidades locais e os objetivos da pastoral. Não se trata apenas de uma formação teórica e, sim, também de uma formação integral pela ação.

C.1.3.7 – Promova-se também dentro do respeito das finalidades peculiares de cada um deles, a renovação de movimentos e associações, visando preparar e capacitar seus membros para uma inserção consciente e atuante na vida eclesial local.

C.1.3.8 – Procure-se despertar interesse, entre o povo de Deus, para que não falem à Igreja os candidatos ao ministério sacerdotal, que devem ser formados de acordo com os programas de nossos institutos de pastoral, na perspectiva das necessidades amazônicas e na observância das prescrições estabelecidas pelo episcopado e pela Santa Sé.

C.1.3.9 – Para religiosos e religiosas que trabalham na região amazônica, crie-se uma oportunidade de reciclagem, e, por ocasião de transferências, leve-se em conta o engajamento na Pastoral.



C.1.3.10 – Os Superiores maiores e os Provinciais de religiosos e religiosas que virão trabalhar na Amazônia:

- a) Destinem só membros que façam uma verdadeira opção de trabalho para esta região.
- b) Seleccionem o pessoal conforme os critérios que assegurem eficiência de trabalho.
- c) Busquem para os candidatos oportunidade de formação adequada.

C.1.3.11 – Seja em âmbito regional como em cada igreja local haja preocupação para uma inserção plena e corresponsável das religiosas na pastoral local, respeitando e aproveitando carismas individuais e características peculiares dos diversos institutos.

C.1.3.12 – Na formação de agentes de pastoral de nível superior deve-se conceder especial atenção às seguintes áreas:

- a) Teologia, Catequese, Bíblia, Liturgia.
- b) Antropologia, Sociologia, desenvolvimento de comunidade, comunidade cristã de base, psicologia, pedagogia e liderança.

C.1.3.13 – Na formação dos agentes de pastoral de nível médio, as áreas poderão ser as indicadas para o curso superior, com as peculiares adaptações.

C.1.3.14 – Quanto à formação de agentes de pastoral de nível popular, incluem-se pelo menos os seguintes temas:

- a) Realidade que nos cerca.
- b) Jesus Cristo.
- c) A Igreja como comunidade.
- d) Novo Testamento (iniciação simples e manuseio).
- e) Normas simples de dinâmica de grupo.



C.1.3.15 – Essa formação tenha um cunho eminentemente prático, tendendo mais para o treinamento.

C.1.3.16 – Reconhecendo que leigos voluntários, cristãos qualificados, de outras regiões do país ou mesmo do estrangeiro, podem dar, com sua opção de serviço, uma valiosa contribuição para o crescimento das Igrejas locais, recomendamos que tais candidatos sejam:

- a) Selecionados e possivelmente mantidos com a colaboração das Igrejas-irmãs, congregações e organizações católicas do lugar de origem, ou de outros países.
- b) Treinados na área onde irão trabalhar.
- c) Enviados às comunidades que tenham pedido a colaboração e estejam preparadas para esse tipo de trabalho.

C.1.3.17 – Promover-se-á em cada prelazia, ou em nível regional ou inter-regional, a reciclagem dos atuais agentes de pastoral, através de cursos de espiritualidade, reflexões frequentes, que deverão estar voltadas para a evolução teológica, como também para os temas mais atuais e mais interessantes para a pastoral.

C.2 – COMUNIDADE CRISTÃ DE BASE

C.2.1 – Objetivo

C.2.1.1. – A Comunidade Cristã de Base continua sendo o principal objetivo da Pastoral Amazônica.

C.2.1.2 – Por Comunidade Cristã de base entendemos:

- a) o primeiro e fundamental núcleo eclesial.
- b) que procura viver o amor libertador (cf. Mt 25,31ss).
- c) na fé no sacramento (cf. Mt 16,16).
- d) e atua com a consciência crítica do meio em que vive (Medellín, 15,10)

C.2.1.3 – Por conseguinte, nosso objetivo será suscitar e organizar comunidades cristãs de base, ambientais e territoriais.

C.2.2. – Justificativa

C.2.2.1 – Deus criou os homens não para viverem isoladamente, mas formarem uma união social.

C.2.2.2 – Da mesma forma, Deus quis salvar e santificar os homens, não individualmente, mas constituindo-os em povo.

C.2.2.3 – Desde o início da História da Salvação, Deus escolheu os homens não somente como pessoas isoladas, mas como membros de uma comunidade.

C.2.2.4 – Essa índole comunitária é aperfeiçoada e consumada pela obra de Cristo (LG, 32).

C.2.2.5 – Onde dois ou mais se encontram em nome de Cristo, aí está um núcleo comunitário, básico e fundamental da vida da Igreja (cf. Mt 18,19-20); (cf. Jo 13,35).

C.2.2.6 – Não é suficiente, porém, ser membro de uma comunidade. O que importa é ter convivência na comunidade, para poder praticar mais eficazmente o amor, único caminho da salvação (cf. Mt 25, 31; LG 14).

C.2.2.7 – Esse amor é o próprio Deus e, por isso mesmo, é eficaz, libertador: restitui o homem a seu meio e o estabelece plenamente na sociedade, na qual tem direito de viver.

C.2.2.8 – A comunidade cristã vive o mesmo amor salvífico vivido por qualquer pessoa de boa vontade; vive-o, porém, na fé e no sacramento, isto é, plenamente consciente de que o que salva verdadeiramente é o amor libertador.

C.2.2.9 – Possuir a “fé plena não é um privilégio para o cristão, e sim um compromisso com a ‘fé que começa’”. É aí que se estabelece um diálogo crítico e, por conseguinte, libertador de



todos os obstáculos que impedem o homem de ser verdadeiramente homem.

C.2.3 – Normas Indicativas

C.2.3.1 – As comunidades podem se formar a partir do aprofundamento da fé que chega à vivência da caridade na promoção humana global, ou do esforço de promoção humana, que chega à vivência e ao amadurecimento da fé. Em todos os casos, é sempre a fé que esclarece todas as coisas com luz nova: manifesta o plano divino sobre a vocação humana e, por isso, orienta a mente para soluções plenamente humana (GS, n. 11; 1Tm 5,8).

C.2.3.2 – Nossa experiência tem demonstrado que comunidades que partiram dos dados de fé chegaram mais facilmente a exigências de transformação do meio.

C.2.3.3 – A vida sacramental é constitutiva da Comunidade cristã, mas supõe a anterior adesão à fé, resultante de uma ação evangelizadora.

C.2.3.4 – Nossa preocupação deverá ser mais qualitativa que quantitativa, no sentido de que, quem leva o nome de cristão, leva consigo toda a vocação e missão da Igreja (LG, n. 14).

C.2.3.5 – No meio rural, promova-se gradativamente a transformação dos grupos humanos que tem centro numa capela em núcleos comunitários que irradiem a evangelização.

C.2.3.6 – No meio urbano, renovem-se as grandes paróquias, suscitando núcleos comunitários evangelizadores do meio ambiente.

C.2.3.7 – Descubram-se e dinamizem-se, para isso, pessoas e grupos que possam transformar-se em comunidades – luz, fermento e sal do meio em que vivem.

C.2.3.8 – De preferência, não se parta de pessoas isoladas, mas da família, considerando-a como a raiz da Comunidade Cristã de Base.

C.2.3.9 – As dimensões da comunidade de base sejam tais que permitam:

- a) Um relacionamento primário, onde os membros se conheçam pessoalmente.
- b) O surgimento, no próprio meio, de lideranças de serviço.
- c) A existência de um elemento dinâmico de constante renovação, de tal forma que ela esteja sempre aberta e preparada ao diálogo com o homem do momento.
- d) Prestação de serviços vários, dentro e fora da comunidade.

C.2.3.10 – Onde houver conselhos pastorais ou paroquiais, participem ativamente da constituição de núcleos comunitários.

C.2.311 – Organizem-se cursos e encontros sobre dinâmica e organização de comunidades:

- a) Em nível de base: no próprio local, para todos os membros da comunidade.
- b) Em nível paroquial: para os coordenadores das comunidades.
- c) Em nível de diocese ou prelazia: para todos os coordenadores e demais agentes de pastoral.
- d) Em nível regional ou inter-regional: para troca de experiências e aproveitamento de capacidades.

C.3 – PASTORAL INDÍGENA

C.3.1 – Objetivo

C.3.1.1 – Tornar-se presente na irreversível integração do indígena à vida nacional, para que ela se processe à luz dos princípios cristãos de justiça e de respeito à dignidade e à liberdade.

C.3.1.2 – Aprofundar o conhecimento da realidade indígena, para a busca e a aplicação dos meios adequados às finalidades acima.

C.3.2 – Justificativa

C.3.2.1 – Com sua presença no meio deles, a Igreja tem sido a que mais se dedicou ao índio até hoje.

C.3.2.2 – O acelerado processo desenvolvimentista dos últimos tempos criou, em muitos casos, conflitos de competências que geraram dificuldades para a continuação livre da atuação da Igreja em prol dos indígenas.

C.3.2.3 – Respeitando as exigências e orientações justas da pública administração, assim como a liberdade e o patrimônio cultural dos silvícolas, a Igreja reafirma seu direito e dever de continuar a prestar-lhes um serviço de promoção humana e cristã, em colaboração e diálogo com todas as outras entidades que perseguem sinceramente os mesmos objetivos.

C.3.3 – Normas Indicativas

C.3.3.1 – Todas as prelazias, como Igreja local, se reconhecem as primeiras e diretas responsáveis pela pastoral indígena.

C.3.3.2 – As prelazias comprometem-se a realizar um levantamento da situação concreta dos indígenas dentro do território de cada uma delas: números, terras, situação socioeconômica etc., colocando esse levantamento a disposição do CIMI.

C.3.3.3 – As prelazias procurarão liberar agentes (voluntários), para pastoral indígena, em entendimento com o CIMI.

C.3.3.4 – O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), como órgão coordenador e assessor, orientará os trabalhos e promoverá os meios práticos para a atuação da pastoral indígena.

C.3.3.5 – Seja elaborada quanto antes o Diretor Indigenista, a ser aprovado por ambas as partes, com a especificação de competências e atribuições, na atuação da pastoral indígena.



C.3.3.6 – As prelações, tendo ou não elas mesmas condições de realizar a pastoral indígena, apoiarão o CIMI, servindo-se de sua assessoria e ajuda.

C.3.3.7 – As prelações, isoladamente ou em grupos, marcarão datas e locais para organizar cursos de especificação na pastoral indígena, para padres e outros agentes, servindo-se de docentes fornecidos pelo CIMI.

C.3.3.8 – De acordo com os prelados do lugar, o CIMI procurará:

- a) Organizar a pastoral indígena em âmbito regional e nacional, promovendo a formação de comissões inter-regionais presididas por prelados.
- b) Promover cursos de antropologia e linguística.
- c) Entrar em convênio para planejamento e cooperação com institutos de outras entidades ou profissões religiosas, que tenham finalidade e objetivos comuns.
- d) Formar equipes de agentes de pastoral que atuem junto aos pequenos grupos de índios, onde não for possível instalar uma missão.
- e) Prestar, quando necessária, assessoria técnica para defesa do patrimônio dos silvícolas, principalmente do direito permanente à terra.

C.4 – ESTRADAS E OUTRAS FRENTES PIONEIRAS

C.4.1 – Objetivo

C.4.1.1 – Ser uma presença de Igreja, junto aos anseios de todos os que se defrontam com problemas pastorais e sociais, decorrentes do processo de integração nacional da região amazônica.



C.4.2 – Justificativa

C.4.2.1 – A Igreja não pode alhear-se à situação de tantos irmãos que, nesta fase de mudanças aceleradas da região amazônica, enfrentam esta realidade:

- a) Mau acabamento das estradas, deixando casas e núcleos isolados, o que dificulta a educação, a troca de produtos dos colonos, assistência técnica, médica etc.
- b) Falta de cumprimento das promessas feitas aos colonos (casas, escolas, assistência médica, técnica, financeira etc.).
- c) Cessão de grandes posses de terras a firmas, com consequente expulso dos pequenos lavradores e extrativistas que há tempo as trabalhavam.
- d) Desumanidade de empreiteiros, aliciando trabalhadores e deixando-os depois abandonados à sua própria sorte.
- e) Aumento vertiginoso da prostituição, devido à presença de trabalhadores separados das famílias e à procura de diversão.
- f) Choque de culturas dos imigrantes de variadas procedências, ocasionando divisões e desentendimentos.

C.4.3 – Normas Indicativas

C.4.3.1 – Entre os colonos que chegam, descubram-se os de boa formação religiosa e liderança, encaminhando-os e engajando-os no trabalho pastoral.

C.4.3.2 – Oriente-se o trabalho pastoral ao longo das estradas para os objetivos e as normas indicativas na pastoral de formação de Comunidades de Base.

C.4.3.3 – Coordene-se o recrutamento dos agentes de pastoral, promovendo uma adequada distribuição deles.

C.4.3.4 – Promova-se o conhecimento da situação e a solidariedade com os novos colonos, através de iniciativas, como o programa Igrejas-Irmãs etc.

C.4.3.5 – Orientem-se os líderes das comunidades, para que promovam e defendam os direitos de seus membros.

C.4.3.6 – Promova-se a busca e formação de agentes de pastoral especializados para os contingentes militares que vão se instalando na Amazônia.

C.5 – PASTORAL DE JUVENTUDE

C.5.1 – Objetivo

C.5.1.1 – Levar a juventude da Amazônia a descobrir e assumir conscientemente seus valores humanos e cristãos, colocando-os a serviço de sua formação e do crescimento próprio e dos irmãos.

C.5.1.2 – Fazer-lhe descobrir a beleza e o valor do diálogo com um Deus amigo, integrado na sua própria vida, orientando-a para que, seguindo Cristo como modelo:

- a) Se prepare adequadamente às responsabilidades que será chamada a assumir na família e na sociedade.
- b) Restaure construtivamente o diálogo com a família e os adultos.
- c) Se prepare às responsabilidades e compromissos de membro responsável da comunidade, que é também Igreja.

C.5.2 – Justificativa

C.5.2.1 – Na juventude de hoje, elemento numericamente predominante em nossa região, está baseado o futuro do País e da Igreja na Amazônia.

C.5.2.2 – Reconhecemos os valores positivos da juventude, sem ignorar as dificuldades que ela encontra no lar, no relacionamento com os adultos, nos ambientes de ensino e de lazer, na aceitação da religião.

C.5.2.3 – A problemática da juventude reflete-se na ação dos agentes de pastoral que dela se encarregam. Os grandes valores que ela possui e as consequências que podem ter sobre o futuro social e religioso exigem a elaboração e atuação de uma pastoral orgânica da juventude.

C.5.3 – Normas indicativas

C.5.3.1 – Promova-se com a juventude um permanente e sincero diálogo.

C.5.3.2 – Promova-se lealmente a inserção da juventude nas estruturas de uma Igreja autêntica, missionária, pascal, orientando-a numa ativa participação na vida da comunidade eclesial, para que assuma conscientemente nela seus compromissos e funções de serviço.

C.5.3.3 – Proporcione-se aos jovens e seus grupos um constante aprofundamento de sua autenticidade e uma autocrítica bem esclarecida de seus valores e deficiências.

C.5.3.4 – Promovam-se encontros de espiritualidade que orientem os jovens para a vivência comunitária.

C.5.3.5 – Capacitem-se os jovens a assumir com critério lúcido e verdadeira liberdade todos os elementos positivos das influências dos meios de comunicação social.

C.5.3.6 – Alerta-se a juventude a fazer frente ao processo de despersonalização e massificação.

C.5.3.7 – Para conseguir essas finalidades, promova-se o reencontro dos jovens com os pais, incentivando a vida de família e a oração no lar.

C.5.3.8 – Em nível diocesano, criem-se grupos que estudem séria e prudentemente qual deva ser a adaptação da liturgia à cultura juvenil.

D – REFORMULAÇÃO DOS SERVIÇOS

D.1 – ORGANIZAÇÃO PASTORAL

D.1.1 – O processo de integração da Amazônia transformando situações e condições de vida, impõe a atualização de métodos e meios de pastoral na região.

D.1.2 – O isolamento a que eram obrigados os missionários na Amazônia diminui à medida que aumentam as possibilidades de comunicação, com os modernos meios de transporte, as novas estradas e os MCS.

D.1.3 – A problemática decorrente de fatos e situações apresenta aspectos substancialmente iguais em todas as Igrejas locais, fazendo sentir a exigência de intercâmbio de ideias e experiências, em vista de uma pastoral coordenada, para maior eficácia e economia de recursos humanos, técnicos e materiais.

D.1.4 – Essas considerações motivaram a criação dos Regionais NORTE I e NORTE II, com sede respectivamente, em Manaus e Belém.

D.1.5 – A existência de dois centros regionais da CNBB, com características comuns, e a experiência dos últimos anos, confirmou a utilidade de coordenação e assessoria dos seguintes serviços:

- a) Nacional: a unidade nacional de serviço para a Amazônia, criada e mantida pela CNBB e integrada no Conselho Missionário Nacional:
 - motiva e orienta a atividade e animação missionária no Brasil inteiro;

- serve de vínculo de união entre a Amazônia e as organizações internacionais, que se interessam em ajudar o trabalho da Igreja na região;
 - promove a cooperação em projetos concretos, como a programação Igrejas-Irmãs etc.
- b) Inter-regional: os contatos assíduos entre os dois regionais favorecem e facilitam a cooperação na atuação de planos:
- de secretariados executivos;
 - de Meios de Comunicação Social;
 - de Pastoral Indigenista;
 - de serviços em geral;
 - de encontros, pesquisas, intercâmbios etc.
- c) Regional: de acordo com o que está definido nos regimentos internos de cada regional, os secretariados executivos regionais assessoram as arquidioceses e prelazias na execução dos planos comuns de pastoral.

D.2 – INSTITUTOS DE PASTORAL

D.2.1 – A atuação dos Institutos de Pastoral do Norte I e Norte II (CENESC e IPAR) demonstrou a validade de sua existência e atividade na formação dos agentes de pastoral – leigos, religiosos, clérigos.

D.2.2 – Numa atitude de contínua adaptação às exigências em função dos quais foram criados e existem, continuando em íntimo relacionamento com as Comissões Episcopais Regionais, nortearão suas atividades pelas seguintes perspectivas:

- a) Tornar-se um sinal de esperança para as comunidades eclesiais das regiões, reelaborando em linguagem amazônica toda a sintomatologia das transformações que se operam,

em termos de crescimento e desenvolvimento, dentro do contexto sócio-cultural local;

- b) Orientar a Igreja na sua inserção, de maneira gradual e progressiva, através de uma pastoral de libertação e de desenvolvimento, no processo – que não pode ser exclusivamente profano – da promoção socioeconômica da Amazônia;
- c) Constitui-se como centro de reflexão para pessoas interessadas em atualizar-se em relação às posições da Igreja, em descobrir dimensões e perspectivas cristãs para os problemas amazônicos e em obter um grande amadurecimento cristão que os faça viver a fé em idade adulta, e os engaje na vida da Igreja, em ministérios diversificados;

D.2.3 – Os dois Institutos, embora autônomos na procura de seus caminhos, devem projetar-se numa perspectiva de ação conjunta e paralela, incentivando o intercâmbio na linha da complementariedade e de troca de experiências e conclusões.

D.2.4 – É necessário também o contato com outros institutos ou equipes de reflexão, que atuam em regiões de características semelhantes.

D.3 – ASSESSORIA TÉCNICA-JURÍDICA

D.3.1 – A extensão territorial, a carência de pessoal especializado e de informações exatas, a complexidade das exigências jurídicas, colocam problemas para as prelazias, no plano da observância da legislação, como por exemplo: registro, contabilidade, obrigações tributárias, elaboração de projetos, planejamento de obras, contatos com organizações governamentais ou autarquias etc.

D.3.2 – Torna-se de grande utilidade a organização de cursos e encontros que orientem as atividades dos procuradores das prelazias, facilitando-lhes o trabalho e entrosamento com



outros organismos já existentes, como por exemplo, CERIS, SCAI, CARITAS, MEB.

D.4 – MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

D.4.1 – É nossa preocupação fundamental a integração dos meios de comunicação social na pastoral orgânica da Amazônia, para a realização de suas linhas de ação.

D.4.2 – Com esse objetivo, cumpre-nos:

- a) Estruturar melhor os métodos de preparação e aproveitamento dos elementos profissionais para a atuação nos MCS em geral e nos que são mantidos pela Igreja em particular;
- b) Apoiar e facilitar o intercâmbio de programas e materiais adequados à cultura amazônica, orientando o estudo e na busca de ofertas de laboratórios e organizações especializadas, nacionais e estrangeiras.

D.4.3 – Enfatizamos a necessidade da Igreja estar presente nos MCS, particularmente na televisão e na imprensa dos centros urbanos, e na rádio da zona rural, criando agências e serviços noticiosos que possam fornecer informações seguras e distribuir colaborações que traduzam o verdadeiro pensamento da Igreja.

D.4.4 – Pedimos a todos os missionários que elaborem estudos etnográficos, linguísticos ou folclóricos, que os encaminhem para o “ANTROPOS DO BRASIL”, a fim de que possam ser convenientemente publicados. Aos que publicaram obras desse tipo em idioma estrangeiro, fazemos o mesmo pedido, para que sejam traduzidas e divulgadas também no Brasil.

E – CONCLUSÃO

E.1 – Recomendamos ainda, para alcançar os objetivos das cinco prioridades e dos serviços que constituem este nosso plano pastoral a execução coordenada e constante dos programas assinados no Plano Pastoral formulado em Santarém.

E.2 – Ao publicarmos este novo plano, fruto da reflexão de nossa assembleia sobre as experiências de nosso trabalho passado, temos confiança de que a Igreja na Amazônia receberá novo impulso e encorajamento para a evangelização de nossa região.

E.3 – Fazemos votos que o próximo Ano Eucarístico se torne ocasião para a concretização deste plano, levando-nos a fazer da celebração do Nono Congresso Eucarístico Nacional uma experiência de comunhão eclesial, não somente para os pastores, mas também para os representantes de todos os agentes de pastoral e membros de nossas Igrejas.

E.4 – Seremos assim realmente um “Povo Unido”, que trabalha para “perceber com mais clareza sua vocação integral, construir um mundo de acordo com a dignidade eminente do homem, aspirar a uma fraternidade universal apoiada sobre fundamentos mais profundos, e corresponder, sob o impulso do Amor, com esforço generoso e comunitário, às exigências urgentes da nossa época” (GS, n. 91).

Manaus, 22 de maio de 1974.

+ **Alberto Gaudêncio Ramos** - Arcebispo de Belém

+ **João de Souza Lima** - Arcebispo de Manaus

+ **Milton Corrêa Pereira** - Arcebispo Coadjutor de Manaus

+ **Tadeu Prost** - Bispo Auxiliar de Belém

+ **Joaquim de Lange** - Prelado de Tefé

- + **Arcângelo Cerqua** - Prelado de Parintins
- + **Adalberto Domingos Marzi** - Prelado do Alto Solimões
- + **Miguel D'Aversa** - Prelado de Humaitá
- + **José Mariano** - Prelado de Macapá
- + **Ângelo Rivato** - Prelado de Ponta de Pedras
- + **Alquilio Alvarez Diez** - Prelado de Marajó
- + **Miguel Alagna** - Prelado do Rio Negro
- + **Ângelo Frosi** - Prelado de Abaetetuba
- + **Antônio Sarto** - Prelado Coadjutor de Porto Velho
- + **Eurico Krautler** - Prelado do Xingu
- + **Estêvão Cardoso de Avelar** - Prelado de Marabá
- + **Florentino Zabalza Iturri** - Prelado de Lábrea
- + **Servilio Conti** - Prelado de Boa Vista
- + **Eliseu Corolli** - Prelado do Guamá
- + **Moacyr Grechi** - Prelado do Acre e Purus
- + **Luiz Gomes de Arruda** - Prelado de Guajará Mirim
- Pe. Daniel Nugent** - Administrador Apostólico da Prelazia de Coari
- Pe. Celso Pedro da Silva** - Vigário Geral da Prelazia de Itacoatiara
- Frei José Batista Fernandes** - Prelazia de Óbidos
- Pe. Geraldo Paridaen** - Prelazia de Cametá
- Frei Juvenal Carlson** - Prelazia de Santarém
- Frei José Gola** - Prelazia de Borba

DOCUMENTO ICOARACI
1990

Em Defesa da Vida da Amazônia

Icoaraci, fevereiro de 1990



EM DEFESA DA VIDA DA AMAZÔNIA

1. Nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 1990, nós, bispos e coordenadores de Pastoral das dioceses e prelazias da Amazônia (Regionais Norte I e II da CNBB), nos reunimos em Belém, para partilharmos uma preocupação que nos atinge a todos: a destruição do meio ambiente na Amazônia.

2. Nós acreditamos que o nosso Deus é o Deus da Vida, o Pai e Criador de todas as coisas, que ordenou toda a criação para o homem e a mulher, feitos à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26). Essa nossa fé no Deus da Vida nos inspira a tomarmos posição contra todos os semeadores de morte, “Pois Deus não fez a morte, nem se alegra com a perdição dos vivos” (Sb 1,13).

3. Semeadores de morte são todos aqueles que agredem de forma violenta e irracional a natureza, destruindo as florestas, envenenando os rios, poluindo a atmosfera e matando povos inteiros.

4. Semeadores de morte são aqueles que defendem, sustentam e implantam “projetos” que causam danos irreparáveis ao meio ambiente, espaço vital de todas as criaturas.

5. Semeadores de morte são aqueles que usam o garimpo para encobrir o tráfico de drogas e conseguem “limpar” rios de dinheiro para satisfazer sua ganância e ambição política.

6. De alguns anos para cá a devastação e depredação da Amazônia alcançaram dimensões alarmantes. Milhares de quilômetros quadrados de mata virgem foram queimados e transformados em



pastagens ou simplesmente destruídos para conseguir incentivos fiscais, já que, por uma absurda política nacional, apenas a derrubada da floresta é considerada “benfeitoria”.

7. Mais de 300.000 garimpeiros, atraídos pelo fascínio do ouro e ao mesmo tempo vítimas de uma política agrária que os deserdou e expulsou do campo, mergulham rios e cavam o solo em busca do metal precioso. O mercúrio usado na depuração do ouro, além de outros resíduos químicos, polui as águas e contamina os peixes, transformando-os em alimento envenenado.

8. A pesca predatória e gananciosa favorece o êxodo rural e causa a escassez de pescado para o povo ribeirinho.

9. Centenas de empresas mineradoras lotearam a Amazônia e arrancam de seu subsolo os minérios para exportá-los a preços vis. Onde há povos indígenas, eles são aliciados por favores imediatistas ou suas lideranças são cooptadas para consumir o saque. Outras vezes, povos inteiros são clandestinamente eliminados, massacrados ou morrem em consequência de endemias provocadas. Constrange ver o povo yanomami e muitos outros povos indígenas assaltados em suas terras e vitimados pela violência, pela doença e desintegrados em sua frágil estrutura social.

10. Milhões de árvores de madeira de lei tombam a cada ano sem que se leve a sério o reflorestamento correspondente à extração madeireira. Milhões de seringueiras e castanheiras são destruídas, tirando a fonte de vida de milhares de famílias. As leis são desrespeitadas. Os órgãos governamentais são inoperantes e às vezes comprometidos diretamente com a transgressão dos dispositivos legais em vigor.

11. Projetos faraônicos de construção de barragens e hidrelétricas são outro ataque ao meio ambiente, inundando milhares de quilômetros quadrados de mata virgem, submergindo o espaço vital de povos indígenas e da população ribeirinha.



12. Estradas cortam hoje a Amazônia de norte a sul, de leste a oeste e mais estradas são projetadas, surtindo como efeito imediato uma migração incontável e uma corrida desenfreada às terras disponíveis ao longo das rodovias e suas vicinais. Na falta de uma autêntica reforma agrária, o latifúndio é o único favorecido à custa do pequeno agricultor, expulso da terra.

13. Outra parte da mata é derrubada a fim de produzir carvão vegetal para alimentar as usinas siderúrgicas no Projeto Carajás.

14. A sangria da Amazônia já chega ao extremo e a criação de Deus geme no estertor da morte. As consequências são catastróficas para todo o ecossistema e ultrapassam, sem dúvida, as fronteiras do Brasil e do Continente. A Amazônia, em ritmo acelerado, irá tornar-se estepe.

15. Povos inteiros perdem suas terras que há séculos habitam e estão à beira da total extinção. Em nome de um duvidoso progresso e de um desenvolvimento mal entendido, destrói-se a selva milenar e aplica-se o golpe fatal aos povos da floresta.

16. Em nome de Jesus Cristo que se manifestou como aquele que veio “para que tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10), levantamos nosso grito e bradamos um NÃO a todos os que programam projetos de morte e agem em detrimento da vida, agredindo a natureza da Amazônia e, em consequência, destroem a vida.

17. Queremos declarar a nossa solidariedade com todos os povos, particularmente os indígenas, que são os mais atingidos pelos projetos de morte, planejados ou em execução na Amazônia.

18. Expressamos também nossa solidariedade a todas as pessoas, organismos e entidades comprometidas com os direitos humanos e apelamos a eles que se posicionem clara e publicamente em defesa do meio ambiente e da vida na Amazônia.

19. Apelamos ainda a todos aqueles que ocupam cargos governamentais que escutem o clamor que já não é apenas nacional, mas tem uma dimensão internacional e que se revistam de uma vontade política e ponham fim a todo esse processo de devastação e de morte. Conclamamos as autoridades do Governo para que empreguem recursos em pesquisas e análises científicas para descobrir modos racionais de exploração e aproveitamento dos recursos naturais da região e recorram a técnicas, algumas já milenares, adquiridas pelos habitantes da Amazônia.

20. Apelamos aos empresários para que sejam mais sensíveis a tantos gritos e saibam limitar seus objetivos de lucro às exigências de vida e de mais vida para a humanidade e as gerações futuras.

21. Apelamos às instituições financiadoras de grandes projetos que condicionem seus créditos a compromissos sérios e fidedignos de respeito pela natureza e pelo homem da Amazônia.

22. Pedimos a todo o povo da Amazônia, nativo e adventício, que tome consciência dos perigos de vida a que incorrerá dentro de poucos anos, se esse processo devastador e de poluição não for detido.

23. Insistimos que se organize uma luta pacífica, mas firme e incessante, contra todos os projetos que levam à destruição da natureza da qual depende a vida de todas as criaturas.

24. Finalmente conclamamos nossas Igrejas locais, para que, na sua ação pastoral, assumam uma programação de trabalho constante de conscientização do povo, para que, unindo fé e vida, ele possa fazer ouvir sua voz e posicionar-se contra projetos que, em nome do progresso, trazem destruição, miséria e morte.

25. Adorar o Pai “em espírito e verdade” (Jo 4,23), também é engajar-se para que a obra do Criador seja respeitada em sua grandeza, beleza e harmonia. “Praticar a verdadeira religião”



(cf. Tg 1,27) é solidarizar-se com os últimos e hoje assumir a defesa do meio ambiente e comprometer-se com a defesa da vida e viver o Plano do Pai.

Belém, 15 de Fevereiro de 1990.

Os Bispos e coordenadores dos Regionais Norte I
e Norte II da Conferência Nacional dos Bispos
do Brasil (CNBB), reunidos em Belém no
III Encontro Inter-regional.



MENSAGEM AOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZONIA

1

Missionários de várias confissões cristãs, procedentes do Peru, Equador, Brasil, Colômbia e Venezuela, estivemos reunidos, de 18 a 23 de novembro de 1986, na cidade de Manaus, Amazônia brasileira. Devíamos estudar a realidade indígena da Amazônia e ver como melhor poderíamos ajudar vocês em sua Causa.

Tem nos acompanhado, neste encontro, irmãos seus representantes dos povos indígenas Shipibo, Quechua, Shuar, Guajiro, Karipuna, Saterê-Mawê e Wapixana.

Deles ouvimos depoimentos muito graves sobre a situação de desintegração, de miséria e até de extermínio em que muitos de vocês se encontram. Eles mais uma vez nos lembraram a parte de culpa que nossas Igrejas tiveram antigamente e tem ainda hoje nesta situação toda de vocês.

Queremos pedir sinceramente perdão. Reconhecemos que muitas vezes em nome do Evangelho de Jesus Cristo, lhes trouxemos costumes e necessidades estrangeiras e facilitamos a entrada de invasores, antigos e modernos, que lhes vêm roubando a terra com suas riquezas de minérios, plantas e animais e lhes vêm destruindo a harmonia de sua vida comunitária e livre.

Ouvindo seus irmãos, nos sentimos obrigados a denunciar particularmente a política de conquista e de integração, falsamente chamada nacional, que os Governos de nossos respectivos países vêm exercendo contra vocês. Rejeitamos como genocida a cobiça das grandes empresas nacionais e multinacionais, que devastam os territórios de vocês, explorando as minas, derrubando as florestas e criando o gado do latifúndio.

Condenamos a hipocrisia com que estes Governos - por vezes com o aplauso inconsciente ou egoísta de nossos povos - em nome da Pátria, da Segurança Nacional e do progresso, estabelecem leis, constroem estradas e implantam projetos, abertamente contrários aos direitos e necessidades vitais de vocês.

Denunciamos com indignação a utilização que de vocês se faz através de propagandas turísticas, como no caso do filme que o cineasta alemão Herzog pretende realizar no meio do povo Michiguenga.

Como Igreja de Jesus que confessamos ser, admoestamos energicamente o Instituto Lingüístico de Verão (ILV), em vários países e as "Novas Tribos", na Venezuela, que usando também o nome de Cristo, violam a cultura milenar de vocês e sua sobrevivência como povos. Como admoestamos todas as missões cristãs que não respeitem devidamente a identidade culturais de vocês e sua livre autodeterminação.

Apoiando seu clamor e suas legítimas reivindicações, exigimos ante a opinião pública mundial, que nossos Governos e as empresas nacionais e multinacionais respeitem os territórios e a plena liberdade de vocês. Porque sentimos mais de perto nestes dias algumas concretas reivindicações exigimos que o Governo do Brasil, como é de seu dever e pelo compromisso que assumiu publicamente, decreta ainda dentro deste ano a demarcação do Parque Yanomami; exigimos do Governo do Peru que respeite integralmente o território do povo Campa; exigimos que o governo do Equador respeite por sua vez o ancestral território do povo Shuar, ameaçado pelo Projeto de Desenvolvimento Palora Gualaquiza e que derroque o decreto 31.34/A que ameaça o futuro deste povo.

Para vencer tantos inimigos, antigos e novos, vocês sabem muito bem qual é a força de seus povos, tão habituados à luta. Mantenham ativo o orgulho de serem o que são, raízes e símbolos da verdadeira América. Não percam a memória e estímulo de sua história antiquíssima. Ame e cultive sua língua nativa como se ama a própria mãe. E caminhem cada dia com maior decisão e com uma visão sempre mais larga do mundo, nesse movimento de organização, de federações e confederações que está se espalhando como torrente de vida nova por todo o continente Latino Americano.

Nesta luta organizada, juntem suas mãos, suas vozes e sangue de seus mártires, às mãos, às vozes e ao sangue de tantos lavradores e operários, igualmente oprimidos, igualmente combatentes em nossa América Latina. O mesmo inimigo despoja a eles e a vocês. Uma só é Causa dos Povos.

É necessário destacar hoje com fraterna emoção e com um apoio incondicional o sacrifício e a luta dos povos de El Salvador, Guatemala e Bolívia, nos quais tantos indígenas, camponeses e operários estão sendo massacrados.

Finalmente, de nossa parte, arrependidos por tantos erros e abusos que nossa civilização e nossas Igrejas cometeram contra vocês, nos comprometemos diante de vocês e do mundo, a prestar-lhes uma total solidariedade, até as últimas consequências.

Perante o Deus, Senhor da história, que a todos nos dá a Vida e a Liberdade e que caminha com todos os Povos da Terra, lhes pedimos que aceitem esta nossa aliança e que nos exijam íntegra fidelidade a nossa missão.

A Causa Indígena não é uma causa perdida, apesar do que possa pretender o Sistema de Dominação que os massacra, apesar da incompreensão de nossos próprios povos, apesar do desânimo que as vezes possa tomar conta de vocês mesmos. Nós cremos que chegará para os Povos Indígenas da Amazônia e da América o Dia Novo da Libertação.

Com amizade de irmãos, a todos vocês abraçamos, nesta Esperança.

*Encontro Ecumênico Panamazônico de Pastoral Indigenista
Manaus, (AM.), 23 de novembro de 1980*

ENCONTRO ECUMÊNICO PANAMAZÔNICO DE PASTORAL INDIGENISTA

DOCUMENTO FINAL

Em Manaus, de 18 a 23 de novembro de 1980, 29 missionários das igrejas Metodista, de Confissão Luterana, Católica, Pentecostal, Igreja do Pacto Evangélico, e 7 indígenas das Nações Shipibo, Quechua, Shuar, Guajiro, Karipuna, Saterê-Mawê, Wapixana, dos diversos países da região amazônica (Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela), nos reunimos no ENCONTRO ECUMÊNICO PANAMAZÔNICO DE PASTORAL INDIGENISTA convocado por CELADEC (Comissão Evangélica Latinoamericana de Educação Cristã) e pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão anexo à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Deploramos a ausência dos irmãos bolivianos que não puderam vir impedidos pela situação política caótica instaurada em seu país, por um regime de força antipopular e anticonstitucional. Lamentamos igualmente a ausência de 10 indígenas que não puderam chegar pelas complicações burocráticas discriminatórias dos diversos países.

I. - REALIDADE INDÍGENA DA AMAZÔNIA

Partindo dos informes de cada país, constatamos a situação trágica em que se debatem os povos indígenas da área amazônica. Somente nos últimos 80 anos desapareceram mais de 60 povos indígenas no Brasil e muitos outros, em vários países, se vêem ameaçados seriamente em sua sobrevivência física e cultural.

O colonialismo europeu responsável por séculos de genocídio, hoje foi substituído pelo neocolonialismo. Este representado pelas grandes empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, em aliança com os governos locais, dispõe de uma tecnologia muito mais eficiente e destruidora.

A opção pelo modelo de concentrar os capitais e multiplicar os lucros, além de manter dócil e barata a mão-de-obra, levou ao estabelecimento de regimes autoritários e ditatoriais e de leis de integração e de conquista, sob pretexto da Segurança Nacional e do progresso.

Nesta situação, em que o saque da Amazônia se torna um objetivo estratégico, os povos indígenas não só são vistos como insignificantes, mas são simplesmente arrasados como um obstáculo ao "progresso". Além disso, sua capacidade de resistência se vê debilitada sistematicamente por todo tipo de fronteiras estranhas (geopolíticas, econômicas, confessionais, eclesiásticas, administrativas) que arbitrariamente os fraciona.

II. - SINAIS DE ESPERANÇA

Apesar desta conjuntura altamente negativa, alegramo-nos pelo surgimento de organizações indígenas, que revelam um despertar destes mesmos povos para uma luta em defesa de seus direitos vitais; sobretudo, o direito à vida, à terra, à cultura, à afirmação da identidade étnica, à autodeterminação.

Neste contexto desafiante, a Igreja Missionária, reconhecendo e deplorando séculos de convivência com o projeto colonizador ou de omissão na defesa das nações indígenas, está tomando consciência de que a sua fidelidade ao Evangelho exige uma opção radical e um compromisso sem ambigüidades por estes povos, que são os mais indefesos e explorados.

III. - NOSSA FÉ E COMPROMISSO

Confessamos o amor universal de Deus a todos os homens e povos, e cremos que o Espírito de Cristo está presente em todos eles como mistério salvífico de libertação.

Confessamos que a evangelização, que é o anúncio da Boa Nova libertadora, sempre passa pelos que "nada são" aos olhos do sistema do lucro e pelos que são marginalizados por uma civilização etnocêntrica e autoidolátrica. (Cfr. 1Cor. 1,27)

Agradecemos - junto com Jesus - que o Pai se revela, sempre e em todo lugar, aos pequeninos e aos simples e não aos entendidos e poderosos. (Cfr. Lc. 10,21)

Por isso, a evangelização para nós é sempre sair ao encontro, despojadamente, para um diálogo e comunhão plenos, com o Deus de Jesus Cristo que já nos espera por séculos na caminhada histórica e na fé destes povos. E também, uma presença fraterna em meio a esses povos, que se traduz num compromisso de encarnação e libertação. Mesmo sabendo que tal compromisso é arriscado, aceitamos vivê-lo até suas últimas consequências, para sermos fiéis ao legado testamentário de Jesus: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida pelos seus amigos".

(Jo. 15,13)

Nesta vivência pascal, celebramos a memória dos irmãos missionários que nos precederam juntando seu sangue ao sangue de milhões de indígenas, vítimas do massacre da civilização ocidental.

IV. - DESAFIO ÀS IGREJAS

Acolhemos e assumimos as interpelações dramáticas dos indígenas presentes ao Encontro, dirigidas às nossas igrejas cristãs, que ao longo da história contribuíram para o projeto colonizador de dominação, facilitando a desagregação de seus povos através do desprezo de suas culturas, da cristianização compulsiva, do divisionismo provocado pelas diferentes confissões ou seitas e criando vergonha de sua identidade étnica.

Atualmente, os indígenas denunciam, com mais força a atuação desagregadora do Instituto Lingüístico de Verão, em vários países, e da missão "Novas Tribos", na Venezuela.

Solidarizamos-nos com os indígenas e alertamos as nossas igrejas contra todo tipo de ação missionária que peca neste mesmo sentido.

Contudo, reconhecemos a necessidade de uma presença missionária respeitosa junto aos povos indígenas, especialmente naqueles ameaçados de extinção, sem nos deter em critérios puramente quantitativos.

V. - CRITÉRIOS E ATITUDES

Tudo isto nos conduziu - num clima de fraterna busca ecumênica e de honesta autocrítica - a assumir alguns critérios e atitudes renovadas para uma evangelização autêntica:

1. - Opção prévia e clara de parte dos missionários pelos povos indígenas.

2. Seleção cuidadosa dos missionários desde o ponto de vista intelectual, físico e psicológico e preparação específica dos mesmos nas áreas teológica, antropológica, lingüística, etc.
3. Conhecimento profundo, respeito e valorização das culturas em todas suas manifestações, incluindo as religiosas.
4. Estudo das políticas oficiais dos distintos países no que se refere às nações indígenas, para assumir uma atitude crítica frente a ela, juntamente com os povos afetados.
5. Presença missionária despojada e pobre, numa atitude de aprendizagem humilde e, ao mesmo tempo, científica.
6. Atitude ecumênica e unitária para que o testemunho cristão em meio aos povos indígena seja evangélico.
7. Dentro de uma linha de libertação integral, respeitando os ritmos de cada povo, o anúncio de Cristo - que é a revelação do Pai - implica:
 - a) - Solidarizar-se com as lutas concretas dos povos indígenas, principalmente na defesa ou recuperação de seus territórios, com vistas a lograr títulos coletivos de propriedade, de acordo com suas tradições históricas.
 - b) - Apoiá-los no esforço para afiançar ou resgatar sua identidade como povos e nações, e seu direito à autodeterminação.
 - c) - Estimular e apoiar as organizações intragrupais, os contatos, as federações e/ou movimentos, entre os vários povos por cima de qualquer tipo de fronteira.
8. Desmantelar evangelicamente as presenças missionárias demasiadamente carregadas de poder (terrenos, edifícios, maquinaria) que através de sua ação paternalista mantém os indígenas dependentes, para ter liberdade profética de denúncia as atitudes injustas do poder dominante.
9. Toda esta luta indígena específica se incorpora na luta global dos pobres por sua libertação, numa perspectiva Latinoamericana.

VI. - PROPOSTAS CONCRETAS

1. A pedido dos indígenas presentes e para acelerar a sua organização autóctone, solicitar a CELADEC e CIMI que apoiem um Congresso Indígena Panamazônico, precedidos por congressos regionais.
2. Buscar mecanismos para enfrentar os problemas das fronteiras políticas ou das circunscrições eclesiásticas que dividem a um mesmo povo indígena. Favorecer por este motivo os encontros e a coordenação dos missionários que trabalham com as mesmas etnias.

3. Suscitar e reforçar estruturas eclesiásticas autóctones de pastoral indígena (indigenização da pastoral).
4. Organizar encontros Panamazônicos de missionários de base.
5. Acelerar a formação do Centro Ecumênico de Pastoral Indigenista Latinoamericano (CEPILA).
6. Implementar canais permanentes de interrelação entre igrejas, de igrejas com indígenas e entre comunidades indígenas.
7. Favorecer uma educação bilíngüe e intercultural, a partir da realidade de cada povo com vistas a afiançar ou devolver aos povos indígenas sua consciência étnica. Fomentar emissoras de rádio indígenas e publicações, como instrumento de valorização das línguas e culturas indígenas.
8. Manifestar nossa solidariedade aos povos em luta pela libertação, particularmente de Bolívia, El Salvador e Guatemala.

CONCLUSÃO

Com a ajuda de Deus, num espírito de oração, humildade e vivência pascal, comprometemo-nos a pôr em prática estas linhas de ação.

Chamamos, desde a causa indígena, a todas as igrejas e povos oprimidos de América, para que fortaleçam o processo de unidade na esperança de libertação de todos nossos povos, para a qual caminhamos a partir de nossa fé em CRISTO RESSUSCITADO.

Encontro Ecumênico Panamazônico de Pastoral Indigenista
Manaus (Am.), 23 de novembro de 1980

DOCUMENTO DA ASSEMBLEIA DOS REGIONAIS NORTE I E II DA CNBB

A Igreja se faz Carne e arma sua tenda na Amazônia

Manaus, 1997

APRESENTAÇÃO

Antevendo o Terceiro Milênio, cujo sol já nos ilumina, com o coração cheio de esperança celebramos o VIII Encontro das Igrejas da Amazônia, em comemoração aos 25 anos do Encontro Pastoral de Santarém.

O Seminário sobre a Amazônia, que antecedeu o Encontro, revelou-nos antigos e novos desafios, que atingem a vida do povo.

Reunidos em Assembleia, leigos, religiosos, religiosas, padres e bispos buscamos um caminho de resposta a esses desafios.

Fruto dos Sinais dos Tempos, iluminados pela luz da Palavra de Deus e da oração, construímos este Instrumento “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”, que agora, com alegria, colocamos nas mãos das Comunidades católicas, do povo de Deus, assim como das pessoas de boa vontade.

Este Instrumento, convocatório, animador, encorajador e inspirador, quer ser mística impulsionadora para todos aqueles que vivem, amam e trabalham, com dedicação, para construir uma Igreja inculturada e viva nesta nossa Amazônia.

Queremos expressar nossos agradecimentos às Igrejas que vêm partilhando conosco a árdua tarefa da evangelização na Amazônia, proporcionando-nos meios e encorajando-nos na missão.

Finalmente, esperamos que nosso trabalho conjunto, pela força do Espírito, nos faça seguir unidos fraternalmente para a missão.

Manaus, 18 de setembro de 1997.

Dom. José Vieira Lima

Presidente do Regional Norte II

Dom. Antônio Possamai

Presidente do Regional Norte I



INTRODUÇÃO

“O Espírito do Senhor está sobre mim, pois ele me ungiu, para anunciar a Boa-Nova aos pobres: enviou-me para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a restauração da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano aceito da parte do Senhor” (Lc 4,18-19).

1. Há vinte e cinco anos, “a Igreja da Amazônia, representada pelos seus pastores, reunidos em Santarém, sede da mais antiga Prelazia do Brasil, manifestou sua crença e sua esperança no futuro da região amazônica”. Ali, os bispos e agentes de pastoral assumiram o compromisso de viver a missão à luz do Evangelho proclamado por Jesus Cristo em Nazaré, dando à Igreja um rosto amazônico através da “encarnação na realidade” e de uma “evangelização libertadora”. O documento produzido nesse histórico Encontro representa como que a carta de nascimento da Igreja Amazônica, enquanto tal.

2. Agora, de 9 a 18 de setembro de 1997, as Igrejas da região realizaram, em Manaus, um seminário de estudos sobre a Amazônia, seguido de uma assembleia inter-regional para definir os rumos da Igreja nessa região no limiar do terceiro milênio.

1 – DE SANTARÉM A MANAUS

1.1 - Uma Igreja que busca a comunhão

3. O encontro dos dois Regionais da CNBB coloca-se dentro de uma tradição já consolidada entre nós: o de trabalharmos juntos na promoção de uma pastoral orgânica para toda a Amazônia.



4. Queremos aprofundar os laços de comunhão afetiva e efetiva entre os dois Regionais, e cultivar e viver essa comunhão em todas as comunidades, valorizando as pessoas e incentivando a vivência fraterna e a partilha de dons e serviços.

5. Estreitamos nossa comunhão com todas as Igrejas no Brasil, comunicando-lhes as riquezas de nossa caminhada. Ao mesmo tempo, reiteramos o nosso apelo aos outros Regionais para que venham em socorro à Igreja da Amazônia pelos seus desafios pastorais, pela sua extensão e importância no cenário mundial.

6. Igualmente, nos sentimos em sintonia com toda a Igreja Católica que prepara o Jubileu extraordinário do ano 2.000 e com a CNBB no seu documento “Rumo ao Novo Milênio”.

7. Na sinagoga de Nazaré, Jesus apresentou sua missão como proclamação de um jubileu de vida e libertação para todos, assumindo o relato de vocação de um discípulo de Isaías na época em que o povo de Deus vivia sob a dominação estrangeira, sem perspectivas imediatas de liberdade social e autonomia política.

8. Mais do que em outras épocas de sua história, a Amazônia necessita urgentemente da proclamação de um jubileu que seja um novo tempo de justiça e signifique a libertação da terra e das águas, o direito à cidadania das populações da região e o resgate das dívidas sociais para que haja vida e justiça para todos.

1.2 - Uma Igreja que pede perdão

9. Acatando a proposta de João Paulo II na carta sobre o terceiro milênio, tomamos consciência da parte de responsabilidade que, como Igreja cristã, temos em relação ao sofrimento que vivem os povos e a própria natureza nessa região.

10. Pedimos perdão a Deus, aos povos indígenas e a todos os pobres do campo e da cidade, por não termos conseguido superar atitudes de omissão ou conivência em relação às violências e injustiças que



os povos da Amazônia têm sofrido. Não damos suficiente testemunho de respeito e amor às diversas culturas e religiões presentes na região.

11. Reconhecemos que nossas Igrejas têm uma dívida especial com a mulher. Nessa região, onde a situação das mulheres ainda é de extrema marginalização e injustiça e onde a maioria das comunidades cristãs é coordenada por elas, a Igreja é interpelada a rever o papel da mulher na missão e a escutá-la com maior atenção.

12. Pedimos perdão a Deus pelas agressões à sua criação. Nessa região, onde a natureza é constantemente agredida, não desenvolvemos ainda uma teologia amazônica da criação e não definimos com clareza uma ação pastoral e uma espiritualidade ecológicas.

1.3 - Uma Igreja que louva e agradece a Deus

“Onde, porém, se multiplicou o pecado, a graça transbordou” (Rm 5,20).

13. Como Igreja de Jesus Cristo nessa região amazônica:

14. Reconhecemos que a bênção do Deus da vida se manifestou na riqueza da biodiversidade, que é fonte de sustento para os povos indígenas, os migrantes e todos que aqui vivem.

15. Louvamos a maravilhosa riqueza da graça de Deus que se manifesta na grande diversidade cultural dos povos da Amazônia.

16. Agradecidos, celebramos a memória de missionários, bispos, presbíteros, religiosos(as) que, respondendo com entusiasmo e generosidade ao chamado do Senhor da Messe, doaram-se integralmente à causa do Reino, muitos deles até com o testemunho do sacrifício supremo da própria vida.

17. Com gratidão, celebramos a dedicação e o serviço abnegado de tantos(as) leigos(as) que assumiram, no anonimato, nas pastorais, movimentos e comunidades, sua consagração batismal,



no seguimento de Cristo, e até derramaram seu sangue como expressão de sua fé.

18. Continuamos esse louvor por todas as iniciativas e organizações da Igreja e da sociedade, nas quais se destaca a participação crescente das mulheres, que lutam por um mundo mais justo e solidário, no campo e na cidade.

19. Em todos esses motivos de louvor, reconhecemos a dimensão profética, fruto do Espírito de Deus, que animou tantos e diferentes testemunhos de fé desde o início da caminhada da Igreja de Jesus Cristo na Amazônia.

2 - O ROSTO DA NOSSA IGREJA

20. Há quase trinta anos, os bispos da América Latina, reunidos em Medellín, propunham que, em todo o continente, se apresentasse cada vez mais o rosto de uma Igreja missionária, pobre e pascal, despojada dos meios de poder e que fosse lugar de comunhão aberta a toda humanidade (Med., doc. 5, n. 13).

21. Retomando, hoje, o espírito profético de Medellín e renovando as orientações do Encontro Pastoral de Santarém, propomos, à luz dos posteriores documentos da Igreja, algumas **atitudes fundamentais**, que devem inspirar as **perspectivas evangelizadoras** na Amazônia.

1ª - Igreja: discípula da Palavra

“A quem iremos, Senhor? Tu tens palavras de vida eterna” (Jo 6,68).

22. A Igreja, como comunidade dos discípulos e discípulas do Senhor, é permanentemente chamada a se converter à Palavra de Deus e a ser por ela “evangelizada”, dando testemunho de que realmente crê e vive aquilo que prega.



23. A condição de Igreja discípula concretiza-se num esforço cada vez maior por tornar a sua organização, palavra e ação mais inspiradas em Jesus Cristo, em sua vida e missão.

24. Na Amazônia, a nossa Igreja é pobre e seus pastores são pessoas simples e conscientes de seus limites. Para cumprir a missão que Deus lhes confia, precisam que toda a Igreja seja missionária e participativa. Propomo-nos a zelar para que as relações entre bispos, padres e todo o povo de Deus sejam mais próximas e afetuosas, que o acolhimento mútuo seja uma característica de nossas comunidades e nos deixemos conduzir muito mais pelo amor do que pelo espírito legalista.

25. Uma Igreja discípula tem consciência de que a Palavra de Deus se manifesta também no mundo e na diversidade das culturas. O discipulado de Jesus nos torna abertos ao outro e ao diferente, às outras religiões, particularmente as nativas que, em seus caminhos próprios, buscam a Deus, presente no coração de toda realidade humana. Na escola de Jesus, aprendemos a nos relacionar com todos através de um diálogo respeitoso, que não se impõe e nem exclui ninguém. Como Paulo, somos chamados a nos tornar *lanomâmi* com os *lanomâmi*, *seringueiros* com os *seringueiros*, “fazendo-nos tudo para todos a fim de salvar a todos” (cf. 1Cor 9,20.22).

2ª - Igreja: testemunha do diálogo

*“Quem és tu para condenar o servo de um outro?
(...) Não mais nos julgemos uns aos outros (...)
Nós, os fortes, devemos suportar as fraquezas dos fracos
(...) o Deus da constância e da consolação,
vos dê também perfeito entendimento, uns com os outros,
como ensina o Cristo Jesus” (Rm 14,4.13; 15,1.5).*

26. Acolhemos como apelo do Espírito Santo o pedido do Papa João Paulo II para que, em preparação ao jubileu do ano

2.000, rezemos pela unidade dos cristãos e nos esforcemos por superar as divisões.

27. É preciso, pois, redescobrir e alimentar o espírito ecumênico em todos os católicos, pois ele é uma dimensão constitutiva e irrenunciável da missão (cf. Jo 17,21). Faz parte dos objetivos atuais e urgentes em nosso País (especialmente em nossa Região) oferecer serenamente, aos nossos fiéis e aos irmãos de outras Igrejas, elementos para que possam distinguir o trigo do joio, a adesão convicta e o fanatismo cego, o zelo missionário e a exploração interesseira das emoções do povo, a busca perseverante da vontade de Cristo e o autoritarismo sectário e sem escrúpulos” (Cf. Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, nº 162 e 215).

28. Só o diálogo, paciente e humilde, baseado na aproximação pessoal, ajuda a superar o fanatismo e o proselitismo.

29. Há pessoas e comunidades que se sentem também ameaçadas pelas novas correntes de espiritualidade. No documento de Santo Domingo, os bispos lembram que esses grupos ajudam nossas Igrejas a rever como estão distanciadas de alguns setores da população e nos estimulam a “buscar uma resposta mais adequada às perguntas que as pessoas se fazem sobre o sentido da vida, sobre o sentido da relação com Deus, em meio à progressiva crise social” (DSD, n. 150).

3ª- Igreja: servidora e defensora da vida

*“Ide, pois, aprender o que significa:
Misericórdia eu quero, não sacrifícios” (Mt 9,13).*

30. A Igreja, discípula do Espírito de Deus, torna-se parecida com Jesus Cristo em sua vida, palavra e ação. Assume a misericórdia e a compaixão do Cristo, em relação a todo ser vivo e à vida ameaçada, como princípio de toda a ação evangelizadora, e

retoma a convicção fundamental de que Deus não a quis para si mesma, mas em função do Reino da vida, da justiça e da paz.

31. Preocupam-nos, sobretudo, as seguintes ameaças à vida:

- a ameaça aos recursos genéticos, através da biopirataria, particularmente junto às comunidades tradicionais da região;
- a privatização das florestas nacionais, proposta por órgãos de Governo, e a entrada de madeiras, especialmente do Sudeste asiático;
- os efeitos nefastos sobre as populações indígenas da lei que permite a exploração econômica das riquezas do subsolo em suas terras;
- o crescimento do uso das drogas, agravando doenças, como a AIDS, aumentando a violência, a prostituição e casos de morte, problemas agravados pelas rotas do narcotráfico que passam pela região e pela corrupção que o acompanha.

32. Em tempos onde é forte a tentação de “basta-se a si mesmo”, a Igreja da Amazônia retoma a decisão de ser mais do que tudo servidora. Toda a sua ação, tanto nas pastorais explicitamente sociais, que expressam mais diretamente o serviço libertador aos excluídos e o apoio aos diversos movimentos populares, como nos setores de pastoral mais interna e de sustentação das comunidades eclesiais, a meta fundamental é buscar e servir “ao Reino de Deus e à sua justiça”, compreendendo que “tudo o mais virá por acréscimo” (cf. Mt 6,33).

33. Esse Reino, no seu crescimento, ainda sofre e padece agressões e a dinâmica pascal da semente que morre para produzir fruto (cf. Jo 12,24-25) sempre caracterizou e ainda marca a vida das nossas comunidades. Estamos conscientes que ninguém procura o martírio por si mesmo; ele vem das forças do mal, que estão dentro de nós, e sobretudo dos que escolheram a morte em lugar da vida. Confirmamos,



por isso, a nossa vontade de lutar contra todo tipo de violência, impunidade, omissão e lentidão do poder judiciário, através do diálogo e da defesa dos direitos humanos, para que o Reino continue crescendo mais pelos obras do bem que pelo sangue de novos mártires.

4ª- Igreja: Irmã da Criação

“Naquele dia, em favor deles, farei uma aliança com as feras, com as aves do céu, e os répteis do chão: afastarei desta terra o arco, a espada e a guerra, e todos poderão dormir em segurança. Eu me casarei contigo para sempre, casamos conforme a justiça e o direito, com amor e carinho. Responderei para o céu, o céu responderá para a terra, e a terra responderá com o trigo, com o vinho e o azeite...”
(Os 2,20-21.23-24).

34. Para a nossa Igreja, é um privilégio viver a missão nessa região repleta de belezas, onde a aliança do Criador com o universo aparece tão fortemente, seja na tradição bíblica, seja nas culturas indígenas. Ao mesmo tempo, nos desafia a devastação e a exploração desenfreada que desumaniza e destrói o equilíbrio da própria natureza.

35. Queremos unir-nos aos povos da floresta em sua contemplação do Deus da Vida que manifesta o seu amor maternal na terra, no céu estrelado, no mistério das matas e dos rios.

36. Cremos que toda a criação, sacramento vivo da presença e do amor de Deus, participa da redenção do Cristo que, por sua Páscoa, reconcilia o universo. A promessa bíblica de que a criação participará da “gloriosa liberdade dos filhos e filhas de Deus” é uma prerrogativa e vocação sua, embora, ainda hoje, ela esteja sujeita à vaidade: “Geme como em dores de parto” (cf. Rm 8,18-21).

37. De acordo com a revelação de Deus, a Igreja recebe do Criador e do Cristo, “primogênito de toda criatura”, a missão de ser, junto com toda a humanidade, **Irmã da Criação**. Por isso,

considera como parte da sua opção fundamental a salvaguarda de toda a criação, e chama todos os homens e mulheres a cuidarem do Planeta como sua casa comum. Essa missão vale mais fortemente ainda para as Igrejas da Amazônia.

38. Denunciamos os fatores que, em nossa região, provocam a destruição da natureza. São os mesmos que causam a injustiça social e a dependência econômica. O sistema socioeconômico que exclui milhões de seres humanos no mundo, não leva em conta os direitos da terra e do ar, das águas e de todos os seres vivos, sempre que isso não lhe convém economicamente. Por isso, somos chamados, como profetas e profetizas de Deus, a unir a defesa da justiça social à salvaguarda da criação.

3 - PERSPECTIVAS EVANGELIZADORAS

39. As Igrejas da Amazônia deixar-se-ão iluminar pelas seguintes perspectivas evangelizadoras:

1ª - Inculturação

40. Nossas Igrejas estão buscando seu **rostro amazônico**. Por isso, precisam aprofundar a inculturação da fé nas culturas locais da região. Estamos, porém, conscientes de que a Amazônia é constituída por muitas *Amazônias*. Existe uma riquíssima diversidade cultural. Temos, entre outras:

- culturas **indígenas** (mais de uma centena);
- culturas dos **negros e remanescentes de quilombos**;
- culturas de **seringueiros, lavradores, ribeirinhos, pescadores**;
- culturas dos **migrantes**, das mais diversas proveniências.

41. Presenciamos ainda o avanço da cultura **moderna** em nossa região, especialmente no mundo urbano, compondo-se com as



culturas tradicionais mas, muitas vezes, a elas se contrapondo com efeitos desagregadores.

42. As Igrejas amazônicas são chamadas a inculturar-se e inserir-se nesses múltiplos universos e a viver, a partir daí, um sadio **pluralismo**. Isso implica em ajudar os povos locais a exprimir e celebrar a sua fé em Cristo:

- em sua própria linguagem;
- com seus símbolos;
- com sua visão da vida e do mundo;
- com seus valores positivos;
- com suas expressões religiosas.

43. Como aprendemos no Encontro de Santarém, esse esforço de inculturação pressupõe a **encarnação na realidade** de nossa gente. Pois antes de assumir a cultura de um povo, é preciso assumir a sua vida e ser solidário com suas lutas.

2ª - Cidadania

44. Muito nos alegra constatar que, desde o Encontro Pastoral de Santarém, além dos sujeitos sociais do mundo urbano, emergiram e se firmaram em nossa região **novos sujeitos sociais**: indígenas, trabalhadores rurais, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, migrantes, os Sem-Terra e diversos grupos de mulheres. Graças a Deus, nossas Igrejas contribuíram de modo significativo para o surgimento desses grupos e fortalecimento de suas organizações.

45. Prosseguindo nessa caminhada, queremos apoiar, junto a outros parceiros, essas organizações populares em suas várias iniciativas, como:

- desenvolver **alternativas de produção**, na perspectiva das **economias populares**, ajudando-as a incorporar tecnologias que



favoreçam uma agricultura em colaboração com a natureza, respondendo assim à crise crescente do desemprego;

- participar dos **movimentos urbanos** (saúde, educação, transporte, ambiente, gênero etc.), a fim de melhorar a qualidade dos serviços e da convivência humana na cidade;
- reivindicar, com novo vigor, reformas sociais, especialmente a **reforma agrária integral**, a **regulamentação democrática do uso das águas**, o **estatuto dos povos indígenas** e a **democratização dos meios de comunicação social**;
- interferir nos **Grandes Projetos**, somente aceitando-os quando são participativos, trazem benefícios sociais e respeitam o meio ambiente. Preocupa-nos particularmente o SIPAM/SIVAM, decidido sem a participação das populações locais e dependente de interesses tecnológicos e econômicos estrangeiros, que colocam em risco a soberania nacional na região (práxis da “soberania restrita”).

46. Nossas Igrejas querem levar adiante a missão de fazer a gente do povo crescer na consciência de sua cidadania. Querem especialmente contribuir para formar dirigentes populares que atuem no campo sociopolítico, para que o fermento evangélico penetre também nos **centros de decisão**. É importante que a conquista dos direitos cidadãos se inicie com o poder local, questionando a partir daí o poder global. “Agir localmente e pensar globalmente”. Na medida em que dá primazia à lei de mercado, o neoliberalismo deve ser questionado pelas comunidades cristãs e superado, em favor de uma economia que dê primazia ao Bem Comum.

3ª - Formação

47. Frente à riqueza e complexidade social, cultural, econômica e ecológica da Amazônia, e à necessidade de atuar de modo lúcido e eficaz em sua missão evangelizadora, nossas Igrejas se empenharão em:



- ampliar os **espaços de participação dos leigos e das leigas**, para que possam exercer mais plenamente seu **poder de decisão** no seio da comunidade e um legítimo **protagonismo** na vida pública;
- formar **ministérios** adequados às necessidades de nossas comunidades, especialmente o **ministério do pastoreio de comunidades**, exercido por leigos(as) que sejam servos(as) do povo, abertos(as) ao diálogo e ao trabalho de equipe e que, devidamente preparados(as), assumam, em nome da Igreja, a direção pastoral de uma comunidade, sendo por ela sustentados(as);
- favorecer a formação dos **povos indígenas**, visando:
 - a conservação da língua e cultura;
 - o acesso à formação escolar e técnica de acordo com suas expectativas.
- reforçar os **centros de formação** existentes, particularmente o CENESC e o IPAR, e criar novos, para que possam produzir uma teologia autenticamente amazônica, que assessorie a evangelização inculturada das nossas Igrejas, formando padres, diáconos, religiosos(as), leigos(as), de acordo com o Projeto de Deus e os anseios do povo da Amazônia;
- adquirir uma melhor **preparação cultural**, crescendo em informação científica, conhecimento técnico e discernimento crítico. Para isso serão de grande ajuda pessoas e instituições de estudo e pesquisa da região e também de fora. Devemos, porém, promover o surgimento de uma **intelectualidade cristã** que pense as grandes questões da Amazônia na ótica da fé e dos povos amazônicos.

4ª - Anúncio Central da Boa-Nova

48. As perspectivas evangelizadoras acima expostas se enraízam na missão primeira das Igrejas: anunciar aos povos o



Evangelho de Jesus Cristo e de seu Reino, como fonte de sentido e de libertação.

49. Essa missão fundamental impõe-se com particular força no momento histórico em que vive o mundo, marcado pelo secularismo, pelo vazio existencial e pela crise das utopias políticas e, em consequência, pela busca ansiosa de um sentido à vida e uma orientação à história. Essa busca expressa-se na sede do sagrado e na demanda de experiências religiosas de toda a sorte, como também, nos movimentos de despertar da fé dentro de nossas Igrejas. São sobretudo os jovens a categoria mais sensível a esse apelo, que é, ao mesmo tempo, histórico e humano.

50. Frente a essa crise de nossa época, as Igrejas sentem-se desafiadas a retomarem o que vêm fazendo desde sempre, porém agora com **novo ardor, nova expressão e novos métodos** (João Paulo II), a saber:

- anunciar, especialmente aos *afastados*, o **núcleo do querigma**: Jesus Cristo morto e ressuscitado, “o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6) para todo homem e mulher. Toda nossa pregação há de se concentrar na Boa-Nova do Amor do Pai em Cristo, pelo Espírito. O objetivo é suscitar nas pessoas uma opção consciente de fé e, por isso, um sentido de identidade e de segurança;
- propiciar às pessoas e às famílias uma iniciação à **experiência de intimidade com Deus**, vivida numa espiritualidade intensa, alimentada na contemplação da Criação, pela leitura orante da Palavra e celebrada nos sacramentos, especialmente na Eucaristia;
- manter sempre a opção de fé **aberta** nas várias direções: respeito pela religião popular, diálogo com outras religiões, inculturação, compromisso social e a prática de uma verdadeira Pastoral de Comunicação;
- por fim, continuar promovendo **Comunidades de fé**, que sejam testemunhas do Evangelho, eucarísticas, missionárias e



libertadoras. Pois sem uma significativa rede de comunidades vivas, não há base de sustentação para nossas perspectivas pastorais. Elas constituem a raiz da força espiritual e social da Igreja.

CONCLUSÃO

51. Vinte e cinco anos depois do Encontro de Santarém, o Espírito de Deus conclama os pastores, agentes e militantes de nossas Igrejas a um novo alento de esperança. Apesar de vivermos numa época em que grandes projetos históricos falharam, nossa esperança não se baseia apenas na realidade da história, mas na promessa de Deus e nos sinais de futuro que acompanham as palavras que nos manda proclamar.

52. Cremos na eficácia do valor evangélico, da comunhão e participação!

53. Cremos na graça e no poder do Senhor Jesus que penetra a vida e nos impele para a conversão e a solidariedade!

54. Cremos na esperança que alimenta e fortalece a mulher e o homem em sua caminhada para Deus, nosso Pai!

55. Cremos numa Amazônia justa, solidária, fraterna, geradora de vida!

56. Com a confiança e a firmeza de Maria de Nazaré, Padroeira da Amazônia, cantamos louvores a Deus que faz maravilhas nos pequenos, derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes.



Missionariedade e Solidariedade entre as Igrejas no Brasil

Itaici, Indaiatuba-SP, 22 de abril a 1º de maio de 1998.



MISSIONARIEDADE E SOLIDARIEDADE ENTRE AS IGREJAS NO BRASIL

Nas Assembleias Gerais da CNBB, a questão missionária tem se tornado a tônica das nossas preocupações de pastores. Tomamos consciência de que a tarefa de evangelizar constitui a missão essencial da Igreja. Evangelizar é a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. A Igreja existe para evangelizar. Por isso, o objetivo da Igreja no Brasil resume-se na palavra “EVANGELIZAR”. O resto é acidental, acréscimo.

O Decreto Conciliar “Ad Gentes” sobre a Atividade Missionária da Igreja é categórico quando afirma: “A Igreja peregrina é, por natureza, missionária. Pois ela se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai” (AG, n. 2). Já no proêmio, “Ad Gentes” relaciona a missionariedade da Igreja à sua catolicidade. Em outras palavras: a Igreja deixa de ser católica se não for missionária. “Enviada por Deus a todos os povos para ser sacramento universal de salvação, por exigência íntima de sua catolicidade e obedecendo ao mandato do seu Fundador (cf. Mc 16,16), esforça-se por anunciar o Evangelho a todos os povos” (AG, n. 1).

HISTÓRIA DA IGREJA – HISTÓRIA DE SUA MISSIONARIEDADE

A história de nossa Igreja, desde seus primórdios, é a história de sua missionariedade. Não há poder neste mundo que possa frear seu ímpeto de levar a Boa-Nova até os confins do mundo. Quantos missionários tornaram-se “mártires”, no mais estrito sentido da palavra: anunciaram e testemunharam sua fé



até o ato extremo de derramar seu próprio sangue. No Sábado da Oitava da Páscoa lemos o relato dos Atos dos Apóstolos em que Pedro e João foram advertidos pelas autoridades religiosas e políticas de Jerusalém. “Ordenaram-lhes que, de modo algum, falassem ou ensinassem em nome de Jesus” (At 4,18). Os dois apóstolos, “simples e sem instrução” (At 4,13), não se deixaram intimidar e responderam: “Julgai vós mesmos se é justo, diante de Deus, que obedecemos antes a vós do que a Deus! Quanto a nós, não podemos deixar de falar sobre o que vimos e ouvimos!” (At 4,19-20). Ressoaram em seu coração as palavras do Mestre aos fariseus, que, na entrada messiânica de Jesus em Jerusalém, ficaram furiosos diante da aclamação do povo: “Se eles se calam, as pedras gritarão” (Lc 19,40).

Inúmeros missionários e missionárias, ao longo de dois milênios, despediram-se de sua família, desinstalaram-se, saíram de sua pátria, percorreram terras, atravessaram mares para alcançarem a grande meta: que “e toda língua confesse: ‘Jesus Cristo é o Senhor’, para a glória de Deus Pai” (Fl 2,11).

No dia da ascensão, Jesus, ao despedir-se de seus apóstolos, lhes dá um último recado: “Mas recebereis o poder do Espírito Santo que virá sobre vós, para serdes minhas testemunhas em Jerusalém, por toda a Judeia e Samaria, até os confins da terra” (At 1,8). Filipe foi à Samaria para anunciar “a palavra da Boa-Nova” (At 8,4). Samaria é a primeira região “além fronteiras”. Pedro vai a Cesareia e entra na casa de um centurião, da corte itálica (cf. At 10,1), e se dá conta de que “Deus não faz discriminação entre as pessoas. Pelo contrário, ele aceita quem o teme e pratica a justiça, qualquer que seja a nação a que pertença” (At 10,34-35). Nasce a missão “ad gentes”. Depois do Concílio de Jerusalém, “cheios de coragem”, Paulo e Barnabé declaram: “Sabei que vamos dirigir-nos aos pagãos” (At 13,46). Inicia-se a grande epopeia da evangelização, que não parou até os dias de hoje: Icônio, Antioquia, Licaônia, Filipos, Tessalônica! Paulo está no areópago de



Atenas, depois funda a igreja de Corinto, mais tarde a de Éfeso, passa por Trôade, onde teve a visão: “na sua frente estava, de pé, um macedônio que lhe suplicava: ‘Vem para a Macedônia e ajuda-nos!’” (At 16,9). Na Macedônia, o Evangelho chega à Europa. O outrora perseguidor da Igreja é perseguido, é ameaçado de morte, é processado. Apela para César. “*Ad Caesarem appellasti. Ad Caesarem ibis*” (cf. At 25,12),¹ retruca o procurador Pórcio Festo. E via Malta, Siracusa, Régio, Pozzuoli, Paulo chega a Roma.

Jesus falou a língua aramaica. O letreiro, fixado na cruz, já estava escrito em outros idiomas: hebraico, latim e grego (cf. Jo 19,20). O Novo Testamento não é mais redigido na língua da Terra Santa, mas sim em grego. O original é traduzido para o latim. Mas o “*Limes Romanus*” também não foi limite ou fronteira para o Evangelho. A Boa-Nova continuou a percorrer o mundo e há quase 500 anos chegou à Terra da Santa Cruz.

DESAFIOS MISSIONÁRIOS ESPECÍFICOS

“Evangélizar (...) é levar a Boa-Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las, a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade” (EN, n. 18), escreveu o Papa Paulo VI na sua, ainda hoje atualíssima, Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntiandi*”.

No Brasil estamos diante de desafios missionários específicos. Somos chamados a responder aos apelos prementes de áreas e situações missionárias bem definidas, tanto na corresponsabilidade com a missão universal da Igreja “ad gentes”, como somos interpelados pela missão além fronteiras dentro do nosso próprio país. Na era da “globalização”, os sinais dos tempos – e Deus nos fala através deles – indicam que nossa Igreja, mais do que nunca, é chamada a dar um exemplo de “solidariedade global”.

¹ “A César apelaste, a César irás.” (At 25,12)



O grande apóstolo da África, Daniel Comboni, cunhou como lema de sua missão: “Salvar a África com a África”. Não é mera paráfrase aplicarmos esta visão profética ao Brasil: “Salvar o Brasil com o Brasil”.

Há pouco mais de um mês, em 24 de março, faleceu o Cardeal-Patriarca de Lisboa, Dom Antônio Ribeiro. Por ocasião do centenário da morte de Daniel Comboni, o Primaz de Portugal proferiu, no dia 10 de outubro de 1981, na Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, uma memorável homilia. O saudoso antístite afirmava: “Trata-se de converter cada vez mais a nossa espiritualidade e a nossa práxis pastoral, colocando a nossa Igreja em “estado de missão”, e conferindo-lhe cada vez mais profundamente os critérios da catolicidade e da escolha preferencial pelos mais pobres, primeiros destinatários da Missão (cf. Lc 4,18-21)”. A missão não pode ser compreendida como “mão única”, tipo: o missionário desembarca em praias até então ignotas e manda queimar o navio que o trouxe, cortando toda possibilidade de comunicação com a Igreja de origem, que o enviou. O cardeal português instistiu na “reciprocidade”, dizendo que missão “significa hoje responder às situações missionárias internas, acolhendo estímulos, sugestões, riquezas de caminhos na fé, vividos por outras Igrejas, sobretudo pelas mais jovens, que talvez tenham maior consciência de estarem em “situação missionária” e se encontram, porventura, menos sobrecarregados com o peso da tradição”. E bem no bojo do Decreto “Ad Gentes”, profeticamente sentenciou: “A evangelização missionária não pode ser exclusivamente de Institutos ou Organismos, mas tem de envolver toda a Igreja. Os Institutos e Organismos missionários são instrumentos especializados da missionariedade da Igreja e conferem-lhe um conteúdo específico, mas o sujeito da missão é a própria Igreja”.

A missão é uma só, mas, na pluralidade das culturas, os campos onde deve prosperar a semente da palavra de Deus, diversificam as formas de exercer a missão. A evangelização é responsabilidade



de todas as igrejas particulares. Cada bispo “enquanto membro do Colégio Episcopal e sucessor legítimo dos Apóstolos (...), por instituição e preceito de Cristo, é obrigado a ter solicitude pela Igreja universal” (LG, n. 23). A caridade pastoral urge horizontes mais largos. Não basta a exclusiva preocupação com nossa própria diocese. A solidariedade entre os irmãos bispos, entre as Igrejas particulares, numa atitude de abertura ao Espírito, deve tornar-se o sinal de que é realmente a Igreja quem evangeliza.

IGREJAS-IRMÃS, UM PROJETO CORAJOSO

Em 1972, após uma visita da então presidência da CNBB ao norte do país, surgiu entre nós o projeto “Igrejas-Irmãs”, visando despertar a solidariedade entre as Dioceses e os Regionais. Dom Estêvão Cardoso Avelar, então Bispo-Prelado de Marabá, PA, em entrevista coletiva à Imprensa, comunicou que o episcopado brasileiro incentivaria um programa de ajuda mútua entre as dioceses brasileiras: “Aqueles que têm maiores recursos, colaboram com as menos favorecidas. Todas as dioceses, ainda que pobres, sempre podem contribuir em favor de outras mais pobres”.

Importa ressaltar que já existia uma iniciativa anterior ao ano de 1972, que servia de paradigma. A Diocese de Caxias do Sul, RS, havia enviado, dois anos antes, os primeiros padres diocesanos para Dourados, MS. O projeto “Igrejas-Irmãs” conheceu experiências bem sucedidas de comprovada fidelidade missionária e, até hoje, colhemos frutos maduros, sobretudo quando se valoriza a reciprocidade. “Ninguém é tão rico que não tenha nada a receber”. No entanto, embora haja agentes de evangelização de grande valor e generosamente empenhados em todas as regiões do Brasil, preocupa-nos o fato de ainda não termos conseguido corrigir a má distribuição dos presbíteros.

As “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1995 – 1999” chamam novamente nossa atenção para o



programa “Igrejas-Irmãs”, esclarecendo que se trata de uma “iniciativa, historicamente importante, no despertar das Igrejas do Brasil para a Amazônia, as Regiões do Oeste e o Nordeste”. O Documento afirma que o programa “vive, atualmente, uma fase de avaliação. Sua revitalização será, certamente, importante para uma nova e mais decisiva fase de empenho missionário; que favoreça o amadurecimento e a originalidade das Igrejas locais e suscite projetos concretos de solidariedade e reciprocidade” (DGAE, n. 248). Penso apenas que a avaliação, de que fala o documento da 33ª Assembléia Geral da CNBB (1995), não pode durar infinitamente, mas tem que chegar a conclusões e à almejada revitalização do programa.

Em nosso “Projeto Rumo ao Novo Milênio” afirmamos: “O anúncio exige, sobretudo, uma espiritualidade que torne a Igreja sempre mais missionária” (PRNM, n. 151). Queremos dar um novo impulso à espiritualidade missionária, na esperança de que o novo milênio seja marcado por ações concretas de solidariedade entre as Igrejas. “Esta espiritualidade baseia-se na docilidade ao Espírito, no seguimento de Cristo, na solidariedade com o povo, na fortaleza e perseverança, na caridade apostólica, que suscita a busca da santidade e a paixão pela missão” (PRNM, n. 151). É exatamente essa paixão pela missão que poderá ajudar-nos a dar um salto qualitativo na nossa prática missionária, na corresponsabilidade pela missão, no intercâmbio entre as nossas Igrejas locais.

O novo milênio suscita na Igreja um novo ardor na busca de caminhos para anunciar e testemunhar a mensagem libertadora de Jesus até os confins da terra. A partilha de orações e de recursos humanos e materiais entre nossas Igrejas, constituir-se-á numa demonstração de que realmente queremos um milênio marcado pela justiça e pela paz. Será também um sinal de que a Igreja quer resgatar suas “dívidas internas”, provendo do pão eucarístico e do pão material inúmeros irmãos e irmãs, que deles estão excluídos por falta de uma maior racionalidade na distribuição de recursos entre as Igrejas.



“A IGREJA SE FAZ CARNE E ARMA SUA TENDA NA AMAZÔNIA”,

O documento conclusivo da Assembléia Inter-regional da CNBB Norte I e Norte II, celebrada em Manaus, de 14 a 18 de setembro de 1997, em que os bispos, com delegadas e delegados de todas as Dioceses e Prelazias da Amazônia, definiram “os rumos da Igreja nessa região no limiar do terceiro milênio”, repete novamente o apelo em favor de uma ajuda efetiva, sistemática e estruturada para a Amazônia, até tempos recentes ainda de selvas e águas, hoje, porém, disputada por empresas nacionais e multinacionais e progressivamente destruída. A Amazônia, que equivale aos Regionais da CNBB Norte I e Norte II, abrange nada menos do que 3.581.189 quilômetros quadrados, quase a metade, 42,07%, do território nacional. Diante de tão ingente desafio, nós, bispos da Amazônia, “estreitamos nossa comunhão com todas as Igrejas no Brasil, comunicando-lhes as riquezas de nossa caminhada. Ao mesmo tempo, reiteramos o nosso apelo aos outros Regionais, para que venham em socorro à Igreja da Amazônia pelos seus desafios pastorais, pela sua extensão e importância no cenário mundial”.

Mesmo que, em tempos recentes, muitas das antigas Prelazias tenham sido elevadas à categoria de “diocese”, a Amazônia continua, até hoje, “Terra de Missão”! O povo está ávido de evangelização, faminto do Pão Eucarístico, sedento da Palavra da Vida. Nós, simplesmente, não estamos mais em condição de saciar a fome e a sede de todos! Outros se aproveitam da lacuna que deixamos e atraem as ovelhas para seus apriscos.

Move-nos a confiança na generosidade das dioceses, especialmente do Leste, do Sudeste e do Sul do País. Nunca perdemos a esperança de que o grito da Amazônia surta efeito. Confiamos na graça de Deus, na generosidade dos irmãos, na necessidade do milagre e até na nossa persistência. É bem verdade, que às vezes, nos sentimos como o paralítico à beira da piscina de Betesda. Os anos passam e a cena de Jerusalém, “junto à Porta das



Ovelhas”, se repete: “Senhor, não tenho ninguém que me leve à piscina, quando a água se movimenta. Quando estou chegando, outro entra na minha frente” (Jo 5,7). Jesus fez o milagre. Como em tantas outras ocasiões “teve compaixão”, e ordenou ao enfermo: “Levanta-te (...) e anda!” (Jo 5,8). Todos os milagres de Jesus manifestam a generosidade e gratuidade do Filho de Deus! Apelamos para a gratuidade dos irmãos. Sabemos muito bem que todos estão enfrentando dificuldades nas dioceses. Nunca se tem presbíteros em número suficiente para atender todo o povo. Mesmo assim apelamos: “Dai-nos de vossa pobreza!”.

Dirigimo-nos aos irmãos em um momento de muito sofrimento e aflição. Ajoelhamo-nos diante da soberana vontade do Pai e, diante das dolorosas partidas de irmãos nossos para a pátria definitiva, exclamamos. “Como são insondáveis os seus juízos e impenetráveis os seus caminhos!” (Rm 11,33). Nem brotaram ainda as flores em cima da sepultura de Dom Gino Malvestio, Bispo de Parintins, falecido com apenas 59 anos (07.09.97) e já choramos a morte de Dom Jacson Damasceno Rodrigues (16.03.98), Bispo Auxiliar de Manaus, que aos 49 anos sucumbe a um tumor maligno. Dom Jorge Edward Marskell, Bispo de Itacoatiara, de 62 anos, sofre de um tumor no pâncreas. Foi operado, mas o cirurgião “não garantiu que conseguiu tirar as raízes” do mal e “explicou que este tipo de câncer é muito agressivo e que quimioterapia ou radioterapia não adiantam como tratamento pós-operativo”.

Dom Jorge escreveu do Canadá uma carta aos fiéis e aos agentes de pastoral de sua Prelazia, reunidos no Conselho de Pastoral: “Se Deus quiser, espero estar aí com vocês para celebrar a Páscoa. Sei que minha vida mudou. Depois de uma experiência dessas, só pode ser. Não sei quanto tempo Deus tem reservado para mim. Tento viver o dia de hoje como o melhor dia da minha vida. Aprendo aos poucos a confiar na bondade e no amor de Deus, que tem planos para nós que nem imaginamos. Quando chegar o desânimo



e o medo – e há momentos desses – a gente se lembra de vocês e do povo, das suas orações, de sua solidariedade e amizade. Daí fico animado e com coragem”.

Dom Jorge voltou a Itacoatiara e celebrou a Semana Santa e a Páscoa. Chegando na sua Prelazia, o primeiro compromisso do Bispo enfermo, comoveu a população até as lágrimas. Dom Jorge foi ao presídio visitar e confortar os presos. Hoje ele está aqui conosco, esforçando-se para participar de nossa assembleia e confortando-nos a todos com seu exemplo de abandono ao Pai. Jorge, todos nós rezamos por você, para que volte a ter as forças necessárias para servir ao querido povo de Itacoatiara, como o tem feito há tantos anos com incrível dedicação, generosidade e espírito missionário! A Arquidiocese de Porto Velho está vacante desde o dia 3 de setembro de 1997, em virtude da precoce renúncia (aos 61 anos) de Dom José Martins da Silva. Dom Gutemberg Freire Régis, Bispo de Coari, sofreu uma delicada intervenção cirúrgica. Está melhor, graças a Deus, e aqui está ele, entre nós! Dom José Elias Chaves, Bispo de Cametá, teve que afastar-se de sua Prelazia, por causa de um aneurisma cerebral. Mesmo parcialmente paralisado, e com muita dificuldade de locomoção, não suportou mais a distância de sua prelazia e voltou a Cametá para celebrar a Páscoa. Nas suas homilias da Semana Santa chorou mais do que pregou. Eu sei que seu coração não aguentou, vendo o seu povo tão simples e pobre, de chinelos nos pés, de mãos calejadas, de rosto queimado pelo sol, e ele, o pastor, neste estado deplorável. Nosso querido Dom Chaves sabe que só um milagre o poderá restabelecer para visitar, novamente, como tantas vezes o fez, as mais distantes comunidades das vicinais da Transamazônica.

As Dioceses e Prelazias da Amazônia são de superfícies vastíssimas. Das 29 circunscrições eclesiais, que compõem os Regionais Norte I e Norte II, nove têm mais de 100 mil, cinco mais de 200 mil e uma tem quase 350 mil quilômetros quadrados. Alguns



exemplos podem ilustrar que se trata de dioceses ou prelazias gigantescas, que ultrapassam Estados inteiros brasileiros, países da América Latina ou da Europa:

Diocese	Extensão	Estados
Macapá/AP	142.358,5 km ²	todo Estado do Amapá
Itaituba/PA	175.369,0 km ²	Paraíba, Pernambuco e Sergipe
Santarém/PA	177.137,0 km ²	Paraíba, Pernambuco e Sergipe
Óbidos/PA	185.636,0 km ²	duas vezes Santa Catarina
Roraima/RR	225.017,0 km ²	todo Estado de Roraima
Lábrea/AM	232.240,0 km ²	quase o Estado de São Paulo
Tefé/AM	266.969,0 km ²	maior que o Estado de São Paulo
São Gabriel da Cachoeira/AM	293.342,7 km ²	maior que Rio Grande do Sul
Xingu/PA	335.444,0 km ²	Rio Grande do Sul e metade de Santa Catarina

Há sempre quem argumente: “É bem verdade, as áreas são enormes, mas o índice de densidade demográfica, na Amazônia, é muito diminuto, comparando-o com o Sul ou Sudeste do Brasil onde há cifras de centenas e até de mais de mil habitantes por km²!” De fato, há circunscrições em que esse índice está abaixo de 1 habitante por km², em outras situa-se entre 1 e 3, raras alcançam entre 6 e 9 habitantes por km². Exceção são as arquidioceses metropolitanas: Manaus com 19,2 e Belém com 143,6 habitantes por km². No entanto, não é possível fazer depender a nossa ação evangelizadora e as visitas pastorais do número de pessoas em determinada localidade, calculado pelo IBGE. Comunidades de 50 famílias na cabeceira de um rio ou igarapé ou no fundo de uma vicinal da Rodovia Transamazônica não podem ser ignoradas, simplesmente em virtude do escasso número de fiéis em lugares afastados e de difícil acesso. Não são os cálculos estatísticos que motivam a nossa ação evangelizadora. E se, no meio da mata, vive



uma única família sequer, também ela merece nossos cuidados pastorais. A experiência nos ensina que, em povoados distantes da sé episcopal ou da sede paroquial, o anseio pela presença do Padre ou do Bispo é bem mais forte do que nos centros urbanos. A solidão e o isolamento em que vive esse povo e, às vezes, o total abandono por parte das autoridades municipais, estaduais e federais fazem essa gente humilde e pobre “exultar de alegria”, quando o Bispo ou o Padre chega. Quem de nós da Amazônia não pode contar histórias de despedida de comunidades pequenas e queridas que nos tocam o coração, quando durante o último aperto de mão, no derradeiro abraço carinhoso, a mesma pergunta aflora aos lábios de uma mulher, de um homem, de uma criança: “Quando é que o Sr. vem de novo?” e nossa resposta é sempre meio desajeitada e sobretudo imprecisa: “Não sei! Mas quanto antes, se Deus quiser!” E lá se passam meses e meses para o Padre voltar e anos para o Bispo novamente visitar aquela comunidade. Na próxima visita pastoral do Bispo, as crianças da visita anterior já são adolescentes ou até já se casaram e estão com um neném no colo.

Na Amazônia tantas vezes vivemos a cena do Evangelho, quando Jesus quis levar os discípulos a um lugar deserto da Galileia para tomarem fôlego e, ao desembarcarem, se viram novamente cercados por uma multidão, ávida de orientação, de ensinamento, de solidariedade, de afeto. Jesus ficou “tomado de compaixão” e o Evangelista Marcos acrescenta: “pois estavam como ovelhas sem pastor” (cf. Mc 6,31-34).

Vejamos o quadro de sacerdotes nos Regionais da CNBB Norte I e Norte II. Para toda a área existem, segundo o Anuário Católico do Brasil 1997 (CERIS): 255 sacerdotes, pertencentes ao clero secular, e 558 sacerdotes, membros de diversas ordens e congregações religiosas. Em sua imensa maioria, os sacerdotes, especialmente do clero regular, são oriundos de outros países. A Prelazia de Lábrea, por exemplo, com 232.240,0 km², dispõe apenas de um sacerdote diocesano, esse ainda cedido pela Arquidiocese de Uberaba, MG, e



de 12 Frades da Ordem dos Agostinianos Recoletos, 11 deles nascidos na Espanha e 1 na Escócia. A Diocese de Parintins, com uma superfície de 70.035 km², tem 4 Padres seculares autóctones e 16 Padres do Pontifício Instituto das Missões, provenientes da Itália.

A Amazônia exige de bispos e presbíteros, das religiosas, de todos os agentes pastorais um empenho muitas vezes fatigante e penoso. As viagens, em visita pastoral às mais longínquas comunidades, absorvem as energias. Enormes distâncias têm que ser vencidas. Dias e dias de barco rio acima e rio abaixo, horas a fio de jipe em estradas, ora empoeiradas, ora lamacentas, repletas de atoleiros, dependendo da estação do ano, longas caminhadas a pé ou no lombo do animal consomem as forças, sem falar de realidades conflitivas em torno da problemática da terra, com que os evangelizadores, sempre de novo, se deparam. Com São Paulo, muitos dos nossos irmãos, podem exclamar: “Fiz inúmeras viagens, com perigos de rios, perigos de ladrões, (...) perigos na cidade (...); trabalhos e fadigas (...); e, sem falar em outras coisas, a minha preocupação de cada dia, a solicitude por todas as Igrejas!” (2Cor 11,26-28).

A miséria, a fome, a falta das mais elementares condições para uma vida digna de grande parte de nosso povo deixa-nos tantas vezes atônitos. Por mais que nos esforcemos, todo o auxílio material de que dispomos; assemelha-se a uma gota d’água num oceano. Que nos fale nosso irmão Dom Aparecido José Dias, Bispo de Roraima! Uma área, de mais de 15% do Estado de Roraima, foi literalmente consumida pelo fogo. As chamas varreram o cerrado e a selva, tostando plantações, casas, pasto, a mata virgem, atingindo o habitat milenar dos povos indígenas. O fogo deixou um cenário apocalíptico. Os já pobres agricultores, agora ficaram sem nada e os índios desesperados. O governo só agiu quando a imprensa internacional começou a mostrar as imagens daquele inferno e a denunciar a inexplicável lentidão, para não dizer a omissão das autoridades, em tomar medidas para debelar o incêndio, de di-



mensões gigantescas. Quem sabe foi Deus que finalmente mandou a chuva, compadecendo-se de seu povo e ouvindo a oração dos Kaiapó que, solidários, acudiram a seus irmãos aflitos!

AMAZÔNIA, A NOVA FRONTEIRA

Desde o início da missão na Amazônia até trinta, quarenta anos atrás, a Santa Sé confiava a “cura animarum” aos cuidados de diversas Ordens e Congregações religiosas. Os bispos-prelados pertenciam sempre à Ordem ou Congregação, que atuava em determinado território. Em 1973 havia na Amazônia Legal ainda 41 Prelazias. Os Monges, Frades e Padres atenderam, com muito esforço, a população nas pequenas cidades e povoados e ao longo dos rios caudalosos e igarapés compridos, sinuosos, até encachoeirados e de extremamente difícil navegação. Sacrificaram suas vidas nas “desobrigas”, levando a Boa-Nova até os últimos rincões. Passaram meses viajando de canoa ou montados ou então “per pedes apostolorum”, ora sob um sol inclemente e escaldante, ora debaixo de chuvas torrenciais. Voltaram exaustos ao convento e muitas vezes enfermos, acometidos de malária ou de outras doenças tropicais. Mas sentiram sempre a satisfação de terem cumprido a sua missão.

A partir do final dos anos 70, muitas Prelazias foram elevadas sucessivamente a dioceses, às vezes mesmo sem ainda disporem dos elementos mínimos para tal (clero autóctone, infraestrutura adequada, autonomia e autogestão econômicas).

Alhures, o Brasil foi considerado um país “homogêneo” e, em consequência, igualou-se as Igrejas na Amazônia às dioceses no Leste, Sudeste e Sul do Brasil, cuja história e estruturas são bem diferentes e, em parte, marcadas por acentuada influência europeia, devido à imigração no século passado.

Ainda hoje, toda circunscrição eclesiástica desta região, seja diocese ou prelazia ou mesmo arquidiocese, por não ter clero autóctone suficiente, tem que apelar para as ordens e congregações



religiosas para suprir a escassez de clero secular aborígene. Ademais, as arquidioceses, dioceses ou prelazias na Amazônia não conseguem manter-se com recursos próprios e continuam dependendo de contribuições maciças, provenientes de Igrejas Irmãs da Europa ou da América do Norte. Frequentemente os bispos da Amazônia são obrigados a pedir esmolas no exterior a fim de prover o sustento da ação pastoral.

Dos anos 70 para cá o quadro mudou de modo significativo. A construção de estradas na Amazônia atraiu milhares e milhares de famílias do Sul do País e do Nordeste. Cidades com 4000 habitantes ou menos dispararam para 100.000 ou mais. Onde até então a mata virgem cobria o solo e nenhum ser humano havia ainda fincado o seu pé, de repente surgem novos municípios. Nem de longe, o número de Padres corresponde à necessidade das novas frentes pastorais. As vocações missionárias na Europa e na América do Norte escassearam e, entre nós, as seitas proliferam a olhos vistos. O número e a percentagem de católicos na Amazônia decresceu, nos últimos anos, de modo assustador. Nessa imensa região em que, durante séculos, mesmo com a falta de um atendimento religioso e sacramental regular, o povo se destacou por seu meigo amor à Virgem de Nazaré e aos Santos, venerados nas novenas e nos festejos tradicionais, esse mesmo povo é hoje presa fácil de agressivos pregadores fundamentalistas. Homens e mulheres que abandonaram seus familiares e parentes em seu Estado de origem, sentem-se de repente desarraigados e, na terra estranha, abandonam a fé de seus antepassados.

Na Reunião Privativa da tarde do dia 23 de abril passado, caiu fundo em todos nós a intervenção de nosso irmão Dom José Vieira Lima, Bispo de Marabá. Ele demonstrou, através de números incontestáveis, a realidade da Amazônia de hoje. Se bem que as cifras se referem apenas à população que habita a região sobre a qual se projeta um futuro “Estado de Carajás” (Dioceses de Marabá, SS. Conceição do Araguaia, parte da Diocese de Bragança do Pará, e



parte das Prelazias de Cametá e Xingu), são uma amostra da realidade da Amazônia e aplicáveis “mutatis mutandis” a todas as Dioceses e Prelazias do Norte. Salta à vista que de 1.597.021 habitantes da referida região, apenas 100.298 são nativos, paraenses legítimos. Uma onda migratória, antes nunca vista no País, levou famílias de todos os rincões do Brasil àquelas plagas.

Esses números talvez possam convencer-nos, definitivamente, da comum responsabilidade da Igreja no Brasil pelas Igrejas Particulares na Amazônia e fazer-nos concretizar o lema de Daniel Comboni “Salvar a África com a África”, em nosso País: “Salvar o Brasil com o Brasil”.

A consequência lógica desses dados é que na Amazônia há regiões em que o povo tem, apenas uma ou duas vezes por ano, a graça de participar da Eucaristia. O mandato do Senhor: “Fazei isto em memória de mim!” (cf. Lc 22,19; 1Cor 11,24-25), não pode ser cumprido nas comunidades porque não há quem presida a Santa Missa. Católicos, que em sua terra natal foram à Igreja todos os domingos, de repente não têm mais acesso à Mesa da Comunhão.

O Decreto “Presbyterorum Ordinis” fala da Eucaristia como: “fonte e ápice de toda evangelização” (PO, n. 5) e diz mais: “Não se edifica ... nenhuma comunidade cristã, se ela não tiver por raiz e centro a celebração da Santíssima Eucaristia” (PO, n. 6). Em outras palavras, uma comunidade, em que não se celebra a Eucaristia, por mais que ela se reúna e se esforce, por mais que reze, por mais que leia e medite a Palavra de Deus, não é uma comunidade plenamente cristã. Falta a fonte, o ápice, a medula, o essencial! Os irmãos bispos, reunidos nesta assembleia, hão de compreender, o quanto nos aperta o coração ter que ver nosso Povo de Deus sem o Memorial da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor.

Diante do exposto, só resta repetir o apelo: “Dai-nos de vossa pobreza!” “Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas”, hoje! (cf. Ap 2,7.11.17.29; 3,6.13.22).



EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Quando nosso irmão Dom Antônio Possamai, Bispo de Ji-Paraná, durante a reunião do Conselho Permanente, em agosto do ano passado, fez a proposta de incluir, na pauta desta 36ª Assembleia Geral da CNBB, o tema “Missionariedade e Solidariedade entre as Igrejas no Brasil”, a razão principal da diligência do Presidente do Regional Norte I, foram as angústias e anseios dos Pastores da Amazônia.

Amazônia representa, no Brasil de nossos dias, a realidade mais gritante quando tratamos de áreas e situações missionárias. Amazônia exige respostas urgentes, proféticas, corajosas. É proposta da Presidência da CNBB e da CEP, que a ação evangelizadora na Amazônia seja discutida como um dos pontos principais na reunião em nível regional, que realizar-se-á na segunda sessão desta tarde, em vista de soluções concretas, a curto e médio prazo, para a problemática que aflige, até à medula, as Igrejas Particulares que estão no Norte do País.

A pergunta que fazemos a todos os Regionais e Dioceses é esta:

– “Que passos concretos podemos dar em nível regional e/ou diocesano, a curto e médio prazo, para socorrer às Igrejas que estão na Amazônia?”

Pedimos que os secretários dos Regionais entreguem as conclusões ou decisões, tomadas na reunião, ou a Dom Antônio Possamai ou a Dom Paulo Moretto ou a mim, para, numa posterior sessão, podermos apresentá-las a todos os membros da CNBB, presentes nesta Assembleia, e, quem sabe, assumir assim todos juntos essa causa e enfrentar os enormes desafios, impelidos pela colegialidade que nos une a todos pelo vínculo da caridade pastoral e pela nossa comum e “cotidiana preocupação” e “solicitude (...) por todas as Igrejas!” (2 Cor 11,28).

Como responsável pela Dimensão Missionária, no entanto, não posso deixar de recordar e abordar mais dois desafios que



nos devem preocupar a todos, de norte a sul. Trata-se de situações missionárias em nosso País que nos interpelam, de áreas não ou insuficientemente contempladas por nossa ação evangelizadora. Também esses campos, hoje mais do que nunca, exigem nosso empenho apostólico.

TEMPO DE MISSÃO

Recomendo a leitura do texto de nosso irmão Dom Jacyr Francisco Braidó, Bispo Coadjutor de Santos, SP, no livrinho das comunicações. Trata-se da Pastoral do Turismo. Dom Jacyr, quando se refere ao turismo, prefere falar de “tempo de missão”, em lugar de “terra de missão”. De fato, todos os anos milhões de pessoas procuram passar as férias nas praias, estâncias hidrominerais e outras atrações turísticas. Só no Litoral Paulista o número de turistas chega a 3 milhões por temporada. Somando os veranistas da Região Sul do País, do Sudeste, Leste, do Nordeste e Norte, chegamos a uma multidão incalculável de pessoas. Nas férias dispõem de mais tempo e de folga e descanso e, quem sabe, estão até mais susceptíveis para receber o Anúncio da Boa-Nova e dedicar-se aos apelos do Espírito. No entanto, estão quase totalmente fora do alcance de nossa Igreja. Nos lugares, de onde partem os turistas, o fenômeno não é sentido tanto. Verifica-se apenas uma diminuição na frequência nas Missas dominicais. Nos lugares de destino, a demanda ultrapassa e muito as condições das dioceses ou paróquias. E quantos turistas vêm anualmente do exterior? Já pensamos uma vez em oferecer aos turistas, por exemplo, a possibilidade de participar de nossas liturgias dominicais? Não duvido, que voltando aos seus países, recordarão, com entusiasmo, as suas experiências com a Igreja no Brasil, a animação e o fervor de nossa gente querida nas celebrações. “Abre-se”, usando as palavras de Dom Jacyr, “um imenso areópago diante de nós”, até agora não suficientemente levado em conta! Dom Jacyr, em sua contribuição, nos fornece excelentes sugestões, que poderiam também ser discutidas na reunião de nosso Regional.



UNIVERSIDADE - TERRA DE MISSÃO

Uma outra área ou situação missionária é, sem dúvida, constituída pelas Universidades. Existe na CNBB um setor chamado “Pastoral Universitária”, há anos dirigido com muita dedicação pelo nosso irmão Alcivam Paulo de Oliveira. É ele mesmo que chama as universidades de “terra de missão”, e tem razão. Em um universo de 1,6 milhões de estudantes, as diversas iniciativas eclesiais ora existentes atingem, diretamente, menos de 1 % dos estudantes.

O argumento de que as nossas Universidades e Faculdades católicas, que possuem algo em torno de 15% das matrículas universitárias do país, estariam dando uma resposta a este desafio, infelizmente não corresponde à realidade. Alcivam nos conta que “há muitas Universidades Católicas com pouco ou nenhum investimento na área pastoral”.

A Universidade é um campo muito exigente e, talvez seja por isso, que muitos agentes de pastoral, clérigos ou leigos, não se sentem preparados ou suficientemente formados para dialogar com o mundo universitário. Por outro lado, o velho preconceito de que a comunidade universitária seja formada apenas por ateus ou agnósticos, não resiste a nenhuma prova. Os que trabalham com universitários concordam que muitos estudantes são de uma fé pouco amadurecida, são questionadores e buscam explicações, o que faz parte da cultura contemporânea. Mas não se pode negar um novo “emergir do religioso”, também ou especialmente, nas universidades. O que concretamente podemos fazer para estarmos mais presentes num setor tão importante para o presente e o futuro do país? É uma questão que nos desafia. Um mero reconhecimento de nossas limitações pessoais e estruturais não é suficiente. Creio que nesta “terra de missão” universitária, precisamos também ser mais corajosos e proféticos, e, acima de tudo, mais solidários.

Há muitas outras áreas e situações missionárias que ultrapassam as fronteiras de nossas Igrejas particulares, que ainda olhamos com certa timidez e sem saber bem, como implementar



uma eficiente ação pastoral e evangelizadora em nível regional ou nacional. Penso na Pastoral Afro-Brasileira, na Pastoral dos Ciganos, na Pastoral dos Caminhoneiros, na Pastoral Carcerária, na Pastoral dos que precisam trabalhar à noite nas grandes cidades, e em tantas outras.

“DAI-NOS DE VOSSA POBREZA!”

Mas volto à Amazônia e repito, em nome dos bispos dos Regionais Norte I e Norte II, o pedido: “Dai-nos de vossa pobreza!”

O que nos anima é a “esperança”, que São Paulo descreve em Ro 8,24 ss, como a atitude de aguardar, com confiança e paciência, o que não se vê: “ἐλπίς”, a esperança é ao mesmo tempo expectativa. Não é uma postura de passividade. A esperança no Senhor é antes a base da “παρησία” (At 28,31; cf. At 19,8), já citada várias vezes nesta assembleia: a “coragem”, a “firmeza”, o “destemor”, a “audácia”, com que devemos anunciar o Reino de Deus, também além de nossas fronteiras, a “Vida em abundância” (cf. Jo 10,10), enfrentando os desafios da realidade, marcada por tantos sinais de morte.

Em meio a vicissitudes e anseios, angústias e esperanças, anunciamos a Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor, até que Ele venha. Peregrinos neste mundo, estamos “a caminho” da Páscoa.

“Maranatá, vem, senhor!” (1Co 16,22) “Sim, venho muito em breve!”

“Vem, Senhor Jesus” (Ap 22,30) à Amazônia!

Erwin Krautler

Bispo do Xingu

Responsável pela Dimensão Missionária

**DOCUMENTO DA ASSEMBLEIA DA
37ª ASSEMBLEIA GERAL DA CNBB**

A Igreja e a questão da Amazônia

Itaici, Indaiatuba-SP, 14 a 23 de abril de 1999.



A IGREJA E A QUESTÃO DA AMAZÔNIA

Na recente Exortação Apostólica *Igreja na América*, o papa João Paulo II fala da *Preocupação pela Ecologia* e afirma:

“É necessária a colaboração de todos os homens de boa vontade com as instâncias legislativas e governamentais, para conseguir uma proteção eficaz do ambiente, considerado como dom de Deus. Quantos abusos e prejuízos ecológicos não há inclusive em muitas regiões americanas! Pense-se na emissão descontrolada de gases nocivos ou no dramático fenômeno dos incêndios florestais, provocados, por vezes, intencionalmente por pessoas movidas por interesses egoístas. Essas devastações podem conduzir a uma real desertificação em muitas zonas da América, com as inevitáveis consequências de fome e miséria. O problema chega a atingir especial dimensão na floresta amazônica, imenso território que interessa a várias nações: do Brasil à Guiana, ao Suriname, à Venezuela, à Colômbia, ao Equador, ao Peru e à Bolívia. Trata-se de um dos espaços naturais mais apreciados no mundo pela diversidade biológica, que o toma vital para o equilíbrio ambiental de todo o planeta” (n. 25).

UM POUCO DE HISTÓRIA

Como bispos da Amazônia, sentimo-nos agradecidos e animados porque pela primeira vez um documento pontifício explicita alguns dos problemas da nossa querida região. Queremos nós também nos pronunciar a respeito, continuando uma longa tradição, conscientes das responsabilidades, dos desafios, mas também da nossa missão de profetas da vida, da verdade e da esperança.

No documento *A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia*, já afirmávamos:

“De acordo com a revelação de Deus, a Igreja recebe do Criador e do Cristo, “primogênito de toda criatura”, a missão de ser, junto com toda a humanidade, irmã da Criação. Por isso, considera como parte da sua opção fundamental a salvaguarda de toda a criação, e chama todos os homens e mulheres a cuidarem do Planeta como sua casa comum. Essa missão vale mais fortemente ainda para as Igrejas da Amazônia” (n. 37).

“Denunciamos os fatores que, em nossa região, provocam a destruição da natureza. São os mesmos que causam a injustiça social e a dependência econômica. O sistema socioeconômico que exclui multidões de seres humanos no mundo não leva em conta os direitos da terra e do ar, das águas e de todos os seres vivos, sempre que isso não lhe convém economicamente. Por isso, somos chamados, como profetas e profetizas de Deus, a unir a defesa da justiça social à salvaguarda da criação” (n. 38).

Tem sido persistente nossa intervenção em defesa da vida na Amazônia. A história é testemunha disso e não faltaram incompreensões, perseguições, expulsões e mesmo martírio por causa da palavra e ação proféticas em defesa do território e da vida do povo amazônida.

Destaque especial merece a intervenção dos bispos de toda a Amazônia quando, reunidos em Santarém, em maio de 1972, afirmavam: “Não se pode deixar de perceber as limitações e perigos que essa realidade apresenta para o homem da Amazônia:

- antigas e novas marginalizações;
- estruturas inadequadas, importadas e opressivas;
- desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio homem;
- violação dos direitos básicos, como a posse da terra;



- injusta distribuição dos recursos materiais e dos incentivos públicos;
- divulgação publicitária que, às vezes, altera o enfoque da situação real” (Doc. de Santarém, n. 2).

Apesar desse alerta, na ocasião muito divulgado e tornado conhecido das autoridades constituídas, as agressões, o desrespeito, as violações aos direitos imemorais daqueles povos e daquela terra continuaram, num crescendo assustador, às vezes de forma aberta e outras de forma mais sofisticada.

O episcopado voltou a denunciar projetos que agridem a vida da Amazônia, particularmente a vida humana. O Regional Norte I da CNBB realizou, em 1984, um Seminário sobre os Grandes Projetos, alertando o país inteiro dos efeitos negativos de tais projetos.

Em decorrência de novos e preocupantes comportamentos dos poderes econômico e político, o episcopado de toda a Amazônia, reunido em Belém, em fevereiro de 1990, voltou a denunciar tanto os males que afligem a região, como os produtores desses males. Foi lançada uma proclamação para todo o Brasil em defesa da vida. Naquela ocasião dizíamos:

“Essa nossa fé no Deus da Vida nos inspira a tomarmos posição contra todos os semeadores de morte, *‘pois Deus não fez a morte, nem se alegra com a perdição dos vivos’*” (Sb 1,13).

Enumerávamos os semeadores de morte, começando com os que agridem de forma violenta e irracional a natureza, passando por muitos que semeiam morte das mais diversas formas e destacando os projetos faraônicos de construções de barragens e hidrelétricas (Comunicado Mensal, n. 438, janeiro/fevereiro de 1990. Página 100).

Essas mesmas denúncias tiveram repercussão internacional quando foram divulgadas pelos bispos da Amazônia em Assis (Itália) em 1995, por ocasião da visita ao Papa.



Ao celebrar os 25 anos do Encontro de Santarém, novamente os bispos da Amazônia, reunidos em Manaus, em setembro de 1997, constataram que aquela região continua sendo agredida em suas populações, principalmente as mais pobres, e em sua natureza. As constatações revestiram-se de maior gravidade, pois, além das tradicionais agressões, evidenciou-se a tendência de internacionalizar a região. Fomos assim alertados sobre a teoria da “*sobrerania restrita*” para a Amazônia.

Afirmávamos: “Preocupam-nos, sobretudo, as seguintes ameaças à vida:

- a ameaça aos recursos genéticos, através da biopirataria, particularmente junto às comunidades tradicionais da região;
- a privatização das florestas nacionais, proposta por órgãos do Governo, e a entrada de madeireiras, especialmente do Sudeste Asiático;
- os efeitos nefastos sobre as populações indígenas da lei que permite a exploração econômica das riquezas do subsolo em suas terras;
- o crescimento do uso das drogas, agravando doenças, como a AIDS, aumentando a violência, a prostituição e casos de morte, problemas agravados pelas rotas do narcotráfico que passam pela região e pela corrupção que o acompanha”.

SEMPRE CONTRA A VIDA DO AMAZÔNIDA

Partilhando as dores do povo e da natureza da região amazônica em processo de devastação e de morte, mais uma vez, como bispos desta região, sentimos o dever de gritar para todas as pessoas de boa vontade, mas, de modo especial para aqueles que detêm o poder político, militar e econômico, nacional e internacional.



É um clamor não só de denúncia, mas também de anúncio.

Pode-se afirmar que a Amazônia sempre foi olhada, pensada e explorada a partir de interesses externos à região e sempre contra a vida do amazônida.

Na época da colonização começou-se com a exploração das especiarias através da escravização de povos indígenas.

Milhares de índios e seringueiros foram vitimados durante o ciclo da borracha.

Na época da exploração dos minérios desenvolveu-se o sub-mundo dos garimpos com a sua carga desumana de prostituição e de morte.

Tudo isso acompanhado pela ocupação irracional da Amazônia e o desmatamento selvagem fomentado pelos incentivos fiscais.

Nos últimos anos a Amazônia foi usada como saída para problemas sociais de outras regiões do país.

Projetos como o da Zona Franca de Manaus serviram mais para dar lucros a empresas estrangeiras, que para o povo da região.

Ameaças de ataques do exterior foram usadas como espantalhos para entregar a Amazônia ao capital internacional ou a criar projetos de defesa duvidosos e autoritários como o da Calha Norte e recentemente o SIPAM/SIVAM.

Salientamos a migração desordenada e desprovida de um projeto inteligente. Desde a década de 1960 até os nossos dias está sendo concretizado o projeto de “ocupação” da Amazônia com o incentivo a uma forte migração de brasileiros dos mais diversos pontos do país. Latifundiários, empresários e mesmo colonos simplesmente ignoram a existência do povo amazônida. Ocupam suas terras de propriedade muitas vezes imemorial, massacram muitos povos indígenas, destroem e queimam os seringais e os castanhais, poluem águas, afugentam ou subjagam os povos da região.



Sofremos com a introdução de culturas agrícolas estranhas ao clima e ao solo da região com o consequente favorecimento de produtores de outras regiões do país, como o plantio da soja, em prejuízo das plantas próprias da região.

Assistimos à construção dos supermodernos portos fluviais de Porto Velho e de Itacoatiara com o objetivo de favorecer empresários da soja do Mato Grosso e de outras regiões do País e sem vantagens para as populações locais.

Está em curso um processo nefasto de devastação da floresta, processo agora agravado com o Projeto de Privatização da Floresta Amazônica, com a entrega dessas mesmas florestas a madeireiras asiáticas e com a implantação do Terceiro Ciclo pelo governo do Estado do Amazonas. Continua crescendo o número de madeireiras com interesse exclusivo de enriquecimento tanto através da exportação como da exploração de mão de obra. O próprio governo federal reconhece que cerca de 70% da atividade madeireira se encontra irregular. Os Planos de Manejo Sustentável, conforme a lei, tem sido feito pelas empresas para apenas cerca de 10% de toda a exploração madeireira na região. A maior parte da madeira processada vem de desmatamentos. Portanto, grande parte deste setor tem funcionado à luz da ilegalidade.

Os que defendem esse modelo injusto que ainda domina a economia regional costumam se escudar na desculpa da oferta de emprego. Mas, ao longo de tantos anos, o “desenvolvimento e progresso” que defendem não proporciona condições de vida dignas para a população. Ao contrário, aumenta o desemprego e o subemprego. Onde há trabalho, em muitos casos, não há segurança, salubridade ou outros direitos trabalhistas, garantidos na forma da lei.

A cada ano têm se intensificado as derrubadas e queimadas na região, em decorrência das grandes fazendas de criação de gado e devido às ocupações de muitas áreas consideradas improdutivas por muitas famílias de trabalhadores rurais sem terra.



Os dados assustadores noticiados por revistas e jornais somente confirmam aquilo a que nós e o nosso povo assistimos, impotentes, todos os dias, experimentando no cotidiano as mudanças de panorama, de clima, de situação.

Espanta-nos o crescimento contínuo do latifúndio, a provocação da poluição da atmosfera, a erradicação das espécies que sempre têm garantido recursos, alimentação forte e sadia para o povo da região, como a seringueira, a castanheira, o açaí, e muitas outras.

Enquanto isso, a Reforma Agrária, adaptada à região, fica só na propaganda. Muitos projetos de colonização e assentamento “despejam” famílias de sem terras, sem qualquer assistência técnica, ações de saúde e educação, em áreas de difícil acesso. O resultado tem sido mais desmatamento, quase sempre associado com madeireiros que financiam o desmate em troca de madeira da lei.

Preocupa-nos a privatização das águas, fonte de vida para o povo ribeirinho. Grandes barcos pesqueiros, nacionais e estrangeiros, invadem rios e lagos – os chamados *lagos santuários*, indispensáveis para a reprodução dos peixes – praticando a pesca predatória, em total desrespeito às leis. Acrescente-se a esse procedimento a poluição dos rios através da prática do garimpo que polui as águas, tomando-as venenosas. Essa prática mata a fauna aquática, base da alimentação dos povos da floresta.

Cresce o número de comunidades ribeirinhas que estão passando fome como aumenta dia a dia o número de pessoas doentes, principalmente crianças, vítimas da poluição das águas. Providências eficazes não são tomadas.

Tememos ainda a privatização das águas praticada mediante a construção de imensas represas, tecnicamente pouco produtivas, com nenhum ou reduzido proveito para as populações locais. Tanto a Usina Hidrelétrica do Tucuruí como a de Balbina



provocaram um grande impacto ambiental. Grandes áreas de terra firme foram inundadas obrigando o povo a abandonar suas lavouras sem terem recebido indenização. As águas foram poluídas, os peixes morreram, os mosquitos se multiplicaram, as doenças proliferaram. A Hidrelétrica de Balbina, por exemplo, já foi definida como um “monumento à insanidade humana”.

Não podemos silenciar ante a dilapidação da riqueza mineral, seja pela prática do garimpo, seja pela prática das grandes empresas de mineração. Os cofres públicos pouco ou muito pouco arrecadam. Nossa cassiterita de Rondônia e do Amazonas, nosso manganês do Amapá, nosso ouro e ferro de Carajás vão saindo do Brasil pela prática do contrabando, ou a preços irrisórios, esses aceitos pelo Governo, e, mais uma vez, com reduzidos benefícios para as populações locais.

Não se pode dizer que a atual forma de exploração da madeira, dos minérios e dos combustíveis fósseis seja indispensável para desenvolver a região e para ajudar o desenvolvimento nacional. Afinal de contas, em que essas atividades econômicas contribuem com a economia brasileira? Em que ajudam a enfrentar nosso endividamento, se vemos nossa dívida crescer a cada dia que passa?

Olhamos o avanço do Projeto de implantação dos Gasodutos para o transporte do Petróleo e do Gás Natural de Urucu para Manaus e Porto Velho sem que sejam respeitados os direitos dos povos indígenas e as exigências de respeito à floresta e aos rios.

Denunciamos o precário funcionamento dos organismos oficiais de proteção à vida dos Povos Indígenas e da natureza (FUNAI, INCRA, IBAMA), os assassinatos raramente investigados, o abuso do poder, a corrupção e a violência praticadas por muitos prefeitos municipais do interior e por outros políticos, com a mínima ação do Poder Judiciário, os desgovernos e a malversação do dinheiro público, desviado para cofres e contas bancárias particulares sem que se tenha esperança que alguma CPI seja implantada ou, se criada, chegue a termo com a punição dos culpados. Assustam a

violência e a prática comum da tortura nas delegacias de polícia sem que providências eficazes sejam tomadas. A impunidade é praxe na região.

Questionamos a forma como foi aprovado e está sendo implantado o Sistema de Proteção e de Vigilância da Amazônia – SIPAM/SIVAM –, porque decidido sem a participação das populações locais e dependente de interesses estratégicos, tecnológicos e econômicos estrangeiros, que colocam em risco a soberania nacional na região.

“(...) o SIVAM deixa algumas dúvidas no ar, que só o tempo – e a política do Governo Federal – vão demonstrar. O primeiro é saber qual o custo de manutenção do sistema. O outro, mais espinhoso, é a necessidade de se vigiar o próprio sistema de vigilância, para impedir que venha a ser um inocente instrumento de localização de riquezas e de pontos fracos da Amazônia que interessam, e muito, a setores estratégicos estrangeiros”. (Poder, ano 1, n. 1, p. 17)

Em terceiro lugar, não basta ver as irregularidades, é preciso ter instrumentos rápidos, eficientes e honestos de fiscalização e autuação, o que o governo não tem disponibilizado.

Talvez a maior incógnita que nos faz sofrer junto com o povo é a questão da biopirataria que está se tornando prática sempre mais preocupante, com denúncias até no Senado federal. Atuando a serviço de grandes laboratórios farmacêuticos transnacionais, falsos turistas e falsos missionários estão extraindo de plantas, animais e fungos, através da engenharia genética, todo um universo de novos conhecimentos e criando drogas para tratamento e cura de inúmeras moléstias. Mais grave ainda que a usurpação do conhecimento nativo sobre plantas e animais é o roubo de genes dos próprios indígenas.

Espantam-nos os inúmeros casos de trabalho escravo revelados pelos meios de comunicação, porque desvendam uma prática antiga de exploração do nosso povo humilde e necessitado, tantas vezes denunciada sem obter resposta. Louvamos o



esforço do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal nas operações de resgate destes trabalhadores, mas lamentamos a omissão e a cobertura de outros órgãos públicos que deveriam fiscalizar constantemente os direitos trabalhistas dos assalariados no campo.

Após todas essas denúncias, devemos declarar que nos causa apreensão a ameaça da implantação do AMI - Acordo Multilateral de Investimentos - pois se ele vier a ser aprovado e for aceito pelo Brasil, o capital internacional não teria qualquer tipo de limite e freio para comprar todo o território amazônico.

Toda essa situação revela que o governo federal não tem amplo controle sobre a atividade econômica na região, garantindo justiça, sustentabilidade e cumprimento a lei. Mas esse controle não deve ser fruto de medidas meramente proibitivas, de cima para baixo. É necessário construir um modelo justo na Amazônia, com a participação da população através de suas organizações sociais legítimas. A formulação de políticas públicas deve se inspirar nas experiências criativas e sustentáveis que surgem em toda a região. Uma agenda positiva poderá ser construída a partir de um Zoneamento Ecológico-Econômico amplamente participativo.

EXPERIÊNCIAS CRIATIVAS E SUSTENTÁVEIS

Apesar das dificuldades e dos desafios não perdemos a esperança, continuamos a acreditar nas possibilidades maravilhosas do povo desta região, confiando Naquele que sempre faz novas todas as coisas (cf. Ap 21,5).

Consideramos fundamental reconhecer a contribuição milenar dos povos indígenas em relação à preservação e ao uso humano desta região. Eles são a porta de entrada de novas iniciativas assentadas sobre a terra como um valor para a vida, como a Mãe da vida.



Reconhecidos e respeitados seus territórios, em que se lhes garante o direito de crescerem de acordo com suas culturas diferentes, comunidades de ribeirinhos, de pescadores, de seringueiros, de camponeses poderiam desenvolver diferentes atividades econômicas trabalhando junto com a natureza, ajudando-a a ser mais fértil e capaz de devolver-nos o que precisamos para viver melhor.

Estamos convencidos da necessidade de que a Amazônia deixe de ser pressionada por migrantes que não encontram alternativas de vida digna em suas regiões de origem ou de passagem. Para que isso aconteça, é indispensável enfrentar de forma democrática e justa a questão da melhor distribuição da terra em todas as regiões do país.

Esperamos que o futuro da Amazônia seja resultado do diálogo entre os amazônidas, com todos os brasileiros e até com consumidores de produtos da Amazônia e pessoas solidárias que estão em outros países. O boicote aos produtos que significam apenas desmatamento e extração predatória de riquezas da região reforçariam iniciativas regionais em favor de formas alternativas de relação com essas riquezas e de sua destinação. É fundamental que a terra seja igualmente democratizada na própria Amazônia, para que as oportunidades de trabalho se multipliquem e para que seja possível realizar frentes de trabalho que respeitem e promovam a colaboração com a natureza e não a sua exploração e empobrecimento.

Não temos dúvidas que a sorte da Amazônia interesse a todos, à qualidade de vida de todos, de modo especial dos brasileiros. Lamentamos que apareça tão raramente nas estatísticas e até nas análises de conjuntura.

A água é a especial riqueza da região. Precisamos, então, garantir a água da Amazônia para nós e, solidariamente, para toda a humanidade.



CONCLUSÃO

A Amazônia é também um grito em favor de outro tipo de desenvolvimento tecnológico, econômico e cultural. É preciso que a vida seja colocada no centro de tudo. E não só a vida humana, mas todas as formas de vida, pois a própria vida humana depende de uma boa relação entre as muitas formas de vida existentes. É urgente submeter o uso de tecnologias e o crescimento econômico à garantia e promoção de vida digna para todas as pessoas. A Amazônia e os povos indígenas são um chamado à humanidade para que retome, enquanto é tempo, o ideal de manter saudável e bela a casa comum de toda a vida, uma casa que nos foi dada de graça e que nós teimamos em estragar, desperdiçar, destruir.

Diante deste grito em favor da vida da Amazônia, nós bispos, pastores de esperança, estamos dispostos a dialogar com todas as pessoas de boa vontade que queiram olhar com amor e não movidos pela ganância à natureza e aos povos desta região. Estamos abertos ao diálogo com quem está disposto a administrar as riquezas da Amazônia com transparência e honestidade, para o bem desta terra e de seus habitantes. Estamos prontos a colaborar com quem acredita nas potencialidades do nosso povo, de nossos jovens, de nossos indígenas, com suas diversidades de culturas, cores e raças. Estamos abertos a todos os que quiserem colocar a serviço da Amazônia os seus conhecimentos, a sua profissão, o seu entusiasmo.

A Amazônia também é Brasil, a Amazônia também é Igreja no Brasil, do seu jeito, com as suas riquezas e pobreza, com os seus avanços e tropeços, mas com certeza é um tesouro que não pode ser esquecido, marginalizado ou até excluído dos planos, dos projetos e do coração de todos.

A Amazônia já foi e está sendo cobiçada e espoliada, seja também respeitada e ajudada, para que cumpra a sua vocação que lhe foi confiada pelo Criador e pela história perante o mundo inteiro, com sua natureza, seu potencial, sua fé.

Em comunhão com os nossos irmãos e irmãs da Amazônia concluímos com a confiança e a firmeza de Maria de Nazaré, padroeira da Amazônia, cantando louvores a Deus que faz maravilhas nos pequenos, derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes, porque cremos numa Amazônia justa, solidária, fraterna e geradora de vida para todos.

Itaici, 19 de abril de 1999, Dia Nacional dos Povos Indígenas.

Os bispos da Amazônia



COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA - CNBB

A Missão da Igreja na Amazônia

Os desafios de ontem, de hoje e de sempre



INTRODUÇÃO

A Igreja presente na Amazônia desde o século XVII, quando começa sistematicamente sua missão evangelizadora, sempre enfrentou grandes desafios:

- grandes distâncias, que não são somente geográficas, mas entre as pessoas, pois os lugares onde vivem (vilas, povoados, aldeias, cidades, estradas, travessões, rios, igarapés...) estão espalhados pela “região-continente”, onde o acesso, apesar de toda modernidade, é difícil, lento, precário, deficiente;
- os meios de transporte (barcos, carros) e comunicação (rádio, jornal, tv) que a Igreja possui têm altíssimos custos de manutenção e são insuficientes ou precários para uma atuação eficaz e próxima da realidade do povo amazônida;
- o número de padres, religiosos/as, agentes de pastoral, catequistas é insuficiente e há muita dificuldade para a sua formação e reciclagem periódica;
- é altíssimo o custo para a formação dos sacerdotes, pois os seminaristas têm que estudar nos grandes centros (Belém, Manaus, Porto Velho, Santarém) com enormes despesas de manutenção da casa de formação (transporte, biblioteca, alimentação etc.);
- a atuação dos leigos e leigas é importantíssima na Amazônia, pois são elas e eles que estão continuamente presentes nas comunidades e as organizam e animam no dia a dia, preparam as liturgias e assumem a catequese. Sua dedicação é voluntária, não remunerada. Por isso têm que

trabalhar para sustentar a família. Não dispõem de recursos próprios para sua formação, que fica a cargo das dioceses e prelazias;

- os recursos financeiros próprios são poucos por causa da pobreza do povo católico, sobretudo nas regiões mais afastadas e de difícil acesso onde há maior necessidade de meios de transporte e infraestrutura adequada e o povo vive do extrativismo, da agricultura para a subsistência ou da pesca ou então do trabalho informal ou sazonal;
- as ajudas de instituições ou agências internacionais só subsidiam em geral projetos ou iniciativas com tempo limitado; acabando o recurso, acaba o projeto ou a missão! Muitas vezes a sustentação de um trabalho missionário ou pastoral depende de um padre, de um bispo oriundo de outro país. Com sua transferência, aposentadoria ou morte desaparecem também os recursos.

Essas são algumas dificuldades que a Igreja enfrenta na Amazônia. Os problemas e as necessidades aumentaram drasticamente nos últimos tempos por causa das mudanças rápidas que ocorrem na região, sobretudo devido ao processo de valorização, de exploração de suas riquezas naturais, que tem atraído para a região todo tipo de gente, desde os aventureiros de sempre, que só chegam para usufruir e depois vão embora, até a chegada de pessoas que se migram para esta região com ou sem família, em busca de melhores condições de vida. A Amazônia é uma área de fronteira, cobiçada pelo mundo todo, e isso a torna vulnerável, cada vez mais explorada, ameaçada de ser destruída. Muitas famílias que aqui chegam são vítimas de expulsão da terra, pela mobilização, pela violência, pela precariedade urbana e ausência de políticas públicas que estabeleçam o mínimo necessário para garantir uma vida digna.



Temos diante dos olhos e do trabalho evangelizador e pastoral grandes massas desprovidas de quase tudo, andando de um lado para o outro em busca de melhores condições de vida, sem cidadania e afastadas da Igreja, porque a realidade social e pessoal fragmentada leva as pessoas a procurarem novos grupos religiosos que oferecem salvação (no plano religioso) e solução de seus problemas (no plano social e econômico) como algo imediato, para o hoje de sua existência, transformando a dimensão religiosa em um grande mercado, onde Deus se torna solução para tudo e seus “*agenciadores-pastores-bispos*” os grandes intermediários dessa salvação.

1ª PARTE

AMAZÔNIA: REALIDADE SÓCIO-POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL

O Parauassu do indígena, o Grão-Pará do colonizador, a Amazônia dos nossos dias continua um enigma a ser decifrado e é uma permanente fonte de equívocos.

OS MITOS

Com maior ou menor insistência e grau de pertinência declinante, a Amazônia ainda é vista como:

- Vastos espaços predominantemente desertos de seres humanos.
- Populações indígenas e caboclas rarefeitas, esparsas, vivendo do extrativismo vegetal e animal.
- Frentes de penetração providas de outras regiões – “homens sem terra” ocupando “terras sem homens”.
- Conflitos sociais, bandidos e mártires.
- Cultura ‘atrasada’ uniforme e arredia aos benefícios do progresso material e espiritual.

- Predadora do vasto capital natural que caracteriza a região.
- Empecilho, para alguns, ao projeto de sacralização da “Gaia”, em que o ser humano é apenas um detalhe ínfimo.
- Imenso almoxarifado, para outros, a ser explorado até a exaustão sem levar em conta o futuro resultante.
- Uma região dilacerada entre o ecologismo ‘profundo’ porque extremado e o economicismo exasperado.
- Paisagem física homogênea e monótona – a Planície chata, o Rio oceânico, a Mata uniforme.
- Um Norte distante, selvagem “pela natura e pela cultura”, violento, à margem de qualquer lei humana ou divina.

Estereótipos, em suma, sustentados por inércia interna e interesses externos, a serviço de objetivos anamazônicos, quase sempre antiamazônicos.

OS MOTES

Alguns motes vigentes precisam, porém, ser identificados para rever essa imagem defasada, distorcida:

- A Amazônia, na verdade, não é una, nem unívoca, ou sequer uniforme.
- Coexistem nela numerosas sub-regiões naturais, populacionais e organizacionais.
- A Planície, por exemplo, está encravada entre maciços que contêm os pontos mais elevados do território nacional.
- A floresta é extremamente heterogênea e entremeada de campos naturais.
- A diversidade biológica é a mais rica e menos conhecida do planeta.



- A população total está beirando os 30 milhões de habitantes, com regiões metropolitanas do porte de Belém e Manaus.
- Hoje é uma região predominantemente urbana, baseada em atividades secundárias e terciárias – até quaternárias.
- Mesmo no setor rural, o extrativismo está perdendo peso para extensas lavouras de grãos e criatórios.
- O garimpo é substituído por grandes projetos com tecnologia de ponta, de mineração para exportação.
- A Zona Franca de Manaus é um polo industrial de grande porte e tecnologia intensiva.
- Para delinear políticas públicas e demarcação de interesses, a Amazônia foi dividida em Ocidental e Oriental.
- Cresce a expansão de extensas redes de transportes, comunicações, C&T.
- O crescimento do seu Produto Interno Bruto revela-se, nos últimos anos, superior à média nacional.
- Trata-se basicamente de um crescimento ‘espontâneo’, não gerado por ações diretas do poder público, em maioria ausente.
- Preso a movimentos de expansão de capitais, muitas vezes apátridas, em busca de novas aplicações.
- As aplicações, todavia, são amparadas e beneficiadas por estímulos e induções do setor público.

Amazônia é uma região, ou melhor, um feixe de regiões unido pela natureza, pela história, pela identidade espiritual, mesmo assim em profunda transformação.

AS METAS

Como influir no curso das ações? Destacamos algumas pistas de ação:



- Aperfeiçoar procedimentos e instrumentos impeditivos da depredação do patrimônio natural.
- (Re)introduzir, do mesmo passo, comportamentos promotores do pleno desenvolvimento dos amazônidas.
- Mais do que a mera sustentação da ecologia ou da economia, a do “ecúmeno” – uma sociedade sustentável.
- Baseada, por isso, nos insumos materiais e culturais autóctones.
- O mapa econômico da Amazônia deixando de ser uma colcha de retalho de enclaves – atrasados ou avançados.
- Tornando-se, ao invés, um imenso tecido de arranjos produtivos locais – um mega arranjo produtivo regional.
- A renda e o emprego gerados pelos empreendimentos multiplicando-se na própria região.
- Consolidando empresas economicamente produtivas, mas, sobretudo, empreendimentos humanos criativos.
- Alicerçando esperanças e assim alavancando iniciativas e apropriando resultados.

O cenário dos nossos desejos pressupõe, sem dúvida, requisitos nem sempre existentes ou fáceis. É preciso assegurá-los.

2ª PARTE

A IGREJA NA AMAZÔNIA: HISTÓRIA DE SUA PRESENÇA E OS DESAFIOS DE HOJE

1 – A FORMAÇÃO SOCIAL AMAZÔNICA NO PERÍODO COLONIAL

As cidades da Amazônia de hoje remontam às Missões ou Aldeamentos estabelecidos pelos missionários que evangelizaram as populações da Amazônia a partir o século XVI. Esses aldeamentos eram dirigidos pelos missionários religiosos: Franciscanos, Carmelitas, Mercedários e Jesuítas. Os aldeamentos foram



formados a partir dos descimentos dos índios trazidos à força de diversas partes de uma determinada região e, localizados inicialmente na faixa litorânea ou na foz do rio Amazonas, foram penetrando o interior da floresta. Santa Maria de Belém do Grão Pará é o primeiro núcleo populacional ou a primeira cidade. Esse processo chegou até o Alto Solimões, ou Alto Rio Negro a 3000 quilômetros de distância para o oeste. Quase não se encontram cidades na direção Norte-Sul.

Ao lado das missões havia uma fortaleza. Foi essa a maneira que os portugueses acharam para “ocupar” a Amazônia no período colonial. Muitos desses aldeamentos mais tarde foram transformados em povoações e no tempo do Marquês de Pombal, que modificou o processo de colonização da Amazônia, esses foram elevados à condição de vilas, por volta de 1755.

No final do século XVII Portugal já havia consolidado seu domínio no norte do Brasil, dentro de um território que pertencia à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Por conta desse privilégio dado pelo papa, os espanhóis já haviam estabelecido 5 missões religiosas por volta de 1689 sob a responsabilidade dos Jesuítas espanhóis, que depois foram tomadas pelos portugueses e entregues aos carmelitas oriundos de Portugal.

Desde o início de sua colonização, a Amazônia vai conhecer os conflitos por causa da posse da terra. Desta feita, quem “lutava” pela posse da terra eram os religiosos das duas nações. As fronteiras atuais do Brasil no norte consolidaram-se no formato em que se encontram hoje graças à presença e à atuação desses missionários. Essa atuação foi muito significativa para a formação dos primeiros núcleos populacionais da Amazônia, estabelecendo um modelo urbano que se consolidou em todo o interior amazônico: a igreja com sua torre visível à distância, o cruzeiro, a pracinha e as casas ao redor, os locais de aprendizado, as roças, as fazendas ou engenhos (onde foi possível), formando um todo harmônico de convivência social, controlado pelos missionários.



A Amazônia pode se considerar um território católico por causa dessa marcante atuação. A maioria dos missionários era de fora, portugueses em geral, ou, em bem menor número vindo de outras partes do Brasil. Abandonaram sua terra-pátria e se embrenharam pelos rios nessas matas, deixando marcas profundas de um grande trabalho missionário, de uma mística missionária assinalada, sobretudo pela dedicação total à causa da evangelização e pela entrega da vida. A maioria dos missionários jamais voltou à sua terra de origem. Deixaram aqui suas vidas.

Nos meados do século XVIII aconteceu uma intervenção política econômica e cultural no Estado do Maranhão e Grão Pará perpetrada pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, que enviou seu meio-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado à região para resolver os problemas das fronteiras com a Espanha e outros problemas. Naquela época a relação entre os religiosos e suas missões e os comerciantes portugueses tinha alcançado tão grande proporção que ocasionou a expulsão dos Jesuítas (1ª vez em 1661, depois em 1684 e definitivamente em 1759/60). Os Franciscanos (da Piedade e da Conceição) e mais tarde (1794) os Mercedários abandonaram a região. As missões foram transformadas em vilas e paróquias.¹ Os religiosos que ficaram perderam sua autonomia para a autoridade episcopal. O clero diocesano passou a tomar conta das paróquias, porém, com muitas dificuldades, pois havia poucos padres. Entre 1760 e 1870, a situação da Igreja na Amazônia tornou-se crítica, pela ausência de quadros eclesiásticos.

A intervenção pombalina na Amazônia foi desastrosa não só pelos prejuízos causados à catequese, mas também pela marginalização dos nativos da região. Pombal, ao lado da política econômica implantada na região, concretizou uma reforma pedagógica baseada na cultura iluminista da época, que enfatizava o valor da razão

¹ Essa intervenção geopolítica provocou a mudança dos nomes das antigas missões, geralmente batizadas com o nome de um santo ou Nossa Senhora, para o nome de cidades portuguesas: Santarém, Óbidos, Bragança, Porto de Moz.



e da consciência, da ética, da ordem e da dedicação, que tirou a educação das mãos dos padres e colocou nas mãos dos leigos, dessacralizando, dessa forma, o ensino nas escolas de ler e escrever. Foi uma espécie de penetração forçada de elementos culturais significativos na Europa que entre a população da Amazônia não alcançou seus objetivos ou então só valeu para as elites da cidade, deixando o povo do interior à margem desses benefícios. Na verdade, a cultura nativa interiorizou-se na floresta, aumentando ainda mais os preconceitos entre o povo da cidade e do interior, mazelas sociais e culturais encontradas até hoje na Amazônia.

Nesse período foi grande a influência de leigos e leigas, das irmandades e confrarias que sustentaram um catolicismo devocional e familiar em torno de Nossa Senhora, dos Santos e Santas, capelas, procissões, festividades, folias etc., o que caracteriza um catolicismo leigo, autônomo em relação à Igreja oficial, com graves consequências para o crescimento da fé. A devoção à Nossa Senhora de Nazaré e o Círio de Nazaré que surgiram dentro desse contexto são a mais completa síntese da religiosidade amazônica.

2 – A IGREJA NOS SÉCULOS XIX E INÍCIOS DO XX

Pela metade do século XIX alguns fatos provocam mudanças significativas na realidade urbana da Amazônia: a Revolução dos Cabanos (1835-1840), a elevação de Manaus à Província (1850), a entrada da navegação a vapor nos rios da região (1853) e a exploração da borracha. Essa provocou uma marcha para a Amazônia, sobretudo de nordestinos, que foram se estabelecendo ao longo dos rios chegando até o vale dos rios Madeira, Juruá e Purus. Muitos povoados surgiram neste período, que mais tarde vão se transformar em vilas e cidades.

Nem toda população amazônica vivia nas vilas. Muita gente embrenhou-se na floresta. Com a exploração da borracha, as cidades de Belém e Manaus foram as que mais se desenvolveram,



pois além do aparato de poder público e de abrigarem as sedes das missões e constituírem-se locais obrigatórios para o comércio com as pequenas cidades, ali circulavam os produtos extrativistas, o látex para exportação e a dinheirama gerada por comércio da borracha. Belém e Manaus firmaram-se como dois grandes centros urbanos mais bem ordenados de todo o país. As vilas e povoados não conseguiram alcançar o mesmo grau de desenvolvimento e estagnaram no tempo.

Com a queda da venda e da produção da borracha, as duas cidades também vão conhecer um período de estagnação, gerando uma crise acentuada de empobrecimento. Muitos migrantes retornaram para o seu lugar de origem. Caiu vertiginosamente o nível de renda das populações que dependiam da borracha.

Entre 1910 e os anos 50 do século passado, surgiram outras frentes de extrativismo, como a castanha-do-pará e a madeira, além da agricultura de várzea e a pecuária que vão absorver a mão de obra ociosa. Daí vão surgindo novos núcleos populacionais como Marabá e Conceição do Araguaia. Por causa da produção de juta, outras cidades vão desenvolver-se: Santarém (Pará), Manacapuru, Parintins e Itacoatiara (Amazonas). A população amazônica, formada por índios e caboclos, e os migrantes nordestinos já adaptados à região conseguiram estabelecer novas formas de sobrevivência. Criaram mecanismos para superar a inércia e a estagnação provocadas pela crise da borracha.

Na década de 40, houve uma divisão territorial na Amazônia com a criação dos Territórios Federais do Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima) e Amapá.

A crise ou decadência que caracterizou a situação eclesial no fim da era colonial² vai desaparecendo a partir do momento em

² Havia à época 90 paróquias, 37 delas sem párocos! As missões entre os índios haviam desaparecido, pois os poucos religiosos que ainda viviam na região estavam alquebrados pela doença ou idade, ou cuidando do patrimônio que lhes restava do período anterior.



que a Igreja no Brasil se afasta lentamente do governo brasileiro (monarquia), enfraquecendo e desestabilizando o secular regime regalista do Padroado que submetia quase totalmente a Instituição eclesiástica à monarquia brasileira, e se aproxima mais de Roma, seguindo suas orientações.

A partir de 1840 a Santa Sé começa, a pedido do governo, a enviar missionários para o Brasil, para as missões indígenas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As missões tinham sido transformadas em colônias agrícola-militares. Pelo Regimento das Missões (1845), o índio virou soldado e continuou a ser explorado e morto. Muitos morreram também por causa da Cabanagem e mais tarde no ciclo da borracha: os caucheiros vão invadir as terras indígenas e o índio vai tornar-se também seringueiro. Essa é uma outra estação da “*via crucis*” dos povos indígenas da Amazônia.

O ESPISCOPADO brasileiro assume seu papel de vanguarda eclesiástica que antes era exercido pelos religiosos que detinham a força pastoral. Alguns começam a abandonar o “regalismo” (submissão ao rei) e estão mais ligados ao papa, através da Nunciatura Apostólica (1831), pelas visitas *ad limina apostolorum*, pelo Concílio Vaticano I (1869-70) e pelo Concílio (Sínodo) Plenário Latino-americano (1899). Em Roma foi fundado um Colégio Pio Latino-americano (1858) para a formação dos futuros padres e bispos latino-americanos. Havia outros seminários ou colégios na Europa frequentados pelos brasileiros, como o São Sulpício de Paris.

OS PADRES no Brasil estudam em seminários que aos poucos vão sendo reformados de acordo com a nova situação. Na Amazônia, além da reforma do Seminário de Belém (fundado em 1754, pelo padre Malagrida SJ), foram fundados outros dois por D. José Afonso de Moraes Torres em Óbidos (1846) e em Manaus (1848). A meta era formar padres no estilo tridentino, intelectualmente e espiritualmente preparados, celibatários,



distantes das questões políticas, dentro da paróquia: um verdadeiro *pastor das almas*.³

A nomeação de Bispos, como D. José Afonso e D. Antonio de Macedo Costa, entre outros, marca essa nova fase em que a Igreja católica passa a se organizar a partir das orientações de Roma. Esses bispos empreenderam uma verdadeira reforma e reorganização da Igreja, enfrentando acirradas batalhas para libertar a Igreja das amarras de uma viciada tradição colonialista e que deu origem a muitos conflitos com a maçonaria, com a população católica e com os protestantes que estavam se estabelecendo no Norte do Brasil.⁴ Esse novo modo de proceder alcança sua plena forma com a criação da Diocese de Manaus em 1892, a elevação da Diocese de Belém à Arquidiocese (1906) e a criação das diversas Prelazias *nullius* ou Prefeituras Apostólicas entregues aos cuidados dos religiosos⁵ que pouco a pouco vão chegando à região, vindos de diversas partes da Europa para atuar sobretudo nas áreas de maior carência da presença da Igreja, inicialmente para as missões indígenas,⁶ para o seminário

³ cf. JOÃO SANTOS, *A romanização da Igreja católica na Amazônia (1840-1880)* in CEHILA, *História da Igreja na Amazônia*, Vozes 1992, p. 296-320; CEPEHIB, *Dom Antonio de Macedo Costa*, in *Cadernos de História da Igreja* 1, Loyola 1982. RIOLANDO AZZI é especialista neste período e tem inúmeras obras escritas sobre o tema.

⁴ Um dos mais célebres episódios deste confronto foi a conhecida “*Questão Religiosa*” (1872-1875) como também os conflitos entre o clero romanizado e o catolicismo popular

⁵ Com a restauração da Igreja na Europa as antigas ordens se renovam, surgem novas congregações masculinas e congregações femininas de vida ativa que, como os religiosos, partiram também em missão. Há uma revitalização do ardor missionário, motivada pela “recolonização” da África, da Ásia e da América Latina.

A Amazônia vai conhecer esses novos missionários, não mais portugueses, mas italianos, belgas, franceses, alemães, holandeses, espanhóis, austríacos, norte-americanos etc., como também as **religiosas** de várias nacionalidades.

⁶ Devido à situação degradante dos índios da pan-amazônia, o Papa Pio X enviou à região o padre Giovanni Genocchi para constatar denúncias chegadas à Europa, de maus tratos aos índios. O seu relato gerou a encíclica *LACRIMABILI STATU INDORUM*, do papa Pio X, publicada em 7 de junho de 1912.

e para as antigas missões transformadas em paróquias. Chegaram à região os frades Capuchinhos (1843), os Franciscanos retornam em 1870, os Espiritanos (1885), Dominicanos (1897), Agostinianos Recoletos, Barnabitas, Maristas, Beneditinos, Salesianos, Jesuítas, Servitas, Missionários do Preciosíssimo Sangue, Franciscanos alemães e mais tarde os norte-americanos, Terceira Ordem Regular, Missionários da Sagrada Família, Xaverianos. PIME, Crúzios, Oblatos de Maria Imaculada e outros.

Um dado significativo nessa etapa da história é a presença das **Congregações religiosas femininas** que passam a atuar ao lado das Congregações masculinas, mas tendo um caminho próprio nos hospitais, leprosários, colégios, orfanatos, escolas, missões indígenas: Doroteias, Filhas de Sant'Ana, Capuchinhas, Dominicanas, Irmãs de Santa Catarina, foram as primeiras a chegar, seguidas de outras ao longo dos anos até hoje. O exemplo mais marcante dessa nova fase são as **FUNDAÇÕES AMAZÔNICAS**, congregações religiosas que foram criadas na região para atender as demandas e os apelos vindos de toda parte: em 1903 as Terceiras Regulares Capuchinhas, em 1910 as Missionárias da Imaculada Conceição, em 1916 as Filhas do Coração Imaculado de Maria, em 1954 as Missionárias de Santa Terezinha, Legionárias Rainha dos Corações, Missionárias do Coração Eucarístico e outras.

Os religiosos e as religiosas compõem um novo cenário eclesiológico na região pelo papel que desempenham: um papel determinante e ativo, no qual a mística do serviço, do abandono levou muitos deles e delas a deixarem o melhor de suas vidas na região e até mesma a própria vida.⁷ Podemos caracterizar esse período como uma verdadeira *“reconquista espiritual da Amazônia”*, ocupando os espaços, mantendo e fortalecendo a instituição, ressacralizando os âmbitos todos da sociedade laicizada e secularizada.

⁷

Exemplos dessa mística é o Frei Daniel de Samarate OFM Cap – cujo processo de beatificação está em andamento - e a Irmã Ida Paganini, religiosa Filha de Santana, que morreram entre os leprosos.

Porém, não se pode negar que houve uma nova imposição cultural e religiosa por parte da Igreja. Um excessivo controle clerical a partir da sede paroquial, que impunha leis e normas severas a respeito do catecismo e dos sacramentos e prática de uma piedade interiorizada, sem prática social, estabeleceu um antagonismo até hoje observado nesta região com o catolicismo mais popular, onde o relacionamento com o sagrado é direto, doméstico, funcional, muitas vezes fatalista, providencialista, messiânico, mas com imensos valores de transcendência e autenticidade, revelado nas festas dos padroeiros, arraiais e círios, sendo sua mais significativa expressão o já citado Círio de Nossa Senhora de Nazaré realizado todos os anos em Belém do Pará.

Muitos conflitos surgiram daí, fazendo com que boa parte desse catolicismo – praticado e controlado sobretudo pelos homens – saísse literalmente das igrejas e passasse a ser praticado sem a presença do clero – catolicismo sem a mediação sacerdotal – ou onde as dimensões sacramental e sacerdotal aparecem apenas ocasional e funcionalmente nas festas devocionais e novenas.

Um fato marcante para a história da região foi a chegada dos protestantes desde 1839, inicialmente através de missões esporádicas. São os pastores como Daniel P. Kidder (metodista dos Estados Unidos), Robert Nesbit (1857), distribuindo Bíblias e folhetos, James Henderson (escocês), Richard Holden (Igreja Episcopal dos Estados Unidos entre 1860-1862). Foram houve uma contrarresposta por D. Macedo Costa que fez publicar uma História Sagrada e instituiu o mês de Maria. Mais tarde, Lansford Warren Hastings, major norte-americano esteve em 1866 em Belém e tentou fundar a colônia de confederados em Santarém que fracassou, mas deixou marcas do protestantismo na região. James Henderson, agente da Sociedade Bíblica da Escócia (1870-1878), levou o protestantismo até o Purus.



As investidas protestantes na Amazônia tiveram um grande apoio da Maçonaria e de políticos, que defendiam o progresso que os protestantes trariam para o Brasil. Aos poucos foram chegando as diversas denominações: Presbiterianos, Metodistas, Batistas, Anglicanos e Luteranos.

Os PENTECOSTAIS deram início à sua presença a partir de 1910 com Gunnar Vingren e Daniel Berg (batistas radicados nos EUA), que fundam a **Assembleia de Deus** em Belém, que se espalha pela Amazônia e depois pelo Brasil. Outros grupos como os Adventistas, Missão Novas Tribos e outros grupos vindos sobretudo dos Estados Unidos criaram Institutos linguísticos especialmente entre os índios. Inúmeras denominações se espalharam por todo o interior. Para elas evangelizar é implantar o estilo norte-americano de viver, logo adaptado à região, o que vai aos poucos atraindo um grande número de adeptos.

Mais recentemente a Amazônia veio a conhecer o neopentecostalismo com forte apelo sobre a questão social, evidenciando a prosperidade da vida, pelas curas (milagres), exorcismos e bênçãos, combatendo a Igreja e o catolicismo popular.

Segundo o último censo realizado pelo CERIS, órgão da CNBB, é no Estado de Rondônia onde mais cresce o protestantismo. Rondônia é região de expansão da fronteira agrícola, frente de migração constante especialmente do sul do Brasil, em que uma boa parte desses migrantes, católicos na sua origem, está passando às denominações protestantes. A Assembleia de Deus tem um projeto de grande alcance que pretende em pouco tempo transformar a Amazônia em uma região protestante, realizando grandes investimentos na formação de pastores, em curto espaço de tempo, distribuindo Bíblias, fundando templos em todos os lugares onde cheguem as pessoas. Devido à expansão do agronegócio e ao fenômeno migratório surgiram novas cidades na Amazônia, fundadas por evangélicos, que levam nomes bíblicos como Canaã dos Carajás, Palestina do Pará.



3 – DÉCADA DE 50 – A INTEGRAÇÃO E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA – A URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Na década de 50, programou-se a “ocupação planejada da Amazônia” com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, quando foram criadas inúmeras instituições de apoio ao projeto: institutos de pesquisa, aeroportos, bancos e redes de comunicação. Foi criada a SPEVEA (Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia), ampliando-se a área de execução desse plano para a chamada *AMAZÔNIA LEGAL* (metade do território nacional). Iniciou-se a construção da estrada Belém-Brasília que vai provocar um grande fluxo migratório para a região Norte, ocorrendo daí uma nova dinamização de alguns núcleos urbanos. Novos municípios foram criados por ação governamental pelos investimentos aplicados na década de 40 por força do Acordo de Washington que visava a retomada da produção da borracha e provocou a vinda para a Amazônia de uma grande quantidade de nordestinos.

Com a expansão da fronteira, forjada pela política de incentivos e isenções fiscais do governo federal, houve mudanças na malha urbana da Amazônia. Em maio de 1966 iniciou-se a “Operação Amazônia”, isto é, um amplo e ambicioso projeto de integração da Amazônia ao resto do Brasil, que abriu as portas da região ao capital internacional e nacional. Essa política atraiu grandes empresas nacionais e estrangeiras, incentivou projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais, e organizou uma política de colonização visando preencher os espaços vazios das terras amazônicas. Da noite para o dia novas vilas e até novas cidades surgiram no cenário amazônico junto com toda sorte de desgraças que as frentes pioneiras trazem. Para isso foram projetadas grandes estradas que interligaram cidades distantes e deveriam facilitar o escoamento da produção. Foi criada a SUDAM para gerenciar e ordenar a aplicação dos subsídios governamentais, além de outros órgãos para tratar a questão da



terra. Os grandes projetos foram implantados como o Jari, Trombetas, Carajás, Albrás-Alunorte, e as hidrelétricas de Curuá-Una, Balbina, Tucuruí, Santa Izabel entre outras ainda em projeto. A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967 para atrair interesses econômico-financeiros para o interior da Amazônia, através de incentivos fiscais especiais e de uma área livre para o comércio de importação e exportação, para tentar desenvolver a Amazônia Ocidental. Esses são alguns exemplos da abertura da Amazônia ao grande capital. Para garantir a efetivação dos projetos, o governo militarizou a região, desdobrando as unidades militares fora das áreas de fronteiras e criando as chamadas “áreas de segurança nacional”. Outro projeto de grande extensão é o Calha Norte e mais recentemente o SIPAM. Muitos dessas políticas são aplicadas na região por causa do narcotráfico, contrabando, a venda de armas e tráfico de mulheres

Por conta dessas mudanças no cenário da grande região, ocorreram mudanças substanciais: no Pará, em Rondônia e Roraima ocorreu a mudança dos meios de circulação dos rios para as estradas, provocando o nascimento de novas cidades e a abertura de novas fronteiras para a exploração das terras e da madeira.

Nos últimos anos com o agronegócio, sobretudo o plantio da soja e o crescimento do rebanho bovino, além da degradação ambiental, novos problemas sociais aparecem.

Um dos problemas mais sentidos na Amazônia nos últimos anos é o crescimento da **população urbana amazônica**. Em 1940, a população urbana representava $\frac{1}{4}$ da população total

Em 1980, já era mais da metade.

Em 2000, constitui 70% da população.



POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA (1940 -2000)

Ano	Total	Urbana	%
1940	1.627,6	425,5	27,7%
1950	2.048,7	607,2	29,7%
1960	2.930,0	1.041,2	37,7%
1970	4.188,3	1.784,2	42,6%
1980	6.767,2	3.398,9	51,6%
1991	10.257,3	5.931,6	57,8%
2000	12.900,7	9.014,3	69,83%

Fonte: Censos do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Organização de José Aldemir de Oliveira.

O progresso projetado pelo governo visava o crescimento econômico e a prosperidade, pela exploração dos recursos naturais, controlando técnica e politicamente o espaço, estabelecendo uma rede de comunicações de alto nível que compreende satélite, aeroportos e estradas, a chamada “malha programada”. Isso significou na verdade para a Amazônia o esvaziamento do interior e um fenomenal processo de migração externo, de fora para a Amazônia, e o que talvez não se esperasse, um fenômeno migratório interno, que chega aos **90,2% em 1991**.

Estabeleceu-se, assim, o que poderíamos chamar de **URBANIZAÇÃO DA POBREZA**, por causa dos domicílios inadequados, pelos baixos rendimentos, pelo trabalho informal ou desemprego mesmo, a falta de água tratada, falta de rede de esgoto e a falta da coleta do lixo, que unindo-se à falta de escolas, precário atendimento nas questões de saúde (na maioria dos municípios do Pará não há uma unidade neonatal para atender os casos de risco), gera o descontentamento, o desmantelamento da organização urbana, a degradação da civilidade e da dignidade. Tudo isso se mistura ainda com os mais terríveis casos de violência já registrados na história de nossas cidades e os mais baixos índices de pobreza entre as regiões brasileiras.

Se essa política não mudar, o que se prevê para o Século XXI é o aumento da crise social.

O censo de 2000 aponta para uma multiplicação do número de cidades na Amazônia;

Em 1960 eram 165;

Em 1980 passou para 212;

Em 1991 chegou a 264;

Em 2000 atingiu o número de 449 cidades = nos últimos 10 anos foram criadas 185 cidades (mais do que havia em 1965!).

Muitas dessas novas cidades não têm absolutamente nenhuma infraestrutura e têm como única base econômica o repasse de verbas públicas, que muitas das vezes são desviadas para interesses espúrios ou particulares, gerando um vício estrutural prejudicial somente aos pobres e infelizes cidadãos.

Um dado significativo nesse aumento das cidades é a queda do número de habitantes: de uma média de 5.200 habitantes em 1991 para a média de 2.070 em 2000. Isso significa dizer que o fenômeno migratório é constante. Ou seja: **“A Amazônia é uma região que se move...”**. Será que nós da Igreja temos bastante clareza sobre isso? Temos clareza do que significa essa *transumância* amazônica?

Apenas para citar um dos maiores desafios de nossa Igreja nos últimos anos é a realidade da família

Sinais visíveis de degradação social e familiar:

1 - A redução do tamanho (número de membros). A média é de 3 a 4 membros nas áreas urbanas.

2 - Novos formatos ou figurinos familiares, menos tradicionais: Existem 12,8 milhões de famílias no Brasil sob a responsabilidade da mulher. São 26,7% do total de 48,2 milhões de famílias – a maioria

sem o marido ou companheiro: só 1,8 milhão vivem com o cônjuge. Uma outra forma é a criação de netos ou sobrinhos criados por avós e tios. Há ainda as famílias de “produção independente”, ou casais que se separam e voltam a morar com a família, parceiros separados de uma primeira união se juntam... com filhos.

3 - Uma questão surpreendente é a diminuição de casamentos legais: caiu o número de casamentos legais e aumentaram as uniões consensuais. **De todos os Estados brasileiros, o Amapá está em primeiro lugar com: 57,2 % dos casos de uniões consensuais; depois vêm Roraima e o Amazonas, todos Estados da Região Norte.**

4 - A autonomia dos filhos que leva a união conjugal mais cedo, as meninas engravidam mais cedo também, levando em muitos casos a separações mais cedo e a um grande número de abortos.

5 - Os casos da prostituição – infantil, sobretudo – têm aumentado terrivelmente. Nas regiões de fronteira, o progresso traz uma seqüela quase incontrolável dessa questão. Regiões de garimpo, de construções, mesmo à beira dos rios, distantes dos grandes centros, onde há dificuldade de alimentação, vestidos, as crianças se prostituem, às vezes com o consentimento dos pais, para poder conseguir comida, melhoria da casa, roupa, e até combustível para as pequenas embarcações familiares, como tem acontecido ao longo do rio Amazonas, especialmente na região das Ilhas do Marajó onde há maior densidade do transporte fluvial.

As respostas da Igreja na Amazônia a esses desafios têm sido inúmeras, todas elas desenvolvidas a partir da compreensão de sua vocação missionária e de sua presença no meio da história.

4 - ITAICI 1999: “A IGREJA E A QUESTÃO DA AMAZÔNIA”

Às vésperas do novo milênio, os bispos da Amazônia solicitaram e conseguiram mais uma vez um espaço para fazer ressoar sua voz no âmbito da CNBB e através dela no Brasil todo. Foi na



37ª Assembleia Geral, de 14 a 23 de abril de 1999, que os bispos da Amazônia assinaram uma mensagem ao Povo de Deus e ao Brasil intitulada de “A Igreja e a Questão da Amazônia”.⁸ O documento final é resultado de várias reuniões anteriores à Assembleia. Depois de lembrar que o Papa João Paulo II havia explicitado, pela primeira vez em documento pontifício, “alguns dos problemas de nossa região”,⁹ e referindo-se a documentos do Episcopado da Amazônia (Santarém 1972, Icoaraci 1990, Manaus 1997), reafirmar as preocupações com as ameaças à vida, os bispos da Amazônia declaram que “a Amazônia sempre foi olhada, pensada e explorada a partir de interesses externos à região contra a vida do amazônida”. Salientam que “latifundiários, empresários e mesmo colonos, simplesmente ignoram a existência do povo amazônida. Ocupam terras de propriedade muitas vezes imemorial, massacram muitos povos indígenas, destroem e queimam os seringais e os castanhais, poluem águas, afugentam ou subjugam os povos da região”. Chamam a atenção para a construção de “supermodernos portos fluviais” que favorecerão empresários da soja de outras regiões “sem vantagens para as populações locais”. Denunciam a ilegalidade de 70% da atividade madeireira, o crescimento contínuo do latifúndio, a provocação da poluição da atmosfera e a erradicação de espécies como a seringueira, a castanheira e o açaí. Os bispos da Amazônia alertam ainda para a “privatização das águas” e a “dilapidação da riqueza mineral”, e mais uma vez para “a questão da biopirataria” a serviço de laboratórios farmacêuticos transnacionais e “a usurpação do conhecimento nativo sobre plantas e animais”. Causa espanto “o roubo de genes dos próprios indígenas”. Diante desse quadro funesto, os bispos da Amazônia chegam a conclusão de que “É necessário construir um modelo justo na Amazônia, com a participação da população através de suas organizações sociais legítimas. A formulação de políticas públicas deve se inspirar nas experiências criativas e sustentáveis que surgem em toda a região.

⁸ Comunicado Mensal da CNBB, n. 530, abril de 1999, p. 749-756.

⁹ Exortação Apostólica pós-sindodal “Igreja na América”, n. 25.



Uma agenda positiva poderá ser construída a partir de um Zoneamento Ecológico-Econômico amplamente participativo”.

Finalmente, os bispos da Amazônia referem-se pela primeira vez à água como “a especial riqueza da região” e afirmam: “Precisamos, então, garantir a água da Amazônia para nós e, solidariamente, para toda a humanidade”. As palavras conclusivas do documento dos bispos são um apelo a todo o Brasil: “A Amazônia já foi e está sendo cobiçada e espoliada, seja também respeitada e ajudada, para que cumpra a sua vocação que lhe foi confiada pelo Criador e pela história perante o mundo inteiro, com sua natureza, seu potencial, sua fé. A Amazônia também é Brasil, a Amazônia também é Igreja no Brasil, do seu jeito, com as suas riquezas e pobreza, com os seus avanços e tropeços, mas com certeza é um tesouro que não pode ser esquecido, marginalizado ou até excluído dos planos, dos projetos e do coração de todos”.

Como nos outros documentos do Episcopado da Amazônia também desta vez não falta a carinhosa invocação de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da Amazônia. Eis a profissão final de fé no pronunciamento de bispos em Itaipu 1999 que se consideram como “continuadores de uma longa tradição” e se declaram “conscientes das responsabilidades, dos desafios”, mas muito mais ainda de sua “missão de profetas da vida, da verdade e da esperança”: “Em comunhão com os nossos irmãos e irmãs da Amazônia concluímos com a confiança e a firmeza de Maria de Nazaré, padroeira da Amazônia, cantando louvores a Deus que faz maravilhas nos pequenos, derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes, porque cremos numa Amazônia justa, solidária, fraterna e geradora de vida para todos.”

3ª PARTE

PORQUE O BRASIL JAMAIS FOI CONSIDERADO REGIÃO MISSIONÁRIA PELA PROPAGANDA FIDE: EXPLICAÇÃO HISTÓRICA

O Brasil foi considerado terra de missão, só que essa missão ficou nas mãos do Rei de Portugal, por conta do instituto do Padroado



Régio. Foi o rei quem enviou jesuítas e outros missionários para o Brasil, transportando-os e, em boa parte, sustentando-os. Sua atuação estava regulamentada, no caso dos primeiros jesuítas, pelo Regimento do 1º. Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza.¹⁰ Mais tarde sua atividade, junto com a de outros missionários franciscanos, carmelitas, mercedários, foi regulamentada pelas Leis e Regimentos de Missão, de modo particular para o Estado do Maranhão e Grão Pará que nunca foram regidos pelas Constituições do Arcebispado da Bahia (1707) e sim por esses Regimentos de Missão, mais as Constituições do Arcebispado de Lisboa, no caso dos setores não diretamente missionários, ou seja, o das duas dioceses amazônicas de São Luís (1677) e Belém do Pará (1719). São Luís havia sido instituída administração eclesiástica, dependente da Prelazia de Pernambuco, depois da expulsão dos franceses, em 1614. Por uma dessas ironias da história, a cidade e a diocese ficaram com o nome do rei da França em cuja honra fora fundada pelos franceses!

Durante o Império, “a religião católica apostólica romana continuou a ser a religião do Império”, conforme reza o art. 5º. da Constituição de 1824. O Imperador do Brasil assumiu, e depois negociou o seu reconhecimento em Roma, o Padroado régio, com seus direitos, deveres e privilégios. Com o Padroado, prosseguiu com o controle sobre a Igreja, via a nomeação dos bispos, párocos, professores dos seminários, pagamento das côngruas, “placet” imperial para a publicação de documentos pontifícios etc.

As missões desmanteladas por Pombal com o Diretório Pombalino (1757),¹¹ por meio da conversão das aldeias indígenas, em vilas, e dos missionários, em párocos; pela expulsão dos jesuítas (1759), só foram retomadas tardiamente com o Decreto 285 de 21 de junho de 1843 que autorizou o Governo a mandar vir capuchinhos da Itália para cuidar da catequese dos indígenas, organizados

¹⁰ BEOZZO, José Oscar, *Leis e Regimentos de Missão - Política Indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 20-22.

¹¹ Ibidem, p. 47-70 e 126-168.



numa Prefeitura Apostólica central. A sua atividade foi regulada pelo Decreto no. 426 de 24 de julho de 1845, que os colocava em colônias agrícolas indígenas. Esses não tinham mais entre as mãos “o espiritual e o temporal” dos aldeamentos e estavam subordinados ao diretor civil da colônia.¹²

Como se vê o campo missionário continua adjudicado ao governo, agora imperial, sempre por conta do regime do Padroado. As missões ficaram subordinadas ao Ministério da Agricultura sob cuja responsabilidade se encontravam as aldeias indígenas. O restante da Igreja respondia ao Ministério da Justiça.

Quando começou a corrida da borracha na Amazônia e se multiplicaram os conflitos com as populações indígenas foi o Governo Imperial quem, face à recusa dos capuchinhos do Brasil de assumirem mais essa tarefa sem que se lhes fosse autorizado abrir noviciados, fez gestões para trazer franciscanos italianos da Amazônia boliviana para cuidar das novas “missões” na Amazônia brasileira. Esses missionários chegaram em 1870.¹³

Por essas razões, o Brasil nunca foi considerado território da *Propaganda Fide*, havendo sim a prática dessa última de conceder aos missionários amplos poderes para conceder dispensas (que nem os bispos tinham). Esses enviados da Propaganda, religiosos

em geral, encarregados de cuidar dos imigrantes, por exemplo, vinham com o título de “missionários apostólicos”. Isso só foi possível numa amplitude maior, a partir da República que separou a Igreja do Estado e extinguiu o Padroado (decreto 119 A de 07 de janeiro de 1890).

Na República, tardou um pouco para que Roma começasse a pensar num regime eclesiástico distinto para as áreas “missio-

¹² Ibidem, p. 75-88 e 168-178.

¹³ Para a questão “missionária” e indígena no final do Império, veja-se, BEOZZO, José Oscar, A Igreja e os Índios: 1875-1889, in CEHILA, *História da Igreja do Brasil*, tomo II/2. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edições Paulinas, 1992, 3ª. Ed., p. 296-307.

nárias” brasileiras. O primeiro passo foi a criação da Prelazia de Santarém (1903) confiada aos franciscanos alemães da Província de Santo Antônio (Bahia), da Prelazia de Tefé (1910), confiada aos Espiritanos alemães e das outras que as seguiram.

Ao tomar Roma outra iniciativa, criando Prefeituras Apostólicas (como a do Rio Negro, 1910), causou desconforto no governo brasileiro. Getúlio Vargas terminou por protestar junto à Santa Sé, não aceitando que áreas do território nacional, um país católico de longa tradição, como argumentava ele, fosse equiparado a áreas missionárias da África e Ásia e subordinadas ao regime da *Propaganda Fide*. Pediu que esses territórios fossem subordinados, como as demais dioceses do país, à Congregação Consistorial (hoje Congregação dos Bispos). As Prefeituras Apostólicas passaram a ser Prelazias e entraram no regime comum do restante da Igreja do Brasil em suas relações com Roma, sem nenhum laço com o regime “missionário” da *Propaganda Fide*.¹⁴

Assim, ao contrário de outros países da América Latina, do Caribe e mesmo dos Estados Unidos e Canadá, não há circunscrições eclesiásticas no Brasil subordinadas à *Propaganda Fide* ou agora à Congregação para a Evangelização dos Povos.¹⁵

Durante o Concílio, houve um debate muito acalorado durante a discussão do decreto sobre a atividade missionária (*Ad gentes*) em torno ao conceito de missão vigente em Roma e no qual quase se confundia “missão” com o que era realizado nas áreas subordinadas

¹⁴ O único estudo mais completo que conheço sobre algumas atividades da *Propaganda Fide* em relação ao Brasil é o do RUBERT, Arlindo, *A Propaganda e o Brasil no século XIX*, in *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide Memória Rerum: 1622-1972*, vol III/1 (1815-1972). Rom, Freiburg, Wien: Herder, 1975, pp. 637-674

¹⁵ Há uma longa lista das circunscrições nas Américas, subordinadas à Congregação da Evangelização dos Povos, substituta da *Propaganda Fide* (Canadá, USA, Bermuda, Antilhas Belize, Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Malvinas, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela), in *Sacrae Congregationis de Propaganda Fide Memória Rerum: 1622-1972*, vol III/2 (1815-1972). Rom, Freiburg, Wien: Herder, 1975, pp. 636-638. Para a lista atual, veja-se o *Anuário Pontifício* de 2005.

à *Propaganda Fide*. Houve rejeição muito viva desta visão, em particular num país como o Brasil em que havia “missões”, mas não territórios da Propaganda. “Merece lugar de destaque, no IV período conciliar (1965), em relação ao número de intervenções de brasileiros, o tema das missões. Brasileiros e latino-americanos opuseram-se firmemente à definição burocrática da questão, que levava a considerar como áreas de missão, apenas os territórios submetidos à Congregação da *Propaganda Fide*, excluindo-se, assim, as prelazias e prefeituras apostólicas, que se encontravam sob a responsabilidade da Congregação Consistorial.

Deve-se destacar, igualmente, que dois temas levaram a uma interconexão muito forte entre os episcopados brasileiro, latino-americano, asiático e africano: o tema das missões, mas também a temática da fome, do subdesenvolvimento, das desigualdades internacionais, da justiça e da paz no mundo. Muitas das intervenções de bispos brasileiros relativas a essas temáticas eram apoiadas por bispos desses outros continentes e vice-versa”.¹⁶

Os prelados brasileiros da região amazônica tomaram parte ativa neste debate e Frei Boaventura Kloppenburg reproduz parte de suas intervenções no quinto volume de suas crônicas sobre o Vaticano II: Giocondo Maria Grotti da Prelazia do Acre-Purus em nome de 77 padres sobre as Missões (147^a. Congregação: 12-10-1965: AS IV/4, 199-207 – CXLVII);¹⁷ Giovanni Gazza, Prelado Nullius de Abaeté no Tocantins, em nome de 73 Padres sobre o caráter missionário das Prelazias (148^a. Congregação: 13-10-1965: AS IV/4, 296-301 – CXLVII);¹⁸ Aristides

¹⁶ BEOZZO, José Oscar, A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 249.

¹⁷ KLOPPENBURG, Boaventura, O Concílio Vaticano II, vol. V: Quarta sessão. Petrópolis: Vozes, 1966, p. 267

¹⁸ Transcrevo o núcleo central da sua intervenção: “Há na América, mais ou menos 130 Igrejas territoriais (Vicariatos, Prelazias, Prefeituras etc.), nas quais se exerce aquela verdadeira atividade missionária descrita pelo Esquema. Esses territórios, ou porque neles a obra de evangelização ainda está dando os primeiros passos, ou finalmente por causa das graves dificuldades em que se encontram,

Pirovano, Prelado Nullius de Macapá e depois Superior Geral do PIME, em nome de 73 Padres, sobre os Institutos Missionários (148ª. Congregação: 13-10-1965: AS IV/4, 316-319 – CXLVII);¹⁹ Dom Jaime de Barros Câmara, em nome de 57 Bispos, sobre as Missões (144ª. Congregação: 07-10-1965: AS IV/3, 710-711 – CXLIV).²⁰

Além da crítica ao conceito de missão, esses prelados brasileiros missionários reclamavam que a prática excludente da Propaganda Fide em relação às áreas missionárias não diretamente subordinadas a ela fazia com que ficassem à margem de qualquer apoio financeiro, por parte da Santa Sé, no desenvolvimento dos seus trabalhos missionários em geral.

Retomando um pouco a história, a criação da *Propaganda Fide* permitiu à Santa Sé retomar iniciativa no campo missionário que ficara inteiramente nas mãos dos reis de Portugal e Espanha, após os grandes descobrimentos do século XVI. A Propaganda foi criada em 1622, justamente num momento de debilidade do Império português cuja soberania passara para a Espanha (1580-1640) e cujos territórios vinham sendo ameaçados e ocupados pelos holandeses (Bahia: 1624; Pernambuco: 1630-1654); Angola (1630), de modo particular na Ásia. Ingleses e franceses seguiram o caminho dos holandeses, arrebatando posições portuguesas em todo o oriente. Roma por seu lado “furou” com a Propaganda o virtual monopólio missionário do Padroado régio português na

são verdadeiramente missões no sentido estrito da palavra. Mas nem sempre são considerados juridicamente como tais, pelo simples fato de não estarem situados entre os infiéis. Os Ordinários dos referidos territórios sujeitos à Congregação de *Propaganda Fide* propõem que no n.º 6 (*de missionis descriptione*), o conceito de ‘missão’ seja tal que não exclua nenhuma missão que realmente o seja, porque, do contrário, surgiriam graves inconvenientes jurídicos e práticos. Que a Comissão competente atenda a este nosso desejo para que o esquema se torne a Carta Magna de toda a atividade missionária, não só para alguns, mas para todos os missionários”. Apud KLOPPENBURG, o. cit., p. 272.

¹⁹ Ibidem, p. 273-274.

²⁰ Ibidem, p. 244-245.



Ásia, onde todos os territórios encontravam-se sob a responsabilidade do patriarcado de Goa, desde o Golfo Pérsico, passando pela Índia, estreito de Málaca, até chegar à China, Japão e ilhas do Pacífico.

As Filipinas faziam parte do Padroado da Coroa espanhola.

Foi principalmente nos territórios que Portugal perdeu para outras nações protestantes (Holanda e Inglaterra) ou católicas (França), que a Propaganda substituiu os missionários “régios” por missionários “apostólicos”, além de abrir novos campos de missão nos vários continentes.

CONCLUSÃO

Só uma Igreja aberta ao diálogo, disponível ao serviço, ecumênica no sentido mais profundo, desprovida dos poderes que afastam e a tornam burocrática, uma Igreja inculturada no serviço evangelizador consegue responder aos grandes desafios da região que hoje é mais urbana que propriamente rural, pois o “urbano” como cultura invade todas as realidades. Só uma Igreja que é capaz de valorizar os ministérios existentes e criar novos, que se preocupa com uma formação atualizada para os seus ministros, e que se faz Igreja peregrina, Igreja de rua, dos rios, do encontro, de acolhimento, de amor extremo e corajoso ao empobrecido, que sabe trabalhar na diversidade, respeitando o diferente, só essa Igreja é capaz de enfrentar os desafios da Amazônia de hoje e anunciar e testemunhar o Reino de Deus e defenderr a Vida onde existem tantos mecanismos e estruturas que semeiam a morte.

Cremos que para isso a Igreja precisa de novos missionários, aos milhares, que tenham uma mística própria para a região, missionários não apenas das Ordens e Congregações, mas leigos e leigas que tendo uma boa preparação e espiritualidade profunda, possam ser presença da Igreja em todas as latitudes e longitudes desse território.



A Igreja do mundo de hoje deve ser uma Igreja ousada, destemida, de olhos abertos, enxergando longe, com os pés firmes no chão, na certeza de que o Espírito nos conduz à Terra Prometida.

Para realizar essa grande obra, obra de Deus, essa Igreja precisa de solidariedade, de ajuda, de apoio, de subsídios financeiros para que esses desafios sejam enfrentados com eficácia. Não bastam belos projetos pastorais, campanhas, coletas esporádicas. Essa ajuda tem que ser sistemática, constante, permanente. Sem tirar a autonomia de uma caminhada eclesial amadurecida, que tem dado demonstração suficiente de que pode caminhar com suas próprias pernas, a Igreja daqui precisa apenas de quem lhe dê a mão para apoiá-la nas suas necessidades e apelos mais prementes.

Que esse apelo encontre eco em corações solidários e amigos, que sabem que aqui neste rincão do planeta há irmãos e irmãs de fé que têm um trabalho imenso a realizar para dar vida e esperança a esse povo que rios abaixo, rios acima, caminhando pelas estradas de um mundo desigual, são também filhos e filhas de Deus e precisam da Igreja para lhes orientar sua caminhada e dar sentido ao seu existir.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB

Conclusões do Encontro com os bispos da Região da Amazônia Continental

Manaus, 9 de outubro de 2004.



CONCLUSÕES DO ENCONTRO COM OS BISPOS DA REGIÃO DA AMAZÔNIA CONTINENTAL

Em Manaus, Brasil, coração da Amazônia Continental, de 7 ao 9 de outubro do ano 2004, 31 Bispos da região reunimo-nos para refletir atentamente sobre a complexa situação pela que passa essa bacia.

A Amazônia constitui o maior conjunto de ecossistemas de trópico úmido do planeta, com mais de sete milhões de quilômetros quadrados e oito países sul-americanos que a integram

Constatamos uma vez mais a mega diversidade que existe nesses bosques e rios, as riquezas renováveis e não renováveis do subsolo. A permanência de quatrocentos povos indígenas que milenarmente mantiveram a memória em harmonia com os territórios que habitam e a chegada ao longo dos últimos anos de outros povos: ribeirinhos, caboclos, agricultores, colonos etc. Abrimos o nosso olhar às imensas possibilidades que têm esse território para o fortalecimento de novos modelos de associação entre os estados e outras organizações nacionais. Ao mesmo tempo, descobrimos novos caminhos para a realização de um modelo pastoral complexo e unitário, em rede que, de uma vez, nos faça partícipes dos processos de desenvolvimento humano, que levem à dignidade mais de 21 milhões de homens e mulheres que a habitam.

Essa realidade constitui também um espaço estratégico para o futuro imediato, no qual, sem dúvida, numerosos interesses pousarão



olhar, sem ter em conta as populações locais. Sua riqueza hídrica que contribui com, aproximadamente, 17 % da água doce que vai aos mares, nos próximos anos constituirá um elemento de alta competência econômica e social.

Entretanto, sentimos o espetáculo patético diante dos cenários que foram se criando: desmatamento irreversível, o efeito dos incêndios que transformam o clima e os ciclos hídricos da chuva, o narcotráfico, contaminação da corrente dos rios pelo fluxo das águas de formação do petróleo, minerais pesados da extração do ouro, derramamento de insumos para a elaboração do cloridrato de cocaína, a sobressaturação das águas servidas das cidades que cresceram desmedidamente nas três últimas décadas e envenenam as águas da superfície fazendo-as não potáveis. Constatamos, além disso, a crescente influência, muitas vezes negativa, das corporações e dos estados desenvolvidos, frequentemente, com a cumplicidade dos governos de nossos países. Denunciamos também as políticas de concessões florestais regidas dos governos centrais que em poucos anos destruirão os bosques milenares, sem que haja possibilidade de recuperá-los.

As consequências sociais e culturais desse panorama são alarmantes: crescem os processos de migração para as fronteiras, como zonas mais seguras para a população deslocada pela pobreza e a violência, com a consequente deterioração da qualidade de vida. Por outra parte, povos indígenas de tradição secular e milenar vão se extinguindo, desaparecendo suas culturas e seus idiomas. O mundo perde histórias e cosmovisões sagradas de povos inteiros que se inserem na História da Salvação.

Como agentes de pastoral e pastores da Igreja, temos sob nossa responsabilidade a defesa da vida como manifestação da força da Criação de Deus. Protestamos energeticamente contra qualquer



violação dos direitos humanos, culturais e ambientais, e reivindicamos, especialmente, o direito à demarcação e respeito dos territórios para os povos indígenas da região. Nesse mesmo sentido, exigimos a homologação, em área contínua, do território indígena de Raposa Serra do Sol, em Roraima, Brasil.

Fazemos um chamado a quem detém o poder político: às corporações que regulam as orientações dos estados, aos governos da região, da América e de outros países do mundo, à sociedade civil e às Igrejas em cada uma das nações. Que se abram às propostas fecundas que podem surgir a partir destes povos a quem se negou por muito tempo a voz, o reconhecimento e a participação econômica no desenvolvimento nacional.

Pedimos ao CELAM que inclua em sua estrutura um serviço específico dedicado à comunhão do conjunto das Igrejas amazônicas. Desde finais dos séculos XIX e com o passar do século XX, realizamos isoladamente nosso serviço pastoral com alguns encontros. Por nossa realidade diversa e unitária, sentimos a necessidade de nos reunir com mais frequência as Dioceses, Prelazias, Vicariatos e Prefeituras para realizar uma ação evangelizadora mais integrada na região amazônica. A unidade que oferece a natureza através da corrente de nossos rios, nos serve como caminho de comunicação e nunca como fronteiras de separação.

Propomos que a V Conferência do Episcopado da América Latina inclua à Amazônia como um de seus núcleos temáticos.

Animamos os nossos agentes de pastoral, missionários e missionárias, que sigam trabalhando em nossa Amazônia. Que continuem em seu serviço de solidariedade com os indígenas e os despossuídos, especialmente acompanhando as comunidades eclesiais de base.

Santa Maria, Mãe da Amazônia, ajude para que este universo de biodiversidade de bosques, rios e povos tão complexos, com



o apoio das Igrejas amazônicas, possa defender-se das forças da morte. Que a Virgem Mãe seja garantia para a continuação da vida e a esperança nestas terras que o Senhor nos deixou como herança e como expressão da unidade e diversidade do próprio Deus.

Manaus, 9 de outubro de 2004.



Documento do IX Encontro de Bispos da Amazônia

Manaus, 11 a 13 de setembro de 2007.

– 163 –

MENSAGEM DA VICE-PRESIDÊNCIA DA CNBB

Foram dias maravilhosos os que vivemos no IX Encontro Inter-regional dos Bispos da Amazônia. Éramos 35 bispos dos Regionais Norte I, Norte II e Noroeste. Por três dias deixamos nossos afazeres à frente de nossas Prelazias, Dioceses e Arquidioceses para debruçarmo-nos sobre as alegrias e as tristezas, as derrotas e as vitórias, as esperanças e as desesperanças do povo ou dos povos que habitam os espaços da Amazônia e que ocupam nossos corações e mentes. Foi um encontro em que nos sentimos profundamente unidos a essa gente, a essa nossa gente, ocupada em construir uma sociedade digna dentro do respeito à exuberante natureza, dom divino para seus filhos e filhas.

Dizem que cada qual olha as pessoas e as coisas com os olhos que tem. É verdade! Quem vive pensando em dinheiro, vê os outros como instrumento de enriquecer-se ou escravizando-o ou explorando-o. Quem se deixa cegar pelos instintos, pensa no próximo como objeto de prazer. Quem tem os olhos e o coração de Deus, sente e vê os demais como irmãos e irmãs, filhos e filhas do Pai Celeste. O mesmo se dá com respeito à Amazônia, que pode ser olhada com olhos de cobiça econômica, com olhos de poder militar, com olhos de desprezo ou com olhos de poeta, de caridade, de solidariedade. Devido às correrias do cotidiano, falta-nos a contemplação da beleza que se espalha a nosso redor. Devido às ambições grandes ou pequenas, falta-nos a delicadeza de pensar nas gerações futuras que têm direito a bem-estar melhor. Devido ao consumismo egoísta, falta-nos o respeito aos desprezados povos ou habitantes desta parte

do Brasil. Nada melhor do que olhar a Amazônia, povos e natureza, como proposta de um novo desenvolvimento econômico em que o principal seja respeitar toda a vida, especialmente a vida humana.

Temos certeza de que a evangelização e o pastoreio de nossa região devam passar pela solidariedade com os indígenas, os ribeirinhos, os migrantes, os quilombolas e os habitantes dos centros urbanos bem como pelo respeito ao meio ambiente. Nós, cristãos católicos, temos missão importante nessa caminhada amazônica. Se vivermos apaixonadamente nosso encontro pessoal e comunitário com Jesus, se formos seus discípulos e discípulas para valer, seremos missionários do Reino de Deus, que é reino de justiça, de paz, de amor e de vida. A V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe nos abre horizontes maravilhosos. A Amazônia exige de nós que sejamos o rosto de Deus a brilhar sobre tantos rostos sofridos de excluídos que erguem mãos de súplica e gritos sufocados de socorro.

Este documento, que elaboramos nos três dias de encontro, quer levar a todos, mensagem de amor aos povos e ao meio ambiente, de esperança apesar das agressões feitas contra eles. cremos que a vitória de Jesus sobre a morte acontecerá entre nós. Daí nasce nosso compromisso eclesial de lutar para que isso aconteça desde já. Agradeço a Deus que os bispos tenham escolhido Manaus para viverem essa experiência maravilhosa.

Manaus, 19 de setembro de 2007.

D. Luiz Soares Vieira

Arcebispo de Manaus Vice-Presidente da CNBB



APRESENTAÇÃO

O texto, que hoje colocamos em suas mãos é fruto da reflexão e estudo dos bispos da Amazônia, Regionais da CNBB Norte I, Norte II e Noroeste, que nos dias 11 a 13 de setembro de 2007 estivemos reunidos em Manaus, motivados pelo desejo de rever a evangelização que estamos realizando em nossas arquidioceses, dioceses e prelazias.

O Documento de Aparecida, elaborado pela V Assembleia Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, reunida no passado mês de Maio no Santuário de Aparecida, SP, ajudou-nos a melhor entender os atuais desafios da evangelização, num mundo globalizado e acentuadamente urbano.

Como na Conferência de Aparecida, em nossa reflexão usamos o método “ver, julgar e agir” que já é clássico nos trabalhos da Igreja. Dessa forma, fomos convidados a olhar a realidade da Amazônia com carinho e, ao mesmo tempo com objetividade, procurando descobrir, principalmente, as causas das dificuldades sociais do nosso povo e dos desafios pastorais da Igreja.

Entendemos que, para ser autêntica, a evangelização deve consistir no anúncio da Pessoa de Jesus Cristo e seu Evangelho e, ao mesmo tempo, na promoção humana daqueles que são evangelizados. Por isso, como pastores não podemos deixar de perceber a violência, o desemprego, o desrespeito ao meio ambiente, a invasão das drogas, as injustiças e as deficiências nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura etc., que sofre o nosso povo. De igual forma, preocupa-nos no povo católico a falta de formação religiosa, a fuga para outras igrejas, certa superficialidade

da fé, o número reduzido de vocações para o ministério presbiteral, e a evangelização como um todo.

É verdade que, em nossas prelazias e dioceses, existem sinais de alegria e esperança, próprias de uma Igreja que, mesmo tendo muitas dificuldades, está viva e responde com coragem aos desafios que se lhe apresentam.

Com o Título: “Discípulos Missionários na Amazônia” queremos deixar em evidência nosso modo de entender a fé como um processo (discipulado) e a evangelização como uma grande missão, na certeza de que ainda existe muito por fazer se quisermos ser fiéis ao Senhor que nos enviou para evangelizar a todos.

Que a Rainha da Amazônia, Nossa Senhora de Nazaré, proteja com o seu manto nossas Igrejas Locais e o Espírito Santo, enviado pelo Pai e pelo Filho, anime e revigore nossa evangelização entre os povos da Amazônia.

Manaus, 21 de setembro de 2007.

D. Mário Pasqualotto

Presidente Regional Norte I - CNBB

D. Jesus Maria Cizzaurre Bendonces

Presidente Regional Norte II - CNBB

D. Meinrad Francisco Merkel

Presidente Regional Noroeste - CNBB

INTRODUÇÃO

1. Em nossa missão anunciamos Jesus Cristo, Aquele que veio para “*anunciar a Boa-Nova aos pobres*” (cf. Lc 4,18), e o seguimos como discípulos missionários até os confins de nossos rios e igarapés, estradas e vicinais, cidades e vilas, malocas e tapiris desta vasta Amazônia: Jesus Cristo, nossa esperança e única salvação.

2. Do Vaticano II (1962-1965), herdamos a visão de uma Igreja que afirma a sua natureza missionária (cf. AG, n. 2). A V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (13-31.5.2007), deu continuidade aos ensinamentos do Concílio e do Magistério Latino-Americano, aprofundou essa caminhada e apresentou em seu texto conclusivo, chamado Documento de Aparecida (DAP), um novo capítulo contextualizando a missão (DAP, n. 9). Neste IX Encontro Inter-Regional de Bispos da Amazônia, de acordo com nossos encontros anteriores, dentre os quais destacamos os de Santarém, (1972) e Manaus (1997), assumimos, com Aparecida, a missão como paradigma pastoral, síntese de nossa caminhada e chave de leitura da nossa realidade (cf. DAP, n. 347).

3. O Deus da vida é a razão de ser de todas as coisas criadas. A criação da mulher e do homem à semelhança de Deus e a encarnação do amor redentor de Jesus até a cruz fundamentam nosso compromisso com a realidade do mundo e com o sofrimento dos pobres e dos outros (DAP, n. 491). Jesus de Nazaré nos revelou o mistério da comunhão trinitária de Deus como origem da missão (109) que assumimos em comunidade: “*No povo de Deus, a comunhão e a missão estão profundamente unidas entre si (...). A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão*” (ChL 32; DAP, n. 163).

4. Para poder responder às grandes transformações e desafios da Amazônia, nossa Igreja precisa de muitos braços. Impelidos pelo Espírito, assumimos o compromisso de nos empenhar para que os batizados tornem-se discípulos missionários de Jesus Cristo (DAp, n. 144, 278), e os que não o conheçam o acolham e cheguem ao conhecimento da verdade (cf. 1Tm 2,4). Segundo Aparecida, a Igreja local missionária, não é algo extraordinário, mas o novo padrão pastoral. Somos uma Igreja “*em estado de missão*” (DAp, n. 213). Essa missão tem dois movimentos: o envio até as mais distantes aldeias e povoados e a convocação dos que estão nos últimos lugares para formar comunidades, para que não haja mais excluídos, nem primeiros e privilegiados. Somos Igreja a serviço do Reino e aprendemos essa missão no exercício da missionariedade.

1

A AMAZÔNIA HOJE

“Os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo”. Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs. Tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo.
(DAp, n. 393)

1.1. A realidade em que vivemos:

5. Amazônia, imenso e bonito jardim, com a maior biodiversidade do planeta, onde “os bosques têm mais vida”, verdadeira dádiva divina, abriga desde tempos ancestrais, tão diversos povos e culturas.

6. Esses povos hoje podem perceber melhor o valor da natureza e das suas riquezas e compreendem o desafio que representa a proteção da Amazônia e o seu desenvolvimento sustentável.



7. A Igreja na Amazônia apoia iniciativas de instituições públicas e privadas que visam à conscientização do povo e a soluções realistas para o bem comum e das pessoas em particular.

8. Lamentavelmente, a maior riqueza da Amazônia, que é o ser humano, é o mais ameaçado.

9. O êxodo do campo para a cidade continua, de modo especial, para as capitais de nossos Estados: Manaus, Belém, Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco e Macapá. O povo vive nas periferias em condições precárias, sem nenhuma assistência do Estado.

10. Muitos ribeirinhos deixam seu lugar de origem e migram para a cidade em busca de melhores condições de vida.

11. Outro fator que provoca o êxodo e a migração, inclusive de outros estados, são os grandes projetos e a expansão do agro-negócio.

12. Muitos brasileiros emigram para os países vizinhos. Por outro lado, a presença, muitas vezes ilegal, de estrangeiros vindos dos países fronteiriços é cada vez maior.

13. O ensino desligado da realidade rural não motiva e nem prepara os jovens para se fixarem na sua terra. Alguns deles entram no trabalho informal, e outros, sem perspectivas, enveredam pelo caminho do alcoolismo, da prostituição, das gangues e das drogas que se alastram nas pequenas e grandes cidades e também na zona rural.

14. As drogas pesadas têm na Amazônia seus “maiores corredores” para o mundo. Os pequenos traficantes, jovens e pobres, lotam os presídios, enquanto que os grandes andam impunes e soltos.

15. Os planos do governo de combate ao narcotráfico são insuficientes e a polícia está despreparada para esse tipo de ação.

16. As cidades, de modo especial as periferias, diariamente são palco de violência que atinge, sobretudo, os jovens. Roubos,



assaltos, sequestros são cada vez mais comuns. A desestruturação familiar, o desemprego, as frustrações aumentam os casos de violência doméstica que levam à perda do sentido da vida.

17. São gravíssimos os males causados pela prostituição infantil e pela exploração sexual de menores.

18. A violência no campo continua ceifando vidas de índios e colonos. São frequentes os casos de trabalho escravo. Quem luta em defesa da justiça e dos direitos humanos muitas vezes é ameaçado e corre risco de morte.

19. Os programas de governo para diminuir a pobreza têm produzido um assistencialismo que gera dependência.

1.2. A Palavra que ilumina:

20. Deus criou a Amazônia como lar para muitos povos. “Não podemos cair no engano de pensar que a bênção que Deus dá ao ser humano, ‘enchei a terra e submetei-a’ (Gn 1,28), significa que nós podemos fazer com a natureza tudo o que quisermos. A expressão ‘submeter’ poderá ser traduzida também por governar, cuidar, preservar, conviver. Isso não é autorização para devastar o ambiente, poluir as águas, matar os animais sem nenhuma razão, causar a morte. ‘Encher a terra e submetê-la’ também não significa concentrar riquezas e fazer violência à criação” (CF 2007, 276). “Como profetas da vida, queremos insistir que, nas intervenções sobre os recursos naturais, não predominem os interesses de grupos econômicos que arrasam irracionalmente as fontes de vida, em prejuízo de nações inteiras e da própria humanidade” (Dap, n. 471).

1.3. Ações que propomos:

- a) É urgente cuidar da “criação como casa comum da humanidade e matriz da vida do planeta; educar para um estilo de vida de sobriedade e austeridades solidárias...”;

- b) “Acompanhar mais de perto aqueles que estão ameaçados pelo desenvolvimento predatório, apoiando seus esforços para conseguir equitativa distribuição da terra, da água e dos espaços urbanos...”;
- c) “Criar nas Américas consciência sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade.” (cf. DAp, n. 475);
- d) Formar de lideranças para a gestão de projetos comunitários;
- e) Incentivar a criação da Pastoral da Sobriedade e a criação de projetos que resgatem as vítimas da toxicodependência;
- f) Apoiar projetos que visem denunciar as violências e abusos sexuais contra crianças e adolescentes e favorecer uma autêntica educação para o amor;
- g) Apoiar projetos em vista da formação profissionalizante e geração de renda;
- h) Zelar pela formação política das lideranças e do povo em geral;
- i) Consolidar a pastoral da mobilidade humana; e
- j) Somar forças com as entidades que lutam pela preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

AMAZÔNIA E MEIO AMBIENTE

Criar nas Américas consciência sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade. Estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva o bem comum. (DAp, n. 475)

2.1. A realidade em que vivemos:

2.1.1. A Amazônia em números:

22. “A Amazônia é um dos maiores, diversos, complexos e ricos biomas do mundo. Vista a partir do cosmo, a Amazônia pan-americana ocupa uma área de 7,01 milhões de km² e corresponde a 5% da superfície da Terra, 40% da América do sul, 59% do Brasil. Contém 20% da disponibilidade mundial de água doce não congelada e 80% da água disponível no território brasileiro. Abriga 34% das reservas mundiais de florestas e uma gigantesca reserva de minérios. Sua diversidade biológica de ecossistemas, espécies e germoplasma é a mais intensa e rica do planeta: cerca de 30% de todas as espécies de fauna e flora do mundo encontram-se nessa região. O sistema fluvial Amazonas-Solimões-Ucayally representa o mais extenso rio do mundo, com 6.671 km; a bacia hidrográfica do rio Amazonas é constituída por cerca de 1.100 rios, e o rio Amazonas joga no Oceano Atlântico entre 200 a 220 mil m³ de água por segundo, o que representa 15,5% de toda água doce que entra diariamente nos oceanos” (CF 2007, 15).

2.1.2. Grandes projetos e ações predatórias da Amazônia:

23. A Amazônia sofre por causa de um modelo econômico que privilegia o lucro acima da vida do povo e do respeito à natureza: desmatamento, queimadas, agronegócio, a incursão das madeireiras e mineradoras.

24. Os grandes projetos são decididos fora da Amazônia, visando interesses que não beneficiam os amazônidas. Há projetos do Governo e de empresas com capital transnacional. Faz-se necessário analisar as *consequências desses projetos*: o desequilíbrio ecológico e social, o desmatamento, as mudanças climáticas etc.

2.1.3. O Desenvolvimento sustentável:

25. O desenvolvimento sustentável depende das políticas públicas. De outra forma as experiências de “reservas extrativistas” e os projetos de colonização ficam à mercê dos atravessadores que decidem os preços dos produtos a serem comercializados. Bases para um projeto alternativo de desenvolvimento são: experiências cooperativistas, de economia solidária ou de mercado alternativo nas quais os trabalhadores não apenas produzem, mas também industrializam e comercializam.

2.1.4. O meio ambiente urbano:

26. Nas capitais e cidades de porte médio, a população sofre os efeitos de uma migração desordenada, mas provocada, e vive em situações precárias. O que vem caracterizando a urbanização da Amazônia é o inchaço de suas capitais com o consequente esvaziamento demográfico do interior, não só do campo, mas também das cidades e vilas. Um problema crescente para o meio ambiente é a produção de lixo e os vários tipos de poluição.

2.2. A Palavra que nos ilumina:

2.2.1. O ser humano no contexto da criação e da Amazônia:

27. O livro do Gênesis, capítulos 1 e 2, nos revela como Deus cria o homem e a mulher e toda a natureza como reflexo de sua bondade e de seu amor.



Sob essa luz, no confronto com as grandes questões da Amazônia, é necessário resgatar uma compreensão do ser humano como parte da comunidade da criação, dependente da Terra, da natureza. A Amazônia “foi-nos entregue para que cuidemos dela e a transformemos em fonte de vida digna para todos (...). ‘Nossa irmã e mãe terra’ é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação” (DAP, n. 125). “A melhor forma de respeitar a natureza é promover uma ecologia humana aberta à transcendência que, respeitando a pessoa e a família, os ambientes e as cidades, segue a indicação paulina de recapitular as coisas em Cristo e de louvar com Ele ao Pai (cf. 1Cor 3,21-23). O Senhor entregou o mundo para todos, para os das gerações presentes e futuras” (DAP, n. 126).

2.2.2. Rom 8,18-23: “a criação geme” e “espera ser libertada da escravidão”:

28. As várias etapas de um suposto “desenvolvimento para a Amazônia” têm gerado devastação das florestas, exploração dos seus recursos naturais, sem avaliar as consequências. É um processo de desenvolvimento que oprime a natureza e os seres humanos, pois está fundado sobre a perspectiva economicista, ligada ao lucro acima de tudo, sem responsabilidade social e ecológica.

29. A criação geme e espera ser libertada da escravidão. A salvação da humanidade inclui a salvação do mundo criado. Isso significa pensar e agir por um desenvolvimento adequado e participativo de todos os implicados no processo.

2.2.3. Os povos indígenas e a natureza:

30. A Igreja “valoriza especialmente os indígenas por seu respeito à natureza e pelo amor à mãe terra como fonte de alimento, casa comum e altar da partilha humana” (DAP, n. 472). Para uma autêntica inculturação ecológica do Evangelho é neces-



sário conhecer melhor a mística, a mitologia e os saberes tradicionais dos povos indígenas.

2.2.4. Perspectiva econômica e política para a Amazônia:

31. O ser humano é um ser social, econômico e político inserido na comunidade da criação.

32. Nosso modelo de sociedade, de convivência social, de sistema econômico e de políticas, tem efeitos sobre a criação.

33. Na Amazônia precisamos de uma visão de comunidade em sintonia com a criação. Uma economia que supere as desigualdades sociais tanto no contexto local como no nacional, as quais geram depredação da vida natural e humana.

2.3. Ações que propomos:

34. Aplicar para a Amazônia aquilo que propõe o Documento de Aparecida:

- a) Evangelizar nossos povos para que descubram o dom da criação, sabendo contemplá-la e cuidar dela como casa de todos os seres vivos e matriz da vida no planeta;
- b) Intensificar a presença pastoral nas populações mais frágeis e ameaçadas pelo desenvolvimento predatório, e apoiá-las em seus esforços para conseguir equitativa distribuição da terra, da água e dos espaços urbanos;
- c) Procurar um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, que se fundamenta no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens;

- d) “Empenhar nossos esforços na promulgação de políticas públicas e participações cidadãs que garantam a proteção, a conservação e a restauração da natureza” (Cf. DAp, n. 474);
- e) Incentivar a agricultura familiar;
- f) Fomentar uma espiritualidade ecológica por meio das romarias da terra e da água e de outras iniciativas; e
- g) Incentivar escolas e comunidades para que assumam seu papel orientador na educação ecológica.

3

A IGREJA NA AMAZÔNIA E OS POVOS INDÍGENAS, OS QUILOMBOLAS E OS RIBEIRINHOS

Os indígenas e afro-americanos são, sobretudo, “outros” diferentes que exigem respeito e reconhecimento. (...) A Igreja os acompanha nas lutas por seus legítimos direitos. (cf. DAp, n. 89)

Emergem agora na sociedade e na Igreja. Este é um “kairós” para aprofundar o encontro da Igreja com estes setores humanos que reivindicam o reconhecimento pleno de seus direitos individuais e coletivos... (cf. DAp, n. 91)

3.1. A Realidade em que vivemos:

35. A missão da Igreja de anunciar o Reino de Deus, em meio a essas populações, propõe transformações profundas e nos coloca na contramão do sistema econômico vigente. Ao defender os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, estamos no meio de conflitos estruturais de nossa sociedade. Nesses conflitos estamos ao seu lado, porque a missão do Evangelho nos compele a lutar por um mundo que seja de todos.

36. É para nós uma alegria habitar em meio de tantos povos indígenas e grupos sociais, de comunidades de quilombolas e ribeirinhos



presentes nesta imensa Amazônia. A exemplo deles temos experimentado a força do Evangelho que atua nos pequenos. O encontro com esses povos nos cobra uma vida mais simples, de partilha e gratuidade, frente à sociedade do consumo, da concentração e do supérfluo.

37. Causa-nos uma imensa alegria vê-los crescer nas suas organizações e assumindo o papel de protagonistas sociais nessa Amazônia. Também o aumento populacional dos povos indígenas, nesses últimos anos, é um sinal de sua vitalidade que nos alegra. Ao mesmo tempo, o futuro desses povos está estruturalmente ameaçado pela incompatibilidade de seu modo de vida com o modelo capitalista neoliberal (cf. DAp, n. 90).

38. A atuação do CIMI, nos últimos 35 anos, muito tem ajudado a Igreja local a crescer no conhecimento das culturas indígenas e no reconhecimento de sua alteridade e de seus direitos. Nossa proximidade com esses povos indígenas nos faz perceber situações de graves injustiças que exigem de nós uma maior solidariedade:

- a) As ameaças de grandes projetos governamentais, como a construção de hidroelétricas;
- b) Os projetos de mineração;
- c) A presença de madeireiras, garimpeiros, fazendas, empresas de agronegócio; e
- d) A atuação desarticuladora de militares, sobretudo nas fronteiras.

39. Preocupam-nos as afirmações de organismos estatais e de políticos que defendem a diminuição das terras indígenas já homologadas. Entre esses, é voz corrente que os povos indígenas são empecilhos no desenvolvimento da região, mentalidade essa divulgada pela imprensa a serviço das grandes empresas.

40. Estando perto dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas preocupa-nos a passagem do narcotráfico pelas comunidades, envolvendo a juventude e cooptando membros para a comercialização



da droga; assim como as redes de tráfico humano que os envolvem, de modo especial nas fronteiras. Cresce também assustadoramente o alcoolismo entre os indígenas.

41. Outro fenômeno desagregador tem sido a proliferação de outros grupos evangélicos, principalmente pentecostais nas comunidades.

42. Denunciamos a má gestão da saúde nas áreas indígenas pela FUNASA.

43. Em alguns lugares, a educação diferenciada é levada com seriedade para frente, porém em outros é desastrosa.

44. O êxodo indígena de aldeias para as cidades, onde vivem em condição social e culturalmente excluída, tem sido grande nos últimos anos.

45. Essa precarização da vida vale, de um modo geral, também para os ribeirinhos e remanescentes de quilombos. As promessas que o poder público fez para eles, em sua grande maioria, não foram cumpridas. Os projetos de agrovilas e reservas extrativistas, que deviam oferecer melhores condições de vida para fixar as pessoas no interior, não deram resultado. Os ribeirinhos, os quilombolas e os povos indígenas são os mais atingidos pelos projetos de barragens e pela contaminação dos rios com o mercúrio. A preservação dos lagos tem sido uma luta constante.

3.2. A Palavra que nos ilumina:

46. O reconhecimento dos mitos e contos, palavras sagradas dos povos indígenas, nos ajuda a perceber as sementes do Verbo entre eles.

47. O imperativo da fé cristã é o anúncio do Evangelho, da Boa Notícia de Nosso Senhor Jesus Cristo, que veio “para que tenham vida” (Jo 10,10). Essa tem sido também a via dos discípulos missionários de Jesus Cristo, ou seja, o caminho das comunidades cristãs. Por isso é parte essencial do anúncio do Evangelho a promoção e a defesa da vida, pois nos insere na missão do Salvador.

48. Na *Evangelii Nuntiandi*, Paulo VI diz que se separarmos a promoção humana da evangelização, ignoraríamos o maior dos mandamentos do Senhor, ou seja, estaríamos negando o eixo do Evangelho, que é o amor ao próximo. Singularmente ao que sofre e se encontra em necessidade (cf. EN, n. 31).

49. O papa João Paulo II, na cidade de Manaus, em 1980, dizia aos missionários: “Vossa atividade missionária vos impele a ajudar aos necessitados a promoverem-se, passando de situações de miséria e abandono indignas de filhos de Deus a condições mais humanas de vida” (Homilia na cidade de Manaus, 11/07/1980, in: *A palavra de João Paulo II no Brasil*, S. Paulo, Paulinas, 1980, p. 332).

50. Aparecida reafirma que o “serviço pastoral à vida plena dos povos indígenas exige que anunciemos Jesus Cristo e a Boa-Nova do Reino de Deus, denunciemos as situações de pecado, as estruturas de morte” (DAp, n. 95). Em seguida diz que “Permanece, em alguns casos, uma mentalidade e certo olhar de menor respeito em relação aos indígenas e afro-americanos. Desse modo, descolonizar as mentes, o conhecimento, recuperar a memória histórica, fortalecer os espaços e relacionamentos interculturais, são condições para a afirmação da plena cidadania desses povos” (DAp, n.96).

51. O testemunho da presença missionária tem fecundado nossas Igrejas com o sangue de mártires, é a pastoral que produziu testemunhas qualificadas, entre eles muitos líderes anônimos.

52. A experiência missionária em meio aos povos da Amazônia faz a Igreja viver o mandato missionário em concreto.

53. 3.3. Ações que propomos:

- a) Oferecer aos povos da Amazônia o encontro com Jesus Cristo nosso Salvador (cf. DAp, n. 95);

- b) Reforçar a presença inculturada, solidária e constante no mundo dos povos indígenas, das comunidades ribeirinhas e quilombolas;
- c) Acompanhar os povos indígenas na cidade;
- d) Continuar as denúncias frente aos grandes projetos governamentais ou grupos econômicos que desrespeitam as populações locais;
- e) Exigir dos missionários a inculturação como uma forma do seguimento de Jesus junto aos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas (cf. SD, n. 13);
- f) Respeitar a diversidade dos povos indígenas;
- g) Apoiar o resgate das culturas, com suas tradições, línguas;
- h) Dar maior atenção aos povos ressurgidos; e
- i) Propiciar aos candidatos ao sacerdócio e à vida religiosa que provêm das comunidades indígenas, um acompanhamento específico (cf. DAp, n. 325).

A IGREJA NA AMAZÔNIA E SEU RELACIONAMENTO COM O ESTADO

O Senhor lhe disse: “Eu vi a opressão de meu povo no Egito, ouvi o grito de aflição diante dos opressores e tomei conhecimento de seus sofrimentos” (Ex 3,7).

Não pode existir democracia verdadeira e estável sem justiça social, sem divisão real de poderes e sem a vigência do Estado de direito (DAP, n. 76).

4.1 A realidade em que vivemos:

4.1.1. O específico da Amazônia e nossa postura:

54. A nossa opinião sobre os planos dos governos vem dos encontros com o nosso povo, da escuta dos seus sofrimentos e das suas dificuldades, da realidade que podemos ver com os nossos próprios olhos nas longas viagens e nas visitas às nossas comunidades.

55. Não queremos, portanto, julgar as intenções dos governantes e as possibilidades de resultados positivos de Planos e Projetos; o que constatamos é que dos grandes Planos e Projetos, pensados nos gabinetes é muito pouco o que realmente chega às bases. Estamos convencidos de que a corrupção, a incompetência, o descaso e a má vontade dos que deviam realizar os projetos, muitas vezes não permitem que os melhores propósitos se tornem realidade para o povo. Por exemplo, para dizer, que a saúde ou a educação funcionam, precisa conferir se isso acontece também nos postos de saúde e nas escolas das periferias e do interior.

4.1.2. Na base:

56. Constata-se que membros dos poderes constituídos usam a própria função, não para melhorar as condições de vida dos cidadãos,

mas para utilizar verbas públicas em vista da manutenção do seu poder e de sua área de influência.

57. O nosso povo é vítima de uma verdadeira tirania econômica e política. Vive com medo, porque depende dos “empregos” das Prefeituras, dos Governos etc., depende do Bolsa Família. Essa situação de escravidão faz o povo calar-se. A liberdade econômica é decisiva para o crescimento da consciência crítica do povo, para que possa enxergar e buscar soluções alternativas. A cooptação política anula a oposição e dificulta a organização dos movimentos sociais.

58. Preocupa-nos um Estado omissos em manter a soberania da Amazônia deixando que se transforme num corredor de exportação, da privatização da água, da concessão de florestas, da exploração de minérios e do agronegócio; muitas vezes proporcionando facilidades para a invasão do capital estrangeiro.

59. O recém-lançado PAC prevê grandes investimentos em obras de infraestrutura na Amazônia sem que se diga uma palavra sequer sobre os eventuais impactos ambientais, sobre as populações e os ecossistemas regionais.

60. Encontra-se muita ineficiência e precariedade no serviço público educacional, nos serviços sociais e no sistema de saúde, que demora para atender o povo.

61. Existe uma conivência escandalosa de autoridades em casos de prostituição infantil, do tráfico e do consumo das drogas e na onda de alcoolismo que ameaça a vida da nossa juventude.

62. O povo está decepcionado, ao perceber que sua participação, que lhe é pedida na gestão pública, não é respeitada.

63. O povo sofre e fica indignado pela traição daqueles que levantaram a bandeira da ética, quando, neles, a politicagem, a corrupção generalizada e os interesses pessoais ou de grupos falam mais alto do que o bem comum.



64. A centralização no âmbito nacional dificulta o relacionamento entre a Igreja e Estado na Amazônia: muitas políticas públicas e tantos outros planos carecem de eficiência por serem pensados em Brasília, e não na Amazônia.

4.2. A Palavra que nos ilumina:

65. A Campanha da Fraternidade 2007 deixou bem evidente que tudo isso acontece por causa do atual modelo econômico e cultural, e de não termos claro um novo estilo de vida e um projeto de desenvolvimento à luz dos valores humanos e evangélicos, seguindo a prática de Jesus no cuidado com a vida humana, especialmente a dos mais pobres e com toda a natureza. (cf. Objetivo da CF 2007 – Texto Base, n. 11, p. 13)

66. Acreditamos no valor positivo da ação política, como verdadeiro exercício da caridade (DCE), como uma missão a serviço do bem e da vida de todos. Temos consciência também de possuir uma riqueza de reflexão e de tradição de vida comunitária que nos permite acreditar que podemos reconstruir a Esperança:

- a) A Doutrina Social da Igreja oferece princípios básicos que podem sinalizar uma caminhada social alicerçada sobre a procura do bem autêntico: os princípios do bem comum, da destinação universal dos bens, da subsidiariedade, da solidariedade e da participação comunitária (Cf. DPb, n. 541; DAp, n. 539);
- b) Inspiramos nosso discernimento no testemunho das pessoas que sacrificaram suas vidas pelo bem comum com sangue derramado! Há muito tempo que homens e mulheres da nossa Igreja vivenciaram as virtudes sociais e deram nascimento a comunidades que estão na base da participação popular. Existiram e existem ainda muitas pessoas em nossas comunidades que não se venderam, e resistiram ao jogo dos interesses particulares;



- c) Dessas testemunhas aprendemos como relacionar-nos com o poder, com independência e a serviço do bem comum. Esses irmãos e irmãs se situam na continuidade dos profetas da Bíblia, de maneira especial Isaías, quando convidava a RESISTIR ao opressor, a DEFENDER o direito e a justiça, a PROTEGER o órfão e a viúva (cf. Is 1,17);
- d) A resistência à injustiça é também manifestação da vontade do povo de se libertar de toda a escravidão e opressão! “O Senhor faz esta denúncia contra os anciãos e chefes do povo: ‘Fostes vós que devorastes a vinha! O que foi roubado dos pobres está em vossas casas!’” (Is 3,14).

67. O que dá coragem aos pastores, muitas vezes, é a capacidade do nosso povo de não desanimar. Os pobres nos dão uma lição de esperança, também nas situações mais difíceis.

4.3. Ações que propomos:

68. A Igreja não procura substituir o Estado, mas continua oferecendo seus serviços, zelando pelo bem comum.

69. Diante dos clamores do nosso povo comprometemo-nos a:

- a) Ter atitudes proféticas, oferecendo um julgamento ético sobre as opções e os planos do Estado;
- b) Buscar alternativas aos projetos que desrespeitam o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente e as populações locais;
- c) Apoiar a Reforma Eleitoral e Política com ampla consulta e aprovação da sociedade civil;
- d) Acompanhar melhor os nossos políticos e lideranças, oferecendo-lhes, mesmo a grande custo, uma formação de “fé e política”;

- e) Ter coragem e firmeza nas denúncias contra a corrupção política, que envolvam pessoas nos poderes executivo, legislativo e judiciário nos âmbitos municipal, estadual e federal;
- f) Incentivar a participação dos cristãos leigos e leigas, insistindo na missão própria do laicato;
- g) Apoiar as iniciativas de Movimentos populares e associações como verdadeiras participações políticas de acordo com os princípios da ética cristã; e
- h) Apoiar e reafirmar nossa solidariedade aos que sofrem perseguições e ameaças por defenderem a causa dos oprimidos.

70. Reafirmamos as nossas esperanças na força do Espírito Santo que atua no povo organizado, nos pobres, nos pequenos, na juventude, nas mulheres e homens de boa vontade.

5

IGREJA NA AMAZÔNIA SUAS ESTRUTURAS E SUA MISSÃO

A Igreja de Deus na América Latina e no Caribe é sacramento de comunhão de seus povos. É morada de seus povos; é casa dos pobres de Deus. (DAP, n. 524)

5.1. A realidade em que vivemos:

71. Nossas Igrejas surgiram no contexto do reordenamento da grande região amazônica com a criação das dioceses e prelazias sob os cuidados das várias congregações hoje ainda presentes entre nós. A dimensão missionária foi e continua sendo o eixo evangelizador de nossas Igrejas, porém carregadas das particularidades trazidas pelas ordens e congregações religiosas. Nesse contexto, cada Igreja local foi gestando uma caminhada pastoral, com algumas características em comum:



- a) Uma Igreja ministerial fundada sobre o princípio da comunhão e participação, que se concretiza especialmente em organismos de participação (conselhos diocesanos de pastoral, assembleias diocesanas, conselhos presbiterais, conselhos de leigos, conselhos comunitários, coordenação diocesana de pastoral etc.).
- b) Uma Igreja que está assumindo a vida do povo celebrando o mistério pascal a partir de suas características culturais e nos desafios de viver nas florestas e periferias das cidades, indicando um espírito de resistência.
- c) Uma Igreja que está de maneira especial, encontrando na Paróquia, como rede de comunidades, o caminho para uma evangelização capilarizada e eficiente, formando discípulos-missionários.
- d) As Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se ao longo das últimas décadas, um novo modo de ser Igreja. Surgiram e espalharam-se por toda a Amazônia, assumidas de modo especial a partir do Encontro Inter-Regional de Santarém (1972), que pretendia aplicar as decisões de Medellín à nossa região. As CEBs constituem um dom que Deus concedeu à sua Igreja, especialmente na Amazônia. São obra do Espírito Santo. O Magistério Episcopal Latino-Americano confirmou seguidamente a validade deste modelo eclesial (Medellín, cap. 15; DPb, n. 96-98, 156; DSD, n. 61-63). O Documento de Aparecida lembra que as CEBs “têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros” (DAp, n. 178). Essas experiências comunitárias constituem grande expressão da Igreja como morada de povos irmãos e casa dos pobres (cf. DAp, n. 524).

Por outro lado, essas mesmas comunidades afetadas pelo fenômeno de urbanização sentem a necessidade de dar maior atenção ao processo de iniciação cristã, a fim de que cada pessoa batizada, fazendo a experiência do Encontro com Jesus Cristo tenha consciência de sua pertença a Igreja e assuma a vivência da fé na comunidade e na sociedade.

As CEBs são sinais bem concretos da Igreja povo de Deus-Corpo de Cristo, por isso precisam ter abertura necessária para acolher, dinamizar pastorais, movimentos e grupos firmando-os na comunhão da Igreja Particular. Sustentadas pela Palavra de Deus as comunidades não cessam de elevar o seu clamor pela celebração eucarística. Inúmeras são aquelas que só têm esta oportunidade, quando muito duas ou três vezes ao ano.

e) Os discípulos e missionários na Amazônia:

Cristãos leigos e leigas. Reconhecemos o trabalho de numerosos agentes de pastoral que em comunhão com presbíteros e religiosas, “através do sacerdócio comum do povo de Deus” (DAp, n. 157), participam e assumem os grandes desafios da Igreja da Amazônia. São eles e elas que levam para frente toda a vida de nossas comunidades, contribuindo para que testemunhem o dinamismo missionário do Reino. A experiência positiva de confiar a esses agentes de pastoral, áreas missionárias e comunidades ilumina nossas Igrejas a assumirem esse caminho, pois acreditamos que neste início do 3º milênio a Igreja necessariamente se expresse como Igreja ministerial.

São inúmeros os (as) catequistas, dirigentes comunitários espalhados nas comunidades das estradas, ribeirinhas, indígenas e de nossas cidades (centro e periferia); multiplicam-se as escolas de formação para o laicato nas nossas Igrejas.

Religiosos e religiosas. Estão presentes em toda a região contribuindo com seus carismas específicos. Em algumas Dioceses estão se concretizando projetos intercongregacionais que visam a uma presença mais significativa frente aos desafios da região. Novas presenças em áreas de fronteiras e em novos espaços também sinalizam a opção pelos pobres, minorias, excluídos. Algumas congregações religiosas abriram faculdades e se dedicam a projetos que visam à formação política de leigos.

Presbíteros e Diáconos Permanentes. Para fortalecer o processo de identidade da Igreja Local, tem-se verificado a dinamização do Serviço de Animação Vocacional e uma maior preocupação com a formação dos futuros presbíteros diocesanos, a fim de que descubram e abracem com amor a missão da Igreja Particular. Constatamos iniciativas que fomentam maior comunhão entre presbíteros como encontros, momentos de lazer, retiros e mesmo comunidades presbiterais. Algumas Igrejas fizeram opção pelo Diaconato permanente e já possuem os primeiros servidores neste ministério.

f) Preocupações para vida da Igreja na Amazônia de hoje:

Cidades e pastoral de conjunto. Na Amazônia, o fenômeno das cidades desafiam nossas experiências de pastoral urbana. O inchaço das capitais, o crescimento nos últimos anos de um grande número de cidades de pequeno e médio porte, nos obrigam a conhecer e discernir a mentalidade urbana que se estende ao mundo do interior. Reconhecemos a presença de movimentos e “novas comunidades” que emergem como participantes da ação evangelizadora trazendo novas formas de espiritualidade, sem deixar de inserir-se na missão que é da Igreja Local, que tem a responsabilidade de reconhecê-los.

Famílias e juventude. Percebemos a desestruturação da família, alicerce da vida social e da Igreja. É necessário e



urgente fortalecer e acompanhar a formação das famílias. Constatamos que as dificuldades na vida familiar provocam muitas vezes uma maior fragilidade e desistência dos valores cristãos e da adesão a compromissos duradouros da vocação que pede compromisso.

Pode se dizer que na Amazônia existem diversos tipos de juventude, considerando vários contextos e culturas. Afetados pela crise na família e pela falta de perspectiva diante do desemprego, da corrupção no mundo da política, os jovens são facilmente envolvidos pelos modismos culturais, consumismo que os confunde e os desorienta. Em algumas realidades as atividades ligadas às Igrejas ainda são as únicas opções de um entretenimento sadio e de proposta de sentido para a vida.

Religiosidade Popular. Essa é uma característica fundamental dos povos da Amazônia que necessita ainda ser valorizada como espaço de evangelização, libertação, consciência política e ecológica. A religiosidade popular é também um espaço do Encontro com Jesus Cristo, porque sua piedade reflete uma sede de Deus que somente os pobres e simples podem reconhecer (cf. DAp, n. 258). Destacamos ainda a forte referência mariana na vida dos nossos povos, que “tem sido capaz de fundir as diversas histórias latino-americanas em uma história compartilhada: aquela que conduz a Cristo, Senhor da vida, em quem se realiza a mais alta dignidade de nossa vocação humana” (DAp, n. 43).

Grupos religiosos pentecostais. Os elementos do pentecostalismo e do neopentecostalismo caracterizam uma espiritualidade do tempo, principalmente nos contextos urbanos. Isso exige da Igreja uma maior compreensão e valorização das expressões emotivas, afetivas e corporais no âmbito da religião. É necessário também não ceder à tentação do fundamentalismo e da religião do mercado.



5.2. A Palavra que nos ilumina:

72. Dentro das nossas Igrejas reconhecemos muitas forças novas, que às vezes tem levado à dispersão, fazendo-se necessário explicitar um eixo integrador, que é a própria missão da Igreja Local.

73. “Os discípulos de Jesus são chamados a viver em comunhão com o Pai (cf. 1Jo 1,3) e com seu Filho morto e ressuscitado, na ‘comunhão no Espírito Santo’ (cf. 1Cor 12,13). (...) A vocação ao discipulado missionário é convocação à comunhão em sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão. Diante da tentação, muito presente na cultura atual, de ser cristãos sem Igreja e das novas buscas espirituais individualistas, afirmamos que a fé em Jesus Cristo nos chegou através da comunidade eclesial e ela ‘nos dá uma família, a família universal de Deus na Igreja Católica. A fé nos liberta do isolamento do eu, porque nos conduz à comunhão’” (DAP, n. 155-156).

74. A missão como testemunho de Cristo e anúncio do Reino é o eixo central da dinâmica pastoral da Igreja (cf. Lc 4,16ss; Mc 1,15). A Igreja é o espaço onde se experimenta o Cristo presente em nosso meio (cf. At 2,47). “A vida em comunidade é essencial à vocação cristã. O discipulado e a missão sempre supõem a pertença a uma comunidade. Deus não quis salvar-nos isoladamente, mas formando um Povo. Esse é um aspecto que distingue a experiência da vocação cristã de um simples sentimento religioso individual. Por isso, a experiência de fé é sempre vivida em uma Igreja Particular” (DA 164). As próprias Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil destacam a necessidade de uma experiência pessoal profunda de Deus que leva o cristão a contribuir na formação de comunidades enraizadas no evangelho para atuarem de modo transformador na sociedade (cf. DGAE 2003-2007).

75. A Igreja deve ser educadora da fé que conduz seus filhos e filhas a crescerem em uma espiritualidade autêntica e adulta, comprometida com a missão de testemunhar os valores do Reino, da justiça, solidariedade e da misericórdia no meio do mundo (cf. Rm 12,9-21).

76. Deve também assumir cada vez mais o rosto amazônico através da encarnação na realidade, evangelização libertadora (cf. Doc. Santarém, 1972), da valorização de elementos evangélicos presentes nas culturas dos povos da Amazônia que nos ajudam a cultivar e viver a comunhão e da proclamação de um Jubileu que seja um novo tempo de justiça para a terra e para as populações da região (cf. Doc. Manaus, 1997, n.8).

77. Diante do mandato do Senhor: “Fazei isto em memória de mim” (Lc 22,19) e da convicção de que a Eucaristia é fonte e cume da ação da Igreja, lembramos o que nos diz o Documento de Aparecida: “As comunidades que não tem a oportunidade de participar da Eucaristia Dominical (...) podem alimentar seu já admirável espírito missionário participando da celebração dominical da Palavra, que faz presente o Mistério Pascal no amor que congrega (cf. 1Jo 3,14), na Palavra acolhida (cf. Jo 5,24-25) e na oração comunitária (cf. Mt 18,20)” (cf. DAp, n. 253).

5.3. Ações que propomos:

78. Em vista de uma pastoral de conjunto:

- a) Renovar e repensar a vida paroquial e “abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (DAp, n. 365);
- b) Superar a estagnação diante da exigência de uma pastoral urbana;
- c) Suscitar e valorizar novos ministérios, pastorais e comunidades eclesiais;
- d) Assumir os vários tipos de presença: universidades, escolas, ambientes juvenis, mundo do trabalho, do lazer e os meios de comunicação social;
- e) Responder com o evangelho às forças destrutivas da vida, fomentando o cuidado pela vida, na perspectiva da civilização do amor.

79. Para os outros desafios:

- a) Revigorar as comunidades eclesiais de base como sinal de vivência eclesial e espírito missionário;
- b) Fortalecer a identidade da Igreja local, a partir do trinômio discipulado, missionariedade e inculturação;
- c) Integrar e articular os diversos grupos que atuam na evangelização;
- d) Incentivar as comissões regionais para assessorar o processo de formação dos agentes de evangelização;
- e) Intensificar o diálogo com os superiores(as) da vida religiosa para que deem atenção especial à Amazônia no presente momento;
- f) Investir de forma sistemática na formação dos cristãos leigos e leigas, respeitando os processos pessoais e os ritmos comunitários (cf. DAp, n. 281);
- g) Formar de modo mais cuidadoso os ministros ordenados, para que assumam o significado mais profundo da missionariedade na Igreja Local, comprometida com as raízes culturais da Amazônia e com as lutas sociais do povo;
- h) Reafirmar nosso empenho na formação da fé e da consciência ecológica, cidadã e política de nossos agentes, para serem testemunhas dos valores éticos e cristãos nas estruturas sociais e políticas;
- i) Valorizar o ministério de visitação e outras formas da Igreja estar presente nos momentos de sofrimento do povo, especialmente na periferia e no interior.

A IGREJA NA AMAZÔNIA E AS IGREJAS-IRMÃS

Conscientes de que a missão evangelizadora não pode estar separada da solidariedade com os pobres e sua promoção integral, e sabendo que existem comunidades eclesiais que carecem dos meios necessários, é imperativo ajudá-las, imitando as primeiras comunidades cristãs, para que verdadeiramente se sintam amadas. (DAP, n. 545)

6.1. A realidade em que vivemos:

80. A Igreja na Amazônia dá graças a Deus pela ajuda de pessoas e recursos que desde o início, recebeu, especialmente, por meio das Congregações, Ordens religiosas, padres *fidei donum* e leigos, que vindos das Igrejas do Brasil e do exterior, aceitaram com muita fé e gratuidade a responsabilidade de formar e fazer crescer a Igreja local.

81. Damos graças a Deus também porque nestas últimas décadas a Igreja da Amazônia cresceu e continua crescendo graças ao trabalho incansável de muitos amazônidas, padres, diáconos, religiosos(as) e especialmente de leigos(as) que, com satisfação e generosidade, anunciam e testemunham o evangelho dentro e fora de nosso país. Apesar dos inúmeros esforços empreendidos, ao longo destes anos, para buscar uma autonomia, tanto de seus agentes quanto de suas iniciativas pastorais e de promoção humana, há ainda um longo trabalho a realizar. Sem a ajuda de outras Igrejas é impossível, no momento, continuar realizando o trabalho de evangelização de forma adequada na Amazônia. Atualmente, em nossas Prelazias e Dioceses, a maioria dos bispos, presbíteros, religiosos(as) são de outros países ou estão vindo de outras regiões do Brasil.

82. Nesta região, a ação pastoral é cara e a maioria do povo que participa da Igreja é pobre. As distâncias enormes, a esparsa população em muitas regiões, os meios de transporte que exigem manuten-



ção frequente, a formação e sustento dos seminaristas e a realização dos cursos de formação para as lideranças, são despesas muito além das possibilidades das Igrejas Locais. Essa falta de recursos impede aos nossos agentes de pastoral de participar de cursos de formação, de atualização e de encontros das pastorais em âmbito nacional.

83. Graças à colaboração de benfeitores (entidades católicas de Igrejas da Europa e da América do Norte, de algumas Dioceses do Brasil e outros) foi possível, com ajuda do povo, construir muitas de nossas igrejas, centro de formação, e adquirir meios para evangelizar. Assim as nossas Igrejas contam com uma riqueza indiscutível de leigos(as) comprometidos(as) nas diversas pastorais.

6.1.1. O projeto Igrejas-Irmãs:

84. De grande valia para a Igreja na Amazônia foi o projeto Igrejas-Irmãs, que nasceu em 1972 e que produz muitos frutos.

85. Como resultado, destacamos:

- a) Envio e manutenção de sacerdotes, religiosos(as) seminaristas e leigos(as) pelas Dioceses, Regionais e CRB regional e nacional;
- b) Bolsas de estudo e hospedagem em outras dioceses para seminaristas e leigos comprometidos nas Pastorais;
- c) Financiamento de projetos pastorais e sociais;
- d) A Campanha da Fraternidade sobre a Amazônia foi uma boa ocasião para renovar e expandir este projeto.

6.1.2. As Igrejas da Amazônia continental

86. Nos últimos anos têm acontecido encontros entre os bispos da Amazônia Continental, organizados ou por iniciativa do CELAM, ou dos bispos que vivem nas fronteiras com os países vizinhos.



6.1.3. Preocupação com a autonomia econômica:

87. Apesar da situação de pobreza em que vivemos, acreditamos na capacidade de partilha do nosso povo e somos desafiados a buscar alternativas para gradualmente crescermos na autonomia econômica. A experiência tem demonstrado que a Pastoral do Dízimo é o meio mais eficaz para o autossustento.

6.2. A Palavra que nos ilumina:

88. As primeiras comunidades cristãs testemunhavam o amor de Cristo, sendo solidárias com as mais carentes (cf. 1Cor 16,1-2). A colaboração com as Igrejas-Irmãs é expressão de solidariedade e comunhão com as comunidades eclesiais da Amazônia que enfrentam imensos desafios na evangelização. Para que a solidariedade seja efetiva, é necessária uma experiência de conhecimento da realidade, assim como Cristo convida os primeiros discípulos para morar e permanecer com ele (“Vinde e Vede” – cf. Jo 1,38-39). A Igreja na Amazônia convida as Igrejas-Irmãs, entidades e benfeitores para partilhar da sua vida, conhecer seu trabalho e enfrentar juntos os desafios da evangelização. O documento de Aparecida afirma que “o povo de Deus se constrói como comunhão de Igrejas particulares, e através delas como intercâmbio entre as culturas. (...) Essas várias formas de comunhão estimulam com vigor as ‘relações de irmandade entre as dioceses e as paróquias’ e fomentam ‘maior cooperação entre as Igrejas-Irmãs’” (DAP, n. 182).

6.3. Ações que propomos:

89. 6.3.1. Revitalização do Projeto Igrejas-Irmãs, para isso:

- a) Buscar contato pessoal com outros bispos, presbíteros e religiosos(as), apresentando a realidade da Igreja da Amazônia com os seus valores, seus desafios, mostrando o entusiasmo e as alegrias dos que trabalham nesta terra,



ajudando-os a superar o preconceito que existe em muitos lugares do país;

- b) Incentivar para que o Projeto seja assumido por todas as instâncias da Igreja local, a fim de que possa ter continuidade, mesmo com a mudança de bispos;
- c) Que os agentes sejam “enviados” pela Diocese ou Regional, depois de um discernimento eclesial, que revele maturidade humano-afetiva, ardor missionário e conhecimento da realidade;
- d) Que estejam abertos para participar de cursos que prepararam para o exercício desta missão oferecidos em âmbito Diocesano, Regional ou Nacional;
- e) Favorecer a cooperação e o intercâmbio no campo teológico, pastoral, intelectual e economia solidária;
- f) Oportunizar contatos, intercâmbios e conhecimento por meio de visitas, por ocasião das férias, estágios pastorais e outros momentos;
- g) Subsidiar a formação dos seminaristas e leigos(as) aqui na Amazônia;
- h) Apoiar iniciativas que visem ao fortalecimento de uma mentalidade solidária e fraterna na sociedade, como a das “Cidades Solidárias”.

6.3.2. Visando concretizar o nº 475 do Documento de Aparecida e favorecer o intercâmbio entre as Igrejas da Amazônia Continental:

- a) Continuar e revitalizar os encontros frequentes entre os bispos das Dioceses vizinhas nas fronteiras, para juntos planejarem ações pastorais comuns;
- b) Realizar encontros periódicos, com representantes dos países da Amazônia Continental;

- c) Apoiar a solicitação feita pela Comissão Episcopal para a Amazônia ao Santo Padre, para que as Dioceses e as Prelazias que pertencem a esta região recebam ajuda da *Congregação Para Evangelização dos Povos* equivalente à destinada aos países que vivem em situação missionária.

90. 6.3.3. Para favorecer a autonomia financeira:

- a) Consolidar a pastoral do dízimo, a partir da realidade local;
- b) Preparar pessoas que possam elaborar, acompanhar e prestar contas dos projetos visando obter recursos junto às entidades no Brasil e no exterior;
- c) Capacitar pessoas para dinamizar as campanhas que acontecem nacionalmente;
- d) Repensar a formação dos nossos seminaristas para que, sem perder na qualidade, possam custar menos às Dioceses e estes adquiram o estilo de austeridade e aprendam a administrar, com competência, os recursos que lhes são confiados;
- e) Superar o assistencialismo com relação às comunidades, promovendo e apoiando ações que as levem a sua autossustentação.

CONCLUSÃO

91. Trinta e cinco anos depois do encontro de Santarém, o Espírito de Deus conclamou de novo as nossas Igrejas da Amazônia a se encontrarem a luz da Conferência de Aparecida e a reafirmarem o discipulado e a missão que o Senhor nos confiou. Como pastores desta terra de missão, queremos aprender de Maria, a virgem de Nazaré, a grande missionária, continuadora da missão de seu Filho e formadora de missionários (DAP, n. 269), a continuar a levar o Evangelho da vida neste chão.



92. Nós bispos da Amazônia, contagiados pelo ardor missionário da Conferência de Aparecida que nos convocou a uma grande Missão Continental, igualmente convocamos os batizados de nossas Igrejas a serem discípulos missionários de Jesus Cristo, caminho, verdade e vida para que n'Ele nossos povos tenham vida.

93. Pedimos à Mãe de Deus e nossa, a Senhora de Nazaré, que zele pela vida de todos os povos da Amazônia. Ela, que é a Estrela da Evangelização, guie nossos passos no caminho do Reino: *Mãe nossa, protegei a família brasileira e latino-americana e ajudai-nos a fazer tudo que o vosso Filho nos disser. Amém!*



ANEXOS

A VOZ DOS PASTORES DA AMAZÔNIA

Erwin Krautler

Bispo do Xingu

O IX Encontro Inter-Regional dos Bispos da Amazônia, celebrado em Manaus de 11 a 13 de setembro de 2007, nos remete a tantos outros encontros e reuniões que se realizaram ao longo das últimas décadas. Existem cartas pastorais e até livros de bispos da Amazônia, mas esses documentos se referem à determinada prelazia ou diocese. Mais importante para a Igreja na Amazônia é quando os bispos se reúnem, falam em conjunto e se tornam mensageiros dos povos desta macrorregião, profetas que vivem numa grande proximidade com Deus e ao mesmo tempo estão sintonizados com os acontecimentos históricos, homens de fé que trazem em seu corpo as marcas de Jesus (cf. Gl 6,17).

Os bispos e a “Amazônia Legal”

O primeiro encontro de bispos da Amazônia aconteceu em Manaus de 2 a 6 de junho de 1952, ainda antes da fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB (14 de outubro de 1952). Esse encontro revelou a necessidade que os bispos da Amazônia sentiram de organizar-se e expressar sua corresponsabilidade além dos limites das próprias prelazias e dioceses e em nível de todo o Brasil. Deram-se conta de que isolados, separados uns dos outros, cada um perdido no mundo amazônico, não tinham condições de acompanhar os novos tempos. Como profundos conhecedores da região, sentiram-se chamados a acompanhar e avaliar os projetos do Governo, especialmente o plano da integração e valorização da

Amazônia, que levaria à criação da Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA - e ampliaria a área do sua execução para a chamada Amazônia Legal, criada em 6 de janeiro de 1953. Até essa data a Amazônia Brasileira era constituída pela totalidade das áreas dos atuais Estados Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, com uma superfície de 3.581.189 km² (42,07 % do território nacional do Brasil). Com a criação da SPVEA, a Amazônia foi “ampliada” para que outros Estados (Maranhão, Mato Grosso e o atual Estado do Tocantins) pudessem gozar dos benefícios da Lei nº 1806/53. Em vez de levar em conta o divisor das águas da Grande Bacia e os limites da floresta típica aplicou-se o “conceito geodésico” e o Artigo 2º da Lei nº 1806/53 oficializou uma nova delimitação. Assim, a “Amazônia Legal” abrange 5.033.081 km², ou seja, 59,15% do território nacional do Brasil. As 41 Prelazias daquele tempo situaram-se todas nesta “Amazônia Legal”.¹

As Prelazias “Nullius”, “dioceses em formação com caracteres missionários”

De 25 a 29 de janeiro de 1954 os “Prelados” da Amazônia reuniram-se novamente, desta vez em Belém. O encontro teve como secretário Dom Hélder Câmara, Secretário Geral da CNBB. No final da reunião os bispos da Amazônia expressam a Dom Hélder “sua gratidão e admiração pela maneira prática, eficiente e brilhante com que dirigiu os nossos trabalhos”.

Assuntos de pauta foram (1) a situação jurídica e (2) territorial das Prelazias, as grandes distâncias e a precariedade dos meios de acesso e comunicação. Quanto à situação jurídica, faz-se um exame o que significa o termo “Prelazia *nullius*”. Só na página 15 do documento virá uma definição: “São dioceses em formação, com caracteres missionários”.

¹ Cf. Roque, Carlos. Grande Enciclopédia da Amazônia. Amazônia Editora Ltda. Belém: 1967. p. 124. Verbete: Amazônia



Em relação aos territórios, os bispos declaram “inadiável a motorização das Prelazias” e ilustram a realidade dando exemplos sobre “o tempo necessário para atingir os pontos mais distantes da Prelazia”. Impressionantes os dados que nos são fornecidos: “3 meses ou mais (Porto Velho)”, “10 a 15 dias (Tefé)”, “um mês por via fluvial (Macapá)”, “8 dias a cavalo (Bom Jesus da Gurgeia), 5 horas de voo (Alto Solimões)”. Não escondendo uma pontinha de santa inveja os bispos lastimam-se: “Enquanto isso, os protestantes estão investindo... Dispõem de transportes motorizados, muito rápidos, podendo visitar o interior com frequência”.

Outro destaque (3) foi o “Apostolado entre os índios”. O órgão indigenista oficial “Serviço de Proteção ao Índio” fez até proposta aos bispos “de entendimento e colaboração”, mas os bispos ficam reticentes e não confiam muito “nos bons propósitos afirmados pelos dirigentes do SPI”. Aceitam, porém, a constituição “de lado a lado” do Secretariado Geral da CNBB como mediador para tentar superar as dificuldades surgidas entre as Prelazias e o órgão indigenista do Governo. A Igreja não aceita nenhum cerceamento da atividade missionária e é intransigente quanto à pretensão do SPI de fazer depender de uma autorização específica desse órgão a permanência de missionários em áreas indígenas.

A “Declaração das Prelazias ‘Nullius’ do Brasil por ocasião da Primeira Reunião dos Prelados: Belém do Pará, 25 a 29 de janeiro de 1954” se refere ainda (4) ao “Apostolado entre os civilizados”. Impressiona a insistência que já naquele tempo se faz na necessidade de despertar “o zelo apostólico” dos leigos. “Assim como sem plantar não se colhe, sem iniciar leigos no apostolado o missionário não se multiplica”. É bem verdade que o empenho do leigo que se quer, é para atenuar a escassez de sacerdotes. Ainda não se definiu o papel missionário “próprio” do leigo. Daqui a poucos anos, porém, os bispos reunidos com o Papa em Roma decidirão sobre o dever missionário dos leigos: “Convençam-se (...) vivamente todos os filhos da Igreja de sua responsabilidade para com o



mundo. Fomentem em si um espírito verdadeiramente católico. Empenhem-se com afinco na obra da evangelização” (AG, n. 36) e mais ainda “Cooperam os leigos na obra evangelizadora da Igreja, e ao mesmo tempo como testemunhas e instrumentos vivos participam da sua missão salvífica, principalmente quando chamados por Deus, são escalados para essa obra pelos bispos” (AG, n. 41). E passará mais algum tempo e uma Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano vai exclamar: “Que todos os leigos sejam protagonistas da Nova Evangelização, da Promoção Humana e da Cultura Cristã. É necessária a constante promoção do laicado, livre de todo clericalismo (...). A (...) nova Evangelização (...) só será efetivamente levada a cabo se os leigos, conscientes de seu batismo, responderem ao chamado de Cristo a que se convertam em protagonistas da Nova Evangelização” (DSD, n. 97).

Naquele ano de 1954 os bispos também já se assustaram com a (5) “expansão protestante” ou “o avanço do protestantismo”, “que está muito bem organizado”, “está cada vez mais ampliando sua rede de escolas em todos os níveis”, “se utiliza de processos modernos de propaganda”. Recomendando a “difusão ampla da Santa Bíblia” e considerando “de grande alcance Semanas Bíblicas”, também aqui os bispos já se antecipam ao Concílio Vaticano II, que finalmente colocará a Bíblia nas mãos do povo: “É preciso que o acesso à Sagrada Escritura seja amplamente aberto aos fiéis” (DV, n. 22).

O documento ainda formula (6) um “pedido de privilégios”, no sentido de a Santa Sé conceder às Prelazias as faculdades “às terras de missão”, como, por exemplo, “a possibilidade de celebrar Missas vespertinas” e a “abreviação do Rito de Batismo”. A justificativa para ser abreviado o Rito de Batismo é comovente. Os bispos elencam as seguintes razões: “O fato de viajarem frequentemente os Padres e até os próprios Prelados absolutamente sozinhos, nas desobrigas, tendo por isso que atender também à redação de todos os certificados de batismo, de casamento etc.;



as condições às vezes muito penosas do clima e a falta quase completa de mínimo conforto; finalmente o estado de cansaço em que geralmente se encontram o povo e os Padres, mesmo os mais saudáveis e resistentes, especialmente nas desobrigas e nos dias de festa”. Os missionários sentem a necessidade de ir além da mera sacramentalização. Querem ter mais tempo para outras atividades apostólicas como “mais demoradas instruções, maior disponibilidade para Confissões”.

Outro ponto (7) da declaração é o que os bispos chamam de “o problema financeiro” e sentenciam sem meias palavras: “É insustentável a situação financeira das Prelazias”. E como que se desculpando pela constatação das dificuldades que enfrentam, explicam: “As Prelazias não estão pensando, propriamente, no conforto dos missionários (e quase sempre falta-nos o mínimo): pensamos na inadiabilidade de reforçar nossas possibilidades missionárias”.

Um último assunto abordado (8) é a criação de um “Centro Missionário” “aparelhado para prestar a ajuda que possibilite o alargamento e o aprofundamento de nossa atividade missionária”.

O encontro com o Presidente Kubitschek e “Nossa Senhora da Amazônia”

Passaram-se pouco mais que três anos e novamente vemos os bispos da Amazônia reunidos em Belém do Pará, de 5 a 8 de novembro de 1957. A Declaração final, assinada por todos os bispos da Amazônia, refere-se, logo de início, à escassez de Padres. “Dentro do Brasil”, lamenta o documento, “vemos a Amazônia com 4.082.243 km², 1.762.833 habitantes e nossas Prelazias com o número insustentável, inaceitável, absurdo, de apenas 330 sacerdotes”. Os adjetivos fortes que empregam para caracterizar o número insuficiente de Padres traduzem o estado de espírito dos prelados. É um apelo quase desesperado à consciência e à sensibilidade da Igreja toda no Brasil.



Em seguida, os bispos falam de “circunstâncias excepcionais” em que se reúnem e acenam também com “medidas excepcionais” ou até “extremas para não falhar à Amazônia, ao Brasil e à Cristianidade”. O uso dessas expressões superlativas e altissonantes leva-nos a esperar decisões extraordinárias e inéditas, mas elas não são tão inusitadas. Pretendem os bispos solicitar à Santa Sé o “desdobramento de nossas Prelazias” para conseguir “novos efetivos em pessoal e novos recursos em material”. A esse pedido a Santa Sé não respondeu nos anos subsequentes. Algum desdobramento aconteceu apenas em 1961 (Abaetetuba, Humaitá) e em 1963 (Borba, Coari, Itacoatiara, Ponta de Pedras) e por fim em 1988 (Itaituba).

Também não foi notícia tão alvissareira a promessa de “motorização de nossas Prelazias”. “Vamos tentar” promete a declaração. Na reunião de 1954 foi tomada idêntica decisão. Realmente nova é a resolução de “cobrir radiofonicamente toda a Amazônia, num esforço excepcional de educação de base e de formação cristã”. Foi apresentado um projeto pela Philips e incumbida uma comissão de estudar “os próximos passos” para a concretização “da ideia da escola-radiofônica da Amazônia”. Não há mais notícias que nos informam o que realmente resultou deste projeto. Nos anos 60, no entanto, surgiu no Nordeste o Movimento de Educação de Base (MEB) como organismo da CNBB. Nada teve a ver com o projeto da Philips para a Amazônia, mas espalhou-se rapidamente em todos os rincões do Brasil, também na região norte do País e concretizou assim a “ideia da escola-radiofônica da Amazônia”.

Um item que entreas “medidas excepcionais” desta declaração de 1957 merece especial atenção é a decisão dos bispos de dedicar “atenção especialíssima à formação do clero indígena para que, quanto antes, filhos da Amazônia respondam pelos destinos espirituais da Amazônia”. Em todos os documentos da CNBB desde os anos 50 até os dias de hoje essa é a única referência ao “clero indígena” que seria integrado por filhos deste ou daquele povo indígena com língua e cultura diferentes do povo ribeirinho ou do povo das vilas e



das cidades da Amazônia. Tudo indica, porém, que os bispos usaram o termo “clero indígena”, no sentido mais amplo de “clero autóctone” ou “clero aborígine”, clero que surge das famílias da Amazônia, filhos nascidos e criados nesta terra, cuja formação merece “atenção especialíssima”, para tornarem-se bons sacerdotes para o seu povo.

O ponto alto da reunião de 1957 foi sem dúvida o encontro com o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que veio para assinar um Decreto que reserva “nas dotações da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – a percentagem de 3% para a manutenção e expansão da obra social e educativa das Prelazias amazônicas”. Consta da ata do dia 6 de novembro, sessão da noite, que o Presidente Kubitschek “teceu um hino à ação apostólica da Igreja na Amazônia; reconheceu a necessidade dos valores morais e culturais para a plena e harmoniosa expansão da valorização econômica; assinou, diante dos Prelados, um Decreto que, além de seu significado material, vale como testemunho do Estado em contar sempre mais com a colaboração da Igreja”. De fato, o discurso do Presidente Kubitschek com o título “Valorização econômica e Valorização espiritual da Amazônia”² é uma obra-prima de oratória. Em tom solene, o Presidente declara: “Espero em Deus possa fazer pela Amazônia o que tenho feito pelas outras regiões do país. Possa, finalmente, cumprir o que tenho prometido e jurado ao povo: que este país avançará cinco décadas num quinquênio; que a capital deste país será mudada, para que ele domine, efetivamente, e fecunde os vastos espaços interiores que Deus confiou aos brasileiros, não para mantê-los vazios, incultos, inertes, mas para fazê-los florescer e prosperar, a bem de seus filhos e a bem da humanidade, como uma nova e esplêndida conquista da civilização latina e cristã”. Os bispos aplaudiram entusiasmados. Gostaram do Presidente, ficaram “agradecidíssimos pela honra do comparecimento pessoal”. Na manhã seguinte lamentaram apenas na sessão privativa com o Presidente que não

² Comunicado Mensal da CNBB, n. 63, dezembro de 1957, p. 8 ss.



havia sido possível um encontro com o Presidente antes da sessão noturna. Pois nesse caso, os bispos teriam “pleiteado fosse de 5 e não de 3 % a percentagem atribuída às Circunscrições Eclesiásticas da Amazônia”. Diz a ata: “Respondeu, amavelmente, S. Exa. que estudará a possibilidade de alterar a percentagem: de qualquer modo, para o ano próximo já assume o compromisso dos 5%”.

A declaração dos bispos termina em forma de oração. Porém, a linguagem usada parece já antecipar outro tempo, o dos militares e de seus projetos faraônicos, quando fala bombasticamente da Amazônia em “fase decisiva de sua integração no Brasil e da realização deste país como grande potência”.

Um detalhe no final é lindo: os bispos imploram “o orvalho das bênçãos divinas (...) através das mãos boníssimas de Nossa Senhora da Amazônia”. A ideia dessa invocação foi do então Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, que em seu discurso de abertura assim se expressou: “O Brasil, que ama tão profundamente Nossa Senhora, não se contenta em adotar as invocações com que os cristãos do mundo inteiro saúdam a Santa Mãe de Deus. Inventa invocações próprias, em grande número. Quem sabe haveria lugar ainda para mais uma invocação? Nós a adotaremos ao menos durante os nossos trabalhos. Nossa Reunião ficará sob os auspícios de Nossa Senhora da Amazônia”.³ Parece que a sugestão do Núncio pegou. Reunidos 1972 em Santarém, os bispos proclamaram Maria “Padroeira e Rainha dos Missionários da Amazônia” e 1997 em Manaus, invocarão “Maria de Nazaré, Padroeira da Amazônia”.

“A evangelização da Amazônia é um problema inadiável” e “as tropas de choque”

Novos encontros dos bispos marcam a preocupação da Igreja com a realidade amazônica. Os Regionais Norte I e II realizaram

³ Comunicado Mensal da CNBB, n. 63, dezembro de 1957, p. 6.



em 1967, em Macapá, encontros para definir seu papel diante da SUDAM (ex-SPVEA). Na Páscoa de 1967 (26 de março) o Papa Paulo VI publicou sua Encíclica “*Populorum Progressio*”. Já as primeiras palavras revelam a razão do documento pontifício: “O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja” (PP 1). Partindo das exigências da Encíclica, os bispos da Amazônia começam a criticar a educação deficiente, a falta de uma política de preços para os produtos agrícolas, a ausência de uma política de desenvolvimento, que promova o homem e a região. Já em plena época da ditadura militar, as críticas dos bispos não foram sempre bem aceitas. Houve quem censurasse a ousadia destes bispos “brasileiros apenas de coração” de imiscuir-se em assuntos internos do País, do modo que a CNBB, em uma reunião da Comissão Central de 21 a 25 de outubro de 1968 inserisse na pauta dos assuntos o “O problema missionário no Brasil”⁴ denunciando que os bispos da Amazônia, “de um tempo para cá, estão sendo alvo de desconfiança por parte de nacionalistas extremados”. A CNBB rejeita esse surto de xenofobia e aconselha: “Bastaria uma simples visita às missões, para reconhecer naqueles mensageiros de Deus, os mais ativos operadores da integração da Amazônia”. No entanto, já se acentuou naquele tempo a preocupação com a “aculturação e integração” dos missionários, “a formação dos agentes pastorais nativos” e, pela primeira vez, ouvimos, no âmbito da CNBB, o comentário de que os missionários, oriundos de outros países, “aguardam ansiosos que a Igreja adulta do Brasil lhes envie recursos de missionários brasileiros para a Amazônia brasileira”. Está lançado o desafio! Toda a Igreja no Brasil é responsável pela Amazônia. “A evangelização da Amazônia é um problema inadiável”. Num estilo, um tanto “bélico”,

4

Comunicado Mensal da CNBB, n. 194, novembro de 1968, p. 12-14.



os bispos da Comissão Central da CNBB declaram: “O apostolado, aí, mais do que em outra parte, exige tropas de choque, que, à imitação de Cristo, se entreguem ao sacerdócio de alma e corpo, em plena e heróica disponibilidade e consagração”.

Nossa Senhora da Paz: O primeiro Seminário sobre a Pastoral da Amazônia

Em 1971, de 14 a 16 de julho, na casa Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro, a CNBB promoveu o 1º Seminário sobre a Pastoral da Amazônia.⁵ Foram elencados entre outros os seguintes desafios:

- a) o encrudescimento de toda a problemática da Amazônia, motivado pelas novas situações relacionadas ao Plano de Integração Nacional, às estradas novas e aos fenômenos consequentes;
- b) a necessidade de uma coordenação dos organismos de pastoral atuantes na área;
- c) a carência de agentes de pastoral;
- d) a necessidade de um plano de pastoral integrado, com a corresponsabilidade de toda a Igreja no Brasil;
- e) a necessidade de capacitar os agentes de pastoral.

Este seminário não deixou de ser a preparação para o encontro inter-regional de Santarém que se realizará logo mais, em maio de 1972.

Santarém 1972: “Cristo aponta para a Amazônia”

De 24 a 30 de maio de 1972, realizou-se em Santarém, o Encontro Inter-Regional dos Bispos da Amazônia, que constituiu um marco na caminhada da Pastoral desta imensa região. As palavras

⁵ Comunicado Mensal da CNBB, n. 226, julho de 1971, p. 65 ss.



do Papa Paulo VI “Cristo aponta para a Amazônia” inspiraram as “Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia”. A partir do Concílio Vaticano II, da Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) e “recolhendo a experiência e os anseios das bases” a Igreja da Amazônia escolhe duas diretrizes básicas, (1) a Encarnação na realidade, pelo conhecimento e pela convivência com o povo, na simplicidade, e (2) a Evangelização libertadora, que orientam a definição das quatro prioridades da Pastoral da Amazônia:

- 1) A formação de agentes de pastoral: “deve considerar, em primeiro plano, os elementos locais, os autóctones. Ninguém melhor do que o homem do próprio meio tem condições para exercer a liderança dentro da comunidade”.
- 2) As comunidades cristãs de base: o documento cita Medellín (15): “A Comunidade Cristã de Base é o primeiro e fundamental núcleo Eclesial”, “foco de evangelização”, “fator primordial de formação humana e desenvolvimento”. “A paróquia há de descentralizar sua pastoral”.
- 3) A pastoral indígena: A Igreja na Amazônia está “cumprindo missão que lhe vem de Cristo e que a impele em busca, preferencialmente, dos agrupamentos mais frágeis, mais reduzidos e mais suscetíveis de esmagamento nos seus valores e no seu destino”. O CIMI, há pouco criado em Brasília, é considerado “órgão providencial (...) a serviço do índio e das missões indígenas”.
- 4) Estradas e outras frentes pioneiras: “Nesta hora em que a Transamazônica e outras estradas estão empreendendo a integração e o desenvolvimento da vastíssima região em conexão com as hidrovias, novos problemas solicitam nossa atenção e nossas providências”.

A segunda parte do documento destaca ainda quatro serviços pastorais específicos: (1) organização dos regionais da CNBB Norte



I e Norte II; (2) intercâmbio entre os institutos de pastoral CENESC (Manaus) e IPAR (Belém); (3) uma assessoria técnica e jurídica às circunscrições eclesiais e (4) a integração dos meios de comunicação social na pastoral orgânica da Amazônia.

A conclusão é “mariana”. “Paulo VI colheu nos lábios de Maria o feliz preceito das bodas de Caná: Fazei o que ele vos disser, e perguntou: que é que Ele nos diz agora? Ele aponta para a Amazônia”.

Manaus 1974: A vez e a voz dos jovens

O Encontro Inter-Regional de Pastoral da Amazônia em Santarém em 1972 teve um importante desdobramento dois anos depois em outro Encontro Inter-Regional de Pastoral, realizado em Manaus nos dias 15 a 22 de maio de 1974. Os bispos acrescentaram às quatro prioridades que continuam em vigor desde Santarém uma quinta prioridade, a Pastoral da Juventude, querendo com esta promover a “inserção da juventude nas estruturas de uma Igreja autêntica, missionária, pascal, orientando-a numa ativa participação na vida da comunidade eclesial, para que assuma conscientemente nela seus compromissos e funções de serviço”.

A “declaração entregue à imprensa” no final do encontro (22 de maio de 1974) volta a abordar as exigências da evangelização e os problemas principais que a Igreja enfrenta na Amazônia. A declaração de trinta anos atrás não perdeu de atualidade. Para a Evangelização é “indispensável uma encarnação constante na realidade” e a Igreja não pode “alhear-se à situação do povo”. Os bispos reclamam “o aumento exagerado e incontrolado do custo de vida, em manifesto contraste com a penúria dos salários percebidos”, “a precária assistência às populações (...) espalhadas ao longo das novas estradas em condições de impraticabilidade”, “a desumanidade de empreiteiros e intermediários que aliciam os trabalhadores e os deixam, depois, abandonados à sua própria sorte”, “o aumento



vertiginoso da prostituição e delinquência, devido à miséria reinante”. Diante destas “situações de angústia e desequilíbrios que se constituem em verdadeiras injustiças” os pastores querem assumir “em comunhão com o povo” a sua parte de “responsabilidade na libertação de todas as escravidões que nos oprimem”.

Icoaraci 1990: “Em defesa da Vida na Amazônia”

Durante mais de quinze anos as Igrejas Locais na Amazônia procuraram implementar as decisões de Santarém e Manaus sem que, aparentemente, sentissem a necessidade de outro encontro inter-regional para avaliação da caminhada, eventual confirmação das diretrizes que balizaram a ação pastoral em todos estes anos ou então a busca de novas respostas aos desafios dos anos 80, até que, em 1990, nos dias 13 a 15 de fevereiro mais um encontro, em Icoaraci, PA, mobiliza os Regionais Norte I e II. Os bispos querem partilhar “uma preocupação que nos atinge a todos: a destruição do meio ambiente na Amazônia”. Chamam de “semeadores de morte” os que “agridem de forma violenta e irracional a natureza, destruindo as florestas, envenenando os rios, poluindo a atmosfera e matando povos inteiros”. Questionam os grandes projetos “que causam danos irreparáveis”, madeireiras e mineradoras, barragens e hidrelétricas, a construção de novas estradas que tem como “efeito imediato uma migração incontrolável e uma corrida desenfreada às terras disponíveis”. “A sangria da Amazônia já chega ao extremo e a criação de Deus geme no estertor da morte” deplo-ram os bispos no documento “Em defesa da Vida na Amazônia”⁶. Sentem sua responsabilidade profética de vir a público e denunciar tanto os males que afligem a região como os responsáveis por estes males e os mecanismos que podem redundar em um irremediável desastre ecológico com consequências que

⁶ Comunicado Mensal da CNBB, n. 438, janeiro/fevereiro de 1990, p. 100 ss.



se tornam “catastróficas para todo o ecossistema e ultrapassam, sem dúvida, as fronteiras do Brasil e do Continente”. O documento é uma inequívoca denúncia, mas ao mesmo tempo uma vigorosa profissão de fé no Deus da Vida que “não fez a morte nem tem prazer em destruir os viventes” (Sb 1,13). Os bispos da Amazônia - é o mínimo que se pode afirmar - foram os primeiros na Igreja do Brasil a demonstrar sensibilidade ecológica e tornaram-se pioneiros na defesa do meio ambiente. Esse apelo repercutiu nos dias 23 e 24 de maio de 1990 em Assis (Itália) como proposta de um Manifesto Ecológico chamado de “Grito da Igreja em defesa da vida na Amazônia”.

Manaus 1997: “A Igreja que se faz carne e arma a sua tenda na Amazônia”

De 9 a 18 de setembro de 1997, celebrando os 25 anos da Assembleia de Santarém, realizou-se o VIII Encontro Inter-Regional dos Bispos, em Manaus. O encontro foi precedido por um Seminário sobre a Amazônia, que tratou de antigos e novos desafios que atingem a vida do povo. Temas como a Sociodiversidade e as dívidas sociais, os novos papéis do Estado na região a partir dos grandes projetos: Zona Franca, 3º Ciclo, Sipam e Sivam, a questão urbana, a questão agrária e as perspectivas para a Amazônia, tornaram-se pano de fundo para o documento “A Igreja que se faz carne e arma a sua tenda na Amazônia”.

O documento descreve primeiro a caminhada da Igreja na Amazônia desde o Encontro de Santarém, louva a Deus e agradece pelas luzes, mas detecta também as sombras: nossa responsabilidade frente ao “sofrimento em que vivem os povos e a própria natureza nessa região” (9), “às violências e injustiças que os povos da Amazônia têm sofrido” (10), não esquecendo de que “a situação das mulheres ainda é de extrema marginalização e injustiça”, se bem que, por outro lado, constatamos que “a maioria das comunidades cristãs é coordenada por elas” (11). Vale ressaltar que já no



início do documento aflora a preocupação com a vida no sentido bem mais amplo, não mais apenas com vida da pessoa e dos povos que habitam a Amazônia, mas também com o meio ambiente cuja degradação ameaça a sobrevivência humana.

Em seguida, o documento desenha “O Rosto da nossa Igreja” e propõe “algumas atitudes fundamentais, que devem inspirar as perspectivas evangelizadoras na Amazônia”. A Igreja é “discípula da Palavra”. Ela deve “converter-se à Palavra de Deus” e dar “testemunho de que realmente crê e vive aquilo que prega”. (22) Nossa Igreja seja “missionária e participativa”, que “nos deixemos conduzir muito mais pelo amor do que pelo espírito legalista” (24). Ante a diversidade de culturas, ela aposta no “diálogo respeitoso que não se impõe nem exclui ninguém” (25). A Igreja deve ser “testemunha do diálogo” “paciente e humilde, baseado na aproximação pessoal” (28). A Igreja “é servidora e defensora da vida” contra todas as ameaças à vida. Ela “assume a misericórdia e a compaixão de Cristo, em relação a todo ser vivo e à vida ameaçada” (30). A Igreja é “Irmã da Criação”! Creio que seja este um dos pontos mais altos do documento de Manaus quando exclama: “Para a nossa Igreja, é um privilégio viver a missão nessa região repleta de belezas, onde a aliança do Criador com o universo aparece tão fortemente, seja na tradição bíblica, seja nas culturas indígenas. Ao mesmo tempo, nos desafia a devastação e a exploração desenfreada que desumaniza e destrói o equilíbrio da própria natureza” (34). Nossa missão de “profetas e profetisas de Deus” é “unir a defesa da justiça social à salvaguarda da criação”. “Os fatores que, em nossa região, provocam a destruição da natureza”, “são os mesmos que causam a injustiça social e a dependência econômica” (38).

Como “Perspectivas Evangelizadoras” as Igrejas da Amazônia assinalam em Manaus:

- a) Inculturação: “Nossas Igrejas estão buscando seu rosto amazônico” (40). “Esse esforço de inculturação pressupõe a encarnação na realidade de nossa gente” (43).



- b) Cidadania: “Nossa Igrejas querem levar adiante a missão de fazer a gente do povo crescer na consciência de sua cidadania. Querem especialmente contribuir para formar dirigentes populares que atuam no campo sociopolítico, para que o fermento evangélico penetre também nos centros de decisão” (46).
- c) Formação: “Nossas Igrejas se empenharão a ampliar os espaços de participação dos leigos e das leigas (...), formar ministérios adequados às necessidades de nossas comunidades, (...) favorecer a formação dos povos indígenas” (47). Neste contexto são lembrados os centros de formação CENESC e IPAR, também no intuito de “produzir uma teologia autenticamente amazônica” (47).
- d) Anúncio Central da Boa-Nova: “Anunciar aos povos o Evangelho de Jesus Cristo e de seu Reino, como fonte de sentido e de libertação” (48). Como campo privilegiado para este anúncio devemos continuar “promovendo Comunidades de Fé, que sejam testemunhas do Evangelho, eucarísticas, missionárias e libertadoras” (50).

O documento de Manaus termina com uma comovente profissão de fé que ultrapassa a conjuntura e situação desafiadoras em que se realizou a Assembleia dos Regionais Norte I e Norte II em 1997 (52 - 56): “Cremos na eficácia do valor evangélico, da comunhão e participação! Cremos na graça e no poder do Senhor Jesus que penetra a vida e nos impele para a conversão e a solidariedade! Cremos na esperança que alimenta e fortalece a mulher e o homem em sua caminhada para Deus, nosso Pai! Cremos numa Amazônia justa, solidária, fraterna, geradora de vida! Com a confiança e a firmeza de Maria de Nazaré, Padroeira da Amazônia, cantamos louvores a Deus que faz maravilhas nos pequenos, derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes”.



Itaici 1999: “A Igreja e a questão da Amazônia”

Às vésperas do novo milênio, os bispos da Amazônia solicitaram e conseguiram mais uma vez um espaço para fazer ressoar sua voz no âmbito da CNBB e através dela no Brasil todo. Foi na 37ª Assembleia Geral, de 14 a 23 de abril de 1999, que os bispos da Amazônia assinaram uma mensagem ao Povo de Deus e ao Brasil intitulada de “A Igreja e a Questão da Amazônia”.⁷ O documento final é resultado de várias reuniões anteriores à Assembleia. Depois de lembrar que o Papa João Paulo II havia explicitado, pela primeira vez em documento pontifício, “alguns dos problemas de nossa região”,⁸ e referindo-se a documentos do Episcopado da Amazônia (Santarém 1972, Icoaraci 1990, Manaus 1997) reafirmar as preocupações com as ameaças à vida, os bispos da Amazônia declaram que “a Amazônia sempre foi olhada, pensada e explorada a partir de interesses externos à região contra a vida do amazônida”. Salientam que “latifundiários, empresários e mesmo colonos, simplesmente ignoram a existência do povo amazônida. Ocupam terras de propriedade muitas vezes imemorial, massacram muitos povos indígenas, destroem e queimam os seringais e os castanhais, poluem águas, afugentam ou subjugam os povos da região”. Chamam a atenção para a construção de “supermodernos portos fluviais” que favorecerão empresários da soja de outras regiões “sem vantagens para as populações locais”. Denunciam a ilegalidade de 70% da atividade madeireira, o crescimento contínuo do latifúndio, a provocação da poluição da atmosfera e a erradicação de espécies como a seringueira, a castanheira e o açaí. Os bispos da Amazônia alertam ainda para a “privatização das águas” e a “dilapidação da riqueza mineral”, e mais uma vez para “a questão da biopirataria” a serviço de laboratórios farmacêuticos transnacionais e “a usurpação do conhecimento nativo sobre plantas e animais”. Causa espanto “o roubo de genes dos próprios indígenas”. Diante

⁷ Comunicado Mensal da CNBB, n. 530, abril de 1999 p. 749-756.

⁸ Exortação Apostólica pós-sinodal “Igreja na América”, n. 25.



deste quadro funesto os bispos da Amazônia chegam à conclusão de que o Governo Federal “não tem amplo controle sobre a atividade econômica na região, garantindo justiça, sustentabilidade e cumprimento da lei” e esclarecem que “esse controle não deve ser fruto de medidas meramente proibitivas, de cima para baixo”. “É necessário construir um modelo justo na Amazônia, com a participação da população através de suas organizações sociais legítimas. A formulação de políticas públicas deve se inspirar nas experiências criativas e sustentáveis que surgem em toda a região. Uma agenda positiva poderá ser construída a partir de um Zoneamento Ecológico-Econômico amplamente participativo”.

Finalmente, os bispos da Amazônia referem-se pela primeira vez à água como “a especial riqueza da região” e afirmam: “Precisamos, então, garantir a água da Amazônia para nós e, solidariamente, para toda a humanidade”. Na quaresma de 2004 o tema da Campanha da Fraternidade foi a água. Quem sabe, a mensagem dos bispos da Amazônia influenciou a escolha desta temática, embora as referências explícitas à Amazônia sejam bem poucas no texto-base e apenas convocatórias em relação à preservação dos lagos para reprodução: “A Amazônia é a região mais rica de água, também do planeta. Entretanto, a contaminação dos rios e a pesca predatória vêm comprometendo a ‘qualidade’ das águas e eliminando os peixes”.⁹ “É preciso solidarizar-se com as dioceses, pastorais, ONGs, populações ribeirinhas, etc., que lutam pela preservação de nosso ‘Planeta Água’, expressão perfeita para a Amazônia”.¹⁰

Percebe-se que também em torno da questão da água os bispos da Amazônia não se omitiram e foram de certo modo pioneiros na discussão do tema. Os bispos já deram seu recado em 1999. A ONU - Organização das Nações Unidas - proclamou 2003 o Ano Internacional da Água Doce. As palavras conclusivas do documento dos bispos são um apelo a todo o Brasil: “A Amazônia já foi e está

⁹ Campanha da Fraternidade 2004, Texto-base, n. 162.

¹⁰ Campanha da Fraternidade 2004, Texto-base, n. 163.



sendo cobiçada e espoliada, seja também respeitada e ajudada, para que cumpra a sua vocação que lhe foi confiada pelo Criador e pela história perante o mundo inteiro, com sua natureza, seu potencial, sua fé. A Amazônia também é Brasil, a Amazônia também é Igreja no Brasil, do seu jeito, com as suas riquezas e pobreza, com os seus avanços e tropeços, mas com certeza é um tesouro que não pode ser esquecido, marginalizado ou até excluído dos planos, dos projetos e do coração de todos”.

E também desta vez não pode faltar a carinhosa invocação de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da Amazônia. Eis a profissão final de fé no pronunciamento de bispos em Itaici 1999 que se consideram como “continuadores de uma longa tradição” e se declaram “conscientes das responsabilidades, dos desafios”, mas muito mais ainda de sua “missão de profetas da vida, da verdade e da esperança”: “Em comunhão com os nossos irmãos e irmãs da Amazônia concluímos com a confiança e a firmeza de Maria de Nazaré, padroeira da Amazônia, cantando louvores a Deus que faz maravilhas nos pequenos, derruba os poderosos de seus tronos e eleva os humildes, porque cremos numa Amazônia justa, solidária, fraterna e geradora de vida para todos”.



A CNBB E A AMAZÔNIA

A celebração dos 60 anos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB é uma oportuna ocasião para a Igreja na Amazônia renovar seu agradecimento e reconhecimento a esta benemérita instituição que congrega o episcopado brasileiro.

Graças ao seu incondicional apoio, desde que foi criada em 14 de outubro de 1952, o grito dos bispos da Amazônia, emitido especialmente a partir de seus encontros iniciados meses antes da fundação da Conferência (junho de 1952), ecoou em todas as dioceses do país e, desde então, cresce a consciência de que a evangelização nesta vasta região brasileira é de responsabilidade de toda a Igreja no Brasil.

Marca forte da unidade e da comunhão da Igreja na Amazônia, os encontros de seus bispos se constituíram num verdadeiro Cenáculo de onde o Espírito Santo tem inspirado e animado os pastores e todos os que com eles cumprem o mandato de Jesus: “Ide fazer discípulos entre todas as nações” (Mt 28, 19). A CNBB, presente já no segundo encontro realizado em janeiro de 1954, através de seu primeiro secretário, Dom Helder Câmara, dava uma inequívoca demonstração de sua corresponsabilidade no enfrentamento da sacrificada realidade amazônica que, àquela época como hoje, desafia a Igreja.

No encontro de 1967, os bispos da Amazônia, estrangeiros em sua maioria, ao discutirem o papel da Igreja na SUDAM provocaram a ira de “nacionalistas extremados” que os classificaram de “brasileiros apenas de coração”. A CNBB, por meio de sua Comissão Central, imediatamente, sai em defesa dos bispos: “Bastaria uma simples visita às missões, para reconhecer naqueles mensageiros de Deus, os mais ativos operadores da integração da Amazônia”.

A presença da CNBB na Amazônia, nestes 60 anos, se fez sentir também em inúmeras outras iniciativas que confirmam seu compromisso com o povo amazônida, com sua fé, sua cultura, suas tradições, seus direitos, sua vida. Destaque-se, por exemplo, o primeiro Seminário sobre a Pastoral da Amazônia, realizado em 1971, no Rio de Janeiro. É neste contexto também de preocupação com a Amazônia que Manaus é escolhida, certamente com total apoio da CNBB, para sediar o Congresso Eucarístico Nacional, em 1975. Merece destaque ainda a 37ª Assembleia Geral da CNBB, em 1999, quando os bispos da Amazônia se fizeram ouvir por todos os bispos do Brasil através de sua mensagem ao Povo de Deus e ao Brasil intitulada “A Igreja e a Questão da Amazônia”.

Decisão da CNBB, no entanto, que impulsionou ainda mais o olhar da Igreja no Brasil para a Amazônia foi a criação, em 2003, da Comissão Episcopal para a Amazônia. Com o objetivo de animar o espírito missionário da Igreja e sensibilizar a sociedade brasileira em relação à Amazônia, esta Comissão tem sido responsável por inúmeras iniciativas voltadas para a evangelização da Amazônia. Da mesma forma, a realização da Campanha da Fraternidade, em 2007, com o tema sobre a Amazônia, não só aumentou a visibilidade desta região como também despertou o interesse de muitos em colaborar com a missão que aí se realiza.

Há ainda duas outras iniciativas que emergem como fruto do comprometimento da CNBB com a Amazônia ao longo destes 60 anos de sua existência. O primeiro é a Semana Missionária da Amazônia, criada por iniciativa



da Comissão Episcopal para a Amazônia, atualmente presidida pelo Cardeal Cláudio Hummes. A segunda é a construção do projeto “Missionários para a Amazônia”. Aprovadas pela Assembleia Geral da CNBB de 2009, estas iniciativas buscam responder dois grandes desafios da Igreja na Amazônia: a falta de recursos financeiros e a falta de missionários. O apoio da CNBB é decisivo para vencer estes desafios.

Em julho de 2012, Santarém (PA) sediou, mais uma vez, o encontro dos bispos da Amazônia, que celebrou os 40 anos do Documento de Santarém, resultado do mesmo encontro em 1972, cuja contribuição foi decisiva para pôr em prática o Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín. A CNBB, reconhecendo a importância desse momento histórico para a Igreja na Amazônia, fez-se presente através de seu secretário geral, Dom Leonardo Ulrich Steiner, expressando, assim, a comunhão e a unidade do episcopado brasileiro que, ao longo dos 60 anos da CNBB, tem dado o tom de sua relação com a Igreja na Amazônia.

Estas são apenas algumas das muitas formas como a CNBB se fez e se faz presente na Amazônia. Recordá-las aqui, no contexto dos 60 anos da CNBB, é reviver a história desta Conferência que conquistou a credibilidade e o respeito da sociedade brasileira pelo seu compromisso com a vida de seu povo e a defesa dos direitos humanos, especialmente, dos pobres e excluídos. A Comissão Episcopal para a Amazônia se orgulha por fazer parte desta história. Parabéns, CNBB!

Irmã Maria Irene Lopes dos Santos

Assessora da Comissão Episcopal para a Amazônia

Referência:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. A CNBB e a Amazônia. CNBB, 29 nov. 2012. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/a-cnbb-e-a-amazonia/>.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Igreja na Amazônia Memória e Compromisso

Conclusões do Encontro de Santarém 2012

Santarém, 2012.



APRESENTAÇÃO

A evangelização é sempre impulsionada pelo Espírito Santo, o protagonista da missão. Por isso, precisamos estar atentos aos sinais do Espírito de Deus na vida das pessoas, famílias, grupos, comunidades e nos acontecimentos da história. Para interpretar os sinais dos tempos é necessária a abertura da mente e do coração e também a coragem para a conversão pessoal, pastoral e das estruturas.

Os Atos dos Apóstolos nos mostram como a força do Espírito abriu a mente e o coração dos apóstolos para a missão ad gentes e exigiu mudanças profundas na vida da Igreja. Assim aconteceu no decorrer dos séculos. Exemplos mais próximos de nós foi a realização do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida.

Durante o 2º Congresso Eucarístico de Manaus celebrado de 2 a 6 de julho de 1952, os bispos da Amazônia se reuniram, rezaram e refletiram sobre a realidade e buscaram respostas para enfrentar os desafios. Em outubro daquele ano, foi fundada a CNBB e sua primeira assembleia geral teve lugar em Belém do Pará.

Acontecimento marcante e decisivo para a Igreja da Amazônia foi o encontro realizado em Santarém de 24 a 30 de maio de 1972. Por isso, os bispos dos Regionais Noroeste, Norte 1 e 2 da CNBB, reuniram-se no mesmo local, de 2 a 6 de julho de 2012, para comemorar os 40 anos do Documento de Santarém, cuja contribuição foi decisiva para pôr em prática o Concílio Vaticano II e o Documento de Medellín.

Estiveram presentes presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas, leigos e leigas, vários deles representando importantes organismos pastorais e instituições de ajuda, como a Adveniat e

Kirche in Not. Também marcaram presença o cardeal Cláudio Hummes, presidente da Comissão Episcopal para a Amazônia; Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário geral da CNBB, e representantes dos bispos dos Regionais Centro-Oeste, Nordeste 5 e Oeste 2.

Constatamos, por um lado, que o Documento de Santarém orientou e impulsionou nossas Igrejas nestes 40 anos. Por outro lado, em decorrência de mudanças ocorridas em todos os campos, muitos desafios perduram, outros se agravaram e novos afloraram. Povos indígenas, quilombolas, migrantes, ribeirinhos, todos os pobres das periferias urbanas e das regiões rurais, apesar de alguns avanços sociais, ainda sofrem marginalização, violências devastadoras, misérias de todo o tipo e esperam da Igreja solidariedade e apoio. Preocupam-nos a construção de hidrelétricas e o avanço do agronegócio que destroem a floresta e expulsam as populações tradicionais. “A morte da floresta é o fim da nossa vida”, repetia nossa mártir Ir. Dorothy Mae Stang, assassinada em Anapu, PA, no dia 12 de fevereiro de 2005, aos 73 anos de idade.

Nas conclusões afirmamos: “Diante dos desafios sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e eclesiais da realidade amazônica, decidimos fortalecer o compromisso profético de transformação e reafirmar o projeto de formação inspirado na espiritualidade do seguimento de Jesus, que convoca a Igreja para uma profunda conversão pastoral” (cf. DAp, n. 170-175; 360-365).

Para viver a missionariedade e o profetismo da Igreja assumimos estes compromissos:

- a) ser uma Igreja pobre junto aos pobres, solidária com os excluídos e abandonados, também em momentos de enfrentamentos;
- b) contribuir para a mudança de mentalidade que considera a Amazônia colônia ou periferia do Brasil;
- c) estar ainda mais atentos à realidade desafiadora dos centros urbanos e dos grandes projetos que avançam a qualquer

custo, esmagando toda forma de vida que se mostra como empecilho ou resistência;

- d) formar e dinamizar comunidades e lideranças missionárias numa pedagogia que considere a vida e a realidade das pessoas, dando-lhes atenção e acompanhamento necessários a fim de que abracem com convicção o seguimento de Jesus, sendo protagonistas da missão;
- e) viver o caminho da escuta da voz de Deus na Palavra Sagrada escrita e nos gritos do povo, denunciando erros e injustiças, apontando luzes e esperanças;
- f) empenhar-nos para que a Igreja tenha, cada vez mais, rosto e coração amazônicos, na certeza de que Cristo, o Missionário do Pai, arma sua tenda na Amazônia.

Os discípulos missionários da Amazônia assumimos o espírito da V Conferência em Aparecida que “deseja despertar a Igreja na América Latina e no Caribe para um grande impulso missionário. Não podemos deixar de aproveitar esta hora de graça. Precisamos de um novo Pentecostes! Precisamos sair ao encontro das pessoas, das famílias, das comunidades e dos povos para lhes comunicar e compartilhar o dom do encontro com Cristo, que tem preenchido nossas vidas de sentido, de verdade, de amor, de alegria e esperança (...). Somos testemunhas e missionários: nas grandes cidades e nos campos, nas montanhas e florestas de nossa América, em todos os ambientes de convivência social, nos mais diversos areópagos da vida pública das nações, nas situações extremas da existência, assumindo *ad gentes* nossa solicitude pela missão universal da Igreja” (DAP, n. 548).

Em nosso coração cheio de gratidão, levamos a diocese de Santarém com todas as suas comunidades missionárias, lideranças cristãs leigas, seminaristas, religiosos, religiosas, presbíteros, o administrador diocesano, Pe. Luis Pinto, e as numerosas



pessoas que trabalharam para proporcionar a melhor acolhida e ambiente ao nosso encontro.

Um grande abraço dos coordenadores do encontro.

D. Esmeraldo Barreto de Farias
Porto Velho, RO

D. Pedro José Conti
Macapá, AP

D. Meinrard Francisco Merkel
Humaitá, AM

D. Mário Antônio da Silva
Manaus, AM

D. Edson Tasquetto Damian
São Gabriel da Cachoeira, AM

Mons. Luis Pinto
Santarém, PA

Mons. Raimundo Possidônio Carrera da Mata
Assessor – Belém, PA

Pe. Zenildo Lima
Assessor – Manaus, AM

Ir. Maria Irene Lopes dos Santos
Assessora da Comissão para a Amazônia – CNBB

INTRODUÇÃO

*“Levantaram-se, voltaram e contaram
o que tinha acontecido no caminho”
(Lc 24,33.35).*

Na celebração dos 40 anos do Encontro de Santarém, nós, bispos, representantes de presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas e de cristãos leigos e leigas das Igrejas da Amazônia, nos reunimos às margens do Tapajós, na mesma cidade de Santarém, para dar Graças a Deus por esta caminhada e para renovar nosso compromisso profético e missionário de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, para que n’Ele nossos povos tenham vida! Este 10º Encontro se apresenta como um passo significativo na caminhada de 60 anos, desde o 1º Encontro em Manaus (1952), e, iluminado pelos 50 anos do Concílio Vaticano II, lança o olhar para frente, como o profeta que supera o cansaço e prossegue sua missão (cf. Rs 19,7).

Louvamos e agradecemos ao Deus da vida porque, nestes 40 anos, não obstante nossas fragilidades, nossa Igreja tem anunciado Jesus Cristo ressuscitado, caminho, verdade e vida. Ela tem marcado presença junto ao povo sofrido, sendo muitas vezes a voz dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros e migrantes, nas periferias e em novos ambientes dos centros urbanos, animando as comunidades na reivindicação do respeito pela sua história e religiosidade. A vida destes povos, seu modo de viver, sua simplicidade, seu protagonismo, sua fé nos encantam! Não faltou entre eles o testemunho de entrega da própria vida até o derramamento de sangue. Este testemunho nos anima, nos encoraja e nos fortalece.

Nossos olhos contemplam uma realidade que ainda permanece desafiadora e ameaçadora. O que se apresenta como caos

no campo social, político, econômico e cultural é, na verdade, fruto de projetos ambiciosos e bem articulados que querem avançar a qualquer custo, esmagando toda forma de vida que se mostre como empecilho ou resistência. Não temos outra Palavra senão o juízo de Deus sobre todas estas coisas. Queremos continuar respondendo profeticamente aos desafios da nossa história e ser fiéis à missão que nos foi confiada pelo Senhor.

Sentimos a necessidade de uma conversão pessoal e de nossas estruturas. A transformação libertadora e salvadora da realidade começa com a nossa vida cristã e com a renovação das nossas comunidades.

Neste encontro, emerge com mais clareza a urgência de evangelizar a partir do encontro com Jesus Cristo, Verbo encarnado, profeta e missionário do Pai, tendo o Reino como horizonte, e de dinamizar e formar comunidades eclesiais vivas, proféticas e missionárias, como as CEBs e outras formas de vivência comunitária, para que a Igreja, “comunidade de comunidades”, seja testemunho de comunhão.

“Somos conscientes de que nunca será possível a evangelização sem a ação do Espírito Santo” (EN, n. 74). Ele nos fará conservar na Amazônia a alegria e o entusiasmo para evangelizar, mesmo entre lágrimas e perseguições. Precisamos, na Amazônia, de um novo Pentecostes que nos transforme profundamente.

Diante dos desafios sociais, políticos e econômicos, culturais, religiosos e eclesiais da realidade amazônica, decidimos fortalecer o compromisso profético de transformação e reafirmar o projeto de formação inspirado na espiritualidade do seguimento de Jesus Cristo, que convoca a Igreja para uma profunda conversão pastoral (cf. DAp, n. 360-365; 170-175).

Nesta caminhada não estamos sozinhos. O Cristo que aponta para Amazônia arma a sua tenda entre nós (cf. Jo 1,14).



01. QUARENTA ANOS DO DOCUMENTO DE SANTARÉM

Uma Igreja de Rosto Amazônico

Desde 1952, nossos pastores mantêm a “tradição” de se encontrar para analisar e tomar posição em relação à realidade da Amazônia, manifestando espírito de unidade e colegialidade, além da responsabilidade comum diante dos graves problemas da região.

Um dos encontros mais significativos e marcantes dessa caminhada histórica foi o de Santarém, realizado em 1972, que gerou um documento cujas orientações iluminaram a vida e a missão da Igreja regional. Encarnação na realidade e evangelização libertadora foram as diretrizes fundantes de um novo rosto da Igreja que passou a assumir opções marcantes dentro de um contexto de exclusão e marginalização; nessas diretrizes e opções se inscreve uma identificação com a missão salvífica de nosso Senhor Jesus Cristo.

Ao longo desses anos, além de influenciar as decisões das assembleias regionais, a formação dos agentes de pastoral, sobretudo a dos presbíteros e também a dos leigos e leigas, alguns acontecimentos receberam de Santarém inspiração ou motivação na sua realização: o Projeto Igrejas-Irmãs, o CIMI e a CPT, as diversas ações pastorais das dioceses/prelacias, o Congresso Eucarístico de Manaus (1975), o encontro de 1990 sobre Ecologia e rosto da Igreja na Amazônia, a criação da Comissão Episcopal Especial para a Amazônia, da CNBB, alguns projetos da CRB, a escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 2007 sobre a Amazônia: “Vida e Missão neste chão”.

Após Santarém, outros encontros se realizaram, destacando-se os de Manaus, em 1997 e 2007, que expressaram e ratificaram a caminhada feita, aprofundaram e atualizaram suas intuições.

Como fruto da ação do Espírito Santo nesse processo, surge o rosto de uma Igreja amazônica:



- Uma Igreja solidária-samaritana, caminhando com o povo mais sofrido, especialmente índios, agricultores, ribeirinhos... Bispos, padres, agentes pastorais, religiosas e religiosos fizeram de seu trabalho pastoral-evangelizador anúncio da Boa-Nova aos pobres e denúncia das condições de miséria e exclusão social.
- Uma Igreja ministerial e missionária, favorecendo o protagonismo dos leigos e leigas, e investindo mais na formação dos agentes de pastoral locais, com uma intensa participação também da Vida Religiosa consagrada.
- Uma Igreja cuja expressão maior são as comunidades eclesiais de base: sua organização e missão nos mais distantes rincões dessa Amazônia tornaram a Igreja mais presente e mais próxima da vida do povo.
- Uma Igreja irmã da criação que considera como parte de sua opção fundamental a salvaguarda de toda criação e chama todos os homens e mulheres a cuidarem do Planeta como casa comum.

Na Amazônia, a Igreja realizou seu protagonismo de ser comunidade de comunidades, a partir do anúncio da Palavra, pela missão descentralizada e testemunhada, o que gerou profecia e martírio.

Não obstante os desafios e limites, a Igreja amazônica vive e cresce com características próprias, enraizada na sabedoria tradicional e na religiosidade popular, fortalecida e ungida pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, que durante muito tempo alimentaram e continuam a manter viva a espiritualidade dos povos das florestas, das águas, das estradas e das cidades. Gente que enfrenta com alegria as dificuldades das distâncias e da falta de comunicação, a escassez de recursos e oportunidades para encontrar-se e oferecer sua participação, a fim de que este pedaço de chão seja efetivamente “chão da partilha fraterna, pátria solidária de povos



e culturas, casa de muitos irmãos e irmãs. Anúncio de esperança e de paz para os povos da Amazônia e de todo o Brasil”.

02. O COMPROMISSO PROFÉTICO DE TRANSFORMAÇÃO

“Não tenhas medo (...). Nesta cidade há um povo numeroso que me pertence” (At 18,9-10).

Após 40 anos de caminhada como Igreja, seguindo as intuições e orientações do Documento de Santarém (Linhas Prioritárias para a Amazônia), constatamos que a realidade da Amazônia, mesmo com alguns avanços, em muitos aspectos não apresenta mudança e sim agravamento, o que indica que o nosso povo continua vítima de uma tirania política e econômica. Antigos e novos problemas afetam a região, deixando à margem e afastados de todos os benefícios que são gerados pelos projetos econômicos milhares de amazônidas que, expulsos de suas terras ou atraídos pelas promessas ilusórias de uma vida melhor, passam a vagar de cidade em cidade, buscando viver com dignidade.

Queremos ser uma Igreja pobre junto aos pobres, solidária com os excluídos e abandonados da Amazônia, também em momento de enfrentamento. Buscaremos aprofundar de modo sistemático a compreensão das causas e consequências dos mecanismos que geram miséria e exclusão social, e estimular, além dos assessores locais, a articulação de uma rede de formadores de opinião, apoiados pela Comissão Episcopal para a Amazônia, para análise da realidade em nível regional e diocesano.

Diante dos desafios abaixo destacados, assumimos compromissos que revelam o rosto solidário, profético e missionário da Igreja, frente aos apelos de Deus presentes na vida do nosso povo:

- 1. Defesa de todas as formas de vida – acima de tudo da vida humana – da bio e da sociodiversidade e da sustentabilidade,**



a partir das culturas indígenas, quilombolas e ribeirinhas, e dos projetos de bem viver de nossos povos.

1.1 Assumir e implantar as comissões em defesa da vida;

1.2 Apoiar alternativas agroecológicas e energéticas de produção adaptadas ao bioma, descentralizadas e diversificadas, que protejam as florestas e os rios;

1.3 Defender o território e o habitat dos povos da Amazônia, respeitando a vocação de cada microrregião e lutando para garantir a sobrevivência das futuras gerações.

2. Avanços do agronegócio, da mineração, das hidrelétricas, da nova fronteira agrícola, e aumento de conflitos na luta pela terra.

2.1 Denunciar os grandes projetos que estão destruindo as florestas e se apropriando das terras dos povos tradicionais;

2.2 Disponibilizar, por meio da CNBB, um serviço de informação e orientação prática, para que as dioceses e prelazias tenham elementos para enfrentar os grandes projetos e suas consequências;

2.3 Orientar, apoiar e fortalecer a organização das comunidades indígenas, quilombolas, rurais e ribeirinhas na defesa de seus direitos, da sua cultura e de seu território.

3. O fenômeno da urbanização, as migrações, a formação de novas cidades e o inchaço das grandes cidades, o aumento do uso das drogas, do narcotráfico, o tráfico de armas e a violência.

3.1 Compreender e enfrentar pastoralmente os desafios da cultura urbana nas situações de migrações, drogas, violência, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas e corrupção;



- 3.2 Realizar seminários na Amazônia, para compreender melhor os mecanismos do narcotráfico;
- 3.3 Fortalecer e apoiar as iniciativas de ajuda às pessoas dependentes do álcool e das drogas.
- 4. **Ausência do Estado na aplicação de políticas públicas e de garantias de direito, com apoio, porém, e incentivo ao grande capital; aumento da corrupção nas instâncias e organismos públicos.**
 - 4.1 Lutar contra a corrupção e a impunidade nos setores públicos;
 - 4.2 Incentivar a participação nos conselhos paritários de políticas públicas e formar pessoas para esta atuação, com consciência crítica, coragem e exercendo o profetismo;
 - 4.3 Valorizar as Semanas Sociais Brasileiras;
 - 4.4 Reforçar a formação cristã sociotransformadora dos agentes de pastoral, para o exercício da cidadania fundamentada na Doutrina Social da Igreja;
 - 4.5 Articular as Pastorais Sociais, as Comissões de Justiça e Paz, Caritas e Centros de Defesa dos Direitos Humanos, CIMI e CPT;
 - 4.6 Fortalecer a Pastoral da Criança;
 - 4.7 Utilizar os meios de comunicação social, como a Rede de Notícias da Amazônia, a TV Nazaré, rádio, televisão, internet, escolas católicas, para conscientizar, educar, evangelizar;
 - 4.8 Contribuir para a mudança da mentalidade que considera a Amazônia colônia ou periferia do Brasil;
 - 4.9 Denunciar o Estado quando deixa de exercer seu papel moderador impedindo que os fortes esmaguem os fracos ou, pior ainda, quando também se alia à iniciativa

privada para executar projetos que destroem o meio ambiente e não respeitam os direitos dos amazônidas.

03. O PROJETO DE FORMAÇÃO INSPIRADO NA ESPIRITUALIDADE DO SEGUIMENTO DE JESUS CRISTO

*“Levanta-te, desce e vai com eles sem hesitar,
pois fui eu que os mandei” (At 10,20).*

Nestes 40 anos, nós nos identificamos como uma Igreja encarnada, articulada nas inúmeras comunidades cristãs de base. No encontro de Manaus, ao celebrarmos os 25 anos de Santarém (1997), o documento final “A Igreja se faz carne, e arma sua tenda na Amazônia” apresenta uma profunda e clara consciência de uma Igreja discípula da Palavra, testemunha do diálogo, servidora e defensora da vida, irmã da criação, que se deixa iluminar por algumas perspectivas evangelizadoras: inculturação, cidadania, formação e anúncio central da Boa Nova! Dez anos depois, no Encontro de 2007, reafirmamos nossa identidade de Igreja discípula missionária, ministerial, que assume a vida do povo, que se articula na paróquia como rede de comunidades e nas comunidades eclesiais de base.

Em meio aos desafios de hoje, inspirados pela Conferência de Aparecida (2007), pelas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2011-2015) e pelas urgências ali indicadas, destacamos:

1. Iniciação Cristã à luz da Palavra de Deus e a Catequese de inspiração catecumenal.

- 1.1 Cuidar para que a Palavra de Deus ocupe o lugar central, através da animação bíblica da vida cristã e da ação evangelizadora;
- 1.2 Educar para a interação fé e vida, possibilitando desde o início a conscientização como pressuposto indispensável à libertação;

- 1.3 Promover a leitura orante da Bíblia;
 - 1.4 Conduzir ao encontro pessoal com Cristo através dos sacramentos, principalmente da Eucaristia;
 - 1.5 Orientar para que a vida sacramental seja expressão do compromisso social e comunitário do cristão;
 - 1.6 Envolver a família como corresponsável do processo de iniciação cristã.
- 2. Comunidades eclesiais vivas, missionárias, proféticas e abertas ao diálogo ecumênico e inter-religioso, como as CEBs e outras formas de vivência comunitária.**
- 2.1 Formar e dinamizar comunidades e lideranças missionárias numa pedagogia que considere a vida e a realidade das pessoas, dando-lhes atenção e acompanhamento necessários, a fim de que abracem com convicção o seguimento a Jesus Cristo, sendo protagonistas da missão;
 - 2.2 “Formar ministérios adequados às necessidades de nossas comunidades, especialmente o ministério do pastoreio de comunidades, exercido por leigos(as) que sejam servos(as) do povo, abertos(as) ao diálogo e ao trabalho em equipe, e que, devidamente preparados(as), assumam em nome da Igreja a direção pastoral de uma comunidade, sendo por ela sustentados(as)” (Doc. Mannaus, 1997, n. 47);
 - 2.3 Assumir a Igreja ministerial que acolhe, valoriza e cria espaço para que os dons e carismas se concretizem através dos leigos, religiosos e presbíteros, segundo as características da Amazônia;
 - 2.4 Viver o caminho da Igreja Profética, que escuta a Voz de Deus na Palavra Sagrada Escrita e nos gritos do

povo, e proclama a luz de Deus que denuncia erros e injustiças, aponta luzes e esperanças;

- 2.5 Cultivar a espiritualidade do seguimento a Jesus Cristo que arma sua tenda na Amazônia, fazendo nascer convicções e fortalecendo-as;
- 2.6 Valorizar as assembleias e conselhos pastorais como espaço de comunhão, participação e compromisso;
- 2.7 Capacitar as lideranças para visitas continuadas a famílias e comunidades, especialmente as mais distantes;
- 2.8 Considerar e fortalecer as diferentes comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e das estradas e periferias;
- 2.9 Incentivar a presença e a ação dos leigos e leigas em todos os ambientes urbanos, para que sejam protagonistas da evangelização;
- 2.10 Promover iniciativas ecumênicas por meio de atividades caritativas e sociais;
- 2.11 Ir ao encontro dos católicos afastados e acolher os que retornam de outras igrejas;
- 2.12 Valorizar as devoções populares, iluminando-as com a Palavra.

3. Formação de presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas, leigos e leigas, para uma Igreja toda ela missionária e ministerial.

- 3.1 Priorizar e investir em formação permanente (compromisso constante), diversificada (padres, diáconos, leigos/os levando em conta as diferentes atuações do laicato dentro da Igreja e na sociedade), descentralizada e encarnada (a partir da realidade) numa atitude transformadora e libertadora;

- 3.2 Valorizar e integrar as diferentes experiências de formação dos nossos regionais;
 - 3.3 Aproveitar os recursos tecnológicos, como cursos à distância;
 - 3.4 Fortalecer os centros de formação já existentes (Instituto Pastoral Regional - IPAR; Instituto Regional para a Formação Presbiteral – IRFP; Instituto de Teologia, Pastoral e Ensino Superior - ITEPES; Faculdade Católica de Rondônia; Centro de Cultura e Formação Cristã – CCFC; Faculdade Diocesana São José – FADISI) ;
 - 3.5 Promover o intercâmbio entre Institutos, casas de formação e escolas de lideranças;
 - 3.6 Criar equipes itinerantes de formação;
 - 3.7 Estimular planos de formação integral, processual e inculturada;
 - 3.8 Formar presbíteros despojados, simples, que não busquem autopromoção, que sejam missionários em maior sintonia e contato com as comunidades;
 - 3.9 Formar diáconos permanentes, levando em consideração as orientações da CNBB;
 - 3.10 Criar um Instituto de Pastoral para o Noroeste;
 - 3.11 Realizar experiências missionárias com os seminaristas, religiosos e leigos;
 - 3.12 Fortalecer as escolas de fé e cidadania, bíblicas e teológicas, nas dioceses e prelazias.
- 4. Opção pela evangelização da juventude.**
- 4.1 Fortalecer as diversas expressões da juventude (grupos, PJs, movimentos);
 - 4.2 Apoiar o Setor Juventude como articulador da Pastoral Juvenil em nossas dioceses e prelazias;

- 4.3 Articular a Pastoral Juvenil com a Pastoral da Educação e Universitária;
- 4.4 Preparar pessoas para o acompanhamento dos jovens;
- 4.5 Ajudar na formação de professores católicos, para o ensino religioso.

5. Sustentabilidade econômica.

- 5.1 Melhorar e motivar a pastoral do dízimo como instrumento principal de autossustentação;
- 5.2 Assumir a Campanha de Solidariedade e a Partilha de todas as Igrejas do Brasil, em vista da formação de seminaristas;
- 5.3 Reforçar as Campanhas de Evangelização, CF e Missionária.

CONCLUSÃO

*“Eu vos disse estas coisas para que,
em mim, tenhais paz.
No mundo tereis aflições, mas tende coragem!
Eu venci o mundo” (Jo 16,33).*

Somos uma Igreja encarnada, que peregrina na história humana. A partir do nosso chão amazônico, renovamos o compromisso de partilhar “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem” (cf. GS, n. 1). Cada vez mais percebemos a urgência de sermos sinais da novidade evangélica, muitas vezes impelidos a andar na contramão do que convencionalmente é aceito; na rejeição das alianças com qualquer tipo de poder que oprimam e comprometam a liberdade dos filhos e filhas de Deus. O importante, para nós, é manter a fidelidade no seguimento a Jesus Cristo e ao seu projeto de vida nova.

A profecia nos impele a apresentar a Boa-Nova de Jesus como alternativa diante de uma sociedade de consumo. À economia do mercado, dominada pela ganância do capital, respondemos com a busca de uma economia solidária e fraterna. Aos encantos do sucesso e das aparências, respondemos com a simplicidade e a beleza do nosso povo, mistura de indígenas e de migrantes. À tentação de uma religiosidade individualista, alienante e triunfalista, fundada na prosperidade egoísta, respondemos com a proposta das pequenas comunidades e do seguimento de Jesus, no caminho da iniciação cristã, que se expressa também por meio de nossas devoções, procissões, romarias e círios.

As nossas festas religiosas são fruto da ação do Espírito Santo no coração dos pequenos, e são alimentadas pela sabedoria popular, pelas tradições seculares e pelo testemunho de tantos irmãos e irmãs que construíram catedrais, igrejas e capelas nas cidades, nas margens dos rios e das estradas, verdadeiros desbravadores e evangelizadores desta imensa Amazônia. Contemplamos a grandeza de Deus que se revela no agir dos pobres.

Confiamos na proteção de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira da Amazônia. A exemplo dos nossos pastores no Encontro de Santarém, pedimos: “a mão de Cristo que aponta para nós não nos censure as imperfeições e infidelidades, mas, ao contrário, nos anime e nos ampare, nos fortaleça e nos auxilie, apontando as melhores soluções para sermos dignos evangelizadores no momento histórico que vivemos” (Doc. Santarém 1972).



CARTA AO POVO DE DEUS NA AMAZÔNIA

Irmãs e irmãos caríssimos em Cristo Jesus,

Povo de Deus na Amazônia,

*“Não tenhas medo, continua a falar e não te cales,
pois eu estou contigo” (At 18,9).*

“Cristo aponta para a Amazônia”, lembrava o Papa Paulo VI aos bispos da Amazônia por ocasião de seu encontro em Santarém, de 24 a 30 de maio de 1972, marco indelével na história da Igreja desta grande região brasileira, habitada por povos de culturas e tradições tão diferenciadas do outro Brasil.

Expressamos nossa gratidão ao Deus da Vida porque nestes 40 anos, não obstante as nossas fragilidades, a Igreja na Amazônia sempre se empenhou em anunciar Jesus Cristo ressuscitado, caminho, verdade e vida, e marcou presença junto ao povo sofrido. Tantas vezes ela se tornou a voz dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros e migrantes, nas periferias e em novos ambientes dos centros urbanos e animou as comunidades na reivindicação do respeito à sua história e religiosidade. É também a vida destes povos, seu modo de viver, sua simplicidade, seu protagonismo, sua fé que nos encantam. Não faltou entre eles o testemunho de entrega da própria vida até o derramamento de sangue. Este testemunho nos anima, nos encoraja e nos fortalece. Agradecemos também aos religiosos e religiosas, pastorais e movimentos, sua inserção como forças vivas e atuantes na realidade das nossas comunidades.

Constatamos avanços no campo social e político, com novos organismos de participação, conselhos de políticas públicas, participação nas campanhas por leis mais justas e um crescimento significativo da consciência e do engajamento na questão ecológica. No campo econômico aumentou o consumo e o poder aquisitivo,



embora isso não signifique uma melhoria da qualidade de vida. A vida na Amazônia continua sofrida.

Há séculos os povos da Amazônia gemem e choram sob o peso de um modelo de desenvolvimento que os oprime e exclui do “banquete da vida, para o qual todos os homens e mulheres são igualmente convidados por Deus” (SRS, n. 39). A Igreja ouve os gritos, às vezes desesperados, e se identifica com o seu clamor, conhece o seu sofrimento. Mais ainda, a Igreja declara que “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angustias dos discípulos de Cristo” (cf. GS, n. 1).

As decisões sobre o desenvolvimento da Amazônia sempre são tomadas a partir de fora e visam, única e exclusivamente, à exploração das riquezas naturais, sem levar em conta as legítimas aspirações dos povos desta região a uma verdadeira justiça social. Quando Paulo VI declarava que “o desenvolvimento é o novo nome da paz” (PP, n. 87), não pensava num “crescentismo” meramente econômico, unilateral e excludente, mas convidava todos os povos da terra a empenhar-se por um mundo justo, fraterno e solidário, na perspectiva do Reino que Jesus veio anunciar, “para que todos tenham vida” (Jo 10,10).

Como quarenta anos atrás, a Amazônia continua sendo considerada a “colônia”, mesmo que abranja mais da metade do território nacional. Para a metrópole – Brasília, o sudeste e o sul do País –, a Amazônia é apenas “província”; primeiro, província madeireira e mineradora, depois, a última fronteira agrícola no intuito de expandir o agronegócio até os confins deste delicado e complexo ecossistema, único em todo o planeta. De uns anos para cá, a “província” recebeu mais um rótulo, sem dúvida o mais desastroso, pois implicará a sua destruição programada, haja visto o número de hidrelétricas projetadas para os próximos anos: a Amazônia é declarada a província “energética” do País. Sob a alegação de gerar energia



limpa se esconde a verdade de que mais florestas sucumbirão, mais áreas, inclusive urbanas, serão inundadas, milhares de famílias serão expulsas de suas terras ancestrais, mais aldeias indígenas serão diretamente afetadas, mais lagos artificiais, podres e mortos, produzirão gases letais e se tornarão viveiro propício para todo tipo de pragas e geradores de doenças endêmicas.

A história da Amazônia revela que foi sempre uma minoria que lucrava às custas da pobreza da maioria e da depredação inscrupulosa das riquezas naturais da região, dádiva divina para os povos que aqui vivem há milênios e os migrantes que chegaram ao longo dos séculos passados.

Santarém 1972: Encarnação na Realidade e Evangelização Libertadora

Como já ocorrida em 1972, os bispos reunidos em Santarém, de 2 a 6 de julho de 2012, não detectam apenas os mecanismos perniciosos responsáveis pela miséria dos povos e a devastação das florestas, mas os denunciam como responsáveis de gerar “ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres” (João Paulo II, Discurso inaugural de Puebla, 28 de janeiro de 1979), e por um meio-ambiente cada vez mais deteriorado. O “lar” (em grego “oikos”) – daí a palavra “ecologia”) que Deus criou para todos nós não pode ser explorado até a exaustão, mas exige cuidado, zelo, amor, também em vista das futuras gerações. Os cientistas alertam sempre mais que a devastação da Amazônia terá consequências irreversíveis para o clima do planeta e se torna, assim, uma ameaça à vida e à sobrevivência de toda a humanidade.

Em 1972, os bispos da Amazônia já identificaram graves feridas neste mundo de selvas e águas, que atingiram violentamente os povos originários e tradicionais da região. Como 40 anos atrás, também hoje os bispos se entendem como mensageiros dos povos da Amazônia, profetas que vivem numa grande proximidade com



Deus e, ao mesmo tempo, sintonizados com os acontecimentos históricos, homens de fé que “vêm da grande tribulação” (Ap 7,14). Nestes nossos tempos, as feridas se tornaram chagas abertas que perpassam e sangram a Amazônia de fora a fora, causando cada dia mais vítimas fatais.

As prioridades da ação pastoral e evangelizadora apontadas em 1972 continuam atualíssimas. Até hoje, é fundamental uma formação adequada a essa região, tanto para ministros ordenados como também para leigos e leigos que dirigem as comunidades. Importa encarnar a Igreja no chão concreto da Amazônia. Quem exerce um ministério, ordenado ou não, participa do pastoreio de Jesus e está a serviço de seus irmãos e irmãs e quer exercê-lo na simplicidade do lava-pés e numa proximidade fraterna ao Povo de Deus.

As Comunidades Cristãs ou Eclesiais de Base, tão recomendadas no Documento Santarém 1972, são expressão de uma Igreja viva e comprometida. Como os bispos já afirmaram em Manaus (2007), elas constituem um dom especial que Deus concedeu à Igreja na Amazônia. São obra do Espírito Santo. O que o Documento de Aparecida afirma aplica-se de modo especial à Amazônia. As CEBs, diz o documento, “têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros” (DAp, n. 178). As CEBs são também uma resposta válida e empolgante para o mundo urbano, como resposta ao individualismo e à superficialidade do consumismo. Nas CEBs se vive a dimensão samaritana da compaixão ativa e da entreajuda, de um coração e mãos abertos para quem sofre ou passa necessidade, mas também a dimensão profética de anunciar continuamente a utopia do Reino e, ao mesmo tempo, denunciar todos os mecanismos e estruturas que impedem a chegada desse Reino. É exatamente esta dimensão profética que gerou as mártires e os mártires da Amazônia. As CEBs constituem-se em família das famílias onde todos se conhecem e querem bem, mas são também centros de oração e meditação da Palavra de Deus, para nutrir a mística profunda



da vivência na proximidade de Deus. Ele mesmo revelou-se como um Deus-conosco e assegurou a cada profeta, apóstolo, discípulo e discípulo: “Eu estarei contigo” (cf. Ex 3,14; Js 1,9; Jr 1,19; At 18,9-10). Enfim, “se Deus está conosco, quem será contra nós?” (Rm 8,31).

Santarém 1972 assume a questão indígena como causa de toda a Igreja na Amazônia. Lembra que no mesmo ano, por iniciativa dos bispos, mormente dos da Amazônia, foi fundado o Conselho Indigenista Missionário – Cimi. Os bispos talvez não imaginavam quarenta anos atrás o imenso apoio que sua decisão significava aos direitos e à sobrevivência de dezenas de povos indígenas na região amazônica que, sem o empenho intransigente da Igreja, teriam desaparecido. A presença solidária e o apoio incondicional à luta por seus direitos foram fundamentais para que hoje a maioria dos povos indígenas da região tenha suas terras demarcadas. Foi também de enorme importância gerar uma consciência de respeito e valorização dos povos, suas culturas e seus projetos de “Bem Viver”. Dezenas de povos saíram do silêncio em que foram forçados a se ocultar para sobreviver. Ressurgiram das cinzas e estão lutando por seus direitos e suas terras. Além disso, a atuação corajosa de missionários e missionárias, selando seu compromisso através do sangue derramado pela vida desses povos, propiciou o surgimento de articulações e organizações dos povos indígenas, essenciais para a conquista de seus direitos e sua autonomia. O risco de extermínio de vários grupos indígenas em estado de isolamento voluntário exige hoje um renovado compromisso com a sobrevivência de milhares de vidas e povos ameaçados de extinção.

**“Na perseverança salvareis vossas vidas”
(Lc 21,19).**

Deparamo-nos hoje com uma verdadeira enxurrada de grandes projetos que os Governos querem implantar, seguindo a estratégia do “fato consumado”. Não há discussão nem consulta popular que mereça este nome. Decide-se e executa-se. Oponentes são



criminalizados ou taxados de inimigos do progresso. Também os ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outros povos tradicionais sofrem com a falta de reconhecimento de suas terras.

A ética na política, prometida à nação e esperada pelo povo brasileiro, cedeu lugar a uma sequência ininterrupta de escândalos de corrupção em todos os níveis governamentais.

Deparamo-nos em nossos dias com a emergência do fenômeno urbano com o inchaço nas periferias das grandes cidades, com a exploração sexual, o tráfico de pessoas e de drogas e com todas as outras formas de violência. Em vez de investimentos, há tempos necessários, em políticas públicas de saneamento básico, saúde, educação e segurança, o Estado prioriza políticas apenas compensatórias, apoia e incentiva o grande capital, investe na construção de estádios monumentais e outras obras faraônicas.

“Podem roubar-nos tudo, menos a esperança” (D. Pedro Casaldáliga). No caminho de “Santarém” lançamo-nos novamente nas estradas e rios, nas aldeias e quilombos, nos interiores e periferias das cidades, nos grandes centros urbanos desta imensa Amazônia, abraçando a missão que nos foi confiada, comprometidos com toda a criação e na busca de sermos autênticas comunidades de fé alimentadas pela Palavra e pela Eucaristia. Nesta hora histórica, o nosso coração não poucas vezes se angustia por causa de tantas dificuldades, aparentemente insuperáveis, que nos desafiam. No entanto, continuamos a ser chamados e enviados como missionários e profetas para alimentar a esperança, qual âncora firme e segura (cf Hb 6,19), de um mundo novo, inaugurado por Jesus Cristo Crucificado e Ressuscitado.

Santarém, 6 de julho de 2012.

Os bispos da Amazônia



HOMILIA DE DOM CLÁUDIO HUMMES NA MISSA DE ENCERRAMENTO DO 10º ENCONTRO DA IGREJA NA AMAZÔNIA.

Saúdo meus irmãos bispos concelebrantes, de modo especial Dom Esmeraldo, que até pouco tempo foi bispo desta diocese. Saúdo o atual administrador diocesano, Padre Luis Pinto, o nosso caríssimo Secretário Geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner, presente neste encontro e que está concelebrando. Saúdo todos os sacerdotes, sobretudo os que participaram do encontro, os religiosos e religiosas, os diáconos, ministros, ministras, leigos, leigas, todos, enfim, que participaram do encontro, todo o querido Povo de Deus, todos que aqui estamos celebrando esta eucaristia, que por si já é e sempre será um grande louvor a Deus, o melhor e maior louvor a Deus que a humanidade pode entoar. E, ao mesmo tempo, certamente nos sentiremos, ao final desta celebração, enviados mais uma vez para essa grande missão que Jesus Cristo confiou à sua Igreja, aos seus discípulos e discípulas, quando, antes de voltar ao Pai, disse: “Ide a todos os povos e fazei discípulos meus a todos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

Esta missão que ressoa sempre de novo aqui na Amazônia, continuamente retomada e renovada, é sempre um apelo para todo o Brasil, como para mim, que sou lá de São Paulo. A Amazônia, a Igreja aqui, é sempre para todos nós um grande anúncio, um grande apelo de que é necessário, urgente, fazer a missão. E continua sendo assim, desde aqueles tempos históricos em que os primeiros missionários e missionárias pisaram estas terras. Aqui vieram anunciar Jesus Cristo aos povos indígenas e a todos aqueles que chegavam de fora. Esses missionários, que ainda hoje suscitam em nós uma admiração enorme, quando pensamos em que condições, com que esforços e sacrifícios trabalharam. Eles aqui deram a vida! Muitas vezes desconhecidos, ignorados, porque vinham para cá para nunca mais voltar. Viveram nestas florestas junto do seu querido povo indígena, que aos poucos foi acolhendo a mensagem de



Jesus Cristo. Quantos deles certamente poderiam figurar nos nossos altares como santos, muitos hoje desconhecidos de nós, mas não do coração de Deus. Muitos deram a vida, a ponto de derramar seu sangue. Isso continuou depois através da história, com as prelações, e com toda esta nova maneira de ver a missão a partir do Concílio Vaticano II, de Medellín, de Puebla e dos grandes encontros aqui realizados, para, mais uma vez, renovar, reencarnar, atualizar essa obra missionária inserida na história da Amazônia. Nessa história que acabou, ela também, trazendo novos mártires, já lembrados e venerados em nosso encontro, e que hoje queremos venerar mais uma vez. Como poderíamos esquecê-los? Eles deram a sua vida, em tempos idos, e continuam dando em nossos dias. Há sempre gente morrendo pela causa do Reino de Deus, para defender e dar dignidade a seus irmãos. Quantos ainda darão a sua vida?

Aliás, esses nossos missionários, missionárias, que são vocês, nossos bispos aqui da Amazônia, estão todos entregando a sua vida no dia-a-dia, sem cansaço, melhor dizendo, com muita canseira, com muita fadiga, mas incansavelmente. Por tudo isso nós louvamos hoje a Deus, cantamos essa Igreja viva, essa Igreja bonita, essa Igreja fértil que sempre de novo produz novas realidades e que continua a cultivar grandes iniciativas do passado, como a opção preferencial pelos pobres. Essa opção preferencial que hoje mais uma vez em nosso encontro nós quisemos proclamar e registrar em nossas mensagens, naquilo que vamos deixar escrito e publicado. A opção preferencial pelos pobres, expressão esta que nasceu aqui na América Latina, mas que aos poucos os papas assumiram para toda a Igreja. Nós podemos ver em importantíssimos documentos oficiais de João Paulo II a expressão tal qual foi cunhada aqui: “opção preferencial pelos pobres”. Quantas vezes discutimos se era isso mesmo, ou se devia ser modificada. “Não – disse ele – a opção preferencial pelos pobres vale para toda a Igreja, em todo o Planeta”. Isso vocês continuam cultivando aqui; isso vocês continuam professando, isso vocês continuam praticando, para exemplo de toda a Igreja no Brasil e de todo o povo brasileiro. Vocês aqui, as Comunidades Eclesiais de Base,

fizeram uma caminhada histórica tão bonita, tão importante, tão impressionante. Em cada reunião, em cada assembleia que se fazia e se faz, inclusive nas grandes assembleias mundiais, lá em Roma, é impossível não falar das Comunidades Eclesiais de Base. Mesmo que elas tenham mudado, talvez tenham diminuído, talvez tenham crescido, tenham se adaptado, tenham se inculturado segundo as mudanças dos tempos, elas estão aqui, vocês estão aqui – as suas Comunidades Eclesiais de Base. E foi reafirmado neste encontro, de novo, que é preciso, sim, continuar a promover essas Comunidades Eclesiais de Base que vivem da Palavra de Deus, da Eucaristia, da oração, da vida em comum, da fraternidade, da solidariedade com os pobres, da prática social. Os membros dessas comunidades que atuam em organismos sociais, em organismos civis como as ONGs, em sindicatos, inclusive em partidos, porque é ali que está o nosso povo, é ali que estão os nossos pobres que precisam ser promovidos e defendidos, reconhecidos em seus direitos. As Comunidades Eclesiais de Base tiveram e continuam a ter um grande papel educador para que o povo cristão participe de todas as questões sociais e políticas pelas quais passa essa libertação integral do ser humano. Mas que são, ao mesmo tempo, de uma evangelização profunda. Aliás, a promoção humana não é paralela à evangelização, ela faz parte essencial da evangelização. Nós não podemos falar de uma evangelização verdadeira, completa, plena, se não incluirmos aquilo que são Paulo dizia: Tornar a fé atuante na caridade. A fé não é nada se não for expressa na caridade, se não for expressa no amor ao próximo, se não for expressa, portanto, em tudo aquilo que hoje significa dar apoio aos que são mais fracos, mais doentes, mais abandonados, que são marginalizados. Aqui, vocês falam de todos os índios em primeiro lugar, é claro. Os índios, quanto eles foram excluídos, marginalizados, esquecidos. Quanto risco correram de ser totalmente dizimados! A Igreja tem uma força muito grande para defendê-los, para defender em primeiro lugar a vida, a existência deles, como também a sua promoção. Mas, quanto há ainda por ser feito! Quantos ataques ainda irão sofrer os índios, os ribeirinhos, os quilombolas?



E que dizer hoje do fenômeno urbano que faz as cidades crescerem, inchando-se sempre mais? Basta ver Manaus: uma imensa capital, mas também com uma imensa periferia de pobres! E mais uma vez a Igreja tem de recomeçar ali, levando a sua história, seu apoio, sua solidariedade para o meio dos pobres que estão ali. Tudo aquilo com que se tentou sempre mais empurrar os índios para fora das suas terras, tudo continua hoje com os grandes projetos de desenvolvimento, projetos do governo e da iniciativa privada, de grandes indústrias, da agropecuária, tudo isso, enfim. E que simplesmente vão implantando as coisas sem perguntar a ninguém. Talvez até um ou outro deles ache que está fazendo o bem, contribuindo para o bem comum, para o povo brasileiro, mas é preciso fazê-los entender que estão simplesmente esquecendo aquilo que é mais importante, que é o ser humano que vive aqui há anos. Essas populações têm direitos. Em primeiro lugar, direito de viver dignamente e de poder desenvolver a sua cultura, a sua vida social, a sua vida de produção e tudo mais; em segundo lugar, aquilo que esses povos acham que é importante aceitar, absorver, ver implantado, mas não simplesmente sendo atropelados pelos grandes projetos.

A tudo isso a Igreja, mais uma vez, revisitou nesse encontro na Amazônia. Mais uma vez se debruçou sobre todos esses problemas. E foi muito bonito. E eu, que vim de fora, na verdade fiquei realmente admirado. E dizia para mim mesmo: Esse encontro foi muito mais frutífero para mim, mais dinâmico, mais bonito do que as próprias grandes assembleias da CNBB, que são mais difíceis, com muita gente, aquela multidão. Esse encontro foi dinâmico, foi cheio de fé, cheio de vontade, cheio de paixão, de paixão pelas coisas de Jesus Cristo, de paixão pelos seres humanos desta região, de paixão por cuidar também da nossa natureza, das matas, da floresta, dessa característica ecológica única da Amazônia, que deve ser preservada, que não recusa obviamente certo desenvolvimento, mas desenvolvimento que não a devaste, que



não a destrua. Deus no-la entregou para cuidarmos dela, e não para que seja devastada e destruída.

Todas essas realidades foram os grandes temas destes dias. Então, se pensou: Mas tudo isso está muito dentro daquilo que é o tempo da Igreja no mundo, quando o Papa hoje clama por uma nova evangelização, porque a Europa está se descristianizando por causa da nova cultura urbana, laicista, relativista, da pós-modernidade, que também vai penetrando no Brasil, e os bispos nas suas cidades, e também aqui, estão percebendo. Essa descristianização vai penetrando sorrateiramente. E, por outro lado, a evasão de tantos católicos que saíram da nossa Igreja e foram para outras comunidades, para outras crenças. Por que? Porque, por uma série de motivos, não soubemos estar junto deles, não lhes soubemos mostrar a beleza de Jesus Cristo, não soubemos conduzi-los até Jesus Cristo. Realidade que nos desafia a recomeçar, a ir de novo com aquela vontade, com aquela paixão, com aquele fogo, ir de novo em busca daqueles que nós batizamos, que a Igreja batizou. Quando você vê as comunidades dos crentes, dos neopentecostais, dos evangélicos, a grandíssima maioria deles é de batizados católicos, fomos nós que os batizamos. E nós nos comprometemos naquele dia de seu batismo a levá-los a Jesus Cristo, mas não o fizemos, não conseguimos fazer. Por isso, se vamos à sua procura, não estamos fazendo nada de extraordinário, nem fazendo conquistas em cima dos outros, não. Eles são filhos nossos, nós os batizamos, e não batizamos gente demais, porque normalmente batizamos os filhos das famílias católicas que tinham direito de ter seus filhos batizados, de ter seus filhos introduzidos na fé de seus pais. Na verdade, entretanto, não o conseguimos também por falta de sacerdotes, por falta de missionários, por falta de agentes de pastoral, até por falta de organização nossa, às vezes da pastoral, da missão, enfim. A tudo isso a Igreja nos estimula, nos lança de novo agora. Vamos! Sem ficar desanimados por causa do passado. Assim como Jesus disse a Pedro, que, desanimado, estava concertando as redes depois de uma noite sem pesca: “Ô Pedro, pega teu barco e vai para o meio do lago”. E Pedro disse: “Mas, Senhor, nós pescamos toda



a noite e não deu nada!” E Jesus: “Vai, eu vou junto!” Ao que Pedro respondeu: “Na tua palavra, eu vou”. E foi, e aconteceu uma grande pesca. Da mesma forma, também pode acontecer hoje. Jesus até disse que nós faríamos coisas ainda maiores do que Ele fez com seus discípulos. Se nós olhamos nos olhos de Jesus e vamos para a missão, nós temos a certeza de que realmente poderemos realizar esse anúncio, essa conversão das pessoas por meio de um encontro forte, de um encontro pessoal com Jesus Cristo. E, depois, um encontro comunitário, um encontro que transforma as pessoas, que faz delas alguém que se encanta com Jesus Cristo e se apaixona por ele, e que vai e diz: “É isso mesmo, este é o Senhor da minha vida! Ele é o caminho, é tudo aquilo que eu sempre esperava um dia encontrar!” Estarão dispostas a dar sua vida por Ele, a investir tudo nele. Isso é o que faz um encontro com Jesus Cristo, a levar as pessoas a ter essa experiência forte. Depois, reuni-las em comunidades, em pequenas comunidades de base, para que possam apoiar-se na sua fé, celebrar a fé, e de novo sair junto para a missão. É isso que a Igreja propõe hoje mais uma vez para nós aqui na Amazônia, no meio de todos os seus desafios, no meio de todos os seus projetos, mas também no impulso dessa história linda, tão importante, que essas pessoas têm, que vocês trazem dentro de vocês, essa bela história da Igreja aqui na Amazônia.

É por tudo isso que nós hoje louvamos a Deus, que nós celebramos. E pedimos a Deus que mande o seu Espírito, que acenda em nós esse fogo, essa paixão por Jesus Cristo, para anunciá-lo aos outros. Mas temos que ter a coragem de sair, de ir. De sair do ponto “morto”. É tão difícil sair do ponto “morto”, a gente encontra desculpas para nunca começar. A gente diz: “Ah, vou ver como é que meus colegas vão fazer, vou ver como é que aquela outra paróquia vai fazer, vamos esperar até que se faça o Sínodo, vamos esperar até que saia o documento do Sínodo” E assim a gente vai adiando, sempre procurando desculpas. A gente tem que começar de fato! A gente vai encontrar o caminho caminhando, não adianta fazer documentos se não se começa a caminhar. É no caminho que os documentos começam a ter vida, e começam até a mostrar,



às vezes, os seus limites, e que devem ser retomados, reescritos. É no caminho que a gente encontra, de fato, a paixão, a alegria. Nós ficamos muito felizes com o documento que conseguimos, por algumas coisas que pudéssemos comunicar a vocês todos das Igrejas. Mas, sobretudo, a alegria maior será no dia em que começarmos de novo com aquela paixão, começarmos de novo essa grande missão. Quem somos nós para dar conselhos a vocês? Vocês estão sempre na missão, mas façam-no com novo ardor, com nova paixão. É isso que o Espírito pode dar. Ele quer fazer isso, e o povo espera isso! Então, a Igreja será mais feliz, será mais luminosa. Jesus Cristo brilhará para os povos todos daqui como aquele que é a luz dos povos!

Mas, repito: tudo isso nada é se nós não chegarmos à caridade, à solidariedade, aquele dar a mão do jeito samaritano, como diziam os bispos aqui no encontro. Muito bonito. Ser uma comunidade, uma Igreja samaritana que não olha a quem, mas faz o bem a todos, e sabe que aqui precisa agora isto, e lá precisa agora aquilo, e paga um preço por isso, sem pestanejar. É isso que nós esperamos que Deus possa também produzir sempre mais em nós, nessas comunidades aqui da Amazônia.

E quero completar dizendo que saio edificado. Não digo isso só para fazer bonito. Não estou na idade de bajular alguém. Mas eu realmente saio daqui muito impressionado, muito bem impressionado com todo esse fervor, com toda essa vitalidade, com esse ardor que sempre de novo se manifesta, que enxerga melhor porque olha apaixonadamente para os seres humanos, sobretudo para os pobres dessa região. Demos graças a Deus por isso, e que Ele nos envie o seu Espírito e o faça nos acompanhar com seu fogo, com aquele fogo que desceu em Pentecostes. Amém.

Transcrição: **Ercio Santos**

Pascom/Diocese de Santarém – PA



PARTICIPANTES DO 10º ENCONTRO DA IGREJA NA AMAZÔNIA SANTARÉM – PA

NORTE 1

- Dom Luís Soares Viera (Arc/bispo – Manaus)
- Dom Mário Pascoaloto (Bispo auxiliar – Manaus)
- Dom Mário Antônio da Silva (Bispo auxiliar – Manaus)
- Dom Roque Paloschi (Bispo – Roraima)
- Dom Marcos Marian (Bispo – Coari)
- Dom Sérgio Castriani (Bispo – Tefé)
- Dom Edson Damian (Bispo – São Gabriel da Cachoeira)
- Dom Guiliano Frigeni (Bispo – Parintins)
- Dom Elói Roggia (Bispo – Borba)
- Pe. Alcimar Araújo (Coordenador de Pastoral – Manaus)
- Pe. Valdemir Ribeiro (Coordenador de Pastoral – Tabatinga)
- Ir. Liani Postai (Coordenadora de Pastoral – Tefé)
- Ir. Firmina Lopez (Coordenadora de Pastoral – São Gabriel da Cachoeira)
- Ir. Angela Falchetto (Coordenadora de Pastoral – Borba)
- Pe. Revislande S. Araújo (Coordenador de Pastoral – Roraima)
- Pe. Marcílio da Costa (Coordenador de Pastoral – Parintins)
- Pe. Agnaldo Silva (Coordenador de Pastoral – Coari)
- Pe. Zenildo Lima da Silva (Subsecretário – N1)
- Diac. Francisco Andrade (Representante dos diáconos – Tefé)
- Pe. Francisco Dinely (Representante dos presbíteros – Parintins)



- Rose Medeiros (Representante dos leigos – Manaus)
- Antônio Fonseca (Representante dos leigos – Roraima)
- Pe. Raimundo Vanthuy Neto (Convidado – Roraima)

REGIONAL NORTE 2

- Dom Alberto Taveira (Arc/bispo – Belém)
- Dom Teodoro Mendes (Bispo auxiliar – Belém)
- Dom Erwin Krautler (Bispo – Altamira)
- Dom José Luís Ascona (Bispo – Marajó)
- Dom Pedro Conti (Bispo – Macapá)
- Dom Carlos Verzeletti (Bispo – Castanhal)
- Dom Flávio Giovenale (Bispo – Abaetetuba)
- Dom Jesus Maria Cizaurre (Bispo – Cametá)
- Pe. Luís Pinto (Administrador Apostólico – Santarém)
- Dom Alessio Saccardo (Bispo – Ponta de Pedras)
- Dom Dominique Marie (Bispo – Conceição do Araguaia)
- Dom Bernardo Johannes (Bispo – Óbidos)
- Dom Wilmar Santin (Bispo – Itaituba)
- Pe. Adolfo Pereira (Coordenador de Pastoral – Abaetetuba)
- Pe. Raimundo Possidônio da Mata (Coordenador de Pastoral – Belém)
- Pe. José Antônio Farias (Coordenador de Pastoral – Marajó)
- Pe. Luiz José Weber (Coordenador de Pastoral – Marabá)
- Pe. Daniel Campos (Coordenador de Pastoral – Macapá)
- Pe. Raimundo Antônio (Coordenador de Pastoral – Castanhal)
- Jailson de Almeida Lisboa (Coordenador de Pastoral – Cametá)

- Frei Gregário OFM (Coordenador de Pastoral – Santarém)
- Ir. Lazara Camargo (Coordenadora de Pastoral – Con. do Araguaia)
- Pe. José Paulo Cardoso (Coordenador de Pastoral – Óbidos)
- Pe. Lino Zucchi (Representante Comire – Belém)
- Leila Cristina Carvalho Garcia (Representante dos leigos – Belém)
- Marie Henriqueta Cavalcante (Representante da CJP – Belém)
- Orlanda Rodrigues Alves (Subsecretária – N2)
- Dom Jesus Maria Cizaurre (Administrador de Marabá)

REGIONAL NOROESTE

- Dom Esmeraldo Barreto (Arc/bispo – Porto Velho)
- Dom Moacyr Grechi (Arc/bispo emérito – Porto Velho)
- Dom Benedito Araújo (Bispo – Guajará – Mirim)
- Dom Mosé João Pontelo (Bispo – Cruzeiro do Sul)
- Dom Joaquim Pertiñez (Bispo – Rio Branco)
- Dom Bruno Pedron (Bispo – Ji – Paraná)
- Dom Meinrad Francisco (Bispo – Humaitá)
- Dom Jesus Moraza (Bispo – Lábrea)
- Pe. Geraldo Siqueira (Coordenador de Pastoral – Porto Velho)
- Marcelo do Nascimento (Coordenador de Pastoral – Lábrea)
- Pe. Cristiano Tavares (Coordenador de Pastoral – Cruzeiro do Sul)
- Pe. Máximo (Coordenador de Pastoral – Rio Branco)
- Ir. Ivonete Paes (Coordenadora de Pastoral – Humaitá)
- Mari Solange (Coordenadora de Pastoral – Ji – Paraná)



CONVIDADOS

- Cardeal Cláudio Hummes (Presidente da Comissão Episcopal para a Amazônia)
- Dom Leonardo Ulrich Steiner (Secretário Geral da CNBB)
- Dom Gilberto Pastana (Bispo de Imperatriz – NE V)
- Dom Vital Chitolina (Bispo de Diamantino – O2)
- Dom Philip Dickmans (Bispo de Miracema – CO)
- Ir. Antônia Mendes Gomes (Representante da CRB – Nacional)
- Ir. Maria Lúcia Castro Teixeira (Representante da CRB – Manaus)
- Ir. Maria Lúcia Câmara (Representante da CRB – Belém)
- Frei Amarildo Mascarenhas (Representante do CIMI – N2)
- Pe. Camilo Pauletti (Diretor – POM)
- Sr. Josep Plans (Zezinho) (Representante da CPT Nacional)
- Ir. Maria Irene Lopes dos Santos (Assessora da Comissão para a Amazônia)
- Sr. Ulrich Kny (Representante da Kirche in Not)
- Pe. Francisco de Assis (Subsecretário de Pastoral – CNBB)
- Sr. Norbert Bolte (Representante da Adveniat)
- Sr. Egon Hech (Convidado CIMI Nacional)
- Osnilda Lima (Convidada – Família Cristã)



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

I Encontro da Igreja Católica na Amazônia

“Não estava ardendo o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?” (Lc 24,32)

Manaus, 31 de outubro de 2013.



CARTA DO PRIMEIRO ENCONTRO DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA LEGAL

Irmãos e irmãos,

Reunidos no Primeiro Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal, em Manaus, entre os dias 28 e 31 de outubro de 2013, nós, bispos, presbíteros, religiosas e religiosos, agentes de pastoral leigas e leigos, queremos partilhar com vocês as reflexões e análises sobre a situação atual da nossa região e as respostas que, como pastores, pretendemos dar aos desafios de nossos tempos. Agradecemos a Deus pelas maravilhas que operou entre nós e nossos irmãos e irmãs que, por um compromisso profético, testemunharam sua fé, muitas vezes até as últimas consequências (cf. Jo 13,1), dispostos a “não só comunicar-vos o Evangelho de Deus, mas a dar-vos nossa própria vida” (1Ts 2,8). Ao nos prepararmos para celebrar os 400 anos do início da evangelização na Amazônia, assumimos a missão que o Senhor nos propõe, de sermos suas testemunhas, discípulas/os, missionárias/os de sua Palavra, pois a Igreja é “enviada por Cristo a manifestar e a comunicar o amor de Deus a todos os homens e mulheres e a todos os povos” (AG, n. 10).

“CRISTO APONTA PARA A AMAZÔNIA”

(Papa Paulo VI): memória da caminhada.

Mesmo antes da criação da Amazônia Legal em 1953, a Igreja católica na Amazônia reunia-se através dos seus bispos para posicionar-se pastoralmente diante dos problemas sofridos pelos



povos desta região e enfrentar os grandes desafios que se anunciavam, pelas intervenções políticas e econômicas.

“Se o governo vai tentar o soerguimento econômico destas regiões, é urgente que um largo surto espiritual se antecipe aos progressos materiais, e os acompanhe, e os envolva, dando-lhes rumo seguro e feliz”

(1º Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia, Manaus 2 a 6 de julho de 1952, Documento final).

Apesar de não ter todas as condições necessárias, seja pela precariedade de instalações e meios, seja pela falta de pessoal qualificado para enfrentar os novos problemas, a Igreja amazônica nunca desanimou de sua missão. Sempre contou com missionárias e missionários vindos de outras regiões do Brasil e do mundo que, vivendo a mística do amor e do serviço, deram tudo de si para que povos da Amazônia não só recebessem uma orientação adequada para sua vivência de fé, mas tivessem respeitados seus direitos, sua dignidade e plena cidadania, suas tradições e culturas.

“...em nossas prelazias e dioceses existem sinais de alegria e esperança, próprias de uma Igreja que, mesmo tendo muitas dificuldades, está viva e responde com coragem aos desafios que se lhe apresentam”

(Discípulos missionários na Amazônia, Manaus, 11 a 13 de setembro de 2007).

Ao longo de seis décadas, desde o primeiro encontro dos bispos em Manaus, a Igreja tem demonstrado sua vitalidade e posicionamento profético e solidário. Em Santarém 1972, decidiu basear sua ação pastoral e evangelizadora em duas diretrizes: (1) a *Encarnação na realidade, pelo conhecimento e pela convivência, na simplicidade*, e (2) a *Evangelização Libertadora*. Armou sua tenda no meio do



povo de tal modo que apareceu um rosto eclesial bem amazônico na diversidade sociocultural, na defesa do lar que Deus criou para toda a humanidade e na promoção da Vida em todas as suas dimensões, sobretudo quando é ameaçada pelos impactos causados por um equivocado conceito de progresso que confunde desenvolvimento com crescimento meramente econômico, multiplicação de riqueza material, incremento do PIB, expansão do agronegócio, aumento de produção de biocombustíveis, descuidando-se, porém, de políticas públicas e deixando de promover a justiça e o bem-estar de todos e para todos.

A Igreja na Amazônia adotou e incorporou as novas orientações eclesiológicas e pastorais vindas do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla, Santo Domingo e Aparecida e buscou evangelizar a partir de uma visão mais ampla e profunda da vida e da realidade amazônicas. Assumiu a mística e espiritualidade do seguimento de Jesus Cristo, uma pastoral e uma missionariedade dentro da realidade local. Centenas de milhares de irmãs e irmãos leigos e religiosos, presbíteros e bispos embrenharam-se nas matas, navegaram rio abaixo, rio acima, viajaram pelas estradas desse mundo desigual, levando a Palavra de Deus, fundando e organizando as comunidades eclesiais, vivas e participativas, proféticas e missionárias, numa grande rede de solidariedade que as fez enfrentar as precariedades existenciais, manter viva a chama de sua fé e sua esperança, e valorizar sobretudo sua religiosidade popular expressada nas festas religiosas, em novenas e procissões.

“E porque progredimos na compreensão de sermos uma Igreja no mundo, amando o mundo amazônico, temos a certeza que estamos dando à sociedade amazônica nossa contribuição histórica de alta qualidade para o resgate das dívidas sociais tão pesadas neste Norte do Brasil”.

(A Igreja arma sua tenda na Amazônia, Manaus, 9 a 18 de setembro de 1997).

Essa ação evangelizadora favoreceu o crescimento de uma Igreja mais local, ministerial, laical e missionária. Ao celebrar os 40 anos desde o Documento de Santarém, a Igreja na Amazônia manifesta a continuidade de sua caminhada como discípula missionária do Reino e enfrenta corajosamente velhos e novos desafios:

“Diante dos desafios sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e eclesiais da realidade amazônica, decidimos fortalecer o compromisso profético de transformação e reafirmar o projeto de formação inspirado na espiritualidade do seguimento de Jesus, que convoca a Igreja para uma profunda conversão pastoral”

(DAp, n. 170-175; 360-365, citado em “Conclusões de Santarém: memória e compromisso, 2012”).

As palavras do Papa Francisco aos Bispos do Brasil por ocasião da Jornada Mundial da Juventude dão-nos novo impulso para refletirmos sobre a realidade política e religiosa da Amazônia Legal e promover e defender a vida dos habitantes dessa região e de sua rica biodiversidade. Cala fundo em nosso coração a expressão do Papa Francisco de que a Amazônia é *“teste decisivo, banco de prova para a Igreja e a sociedade brasileiras”* (Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013). Essas palavras incentivam-nos a retomar as intuições de Santarém 1972 e Manaus 1974 e dar-nos conta da atualidade das prioridades de então: formação de agentes de pastoral – comunidades cristãs de base – pastoral indígena – grandes projetos – juventude.



PRIMEIRO ENCONTRO DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA

“A Igreja está na Amazônia, não como aqueles que têm as malas na mão, para partir depois de terem explorado tudo o que puderam. Desde o início a Igreja está presente na Amazônia com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e bispos e lá continua presente e determinante no futuro daquela área”.

(Papa Francisco aos Bispos do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013).

Conscientes de que falta muito a ser realizado em nossa missão evangelizadora, conforme nos pede o Senhor da História (cf. Cl 1,13-20), novamente nos encontramos em Manaus, desta vez com a participação de todos os regionais da CNBB que integram a Amazônia Legal (Norte I, II e III, Noroeste, Nordeste 5 e Oeste II). Sabemos que temos um mesmo caminho a palmilhar. Lembra-mo-nos de que Jesus mesmo é o Caminho (cf. Jo 14,6). Jesus caminha conosco como o fez com os discípulos de Emaús que exclamaram: “Não estava ardendo o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho e nos explicava as Escrituras?” (Lc 24,32). E não foi adiante, mas “entrou para ficar” (Lc 24,29). Jesus está na Amazônia para ficar. E o reconhecemos ao partir o pão.

Nesse caminho comum, damos-nos conta de que são comuns os problemas e desafios que nos interpelam. Confiando em Jesus, presente no meio de nós, queremos formar uma ampla rede integradora de nossas ações pastorais e evangelizadoras e convocar os irmãos e as irmãs a empenharem-se em favor de um mundo justo, fraterno e solidário. Queremos convocar também mulheres e homens que não professam a nossa fé ou se afastaram de nossa Igreja a irmanarem-se conosco na defesa da dignidade e dos direitos dos povos da Amazônia e da criação que Deus em sua bondade e imenso amor confiou ao seu zelo e seus cuidados (cf. Gn 1,18).

Refletimos nestes dias sobre problemas que continuam a atingir e causar danos e ameaças à vida e à existência de pessoas e povos e ao meio ambiente na Amazônia. Ajudados por estudiosos e especialistas e ouvindo pessoas que sentem na pele os dramas causados por políticas de dominação em total desrespeito aos legítimos anseios e necessidades dos povos desta região:

- analisamos e discutimos a realidade urbana e a mobilidade humana que tantos sofrimentos têm causado aos povos amazônidas como o desenraizamento da terra e a perda do patrimônio cultural e religioso próprio e comum aos povos tradicionais e dos que vêm de outras regiões;
- verificamos um acentuado crescimento das igrejas evangélicas e dos sem-religião também na Amazônia, como consequência da precária presença de nossa Igreja nos movimentos migratórios;
- fomos informados a respeito dos grandes projetos implementados na região, de modo especial as hidrelétricas, que representam uma nova invasão do capital visando explorar as nossas riquezas naturais e aproveitar o potencial energético de nossos rios, sem olhar para os prejuízos que causam ao meio ambiente com sua imensa biodiversidade e a destruição da vida e da história de muitos povos tradicionais;
- o desmatamento contínuo e novamente crescente das florestas amazônicas nos assusta pelos prejuízos incomensuráveis e pela ameaça ao equilíbrio ecológico do planeta;
- frente ao desmatamento, à concentração da terra e às monoculturas, percebemos a urgência da realização da Reforma Agrária e Agrícola;
- constatamos o crime impune da prática do trabalho escravo que ocorre nas empresas do agronegócio e nas áreas de mineração;

- ficamos horrorizados ante o criminoso tráfico de pessoas e drogas, sustentado pela ganância, miséria e impunidade, e o assassinato de jovens;
- ouvimos ainda os relatos de um representante dos povos indígenas e de um quilombola que nos falaram de suas organizações, lutas e conquistas e nos alertaram para os graves riscos de perderem, através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215), direitos conquistados em relação à demarcação e garantia de seus territórios, asseguradas nos Art. 231 e 232 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988; lembramos ainda que o Art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal reconhece aos remanescentes dos quilombos a propriedade definitiva de suas terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Enfim, constatamos que o domínio de um sistema único de mercado, o individualismo típico da cultura/sociedade de hoje e a violência urbana destroem os laços e as relações tradicionais: a família, a natureza, o mundo dos povos indígenas, dos caboclos, seringueiros, agricultores, ribeirinhos. Tudo é desagregado e desestruturado e essa realidade provoca a crise da esperança, pois rouba os sonhos, as aspirações, desorganiza as lutas, abre espaços para messianismos políticos e religiosos ou para um milenarismo alienante e vazio de sentido.

Esses problemas atingem também os fiéis em suas necessidades subjetivas: sua busca de Deus e sua noção de vinculação com a Igreja. Está na hora de valorizarmos a religiosidade do povo e ampliarmos o diálogo ecumênico e inter-religioso.

COMPROMISSOS

Os enormes desafios apresentados nos relatos e testemunhos nos interpelam como Igreja na Amazônia Legal a assumir



compromissos pastorais que devem nortear a caminhada de nossa Igreja no presente e no futuro:

Reafirmamos nossa identidade de ser Igreja discípula da Palavra, testemunha do diálogo, servidora e defensora da vida, irmã da criação, missionária e ministerial, que assume a vida do povo, que se articula na paróquia como rede de comunidades e nas comunidades eclesiais de base (cf. Conclusões de Santarém: memória e compromisso, 2012, p. 19).

Causa-nos uma profunda dor ver milhares de nossas comunidades excluídas da eucaristia dominical. A maioria delas só tem a graça de celebrar o Memorial da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor uma, duas ou três vezes ao ano. O Senhor, na véspera de sua morte, não deu um bom conselho, mas um mandato explícito: “Fazei isto em memória de mim” (1 Cor 11,24; Lc 22,19). O Decreto “Presbyterorum Ordinis” do Concílio Vaticano II declara que a Eucaristia é fonte e, ao mesmo tempo, ápice de toda a Evangelização (cf. PO, n. 5). “Nenhuma comunidade cristã se edifica sem ter a sua raiz e o seu centro na celebração da santíssima Eucaristia, a partir da qual, portanto, deve começar toda a educação do espírito comunitário” (PO, n. 6). Também a Constituição Dogmática “Lumen Gentium” fala da Eucaristia como “fonte” e “ponto culminante de toda a vida cristã” (LG, n. 11). Torna-se urgentemente necessário criar estruturas em nossa Igreja para que os 70% de comunidades, que hoje estão excluídos da celebração eucarística dominical, possam participar da “fração do pão” (At 1,42), do “sacramento da piedade, sinal de unidade, vínculo da caridade, banquete pascal” (SC, n. 47).

A cultura urbana transforma profundamente a compreensão do papel dos leigos e da mulher na Igreja. Na sociedade civil, eles vivenciam processos de empoderamento social quando se exercitam na construção de uma sociedade que preserve os direitos sociais e coletivos. Práticas e relações cotidianas exigem hoje, no interior das pastorais, modelos eclesiais assentados em relações recíprocas, mais do que no complemento, no diálogo horizontal



em lugar de imposições verticais, na profunda experiência de serviço em lugar das lutas pelo poder.

O protagonismo dos leigos é insubstituível e imprescindível na ação transformadora da realidade em que vivem, marcada pela exclusão e pela violência. O campo específico da missão dos leigos/as é o das realidades em que vivem e trabalham. É o mundo da família, do trabalho, da cultura, da política, do lazer, da arte, da comunicação, da universidade. É nos diversos níveis e instituições, nos Conselhos de Direitos, em campanhas e outras iniciativas que busquem efetivar a convivência pacífica, no fortalecimento da sociedade civil e do controle social. É na formação de pensadores e pessoas que estejam, nos níveis de decisão, evangelizando com especial atenção e empenho (cf. EN 70).

A corresponsabilidade e participação de leigas e leigos, como sujeitos com vez e voz, deve acontecer na elaboração e execução dos planejamentos pastorais, nos centros de discussão e decisão das Igrejas Particulares.

“Urge formar ministérios adequados às necessidades das comunidades, especialmente do Ministério do Pastoreio de comunidades, exercido por leigas e leigos que sejam servas e servos do povo, abertos ao diálogo e ao trabalho em equipe, e que, devidamente preparados, assumam em nome da Igreja a direção pastoral de uma comunidade” (A Igreja arma sua tenda na Amazônia, Manaus, 9 a 18 de setembro de 1997, n. 47).

Almejamos investir na formação de presbíteros e de irmãos e irmãs de vida consagrada – autóctones e os que chegam de fora – para que sejam despojados, simples, não busquem a autopromoção, que sejam missionários e vivam em maior sintonia e contato com as comunidades e saibam trabalhar em equipe com os/as leigos/as, evitando centralismo, clericalização e autoritarismo.

Comprometemo-nos em a dar visibilidade ao tráfico de pessoas para enfrentar esses crimes hediondos contra a liberdade e dignidade



da pessoa humana. Apostamos na Campanha da Fraternidade de 2014 que tem como tema “Fraternidade e Tráfico Humano”.

Precisamos dar mais ênfase aos meios de comunicação, pois sabemos da sua importância para a Evangelização.

Conscientes de que a problemática da Amazônia é global, queremos abrir-nos a uma visão panamazônica que nos convoca a buscar caminhos de colaboração e compromisso entre as Igrejas na América Latina.

Queremos dar atenção especial aos jovens, através do apoio e incentivo à Pastoral da Juventude, estimulando as dioceses e congregações religiosas a liberarem presbíteros e religiosas para acompanhar os jovens, para que sejam oferecidos cursos de formação de assessores, preparando-os para este serviço à juventude na Amazônia.

UMA IGREJA COM ROSTO AMAZÔNICO

A Igreja católica na Amazônia Legal vive e cresce com características próprias, enraizadas na sabedoria tradicional e na religiosidade popular que durante séculos alimentou e continua a manter viva a espiritualidade dos povos da floresta e das águas, e agora, do mundo urbano. Enfrenta com alegria as dificuldades das distâncias e da falta de comunicação para encontrar e oferecer ao rebanho, confiado a nós pelo Senhor da messe, a luz da Palavra de Deus e a Eucaristia como alimentos que revigoram e animam as forças para viver a comunhão com Deus e cuidar da Amazônia como chão da partilha, pátria solidária, “morada de povos irmãos e casa dos pobres” (DAP 8).

A carinhosa devoção a Nossa Senhora de Nazaré, Rainha da Amazônia, nos leve a cumprir o que ela nos pede: “Fazei tudo o que ele vos disser!” (Jo 2,5).



Os bispos da Comissão Episcopal para a Amazônia assinam em nome de 56 bispos e de 109 sacerdotes, religiosas/os e leigos/os que participaram do encontro.

Cardeal Cláudio Hummes

Dom Sérgio Eduardo Castriani

Dom Jaime Vieira Rocha

Dom Erwin Kräutler

Dom Moacyr Grechi





repambrasil@repam.org.br



repambrasil



RepamBr



repambrasil



REPAMBrasil

ISBN: 978-65-988024-1-7



9 786598 802417